



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1726

Sexta-feira - 17 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Indaial.....	185	São João do Oeste	339
Alto Bela Vista.....	5	Ipumirim	197	São Joaquim	341
Antônio Carlos	7	Irineópolis	199	São José.....	355
Arroio Trinta.....	8	Itaiópolis	201	São José do Cedro.....	383
Ascurra.....	11	Itapiranga.....	202	São Lourenço do Oeste.....	385
Balneário Rincão	11	Itapoá	204	São Miguel do Oeste.....	391
Barra Velha.....	12	Jacinto Machado	211	Schroeder.....	392
Bela Vista do Toldo.....	13	Joaçaba.....	213	Serra Alta	403
Benedito Novo	13	Lages	217	Siderópolis.....	403
Biguaçu	14	Lauro Muller	218	Sombrio.....	404
Blumenau	25	Lebon Regis	219	Tigrinhos	405
Bom Jesus do Oeste	35	Leoberto Leal.....	223	Timbó	405
Bom Retiro	37	Lindóia do Sul	231	Três Barras	410
Botuvera.....	50	Luzerna	232	Treze Tílias	410
Braço do Trombudo.....	50	Macieira.....	237	Trombudo Central.....	411
Brusque.....	51	Mafra	246	Tunápolis.....	411
Caçador.....	62	Maracajá	248	Turvo	412
Camboriú.....	74	Maravilha.....	249	Urussanga	412
Campo Alegre	74	Massaranduba.....	251	Vargeão.....	413
Campo Erê.....	84	Meleiro	253	Vargem Bonita	413
Campos Novos.....	84	Modelo	254	Videira.....	416
Canoinhas.....	104	Navegantes.....	256	Vitor Meireles.....	422
Capinzal	109	Nova Trento	262	Xaxim.....	425
Catanduas.....	110	Novo Horizonte	267		
Caxambu do Sul.....	111	Orleans	268	Associações	
Chapadão do Lageado	113	Ouro Verde.....	270	AMMVI	427
Concórdia	113	Paial.....	271	AMOSC.....	428
Cordilheira Alta	117	Palhoça	271		
Coronel Freitas.....	119	Papanduva.....	280	Consórcios	
Correia Pinto.....	119	Passos Maia	281	AGIR	429
Corupá	120	Paulo Lopes	281	CIGA	429
Curitibanos	128	Penha.....	282	CIS/AMARP.....	430
Dionísio Cerqueira	141	Pinheiro Preto	284	CIS/AMREC.....	431
Doutor Pedrinho.....	142	Pomerode.....	285	CPIMMOC.....	431
Forquilha.....	142	Ponte Serrada	289		
Fraiburgo.....	144	Porto Belo.....	289		
Galvão.....	149	Porto União.....	290		
Garopaba.....	152	Pouso Redondo	290		
Garuva	156	Presidente Nereu.....	292		
Gaspar	160	Rio dos Cedros.....	308		
Governador Celso Ramos	163	Rio do Sul.....	304		
Grão Pará	164	Salto Veloso	312		
Guaraciaba	166	Santa Cecília	313		
Guaramirim.....	167	Santa Rosa do Sul	314		
Guarujá do Sul.....	171	Santa Terezinha do Progresso	316		
Herval d'Oeste	173	Santiago do Sul.....	316		
Ilhota	175	São Bento do Sul.....	317		
Imarui	177	São Carlos	331		
Imbituba	178	São Domingos.....	333		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

EDITAL CONSELHO TUTELAR Nº 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 01/2015.

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Abdon Batista SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, em sua sede localizada na Rua Valeriano Demeneck, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 21, da Lei Municipal Complementar Nº 059/2015, abre inscrições para escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Abdon Batista, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros tutelares e para cada titular, a um de suplente.
2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, da carga horária e do mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal Complementar nº 059/2015, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 817,40 (oitocentos e dezessete reais e quarenta centavos) mensais, mais verba de auxílio alimentação no valor de R\$ 127,48 (cento e vinte e sete reais e quarenta centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;
II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - Licença-maternidade;

V - Licença Paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função do respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

2.5.1 Plantão noturno das 17:00h às 8:00h do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;
2.5.3 Para plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, observando-se sempre a necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente junto a Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Valeriano Demeneck - centro - Abdon Batista/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:
I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município há mais de um ano, demonstrada por comprovante de residência;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão de Ensino Médio;

V - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar nos últimos 8 (oito) anos;

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - não exercer mandato político;

VIII - não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste país;

IX - não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;

X - estar em pleno gozo das aptidões físicas e mentais para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, a ser aferido por exame próprio precedente a posse.

XI - outros requisitos previstos em Lei Municipal.

XII - aprovação na prova de conhecimento específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente como forma de pré- seleção dos candidatos inscritos.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público (08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h), na sede do Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente junto a Secretaria de Assistência Social.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente junto a Secretaria de Assistência Social.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentar resposta quanto as impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 17/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.2.5 A prova escrita será realizada no dia 26/07/15, no Centro Municipal de Ensino - CEME das 08:00h às 12:00h.

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidade nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00h às 17:00h, no Centro Municipal de Ensino - CEME, localizada na Avenida 26 de Abril - centro de Abdon Batista/SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interroga-lo sobre os dados constantes na carteira de identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitora, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através de Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, com presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir idade superior ao outro candidato, ficando este classificado na sequência, como titular ou suplente conforme a ordem de classificação.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 04/10/15 imediatamente após a apuração, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convocados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal Complementar nº. 52/2014 e 059/2015, sem prejuízos das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive,

caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Anita Garibaldi/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Abdon Batista, 04 de Abril de 2015.

FABIANA MECABÔ

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ABDON BATISTA.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

A Prefeita Municipal de ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, torna público que o prazo para protocolação de recursos contra as questões das provas escritas será reaberto entre os dias 06 a 09 de abril de 2015, bem como, na sequência, o prazo para protocolação de recursos quanto à classificação também será reaberto para os dias 16 a 20 de abril de 2015, independentemente do pagamento de qualquer espécie de taxa, conforme o cronograma que segue:

DATA PREVISTA	ATO
28/01/2015	Publicação do Edital
29/01/2015	Prazo para contestação do Edital
30/01/2015	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
02/02/2015 a 04/03/2015	Período das inscrições.
06/03/2015	Homologação provisória das inscrições.
06/03/2015 a 09/03/2015	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
12/03/2015	Homologação final das inscrições.
22/03/2015	Data das provas escritas (período matutino).
22/03/2015	Data das provas práticas (período vespertino).
23/03/2015	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
06/04/2015 a 09/04/2015	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
15/04/2015	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
16/04/2015 a 20/04/2015	Prazo final para recurso contra a classificação provisória.
22/04/2015	Homologação do resultado final do Concurso Público N.º 01/2015.

Aos candidatos que executaram o pagamento para o ingresso de recursos, será garantido o reembolso das quantias pagas frente ao correto preenchimento do formulário disponibilizado no endereço <http://www.nubescursos.com.br>.

Para ingressar com o recurso, o candidato deve utilizar o formulário disponibilizado no endereço <http://www.nubescursos.com.br> efetuando o preenchimento de todos os campos, de forma correta, inclusive com a indicação da referência bibliográfica de seus argumentos. Recursos interpostos sem o preenchimento completo ou sem indicação da referência bibliográfica, serão indeferidos sem a análise do mérito.

Os pedidos de recurso deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico recurso@nubescursos.com.br ou protocolados junto à comissão de coordenação do concurso na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, sito a Rua do Comércio, 1015, centro, Alto Bela Vista.

Os recursos serão analisados e o extrato de análise será publicado no endereço <http://www.nubescursos.com.br>, com a resposta a todos os recursos interpostos que atendam aos requisitos solicitados, sem remessa individual a cada impetrante.

Alto Bela Vista/SC, 16 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015**DECRETA PONTO FACULTATIVO**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Orgânica

Considerando a necessidade de contenção de despesas nos setores da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Será considerado Ponto Facultativo no dia 20 de Abril de 2015; dia que antecede ao feriado de Tiradentes; nas Repartições Públicas Municipais.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 14 de Abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2015
Modalidade: PREGÃO nº 013/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, com julgamento pelo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de materiais de consumo, higiene e limpeza, destinados as unidades administrativas do Município de Alto Bela Vista, tudo conforme descrição detalhada no objeto do Edital, conforme as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e consoante com as normas elencadas do Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até as 08h50, do dia 24 de abril de 2015, em sessão pública, com abertura para às 09h da mesma data. Íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista, em 09 de abril de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2015
Modalidade: Convite nº 001/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade Convite para compras e serviços, Tipo Menor Preço por item, objetivando a aquisição de cestas básicas, destinados aos servidores municipais, devidamente autorizado pela Lei Municipal 665/2015, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a documentação e proposta de preços, até às 13h45, do dia 29 de abril de 2015, em sessão pública. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 14 de abril de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 29/15

DECRETO Nº 000029/15 de 16 de Abril de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 58.974,49 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 49.410,11

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 9.564,38

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): Excesso de arrecadação 58.974,49

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Abril de 2015

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 249/2015

PORTARIA Nº 249/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, HELENA GELSLEISTER KOERICH, para o cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 40H, a partir de 17 de abril de 2015, para atuar na rede municipal de Educação, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de abril de 2015.

PORTARIA N 250/2015

PORTARIA Nº 250/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, LIAMARA POLETTI, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 17 de abril de 2015 a 17 de abril de 2016, e/ou até o Concurso Público, para atuar na Secretaria de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de abril de 2015.

PORTARIA N 251/2015

PORTARIA Nº 251/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, JANAINA PAULI CLASEN para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H, a partir de 27 de abril de 2015, para atuar na Rede municipal de Educação, passando a fazer parte do quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de abril de 2015.

PORTARIA N 252/2015

PORTARIA Nº 252/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, JANAINA PAULI CLASEN do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H, a partir de 27 de abril de 2015, pelo término de seu Contrato Temporário.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de abril de 2015.

Arroio Trinta**PREFEITURA****PORTARIA Nº 155**

PORTARIA Nº 155, de 01/04/2015.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001 de 04/04/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, LUCIMAR DA SOLER GRIFANTE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Vergilio Biava, centro, Município de Arroio Trinta - SC, inscrita no CPF sob nº 014.453.789-30 e Identidade nº 3.484.188, classificada em 16º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2013 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", Lotado na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2ª a 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 01 de abril de 2015.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 156

PORTARIA Nº 156, de 08/04/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora ANA PAULA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 051.679.109-51 e Identidade nº 4.784.791, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, classificada em 9º lugar no Processo Seletivo, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 08/04/2015 à 31/12/2015.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta

Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 08 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 157

PORTARIA Nº 157, de 13/04/2015.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001 de 04/04/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, SIDEMAR ALESANDRO BORGES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, centro, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CPF sob nº 040.775.659-01 e Identidade nº 4.182.765-1, classificado em 4º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2013 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 07:30 as 11:30 horas e 13:30 as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 13 de abril de 2015.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158

PORTARIA Nº 158, de 13/04/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JOSÉ DA SOLER, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento

Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 03/04/2014 à 03/04/2015 e gozo das mesmas no período de 13/04/2015 a 02/05/2015 e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159

PORTARIA Nº 159, de 13/04/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, MOACIR ARIATI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 20/04/2014 à 20/04/2015 e gozo das mesmas no período de 22/04/2015 a 12/05/2015 e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 160

PORTARIA Nº 160, de 13/04/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, MICHEL JUNIOR SERIGHELLI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo TÉCNICO TRIBUTÁRIO, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 04/05/2015 a 24/05/2015 e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161

PORTARIA Nº 161, de 13/04/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, NESTOR MOZE-NA, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162

PORTARIA Nº 162, de 13/04/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal MARCIA BIAVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 066.206.939-03, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da exoneração da servidora efetiva Marieli Perico.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2015.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0001/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: SERVIÇOS DE LAVAGENS E LIMPEZA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS DE REPAROS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS, PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA PARA O ANO DE 2015.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 h do dia 05/05/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 h do dia 05/05/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 16 de abril de 2015.

Tarcisio Lidani

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO 2724, DE 01/04/2015

DECRETO Nº 2724, de 01 de Abril de 2015.

Declara como bens de uso comum do povo, os imóveis adiante identificados e discriminados.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103 da Lei Orgânica deste Município, e:

CONSIDERANDO a necessidade de integrar a sistema viário público municipal, de forma a permitir o acesso, o livre trânsito e evitar a incidência de novas Ruas Públicas sem saída;

CONSIDERANDO, que o Município é proprietário de faixas de terras existentes entre vias públicas ou, que interligam terrenos públicos a vias públicas já existentes e integradas ao sistema viário público municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado como de uso comum do povo, a totalidade dos imóveis matriculados sob nº 5.742 e 5.691 do Ofício de Registro de Imóveis deste Município e Comarca de Ascurra, ambos de propriedade deste Município, os quais se destinam a implantação de Ruas Públicas a serem nomeadas por Lei;

Art. 2º - Até a definição do nome destas Ruas, as mesmas serão identificadas pelo Setor de Planejamento deste Município com a sigla "SD", abreviação do termo Sem Denominação, seguida do próximo número de ordem vago, destinado para tal fim;

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Abril de 2015.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 01 de abril de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - BENJAMIN Nº02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 057/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 057/PMBR/2014, conforme cláusula sexta deste contrato. ASSINATURA: 13/04/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Benjamin da Rosa Lemos.

EXTRATO DE ADITIVO - GONÇALVES DA SILVA Nº02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 056/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 056/PMBR/2014, conforme cláusula sexta deste contrato. ASSINATURA: 13/04/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Gonçalves Da Silva.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 057/PMBR/2015; INNO INFORMÁTICA LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para a adequação do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/ SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vilson José Innocenti.

CONTRATO Nº. 058/PMBR/2015; HERCILIO DE MATTIA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para a adequação do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/ SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Sabrina Romagna Bortolotto Daniel.

CONTRATO Nº. 059/PMBR/2015; R.S.A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME; OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para a adequação do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/ SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmir Costa dos Santos.

CONTRATO Nº. 060/PMBR/2015; ATEKY INFORMATICA LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para a adequação do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/ SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 07/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa

o Sr. Tito Hobold.

CONTRATO Nº. 061/PMBR/2015; MARIA FERNANDA ARAUJO; OBJETO: Contratação de profissional habilitado na área de Medicina, para ministrar oficina com a temática Promoção Saúde, em cumprimento do Projeto Técnico Social (PTTS), Convênio nº 152/2014, firmado entre o Município de Balneário Rincão - SC e Caixa Econômica Federal. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº. 025/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/05/2015; ASSINATURA: 07/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Sr.^a Maria Fernanda Araujo.

CONTRATO Nº. 062/PMBR/2015; LEILA CRISTINA REZENDE FERRARI; OBJETO: Contratação de profissional habilitado na área de Serviço Social, para ministrar duas oficinas com a temática "Cidadania e Direitos Humanos", em cumprimento do Projeto Técnico Social (PTTS), Convênio firmado entre o Município de Balneário Rincão - SC e Caixa Econômica Federal. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº. 026/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/05/2015; ASSINATURA: 08/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Sr.^a Leila Cristina Rezende Ferrari.

CONTRATO Nº. 063/PMBR/2015; MULTICOPIAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para a prestação de serviços de Impressão, Plotagens, Cópia e Encadernação para atender as necessidades das secretarias da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão - SC. Processo de Licitação-Modalidade: Edital de Convite Nº. 019/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 14/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Reginaldo Pickler Corrêa.

Barra Velha

PREFEITURA

PP 007/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 008/2015 - FMS - Pregão Presencial nº 007/2015-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para aquisição de suplementação alimentar (leite) para pacientes com ordem Judicial, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/05/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 04/05/2015 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 16 de abril de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****AVISO PREGÃO 08/2015 - PREFEITURA**

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 015/2015 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços do tipo menor preço por item. O objeto é o registro de preços para aquisição parcela de pneus, câmaras e serviços de recape para a frota municipal e de seus fundos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 04/05/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 04/05/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 17 de Abril de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS CONVITE Nº 29/2015**

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2015

MODALIDADE: Convite para Obras e Serviços de Engenharia-29/2015

DATA: 16/04/2015 - HORA DE INÍCIO: 14:00 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS ELÉTRICOS OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE RELOCAÇÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO EM MÉDIA TENSÃO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), A SER EXECUTADO NA RUA CRUZ E SOUZA (ANEXO AO CENTRO DE EVENTOS), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supracitados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 101/2015, sob a presidência de JOÃO ULLER, juntamente com os demais membros ALAN RAFAEL KINDER e MAURICIO STEFFEN, objetivando dar continuidade ao procedimento licitatório na modalidade acima mencionada, tendo como objeto: a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS ELÉTRICOS OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE RELOCAÇÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO EM MÉDIA TENSÃO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), A SER EXECUTADO NA RUA CRUZ E SOUZA (ANEXO AO CENTRO DE EVENTOS), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL, e tendo em vista a desistência dos prazos recursais estabelecidos em lei, formalizados pelas empresas envolvidas no certame, a Comissão de Licitações leva ao conhecimento dos participantes e demais interessados, que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02-Propostas de Preços, se realizará no dia 17 de abril de 2015, às 8:00 horas, na sala de Reuniões, na sede da Prefeitura de Benedito Novo/SC, situada na Rua Celso Ramos nº 5.070, Centro, Benedito Novo. Nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER

Presidente

ALAN RAFAEL KINDER

Membro

MAURICIO STEFFEN

Membro

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO PARA DESEMPATE DE EMPRESAS PARTICIPANTES DE CERTAME LICITATÓRIO CV 24/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO PARA DESEMPATE DE EMPRESAS PARTICIPANTES DE CERTAME LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015

MODALIDADE: Convite para Compras e Serviços- 24/2015

DATA: 13/04/2015 - HORA DE INÍCIO: 11:00 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

Na data e horário supracitados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 101/2015, sob a presidência de ALAN RAFAEL KINDER, estando presentes os membros MAURICIO STEFFEN e MARILIA PANOCH e também o Assessor Jurídico da Prefeitura, Senhor LADEMIR KUMMROW, reuniram-se para deliberar sobre o sorteio para desempate ocorrido entre as empresas FILIPPE COMERCIO DE PEÇAS LTDA. e JULIO SILVESTRE FILHO ME. , no item 05, do Anexo I, do respectivo processo licitatório. Cabe ressaltar, que foram previamente comunicadas as empresas interessadas, do dia, local e hora em que haveria o sorteio para desempate deste item, porém nenhum representante se fez presente. Na sequência, procedeu-se o sorteio, conforme preceitua a legislação vigente, restando vencedora a empresa JULIO SILVESTRE FILHO ME, ficando a mesma declarada vencedora do item 05, anexo I, do Edital 24/2015. Nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ALAN RAFAEL KINDER MAURICIO STEFFEN MARILIA PANOCH
Presidente Membro Membro

Biguaçu**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE CAPAS DE CAIXA D'ÁGUA PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 22/04/2015, às 13h59min do dia 05/05/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 05/05/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (05/05/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (05/05/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 16/04/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudbigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 16 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 056/2015

DECRETO Nº 056/2015 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO FUNDOS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS "SELA DE PRATA" OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, parte do imóvel de propriedade de Centro de Tradições Gaúchas "Sela de Prata" ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme levantamento topográfico e memorial descritivo anexo, registrado no cartório de registro de imóveis da Comarca de Biguaçu sob o nº 5.763, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, faixa de terra com a seguinte descrição:

I - uma faixa de terra com área de 1.252,66 m² e 624,31m de perímetro, com a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto V1, de coordenadas N 2275.751 m e E 1010.651 m, ; deste, segue confrontando com CTG SELA DE PRATA; com os seguintes azimutes e distâncias: 178°51'56" e 26.83 m até o vértice ponto V2, de coordenadas N 2248.928 m e E 1011.182 m; 170°31'54" e 12.41 m até o vértice ponto V3, de coordenadas N 2236.684 m e E 1013.224 m; 173°10'25" e 17.42 m até o vértice ponto V4, de coordenadas N 2219.387 m e E 1015.295 m; 173°36'40" e 19.82 m até o vértice ponto V5, de coordenadas N 2199.693 m e E 1017.500 m; 175°25'22" e 15.88 m até o vértice ponto V6, de coordenadas N 2183.865 m e E 1018.767 m; 180°58'01" e 35.50 m até o vértice ponto V7, de coordenadas N 2148.371 m e E 1018.168 m; 183°37'02" e 68.43 m até o vértice ponto V8, de coordenadas N 2080.077 m e E 1013.851 m; 182°24'06" e 32.61 m até o vértice ponto V9, de coordenadas N 2047.492 m e E 1012.484 m; 183°28'51" e 34.39 m até o vértice ponto V10, de coordenadas N 2013.166 m e E 1010.396 m; 179°20'02" e 28.55 m até o vértice ponto V11, de coordenadas N 1984.618 m e E 1010.728 m; 175°21'17" e 17.18 m até o vértice ponto V12, de coordenadas N 1967.497 m e E 1012.119 m; deste, segue confrontando com RUA MANOEL MARIANO FERREIRA; com os seguintes azimutes e distâncias: 290°44'07" e 3.33 m até o vértice ponto V13, de coordenadas N 1968.677 m e E 1009.003 m; 322°53'43" e 2.37 m até o vértice ponto V14, de coordenadas N 1970.563 m e E 1007.576 m; 349°33'50" e 2.14 m até o vértice ponto V15, de coordenadas N 1972.664 m e E 1007.189 m; 355°38'15" e 2.96 m até o vértice ponto V16, de coordenadas N 1975.613 m e E 1006.964 m; 0°19'57" e 49.39 m até o vértice ponto V17, de coordenadas N 2025.007 m e E 1007.251 m; 2°44'00" e 99.77 m até o vértice ponto V18, de coordenadas N 2124.665 m e E 1012.009 m; 3°45'31" e 29.18 m até o vértice ponto V19, de coordenadas N 2153.780 m e E 1013.921 m; 359°52'12" e 33.29 m até o vértice ponto V20, de coordenadas N 2187.066 m e E 1013.846 m; 354°54'38" e 40.90 m até o

vértice ponto V21, de coordenadas N 2227.807 m e E 1010.217 m; 355°47'04" e 23.16 m até o vértice ponto V22, de coordenadas N 2250.901 m e E 1008.515 m; 356°34'08" e 25.15 m até o vértice ponto V23, de coordenadas N 2276.007 m e E 1007.010 m; deste, segue confrontando com MIGUEL ARCANJO; com os seguintes azimutes e distâncias: 94°01'22" e 3.65 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar a desapropriação a que se refere o artigo anterior, sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para alargamento e execução de passeio de pedestre da Rua Manoel Mariano Ferreira, localizada no bairro Fundos, neste município.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EXTRATO CONTRATO Nº 10.016/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 21/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.016/2015
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 21/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO RANITIDINA PARA O ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Vigência: 13/04/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.140/2014 - PROCESSO: TOMADA DE PREÇO - TP Nº 70/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.140/2014
Processo: Tomada de Preço - TP Nº 70/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO", VISANDO A REFORMA DO SETOR DST/HIV/AIDS. DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP

Valor: 1) Acréscimo de R\$ 28.395,83 (vinte e oito mil trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos);
2) Supressão de R\$ 443,03 (quatrocentos e quarenta e três reais e três centavos);

Vigência: 17/03/2015 a 15/04/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde.

LEI Nº 3545/2015

LEI Nº 3545/2015 DE 16 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2015.

Ramon WollingER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em ação de Governo do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura no montante de até R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), utilizando como fonte de recurso a anulação de dotação da ação de Governo da própria Unidade Gestora Prefeitura, conforme abaixo especificado:
ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
1301.27.812.0005.1017	Construção do Centro de Artes Marciais	150.000,00
4.4.00.00	Investimentos	150.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	

1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	150.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.
Ramon WollingER
Prefeito Municipal

Lei nº 3545/2015, de 16/04/2015
Sancionada em 16/04/2015
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1217/2015

PORTARIA nº 1217 de 16 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Luiz Gonzaga Ferreira Júnior, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Luiz Gonzaga Ferreira Júnior, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, inscrito na matrícula funcional nº 7276, a partir de 27/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 27/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.
Willian Lofy
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1218/2015

PORTARIA Nº 1218/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALCÉLIA MACHADO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 3121/2015 em anexo no período de 30/03/2015 a 28/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1219/2015

PORTARIA Nº 1219/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANIA APARECIDA STEFFENS SAGAS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2819/2015 em anexo no período de 20/03/2015 a 26/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1221/2015

PORTARIA Nº 1221/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KATIA ELI PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2350/2015 em anexo no período de 09/03/2015 a 13/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1222/2015

PORTARIA Nº 1222/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KATIA ELI PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2596/2015 em anexo no período de 16/03/2015 a 20/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1224/2015

PORTARIA Nº 1224/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GIANE VARELA, ocupante do

Cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2736/2015 em anexo no período de 19/03/2015 a 17/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1225/2015

PORTARIA Nº 1225/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARLICE TERESINHA ZANOTTO, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2906/2015 em anexo no período de 22/03/2015 a 25/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1226/2015

PORTARIA Nº 1226/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MÁRCIO ROBERTO SOARES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3342/2015 em anexo no período de 31/03/2015 a 30/06/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1227/2015

PORTARIA Nº 1227/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LILIAN GREYCI AMORIM, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3417/2015 em anexo no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1228/2015

PORTARIA Nº 1228/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3417/2015 em anexo no período de 19/03/2015 a 05/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1229/2015

PORTARIA Nº 1229/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2614/2015 em anexo no período de 04/03/2015 a 12/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1230/2015

PORTARIA Nº 1230/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELITE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2968/2015 em anexo no período de 26/03/2015 a 04/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1231/2015

PORTARIA Nº 1231/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GUILHERME MULLER MARIA,

ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3135/2015 em anexo no período de 28/03/2015 a 06/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1232/2015

PORTARIA Nº 1232/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAMARA VIEIRA LAURENTINO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2190/2015 em anexo no período de 25/03/2015 a 03/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1233/2015

PORTARIA Nº 1233/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAMARA VIEIRA LAURENTINO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2785/2015 em anexo no período de 21/03/2015 a 25/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1234/2015

PORTARIA Nº 1234/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAMARA VIEIRA LAURENTINO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3344/2015 em anexo no período de 04/04/2015 a 13/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1235/2015

PORTARIA Nº 1235/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ECLAIR DARLETE CONSTANCIO DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3327/2015 em anexo no período de 01/04/2015 a 15/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1236/2015

PORTARIA Nº 1236/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSANA DAS NEVES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2709/2015 em anexo no dia 06/03/2015 e nos períodos de 02/03/2015 a 03/03/2015 e de 19/03/2015 a 20/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1237/2015

PORTARIA Nº 1237/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIETE AOARECIDA DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3132/2015 em anexo nos períodos de 25/03/2015 a 27/03/2015 e de 30/03/2015 a 02/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1238/2015

PORTARIA Nº 1238/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SUELLEN LUIZA RODRIGUES,

ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2909/2015 em anexo no dia 04/03/2015 e no período de 23/03/2015 a 25/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1239/2015

PORTARIA Nº 1239/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IRIANE APARECIDA ROSA CARMINATTI, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3103/2015 em anexo no período de 27/03/2015 a 02/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1240/2015

PORTARIA Nº 1240/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI DOS SANTOS CORREIA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2154/2015 em anexo no período de 04/03/2015 a 18/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1241/2015

PORTARIA Nº 1241/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI DOS SANTOS CORREIA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2678/2015 em anexo no período de 19/03/2015 a 25/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1242/2015

PORTARIA Nº 1242/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VILDINEIA LONGEN, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2888/2015 em anexo no período de 25/03/2015 a 27/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1243/2015

PORTARIA Nº 1243/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JAQUELINE LEONIDA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2590/2015 em anexo no período de 16/03/2015 a 20/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1244/2015

PORTARIA Nº 1244/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERENICE CRISTINA LUCCAS, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2491/2015 em anexo no período de 13/03/2015 a 27/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1245/2015

PORTARIA Nº 1245/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIO CESAR DE AMORIM, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA - SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2598/2015 em anexo no período de 18/03/2015 a 01/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1246/2015

PORTARIA Nº 1246/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PAOULA RIBEIRO GOMES, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3004/2015 em anexo no período de 26/03/2015 a 09/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1247/2015

PORTARIA Nº 1247/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGINA CARDOSO, ocupante do Cargo temporário de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3068/2015 em anexo no período de 26/03/2015 a 06/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1248/2015

PORTARIA Nº 1248/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREA GARCIA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2573/2015 em anexo no período de 17/03/2015 a 31/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1249/2015

PORTARIA Nº 1249/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARLA BEATRIZ KONS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2719/2015 em anexo no período de 18/03/2015 a 16/05/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1250/2015

PORTARIA Nº 1250/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDELICE MARIA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3002/2015 em anexo no período de 24/03/2015 a 26/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1251/2015

PORTARIA Nº 1251/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA GORETE FERNANDES QUINTINO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3272/2015 em anexo no período de 26/03/2015 a 05/06/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1252/2015

PORTARIA Nº 1252/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NELI FATIMA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em

virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3373/2015 em anexo no período de 06/04/2015 a 10/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1253/2015

PORTARIA Nº 1253/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELAINE ROBERTA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3389/2015 em anexo no período de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1254/2015

PORTARIA Nº 1254/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LEORENI ANTONIA VIEIRA CARNEIRO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2800/2015 em anexo no período de 23/03/2015 a 06/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1255/2015

PORTARIA Nº 1255/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA GORETI MEIER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2859/2015 em anexo no período de 05/04/2015 a 04/05/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1256/2015

PORTARIA Nº 1256/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NINA ROSA ALBINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3214/2015 em anexo no período de 03/04/2015 a 03/07/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1257/2015

PORTARIA Nº 1257/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS BORGES, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2623/2015 em anexo no período de 17/03/2015 a 26/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1258/2015

PORTARIA Nº 1258/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS BORGES, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3104/2015 em anexo no período de 27/03/2015 a 09/05/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1259/2015

PORTARIA Nº 1259/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA

ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2972/2015 em anexo no período de 09/03/2015 a 09/05/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1260/2015

PORTARIA Nº 1260/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KLEBER ODAIR SILVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2657/2015 em anexo no período de 11/03/2015 a 10/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1261/2015

PORTARIA Nº 1261/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE GUILHERME TEIXEIRA DE ARAUJO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2330/2015 em anexo no período de 10/03/2015 a 08/06/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1262/2015

PORTARIA Nº 1262/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TAINARA FERREIRA, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3007/2015 em anexo no período de 24/03/2015 a 27/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1263/2015

PORTARIA Nº 1263/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), WALMIR SILVA DE ARGENIO, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 2261/2015 em anexo no período de 07/03/2015 a 08/03/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1264/2015

PORTARIA Nº 1264/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILVANA CESCONETTO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 2737/2015 em anexo no período de 20/03/2015 a 19/05/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1265/2015

PORTARIA Nº 1265/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ISABEL CAMACHO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 2982/2015 em anexo no período de 23/03/2015 a 22/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1266/2015

PORTARIA Nº 1266/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILDA MELO TEIXEIRA RIEKE, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 2960/2015 em anexo no período de 23/03/2015 a 20/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1267/2015

PORTARIA Nº 1267/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DAYANE MAGALI LEITE LEMONIE PLATEN, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 3482/2015 em anexo no período de 03/04/2015 a 12/04/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1268/2015

PORTARIA nº 1268 de 16 de abril de 2015

Concede ao(a) servidor(a) Luciana Vieira Kuhnen Sarkis, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7602, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) Luciana Vieira Kuhnen Sarkis, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7602, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

Ramon WollingER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1269/2015

PORTARIA nº 1269 de 16 de abril de 2015

Concede ao(a) servidor(a) Walmir Silva de Arcenio, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10270, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) Walmir Silva de Arcenio, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10270, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1270/2015

PORTARIA nº 1270 de 16 de abril de 2015

Concede ao servidor Sineia da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Professor I, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Sineia da Silva, brasileira, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Professor I, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º A Gratificação concedida será custeada exclusivamente pelo Tesouro Municipal, observada a aplicação do art. 140 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 16 de abril de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

TP 100/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 100/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE DE GESTÃO DE OBRAS PARA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.RECURSO PNAFM.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 06/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 06/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 16 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TP 104/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 104/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PARA A REDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.RECURSO PNAFM.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 15:45 horas do dia 06/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas do dia 06/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 16 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TP 107/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 107/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO SETOR DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.RECURSO PNAFM.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 11/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às

14:00 horas do dia 11/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 16 de abril de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TP 125/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 125/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (FRIGOBAR E TV MONITOR), COM INTUITO DE COMPOR A DENOMINAÇÃO MOBILIÁRIA PARA O SETOR DE PROCESSAMENTO DE DADOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECURSO PNAFM.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 07/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 07/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 16 de abril de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.091/2015

LEI Nº 8.091, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Incentivo ao Uso Sustentável da Água, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 22 de março (Dia Mundial da Água).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.092/2015

LEI Nº 8.092, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º, DA LEI Nº 7.623, DE 30 DE MAIO DE 2011.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º, da Lei nº 7.623, de 30 de maio de 2011, que "Institui a 'Semana Cultural das Bandas e Fanfarras' no Município de Blumenau", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 22 de novembro - Dia do Músico." (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.093/2015

LEI Nº 8.093, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º, DA LEI Nº 7.515, DE 31 DE MARÇO DE 2010.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º, da Lei nº 7.515, de 31 de março de 2010, que "Institui o Dia do Rotary Club Internacional, no Município de

Blumenau", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia do Rotary, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de fevereiro." (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.094/2015

LEI Nº 8.094, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO LÍDER COMUNITÁRIO", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Líder Comunitário, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de abril.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.095/2015

LEI Nº 8.095, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DESAFETA E AUTORIZA A PERMUTA DE IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR IMÓVEL PERTENCENTE A SPERANZINI ENGENHARIA LTDA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica desafetada da categoria de bem de uso comum do povo, passando a dos bens dominicais, uma área de terras integrante de propriedade do Município de Blumenau, caracterizada como parte do traçado da Rua Maria Muller Gieseler, no bairro Velha, contendo 539,48m², fazendo frente em seis linhas, sendo a primeira, a partir do lado direito, de 8,49m com o leito da referida via pública, a segunda, em direção aos fundos, de 2,38m, a terceira, em curva convexa, de 4,74m, a quarta, em direção ao lado esquerdo, de 22,73m, a quinta, em direção a frente, de 4,00m, e a sexta, novamente em direção ao lado esquerdo, de 14,40m, todas com terras de Speranzini Engenharia Ltda; fundos em três linhas, sendo a primeira a partir do lado direito, de 34,00m, a segunda, em direção aos fundos, de 2,00m e a terceira, novamente em direção ao lado esquerdo, de 14,40m, todas com terras de Speranzini Engenharia Ltda; extremado pelo lado direito em 13,70m e pelo lado esquerdo em 14,40m, ambos com terras de Speranzini Engenharia Ltda, área esta avaliada em R\$215.792,00 (duzentos e quinze mil, setecentos e noventa e dois reais).

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terras descrita no art. 1º desta Lei pela área de terras de propriedade de Speranzini Engenharia Ltda, sem benfeitorias, contendo 360,26m², integrante do terreno matriculado no 2º Ofício

de Registro de Imóveis dessa Comarca sob n. 41105, localizada na Rua Maria Muller Gieseler, no bairro Velha, fazendo frente em 19,94m com a Rua Maria Muller Gieseler fundos em 19,94m com terras de Speranzini Engenharia Ltda; extremado pelo lado direito em 17,90m com terras de Speranzini Engenharia Ltda e pelo lado esquerdo em 18,24m com terras de Edgar Schacht, área esta avaliada em R\$144.104,00 (cento e quarenta e quatro mil, cento e quatro reais).

Art. 3º. O valor correspondente à diferença entre a avaliação dos imóveis envolvidos na permuta de que trata esta Lei, de R\$71.688,00 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais), deverá ser pago pela permutante Speranzini Engenharia Ltda ao Município de Blumenau na forma e condições a serem estipuladas em contrato a ser firmado entre as partes.

Parágrafo primeiro. O valor previsto no caput deste artigo será atualizado pelo CUB até a data de seu pagamento ao Município de Blumenau.

Art. 4º. A Rua Maria Müller Gieseler, denominada pela Lei nº 5878, de 25 de abril de 2002, passa a ter a extensão de 88,00m.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.608/2015

PORTARIA Nº 18.608, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

MARCIA TEREZINHA PAES KUSTER, do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 06 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2677/04/2015;

LEANDRO DOS SANTOS LIMA, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 08 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2701/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.616/2015

PORTARIA Nº 18.616, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 296/2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 296-2014, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização na Rua Prefeita Dorcelina Folador, localizada no Bairro Fortaleza, na cidade de Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 027/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.617/2015

PORTARIA Nº 18.617, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 297/2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 297-2014, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização na Rua Juventino Pamplona, localizada no Bairro Garcia - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 027/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.618/2015

PORTARIA Nº 18.618, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 298/2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de

março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 298-2014, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua Georg Wilhelm Adolf Trager, localizada no Bairro Fortaleza - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 027/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.619/2015

PORTARIA Nº 18.619, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 299/2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 299-2014, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua Francisco Xavier Deschamps, localizada no Bairro Passo Manso - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 027/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.620/2015

PORTARIA Nº 18.620, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 300/2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 300-2014, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua Helmuth Rautenberg, localizada no Bairro Passo Manso - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 027/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.621/2015

PORTARIA Nº 18.621, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 301/2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 301-2014, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua Vladimir Hersog, localizada no Bairro Itoupava Central - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 027/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.622/2015

PORTARIA Nº 18.622, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 005/2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 005-2015, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua Eduard Tierling, localizada no Bairro Nova Esperança - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 028/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.623/2015

PORTARIA Nº 18.623, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 006/2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 006-2015, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua Rosa Bielau, localizada no Bairro Velha Central - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 028/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.624/2015

PORTARIA Nº 18.624, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 007/2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 007-2015, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua José Ramos, localizada no Bairro Salto Weissbach - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 028/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.625/2015

PORTARIA Nº 18.625, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLNEI SCHIESTL, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 008/2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 008-2015, que objetiva a execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização na Rua Carlos Kath, localizada no Bairro Itoupavazinha - Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no Edital de Concorrência nº 028/2014:

VOLNEI SCHIESTL, servidor público municipal, matrícula nº 21634-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 006/2015

EXTRATO - CONVÊNIO Nº 006/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

BANCO BRADESCO S.A.

OBJETO: Concessão de empréstimo, pelo CONVENIADO, sob garantia de consignação em folha de pagamento, aos servidores públicos municipais efetivos, aposentados e pensionistas pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do MUNICÍPIO (CONCEDENTE).

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Administração.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

VALOR DO CONVÊNIO: Não haverá repasse de recursos financeiros.

PRAZO: De 01 de fevereiro de 2015 até 31 de janeiro de 2016.

DATA: 02 de fevereiro de 2015.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 12/2015 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 12/2015

ALTERA O COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE PARA ADEQUAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DO PÚBLICO ALVO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento

Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, que em seu art. 7º, inciso II, dispõe sobre a representação das Entidades Não Governamentais;
- a Resolução CMAS nº 075/2014, de 12 de novembro de 2014, que altera o comprovante de inscrição da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE para adequação dos serviços executados pela entidade;
- a Correspondência externa nº 059/15, que solicita a correção para adequação do público alvo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
- a aprovação da alteração do comprovante de inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da faixa etária de 06 à 15 anos para jovens de 18 à 29 anos, adultos de 30 à 59 anos e idosos (as) com idade igual ou superior a 60 anos, em Plenária Ordinária do CMAS, conforme a Ata nº 06, de 15 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º. Alterar o comprovante de inscrição da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para adequação do público alvo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, executados pela Associação, conforme anexo que constitui parte integrante desta Resolução.

Art. 2º O referido comprovante de inscrição, deverá ser fixado em local de fácil visualização, por parte dos usuários e da comunidade em geral.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de abril de 2015.

Lílian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, inscrição nº 010/2011.

A Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ 82. 656. 554/0001 - 06, com sede em Blumenau é inscrita neste Conselho, sob o número 010/2011, desde 01/03/2012.

A Entidade executa os Serviços:

- 1: Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - SEPREDI.
 - 2: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas.
 - 3: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para jovens de 18 à 29 anos, adultos de 30 à 59 anos e idosos (as) com idade igual ou superior a 60 anos.
- Endereço: Rua Casemiro de Abreu, 216, bairro Vila Nova - Blumenau/SC.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Blumenau, 15 de abril de 2015.

Lílian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado na Plenária em 15 de abril de 2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 13/2015 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2015

Dispõe sobre a convocação para o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Gestão 2015/2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social,

CONSIDERADO:

- o disposto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014 do Conselho Municipal de Assistência Social.

- a Resolução CMAS nº. 011/2015 que institui a Comissão Eleitoral dos Conselheiros da sociedade civil para o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de Blumenau, biênio 2015/2017, e nomeia seus componentes.

- a aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária datada de 15 de abril de 2015, conforme consta em Ata CMAS nº. 06/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar representantes de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS e representantes de entidades e organizações de assistência social para participarem do processo eleitoral da representação da sociedade civil no CMAS, Gestão 2015/2017.

Art. 2º O processo eleitoral para representação da sociedade civil no CMAS, Gestão 2015/2017 dar-se-á mediante convocação do presidente do CMAS através de Edital de Convocação.

Parágrafo Único: No Edital constarão as normas para inscrição de candidatos e credenciamento de delegados, que participarão do processo de escolha dos conselheiros não governamentais, gestão 2015/2017, bem como calendário do processo.

Art. 3º O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta exclusivamente por conselheiros municipais representantes da sociedade civil, instituída pelo CMAS através da Resolução nº. 011/2015.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de abril de 2015.

Lilian Kuzma Braz

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO Nº 065/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 065/2015

Dispensa de Licitação nº. 037/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, VII, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a COMPRA DE MATERIAIS DE REFRIGERAÇÃO PARA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB. Valor: R\$ 15.749,71 (quinze mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos).

Contratadas:

- Casa dos Aquecedores Ltda. ME (R\$ 422,00);

- Iury Luiz de Amorim - ME (R\$ 1.332,60);

- Refrigeração Dufrio Comércio e Importação Ltda. (R\$9.969,71);

- Refrigeração Reconfrio Ltda. (R\$ 4.20,00).

Elemento de Despesa: Projetos Especiais (3.3.90.30).

Blumenau, 10 de abril de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Reitor

EXTRATO Nº 073/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 073/2015

Dispensa de Licitação nº. 040/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SERVIÇOS GERAIS E JARDINAGEM NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

Valor: R\$ 48.680,00 (quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta reais) mensais, em contrato de 6 (seis) meses.

Contratadas: Construtora Sasse Ltda.

Elemento de Despesa: Pró-Reitoria de Administração (3390.3901).

Blumenau, 15 de abril de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Reitor

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 04/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 04/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial para a Câmara Municipal de Blumenau, conforme as especificações constantes do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 30/04/2015

HORÁRIO: 10 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, centro, Blumenau - SC

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 às 19 horas, de 2ª à 6ª feira ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 17 de abril de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

ERRATA LEI 8.090**ERRATA**

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 14 de abril de 2015, Lei nº 8.090.

Onde se lê:

"NAPOLEÃO BERNARDES NETO, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:"

Leia-se:

"MARCOS DA ROSA, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:"

RESOLUÇÃO MD Nº 2.300

RESOLUÇÃO MD Nº 2.300

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA FRANCINE WINCKLER BRUSTOLIN KESTERING.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Imprensa à servidora pública efetiva Francine Winckler Brustolin Kesting, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria de Comunicação, para exercer as funções previstas no art. 49-B, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.301

RESOLUÇÃO MD Nº 2.301

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO ANDRÉ DE SOUSA ROEPKE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Pesquisas Legislativas e Jurídicas ao servidor público efetivo André de Sousa Roepke, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Procuradoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 35, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.302

RESOLUÇÃO MD Nº 2.302

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO EUCLIDES EDUARDO PEREIRA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Elaboração Legislativa ao servidor público efetivo Euclides Eduardo Pereira, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Procuradoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 33, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.303

RESOLUÇÃO MD Nº 2.303

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO
RAMSÉS OLIVEIRA COSTA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Apoio do Programa Vereador Mirim ao servidor público efetivo Ramsés Oliveira Costa, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Legislativa, para exercer as funções previstas no art. 26-L, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.304

RESOLUÇÃO MD Nº 2.304

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA
NEUSEMARI BERNARDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação

de Função de Coordenador de Trâmite de Proposições à servidora pública efetiva Neusemari Bernardes, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Legislativa, para exercer as funções previstas no art. 26-D, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.305

RESOLUÇÃO MD Nº 2.305

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO
ARY MOLIN JÚNIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Sessão Legislativa ao servidor público efetivo Ary Molin Júnior, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Legislativa, para exercer as funções previstas no art. 26-F, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.306

RESOLUÇÃO MD Nº 2.306

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA
CAMILA VIEIRA MENDES DE MELO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Comissões Legislativas à servidora pública efetiva Camila Vieira Mendes de Melo, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Legislativa, para exercer as funções previstas no art. 26-B, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.307

RESOLUÇÃO MD Nº 2.307

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO
DAVI FLORIANI COELHO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 9 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Serviços de Informática ao servidor público efetivo Davi Floriani Coelho, de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Assessoria Administrativa, para exercer as funções previstas no art. 41, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da

Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.308

RESOLUÇÃO MD Nº 2.308

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM VISITA TÉCNICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Mário Hildebrandt, em visita técnica ao Ministério das Cidades, acompanhando o Prefeito Municipal Napoleão Bernardes Neto, em Brasília (DF), nos dias 14 e 15 de abril de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação no evento.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.309

RESOLUÇÃO MD Nº 2.309

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM VISITA TÉCNICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Fábio Allan Fiedler, em visita técnica ao Ministério das Cidades, acompanhando o Prefeito Municipal Napoleão Bernardes Neto, em Brasília (DF), nos dias 14 e 15 de abril de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação no evento.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.310

RESOLUÇÃO MD Nº 2.310

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MAURÍCIO XAVIER MULLER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida, a partir de 13 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Apoio Técnico Contábil à Comissão Permanente ao servidor público efetivo Maurício Xavier Muller, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Legislativa, para exercer as funções previstas no art. 26-H, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.311

RESOLUÇÃO MD Nº 2.311

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do servidor público Ramsés Oliveira Costa, no lançamento do Programa Vereador Mirim de Criciúma (SC), nos dias 16 e 17 de abril de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao servidor público participante.

Parágrafo único. Acompanhará o servidor público participante, o servidor público José Fabiano Mireider, na condição de motorista transportador, a quem fica autorizado o pagamento de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o servidor público deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.312

RESOLUÇÃO MD Nº 2.312

NOMEIA ALVERSIO JOSÉ FABIANO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 14 de abril de 2015, Alversio José Fabiano, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Fábio Allan Fiedler - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****DECRETO Nº 4.699, DE 13 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE A 5ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 4.699, DE 13 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE A 5ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: Que, Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme as disposições da Lei Federal 8.142/90,

CONSIDERANDO: A decisão do Conselho Municipal de Saúde no sentido de realizar a 5ª Conferência Municipal de Saúde como etapa da 15ª Conferência Nacional de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica decretada a realização da 5ª Conferência de Saúde do Município de Bom Jesus do Oeste, a ser realizada no dia 24 de junho de 2015, as 13 horas no Centro de Convivência de Idosos nesta cidade.

Art. 2º - O tema central da Conferência será a "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 3º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberada pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º - Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade a devida publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 13 de abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

DECRETO Nº. 4705/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4705/2015 de 16 de Abril de 2015

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 02/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;
D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão

de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº. 02/2015, que tem por objeto Aquisição de gêneros de alimentação da agricultura familiar para alimentação escolar.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Fornecedor Vencedor	Descrição do Produto	Quantidade	Total
01	Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha – Cooperagir	Biscoito Caseiro	200	2.100,00
02	Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha – Cooperagir	Cuca	186	1.488,00
03	Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha – Cooperagir	Pão Cachorro Quente	350	2.450,00
04	Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha – Cooperagir	Macarrão	120	840,00
05	Marins Medeiros	Morango	179	1.790,00
06	Clevio Dichel	Brócolis	50	150,00
07	Clevio Dichel	Mandioca	60	225,00
08	Clevio Dichel	Repolho	140	280,00
09	Clevio Dichel	Alface	300	450,00
10	Clevio Dichel	Tempero Verde	220	440,00
11	Clevio Dichel	Feijão	60	240,00
12	Clevio Dichel	Laranja	400	600,00
13	Clevio Dichel	Limão	50	125,00
14	Clevio Dichel	Milho em Espigas	400	240,00
15	Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha – Cooperagir	Macarrão para Sopa	25	175,00
16	Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha – Cooperagir	Esfira Assada	2.500	2.750,00
Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha – Cooperagir		R\$ 9.803,00	(nove mil oitocentos e três reais)	
Clevio Dichel		R\$ 2.750,00	(dois mil setecentos e cinquenta reais)	
Marins Medeiros		R\$ 1.790,00	(um mil setecentos e noventa reais)	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de

setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 16/04/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2015 DE 15 DE ABRIL DE 2014.

PORTARIA Nº 069/2015, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. CLEIDE FACHINI SENGHER, inscrita na matrícula nº 166-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 15 de abril de 2015 a 26 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2015 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 070/2015, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de abril do ano 2015, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), mediante requerimento formal e apresentação de comprovantes, conforme relação e percentuais abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Jucele Carla Suckow	702-1	14%
Marise Lucia Halberstadt	698-0	6%
Janete Terezinha Diel Rossi	562-2	6%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de abril 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****356.04.15 - PORT. MEMBROS CONTROLE INTERNO**

Portaria n.º 356/15 de 08.04.15.

Altera a Composição dos Membros da Unidade de Coordenação do Sistema de Controle Interno.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro- SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei n.º 1720 de 17.12.03 e o Art. 57 Parágrafo Primeiro da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03;

Resolve:

Art. 1º Fica alterada a composição dos membros da Unidade de Coordenação do Sistema de Controle Interno, de acordo com a indicação abaixo descrita:

I - Coordenador: Marcia Denize Schiestl Grudtner

II - Coordenador Adjunto: Olávio Rovaris

III - Secretário: Verlani Possenti

IV - Vice Secretário: Maria Elisa Nunes Bianchi

V - Conselho Fiscal: Saulo Steimbach

Neiva Regina Deinani Moretti

Ericleia Faustino da Mota

Art. 2º Pelo período de nomeação os funcionários designados perceberão uma gratificação correspondente a 30% do vencimento do cargo, conforme determina a Lei Complementar n.º 01/03 de 02 de Dezembro de 2003.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário Especialmente as Portarias nº 202/08 de 25.03.08, a Portaria nº 099/09 de 04.02.09, a Portaria nº 204/2010 de 26.03.10, a Portaria nº 217/11 de 25.03.2011, a Portaria nº 360/13 de 01.04.13 e a Portaria nº 946/14 de 12.11.14.

Publique-se e Comunique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Secret. Munic. Adm. e Fazenda

357.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARILENE C. FILHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 357/15 de 08.04.15
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 07 de abril com término no dia 06 de maio de 2015, a funcionária Marilene Cabral Filha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambara.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

358.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. JANIA CASTANHEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 358/15 de 08.04.15
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 08 de abril de 2015, a funcionária Jânia Castanheiro, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

359.04.15 - P. DES. TEC. ENF. SOC. CARLOS L. SCHULLER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 359/15 de 08.04.15
Designa Técnico Enfermagem Socorrista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso V da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da

Constituição Federal, e dá outras providências, da Lei Complementar Nº 30/10 de 16 de dezembro de 2010 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14;

Resolve:

Designar Carlos Leonardo Schuller, para atuar como Técnico Enfermagem Socorrista, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Técnico Enfermagem Socorrista - Padrão I, Nível 4, com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU a contar do dia 08 de abril de 2015, com validade enquanto durar o programa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

360.04.15 - P. DES. TEC. ENF. SOC. JOÃO D. CORREA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 360/15 de 08.04.15
Designa Técnico Enfermagem Socorrista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso V da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências, da Lei Complementar Nº 30/10 de 16 de dezembro de 2010 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14;

Resolve:

Designar João Daniel Corrêa, para atuar como Técnico Enfermagem Socorrista, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Técnico Enfermagem Socorrista - Padrão I, Nível 4, com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU a contar do dia 08 de abril de 2015, com validade enquanto durar o programa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

361.04.15 - P. DES. TEC. ENF. SOC. ELIANE LEANDRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 361/15 de 08.04.15
Designa Técnico Enfermagem Socorrista Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso V da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências, da Lei Complementar Nº 30/10 de 16 de dezembro de 2010 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14;

Resolve:

Designar Eliane Leandro, para atuar como Técnico Enfermagem Socorrista, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Técnico Enfermagem Socorrista - Padrão I, Nível 4, com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, em virtude de sua classificação em 3º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU a contar do dia 08 de abril de 2015, com validade enquanto durar o programa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

362.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JORGE M. F. MOTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 362/15 de 10.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de abril de 2015, ao funcionário Jorge Murilo Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - Padrão I - Nível 15, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

363.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELISIANE L. MENEGAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 363/15 de 10.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de abril de 2015, a funcionária Elisiane de Lins Menegaz, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

364.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 364/15 de 10.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de abril de 2015, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

365.04.15 - P. EXON. EUCLEBIA S. P. LOPES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 365/15 de 10.04.15
Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Euclebia dos Santos Pereira Lopes, do Cargo de Motorista Socorrista - Padrão I - Nível - 04 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 547/2014 de 16.06.2014, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU, a contar do dia 10 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

366.04.15 - P. DES. MOT. SOC. ALEX J. EGER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 366/15 de 13.04.15

Designa Motorista Socorrista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso V da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências, da Lei Complementar N.º 30/10 de 16 de dezembro de 2010 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14;

Resolve:

Designar Alex Juliano Eger, para atuar como Motorista Socorrista, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Motorista Socorrista - Padrão I, Nível 4, com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, em virtude de sua classificação em 6º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003 e pela Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU a contar do dia 13 de abril de 2014, com validade enquanto durar o programa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

367.04.15 - P. LIC. VENCIMENTO MARCIA R. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 367/15 de 13.04.2015
Concede Licença Sem Vencimento

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 80 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 020/2015 de 13.04.15, Licença Sem Vencimento pelo período de 03 (três) anos, para tratar de assuntos particulares, a funcionária Márcia Regina da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1 - do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula. A contar do dia 13 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

368.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TANIA T. G. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 368/15 de 13.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 13 de abril com término no dia 19 de abril de 2015, a funcionária Tânia Terezinha Goedert Neckel, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - Ginásio de Esportes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

369.04.15 - PORTARIA TAXISITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 369/15 de 16.04.2015
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TAXI PARA O SR. ALEX JULIANO EGER E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº

2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. ALEX JULIANO EGER, inscrito no C.P.F. n.º 050.279.929-39, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

370.04.15 - P. DES. PROF. ARNILI J. B. HEMKEMEIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 370/15 de 16.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Arnili Janete B. Hemkemeier, para atuar como Professor Artes, 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 01/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental - Artes, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

371.04.15 - P. DES. PROF. VANDERLI K. MANENTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 371/15 de 16.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Vanderli Kraus Manenti, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Serra dos Lorenzi, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 01/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

372.04.15 - P. DES. PROF. VANDERLI K. MANENTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 372/15 de 16.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Vanderli Kraus Manenti, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Serra dos Lorenzi, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública 01/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

373.04.15 - P. DES. PROF. JAQUELINE S. ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 373/15 de 16.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Jackeline Santos de Abreu, para atuar como Professora de Artes 40 horas semanais no Espaço Cultural Aberto, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo nº 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro

de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

374.04.15 - P. DES. PROF. ELIANA AP. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 374/15 de 16.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Eliana Aparecida Alves, para atuar como Professora Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 12º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

375.04.15 - P. DES. PROF. TATIANI D. BERNIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 375/15 de 16.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tatiani Deucher Bernieri, para atuar como Professor Ensino Infantil 20 horas semanais no Pré Escolar São José, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública 01/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

376.04.15 - P. DES. SERV. ROSENILDA B. S. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 376/15 de 16.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Rosenilda de Brito Santos Silva, para atuar como Servente 40 horas semanais na Escola do Campo Cambará, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Marilene Cabral Filha que encontra-se em Licença para acompanhamento de familiar doente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

377.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA P. SCHNEIDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 377/15 de 16.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de abril de 2015, a funcionária Ana Paula Schneider, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

378.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 378/15 de 16.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 09 e 10 de abril de 2015, a funcionária Ana Paula da Silva, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto de Saúde Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

379.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARIA I. S. BRIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 379/15 de 16.04.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 30 de março com término no dia 01 de abril de 2015, a funcionária Maria Inês da Silva de Brida, Ocupante do cargo de Servente - Nível 1, 40 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto de Saúde Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

380.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA I. S. BRIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 380/15 de 16.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 06 de abril com término no dia 12 de abril de 2015, a funcionária Maria Inês da Silva de Brida, Ocupante do cargo de Servente - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto de Saúde Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

381.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIT. P. HEMKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 381/15 de 16.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de abril de 2015, a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemkemaier, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

382.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE E. R. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 382/15 de 16.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 14 de abril com término no dia 17 de abril de 2015, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

383.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. NEIDE M. SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 383/15 de 16.04.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 07 de abril de 2015, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MINUTA EDITAL PP 04/2015 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público Edital Pregão Presencial 04/2015 para Aquisição de suprimentos de informática para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro no exercício de 2015. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 04/05/15 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de abril de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCURSO 13.04.2015



Estado de Santa Catarina
Município de Bom Retiro
Concurso Público n.º 01/2015



CLASSIFICAÇÃO FINAL - 13/04/2015

Cargo:	Assistente Administrativo									
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	307	CHRISTIANO CELMER BALZ	042.579.199-81	23/04/1982	8	7	3	16	NA	8,40
2	258	CRISTINE MARLA NASATO GRIGOLO	048.399.169-42	25/02/1986	8	6	2	15	NA	7,70
3	88	ANDRESA POSSENTE BONIN	063.335.609-36	19/02/2015	5	3	5	15	NA	7,10
4	304	LUCAS DANIEL DE SOUZA	060.994.709-56	10/12/1986	6	6	3	13	NA	6,90
5	209	ANA PAULA CHINI	055.994.579-58	09/12/1992	7	2	4	14	NA	6,80
6	54	IREZ KAPITULA BOSQUETTI	026.621.259-00	26/12/1980	6	2	3	14	NA	6,40
7	216	DANIELA DOS SANTOS AMADEO	038.153.809-52	20/08/1982	7	4	1	13	NA	6,30
8	204	JOELCIO MENEGAZ	053.935.049-42	03/11/1995	7	4	2	12	NA	6,20
9	282	JORGE MURILO FAUSTINO DA MOTA	549.439.069-15	13/10/1965	6	3	4	12	NA	6,20
10	129	MARIANA RIZZOTTO MARINHO	096.494.459-60	16/01/1996	6	5	2	12	NA	6,20
11	275	BARBARA HASCKEL	089.367.999-24	17/05/1993	6	4	2	12	NA	6,00
12	101	AURELIO CABRAL SILVEIRA	075.513.659-40	21/02/1992	8	2	3	11	NA	5,90
13	306	KATIA DE ALMEIDA DO NASCIMENTO	052.161.609-30	26/03/1987	6	3	2	12	NA	5,80
14	225	ELIZABETH NAOIMI KOBAYASHI	984.725.850-34	25/04/1981	7	5	4	8	NA	5,60
15	127	LETÍCIA GOEDERT	104.511.589-80	15/03/1998	6	6	2	9	NA	5,50
16	241	BIANCA FONTANA WALTRICK	102.503.759-66	20/10/1994	6	5	2	9	NA	5,30
17	29	RENAN ANDRIGO BERNIERI	002.340.070-60	28/12/1983	8	5	3	7	NA	5,30
18	180	JANAINA PEREIRA RIBEIRO FLORES	053.969.616-19	23/09/1982	7	2	2	10	NA	5,20
19	25	DULCEARA FAUSTINO	694.657.209-25	20/01/1969	6	1	4	10	NA	5,20
20	9	PAULA ALVES DOS SANTOS DA SILVA	087.212.889-09	16/12/1994	6	2	4	9	NA	5,10
21	11	FRANIELI SCHLEMPER CHINI	079.657.359-03	06/12/1994	5	3	2	10	NA	5,00
22	104	VALÉRIA COSTA	100.542.029-73	29/10/1995	7	3	3	8	NA	5,00

Cargo: Escriturário

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	187	ALEXSANDER ANTUNES DE SOUZA	070.851.739-04	08/05/1990	6	6	4	14	NA	7,40
2	147	CAROLINE HELLEN ALVES	053.182.299-05	09/09/1993	7	5	3	11	NA	6,30
3	74	SUSANA MASSUQUETTI	062.958.159-28	09/04/1987	3	3	2	14	NA	5,80

Cargo: Farmacêutico / Bioquímico

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	206	PATRICIA DA CRUZ	082.799.359-59	15/07/1991	7	4	2	11	NA	5,90

2	103	MAURÍCIO JOSÉ GOEDERT	057.071.789-29	03/05/1986	6	3	4	10	NA	5,60
---	-----	-----------------------	----------------	------------	---	---	---	----	----	------

Cargo: Médico Veterinário

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	7	DEISE HEMCKMEIER	057.299.429-07	30/06/1987	7	6	3	15	NA	7,70
2	184	FABRÍCIO LEOCINO DA SILVA	053.747.039-51	25/05/1985	8	6	4	12	NA	7,20
3	192	BRUNA PAVEI SOUZA	079.218.199-90	19/09/1994	8	6	2	13	NA	7,10
4	299	ANDREIA RODRIGUES LEMES	074.201.779-61	18/04/1989	7	4	3	13	NA	6,70
5	288	FLAVIA SPALDING LESSA GARCIA	017.470.519-00	24/11/1976	7	4	4	12	NA	6,60
6	159	AMARILDO GRIGOLO	867.399.489-68	15/04/1976	8	3	2	2	NA	6,20
7	112	JOHNATAS DA MOTA DE ABREU	051.207.089-00	17/11/1989	6	5	3	11	NA	6,10
8	89	JOSEANE DONINA DERNER	029.425.469-21	10/09/1980	6	4	1	12	NA	5,80
9	106	DIOGO SCOTT	075.933.759-43	14/06/1989	6	4	2	11	NA	5,70
10	242	SAMIR MACHADO DA SILVA	063.342.219-30	02/07/1988	7	5	3	9	NA	5,70
11	285	JOSÉ GENÉSIO DA SILVA	055.985.849-30	05/06/1986	7	3	2	9	NA	5,10
12	39	LAYARA GOEDERT FAUSTINO	059.734.509-02	15/08/1988	5	3	4	9	NA	5,10

Cargo: Professor de Artes - 40 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	105	JACKELINE SANTOS DE ABREU	053.719.259-02	15/03/1987	5	1	2	13	NA	5,50

Cargo: Professor de Educação Física - 20 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	2	JULIANO DA CRUZ	022.347.279-44	01/01/1977	5	3	2	19	NA	7,70
2	16	VANDERLEI CORDOVA DE LIZ	083.449.079-00	19/04/1991	5	3	2	17	NA	7,10
3	284	DANIEL AUGUSTINHA COPET	009.441.369-07	08/05/1985	6	1	1	17	NA	6,70
4	79	MOACIR TEIXEIRA JUNIOR	027.932.209-73	16/07/1982	5	2	1	16	NA	6,40
5	246	MARILLIAN FLOR	094.960.969-21	14/06/1994	5	3	3	13	NA	6,10

Cargo: Professor de Educação Infantil - 30 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	77	MAICON DOUGLAS BARTH CHIQUETTI	069.108.359-21	27/01/1990	6	4	4	17	NA	7,90
2	19	TAYSE TRENTO SERAFIM GERBER	068.598.439-77	28/11/1990	7	4	3	16	NA	7,60
3	149	VALÉRIA MORETTI MASSUCHETTI	069.117.719-86	14/08/1989	6	4	2	17	NA	7,50
4	93	JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	983.888.519-34	23/02/1965	5	3	4	17	NA	7,50
5	179	ROSEMARY APARECIDA PÓGGERE	999.663.529-53	05/03/1967	7	3	4	15	NA	7,30
6	153	BRUNO SANGALETTI CARDOSO	061.723.799-92	19/09/1989	6	5	3	15	NA	7,30
7	22	FABIANA ANDRIEZA NETO	085.404.109-58	11/05/1992	5	2	3	17	NA	7,10
8	69	MARIANA DEUCHER	069.495.569-85	08/10/1989	7	1	3	16	NA	7,00

9	15	IARA DEUCHER	075.829.669-02	02/01/1991	6	3	2	16	NA	7,00
10	62	LAYS MELO VAZ	088.144.989-03	07/06/1993	6	4	1	16	NA	7,00
11	30	TATIANI DEUCHER BERNIERI	066.680.769-80	20/06/1988	7	1	2	16	NA	6,80
12	109	PATRICIA MICHELS HOFFMANN	038.938.569-78	06/01/1980	6	2	2	16	NA	6,80
13	114	VANDERLI KRAUS	057.609.749-71	20/05/1987	7	2	4	14	NA	6,80
14	94	IVONETE APARECIDA XAVIER	760.958.279-49	17/11/1974	6	4	4	13	NA	6,70
15	168	FERNANDA ROSA GORGES	024.501.129-36	25/07/1978	7	2	3	14	NA	6,60
16	1	DALISE BURATTO VAZ	084.833.189-38	28/07/1992	5	1	4	15	NA	6,50
17	310	ELISA CRISTINA PRADO WOLFF	070.933.859-74	05/02/1990	6	3	4	13	NA	6,50
18	34	MICHELLI PAULA POLMANN	031.321.599-56	21/02/1981	5	3	3	14	NA	6,40
19	78	ADRIANA STEINBACH	625.335.689-53	08/07/1968	5	2	2	15	NA	6,30
20	266	LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	062.119.289-98	06/08/1993	5	3	4	13	NA	6,30
21	50	ANA CARINA BROERING GORGES	019.323.379-70	26/06/1975	5	4	3	13	NA	6,30
22	157	MARIZETE APARECIDA BENKE MENA BARRETO	558.308.549-53	21/04/1969	5	2	3	14	NA	6,20
23	48	ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	038.022.779-70	03/08/1981	6	3	2	13	NA	6,10
24	280	ITATIANE OLIVEIRA MACHADO	062.503.079-66	21/08/1986	6	3	3	12	NA	6,00
25	6	JACQUELINE BLÖMER BELARMINDA	066.790.769-60	01/03/1989	6	2	2	13	NA	5,90
26	18	CRISTIANE APARECIDA CORDOVA	057.397.389-03	25/04/1986	6	3	1	13	NA	5,90
27	17	GABRIELA MORETTI DE SOUZA TRENTIN	066.330.849-60	10/02/1988	7	3	1	12	NA	5,80
28	309	MARCELE APARECIDA BECKER LAATSCH	026.572.069-99	20/08/1979	5	1	3	13	NA	5,70
29	144	JULIANA DEUCHER CARDOSO	080.090.249-10	22/09/1990	5	1	4	12	NA	5,60
30	120	GEAN KARLA MELO VIEIRA	021.545.009-43	04/08/1980	6	3	2	11	NA	5,50
31	247	LUANA DOS SANTOS	091.750.819-03	14/11/1993	5	2	4	11	NA	5,50
32	90	LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	057.553.249-13	22/10/1987	5	2	2	12	NA	5,40
33	60	ELIANA APARECIDA ALVES	080.090.229-77	16/04/1988	6	2	2	11	NA	5,30

Cargo: Professor de Ensino Fundamental - 20 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	183	MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	066.929.259-16	28/05/1992	5	4	2	19	NA	7,90
2	76	MAERLI MARTINHAGO	088.069.539-07	25/10/1994	7	3	2	17	NA	7,50
3	148	LUCIANA MORETTI HOFFMANN	059.489.039-07	10/08/1987	6	1	2	18	NA	7,20
4	96	HÉLIO TADEU SILVEIRA	551.821.609-25	22/05/1967	5	3	2	17	NA	7,10
5	66	TATIANI CASTANHEIRO	045.549.709-57	23/11/1983	6	1	2	17	NA	6,90
6	20	IDIANARA APARECIDA SERAFIM	047.605.079-06	21/10/1985	6	2	4	15	NA	6,90
7	139	MARIA APARECIDA DA SILVA SIMIANO	612.626.929-20	05/05/1968	6	1	1	17	NA	6,70
8	37	OSNI BARBOSA	385.986.049-68	06/07/1955	5	4	2	14	NA	6,40

Cargo: Professor de Ensino Infantil - 20 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	82	MARIA LUNALVA	694.656.739-00	26/03/1964	6	3	2	15	NA	6,70
2	59	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA GOEDERT	665.034.779-53	02/08/1965	5	2	3	15	NA	6,50
3	140	LUCRECIA BARBARA HEINZ DA ROSA	636.838.659-20	04/03/1968	6	3	2	14	NA	6,40

Cargo: Psicólogo

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	291	ALINE LUNARDELLI CALDEIRA	007.793.329-03	20/04/1990	8	4	2	18	NA	8,20
2	218	VANESSA DE MORAES MUNIZ	077.523.539-30	25/12/1989	7	4	4	14	NA	7,20
3	224	FABIO LESSA PERES	289.459.438-03	06/03/1979	7	5	5	12	NA	7,00
4	26	GÉSSICA ROSSINI	077.603.089-22	03/10/1992	6	6	5	12	NA	7,00
5	143	ANAMÉLIA CAROLINA HUMENIUK LOPES	075.707.019-17	30/08/1989	7	4	3	11	NA	6,10
6	31	MARIANA HEIDERSCHIEDT	054.152.129-22	12/05/1988	6	5	2	11	NA	5,90
7	249	JANAÍNA MIGUELINA SOUZA	062.872.539-67	29/09/1989	5	4	4	10	NA	5,60
8	261	KARIANE GONÇALVES RAMIOS	082.581.759-55	17/12/1991	5	3	4	10	NA	5,40

Cargo: Técnico em Contabilidade

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	308	MARISTELA JOSIANE LIBIODA	035.341.169-84	25/06/1982	7	5	2	13	NA	6,70
2	145	ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA	603.987.879-72	02/11/1968	5	5	4	13	NA	6,70
3	58	DOUGLAS SEEMANN	085.812.289-84	24/01/1993	6	6	1	12	NA	6,20
4	257	WALCIONE DIAS GOES	615.975.892-68	22/06/1977	7	4	5	10	NA	6,20

Cargo: Motorista

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	97	ACACIO BRANGER	037.486.229-02	17/08/1982	4	6	3	16	8,00	7,70
2	255	GILSON LUIZ MACHADO	015.996.519-55	17/02/1976	5	5	3	14	8,50	7,65
3	160	ARLINDIO WALTRICH DE SOUZA	025.291.319-10	07/01/1976	3	5	3	13	7,25	6,68
4	167	IDEVERT PALHANO	425.278.059-49	08/05/1961	4	4	3	11	7,50	6,50
5	219	VOULIR DA SILVA	021.676.159-06	31/05/1977	3	1	3	13	7,25	6,28

Cargo: Operador de Máquina Rodoviária

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	165	BRUNO DEUCHER	092.553.179-03	05/03/1994	6	5	1	15	9,50	8,20
2	263	LUCIANO SIMIANO SOARES	067.285.289-62	04/12/1989	6	6	2	13	8,50	7,60
3	113	ANDRE LUIZ DA CRUZ	066.038.139-71	23/10/1990	4	6	-	15	6,00	6,25

Cargo: Operador de Trator Agrícola

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	251	ARNALDO JEAN DO NASCIMENTO	028.628.799-40	11/12/1980	4	7	3	14	8,50	7,75
2	215	JULIANO BRANGER	042.209.039-50	13/05/1983	3	5	3	16	8,00	7,50
3	186	LINDOMAR PEREIRA	034.842.809-05	22/11/1981	5	4	3	14	7,00	6,80
4	177	RICARDO MICHEL DO NASCIMENTO	068.185.419-76	08/11/1990	7	3	3	12	5,50	5,85

5	150	OLIMPIO JUNIOR DE ALMEIDA	983.894.169-72	06/06/1973	4	4	4	11	5,50	5,60
6	287	EVERTON RAFAEL PEREIRA	042.963.869-80	05/06/1984	1	4	2	14	5,50	5,55

Cargo: Servente

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	296	JOYCE VIEIRA DA SILVA LEAL	144.823.197-32	09/08/1991	6	5	4	18	8,00	8,20
2	35	IZAURA CRISTINA HEIDERSCHIED DA SILVA	032.855.419-70	25/08/1982	8	5	4	18	7,00	7,90
3	276	KAROLIN BARBOSA	075.551.949-37	16/10/1990	7	5	3	15	7,50	7,50
4	87	VILMAIR FABIANE ROSA SCHWAMBACH	040.845.839-95	04/09/1981	7	5	4	14	7,50	7,45
5	142	MARCIA EGER ALEXANDRE	549.440.409-97	07/01/1964	6	4	3	15	7,50	7,30
6	47	MARCELA URBANO	057.299.419-27	29/11/1984	7	4	5	14	6,50	6,95
7	95	NELITA SALTZ MORETTI	035.021.229-54	04/04/1980	5	4	3	13	7,50	6,90
8	271	ANA LUCIA DA SILVA	023.288.979-16	10/09/1977	6	2	3	15	6,50	6,60
9	176	PÂMELA DEUCHER STEINBACH	077.002.079-84	01/05/1991	5	3	1	12	7,50	6,45
10	111	ELIANE HOFFMANN MAZZUCHETTI	038.669.819-88	01/05/1981	3	4	4	12	7,00	6,40
11	12	SILVANA CRISTINA ALANO	059.105.669-03	30/11/1987	4	4	4	11	7,00	6,35
12	193	MARINELI CRUZ	035.516.509-00	22/11/1978	3	4	4	10	7,50	6,35
13	161	ALINE PRANGE	092.066.929-84	07/04/1993	4	4	3	13	6,50	6,30
14	232	VALERIA SCOTTI	104.123.219-55	21/08/1996	5	3	2	10	7,50	6,25
15	72	JESSICA DO NASCIMENTO	070.808.459-12	16/04/1991	6	4	3	12	6,00	6,10
16	235	ANGELA MARIA RIBEIRO XAVIER DE LIS	021.720.259-41	26/01/1978	3	6	2	12	6,00	5,90
17	268	LUCILEIA FERREIRA CARVALHO	041.873.159-42	15/05/1983	5	4	2	13	5,50	5,80
18	295	ELIANE TEREZINHA DE BRIDA	053.602.438-30	14/10/1962	4	3	2	11	6,50	5,80
19	207	VANESSA SCOTTI	104.588.979-22	21/08/1996	7	4	2	10	6,00	5,80
20	188	JANETE APARECIDA ALVES CORREIA	035.010.419-00	18/02/1970	3	3	3	11	6,50	5,80
21	45	ONÉRIA APARECIDA SANTOS ALVES	072.506.669-59	19/10/1970	2	5	3	10	6,50	5,75
22	303	JANETE MOREIRA DA SILVA OLIVEIRA	919.848.319-68	12/03/1974	5	5	4	10	5,00	5,40

Cargo: Trabalhador Braçal

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	259	LEANDRO ALVES	031.319.369-08	09/07/1982	6	6	4	17	8,00	8,15
2	211	JOCELINO DA ROSA	051.191.059-20	12/01/1998	4	2	2	15	7,50	6,80

Cargo: Vigia

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	265	VOLNEI BRANGER	037.320.319-50	11/12/1982	5	6	4	16	8,00	7,90
2	312	ALEX DOS SANTOS FRANCISCO	082.726.099-75	08/02/1992	5	6	3	13	7,50	7,10
3	189	PAULO FERNANDES KUHIL	932.594.849-49	08/10/1969	3	4	3	10	8,00	6,50

Legenda:
DN - DATA DE NASCIMENTO
NA - NÃO SE APLICA

Botuvera**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO EDITAL PL17-PP06-2015 -
ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO Nº. 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015-RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna pública a RETIFICAÇÃO DO EDITAL do Processo Licitatório acima descrito, para aquisição de MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, estando a íntegra do texto disponível no site www.botuvera.sc.gov.br. O Recebimento da Documentação, Propostas e abertura da sessão, passa a ser às 15:30 Horas do dia 05/05/2015, na sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170/3359-3200 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br Botuverá -SC, 16 de Abril de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo**PREFEITURA****DECRETO 047/2015**

DECRETO Nº.047/2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.013 - Manutenção de Repetidoras/Telefone/Internet
(23) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de 5.000,00 (Cinco mil reais), fica suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.013 - Manutenção de Repetidoras/Telefone/Internet
(24) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 35 2015

EXTRATO DE CONTRATO 35/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratado: Antonio Hempkemaier

CPF: 518.118.639-49

com Sede na localidade Serril

Braço do Trombudo - SC.

Objeto: Locação de imóvel pra fins de utilização da Estação de Tratamento de Água do município de Braço do Trombudo

Valor: R\$ 1,080,00 (Hum mil e oitenta reais)

Vigência até 31/12/2015.

Data da assinatura: 15/04/2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 36 2015

EXTRATO DE CONTRATO 36/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Beate Hasse

CPF: 015.226.149-40

Residente na localidade Serril

Braço do Trombudo - SC.

Objeto: Locação de imóvel pra fins de utilização da Estação de Tratamento de Água do município de Braço do Trombudo

Valor: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)

Vigência até 31/12/2015.

Data da assinatura: 15/04/2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 12/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 12/2015. Processo licitatório 17/2015. Objeto: DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA INTEGRADO PARA MELHORAR A HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, O ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS E A INOVAÇÃO NA GESTÃO DE PESSOAS (avaliações dos serviços públicos, reuniões técnicas, relatórios do monitoramento, grupos de estudos com palestras e manuais com o conteúdo do estudo), conforme detalhado no Anexo I do edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: CPM-CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING CNPJ: 02.295.493/0001-60 Item: 1, no valor total de R\$ 30.800,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 15/04/2015.

Brusque**PREFEITURA****EDITAL Nº 012/2015 - RESULTADO FINAL
PROCESSO SELETIVO**

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 012/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
01	NELSONIR TRINDADE	193
02	SEBASTIANA DO ROCIO DOS SANTOS MOREIRA	156
03	CILENE S.B. MIRANDA	89
04	JULIANA BODENMULER	73
05	SHIRLEY PINTO BARBOSA	68
06	REJANE BISPO DE SOUSA	65
07	ROSANGELA BRAGA CANDIDO COITIM	61
08	JOÃO MAURO DE OLIVEIRA	56
09	MARIA LEONICE VICENTE PINHEIRO	48
10	SARA JANE DIAS FERNANDES DOS SANTOS	46
11	MARIA APARECIDA DE JESUS	45
12	SCHEILA TRINDADE	45
13	MARLI DE OLIVEIRA CERENZ	44
14	EDIVANIA APARECIDA CARVALHO MOURA	44
15	MARIA DE FATIMA COELHO PINHEIRO	43
16	MARIA IZABEL MACIEL	42
17	DEBORA MINATTI	39
18	ANDREIA SILVA	32
19	ELIZABETE BORGES DOS SANTOS	31
20	ADELAIDE DA SILVA	31
21	THAIS DE LIMA	26
22	ANA PAULA ANTUNES DE SOUZA	25
23	MARILDES DA SILVA MARTINS	24
24	DILMA DALAGNOLLI	22
25	FABIO EDUARDO CHAGAS	21
26	MARILDA PEREIRA	18
27	MARIVAL FREITAS DO NASCIMENTO	09
28	LURDES RODRIGUES DA SILVA	08
29	JULIANA DOS SANTOS	08
30	MICHELE FERREIRA DA SILVA	07
31	ANA CAROLINE MROVINSKI	07
32	CLAUDIA FERNANDES REIS DOS SANTOS	06
33	CÁTIA CRISTINA EIDAM	05
34	DANUBIA EIDAM	04
35	ARIANO CREPAS	02
36	MARINEIA DE SOUZA MARTINS	02
-	DIENIFER R. M. KAMCHER	01
-	HELENA MARIA GONÇALVES	00
-	EVA ANTUNES RIBEIRO	00
-	OLINDINA SILVERIO DE MENEZES	00

-	IRACEMA DE LARA	00
-	TERESA CRISTINA DA SILVA	00
-	MARIA APARECIDA R.C. DA SILVA	00
-	MARIA APARECIDA PAULO	00
-	ROSANA CRISTINA NUNES FOLETT	00
-	ROSELI HOEFELMANN	00
-	ELCI BITTENCOURT DESIDÉRIO	00
-	GILMARA VANIA PODIATSKY BITTENCOURT	00
-	GILMAR HOEFELMANN	00
-	VAGNER CLEMENTINO PEREIRA	00
-	VERA ALICE DE CAMARGO	00
-	ADRIANA CORRÊA SUEM	00
-	DENISE MARTINS FERREIRA	00
-	TATIANA PEDROTTI	00
-	MARINEI ALVES CAMILIO	00
-	JANETE MARTINS DA SILVA	00
-	SABRINA DE SOUZA NUNES	00
-	ROSELIA APARECIDA SEZINANDO	00
-	ARGELIA WINTER	00
-	ADRIANA DE SOUZA	00
-	ODALIA SUELEM LIMA TEIXEIRA	00
-	MIRIA AMARAL DE SOUSA	00
-	MARTA ROQUE DA SILVA	00
-	NILDETE PIRES	00
-	GRASIELI MOREIRA LEMES	00
-	POLIANA TAMIRES DOS SANTOS SILVA	00
-	DAIANNE LIMA DE OLIVEIRA	00
-	TAMIRES DE CASSIA PALHETA DE OLIVEIRA	00
-	MARIZE R. POMMERENING	00
-	MARCIA AZEVEDO ANDRADE	00
-	LUANA SOARES DO NASCIMENTO	00
-	MICHELLI TERESINHA DA SILVA	00
-	ALESSANDRA AP. ORTIZKUBLINSKY	00
-	ANDREIA DIÂNGELES SALES DOS SANTOS	00
-	CLÉBIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	00
-	MARCIELE RIBEIRO DE LIMA	00
-	LUCIA MARIA QUEIROZ DE ANDRADE	00

Brusque, 16 de abril de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 012/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 012/2015

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 012/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 012/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos

candidatos classificados publicados na data de 16 de abril de 2015, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 012/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 16 de abril de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 029/2012 - FMS

EXTRATO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 029/2012 - FMS

Espécie: 4º Termo de Apostilamento, Contrato nº 029/2012 - FMS, entre o Município de Brusque e Nosso Sistema de Ônibus Brusque, em 06/04/2015. Objeto: Reajuste de Valor. Valor: R\$ 28.500,00. Fundamento legal: artigo 65, § 8º da Lei 8.666/93 e acompanha nesse sentido o Decreto Municipal nº 7.568, de 30 de janeiro de 2015. Origem: Inexigibilidade nº 004/2012 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonir Zanatta Webster.

EXTRATO DO CONTRATO 002/2015 - FMAS

EXTRATO DO CONTRATO 002/2015 - FMAS

Espécie: Contrato nº 002/2015 - FMAS, entre o Município de Brusque e Valmir Cardeal Me, em 13/03/2014. Objeto: contratação de show para animação musical dos encontros dos grupos da terceira idade. Valor: 18.059,94. Fundamento legal: Artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: até 31/12/2015. Signatários: Mirella Zucco Müller e Valmir Cardeal.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 063/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 063/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 063/2014, entre o Município de Brusque e a Empresa Boeing Terraplanagem e Construtora Ltda, em 11/03/2015. Objeto: Acréscimo quantitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 257.500,00. Fundamento legal: artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 034/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gilmar Vilamoski e Gianni Yuri Boeing.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 068/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 068/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 068/2014, entre o Município de Brusque e a C. R. Artefatos de Cimento Ltda, em 02/04/2015. Objeto: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 74.058,10. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 007/2014. Signatários: Cristiane Bittencourt e Walney Agilio Raimondi.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 068/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 068/2014

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 068/2014, entre o Município de Brusque e a C. R. Artefatos de Cimento Ltda, em 02/04/2015. Objeto: Acréscimo quantitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 13.827,30. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Origem: Concorrência nº 007/2014. Signatários: Cristiano Bittencourt e Walney Agílio Raimondi.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2013 – FMS

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2013 - FMS

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 029/2013 - FMS, entre o Município de Brusque e a WDF Serviços Ltda, em 03/03/2015. Objeto: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 7.263,78. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2013 - FMS. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Wilson José De Franceschi.

PORTARIA Nº 9.791, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.791, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, e Hugo Manfrin Dallossi, Comandante do Corpo de Bombeiros de Brusque, para movimentar as contas bancárias relativas ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.792, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.792, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, José Altino Filho, Coordenador Financeiro e Juliano Montibeller, Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, para movimentar as contas bancárias relativas à autarquia municipal.

Parágrafo único. As contas bancárias do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.793, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.793, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, José Altino Filho, Coordenador Financeiro e Michel Gartner Belli, Superintendente da Fundação Cultural de Brusque - FCB, para movimentar as contas bancárias relativas à fundação municipal.

Parágrafo único. As contas bancárias da Fundação Cultural de Brusque - FCB serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.794, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.794, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, José Altino Filho, Coordenador Financeiro e Cristiano Olinger, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, para movimentar as contas bancárias relativas à fundação municipal.

Parágrafo único. As contas bancárias da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.795, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.795, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Karin Silveira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.796, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA nº 9.796, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lidiane Suavi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Comunicação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.797, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.797, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Arilson Fagundes do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.798, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.798, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jhonny Fernando do Nascimento do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.799, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA nº 9.799, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Luís Carlos Oliveira Mascarenhas do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.800, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.800, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rogério Koschnick do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.801, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA nº 9.801, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Neide Dalmolin do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenadora, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.802, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.802, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Valquiria Voltolini do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/

SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.803, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.803, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ciro Francisco Imohf do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.804, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.804, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Fabiana dos Santos do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.805, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.805, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Cláudio Roberto Puhler do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

Brusque/SC, 08 de abril de 2015.
OF. nº ____/ 2015 - GP

Senhor Presidente :

Com os cordiais cumprimentos, venho a presença de V. Exa., solicitar o arquivamento dos Projetos de Leis nº 152/2014 e nº 154/2014, e do Projeto de Lei Complementar nº 05/2015, em tramitação nessa Casa Legislativa, para melhor análise das matérias por parte do Executivo.

Certo de que o pedido será atendido, aproveito para externar votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Vereador
JEAN DANIEL DOS SANTOS PIROLA
DD. Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal
Nesta

PORTARIA Nº 9.806, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.806, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Everaldo Boos do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.807, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.807, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Valmor Rosa do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.808, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.808, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ana Lúcia Rodrigues Marques do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.809, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA nº 9.809, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sérgio Luiz Gamba do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.810, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.810, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Claudemir Vaz dos Santos do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.811, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.811, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Evandro Tomazi do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.812, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.812, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rogério da Silva do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/

SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.813, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.813, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Angelo Loffy do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.814, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.814, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar André Luís Vechini do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.815, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.815, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jacson Luiz Beuting do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.816, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.816, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rubens Popper do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.817, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.817, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Eduardo Serpa do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.818, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.818, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Luiz Avelino Benvenuti do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.819, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.819, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Neno Arcelino Ferreira Júnior do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.822, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.822, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, c/c o art. 87 da L.C. Nº 147/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Adilson Bunn para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Conceder ao servidor nomeado gratificação de representação, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.823, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.823, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcelo de Oliveira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.824, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.824, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rogério Koschnick para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.825, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.825, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jorge Zimmermann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.827, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.827, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maurino Cazagrande para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.828, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.828, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcos Cesar Pires para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.829, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.829, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Antonio Carlos da Luz para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.830, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.830, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Robison Koschnick para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.848, DE 14 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.848, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 9.774, de 02 de abril de 2015, que trata da exoneração do servidor Daniel José Pavesi, ocupante do cargo em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

Caçador**PREFEITURA****AVISO DE SUSPENSÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 – CONCORRÊNCIA Nº 03/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE SUSPENSÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 17/2015 - Concorrência nº 03/2015

OBJETO: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

Fica suspenso a abertura do edital de concorrência pública, em virtude de RECOMENDAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, o qual necessita maior período de tempo para a análise da documentação, ao tempo em que fixa nova data de abertura, que passa a ser para o dia 04 de maio de 2015 às 14:10 horas. Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC sito a Av. santa Catarina 195, através do email: licitacacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 15 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito do Município de Caçador

DECRETO Nº 6.366

DECRETO Nº 6.366, de 13 de abril de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão Especial de Avaliação de Amostras do Processo Licitatório nº 41/2015, Pregão Presencial nº 25/2015, cujo objeto é registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para as Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas da Secretaria Municipal de Educação:

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS/CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

ROSALBA ENDRIGO CORRÊA DE ALMEIDA

TEREZINHA APARECIDA FERREIRA BALDICERA

IRACY APARECIDA BERTI

GISELE CANALLI BEHER

MICHELE DE SOUZA SANTOS

ADRIANA ANTUNES DE OLIVEIRA

SANDRA FIGUR

JANICE DE FÁTIMA PAULEK RIBEIRO

ELCY APARECIDA RIBAS DE AZAMBUJA VIANA

ORLEI TORRES GARCIA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.367

DECRETO Nº 6.367, de 14 de abril de 2015.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 560,00m² (quinhentos e sessenta metros quadrados), objeto da matrícula nº 2240, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado nas Ruas Sebastião Gonçalves Cordeiro, Pedro Fernandes de Oliveira e Rua 316 (também conhecida como Rua K), Bairro Bello, nesta cidade, de propriedade de Ilceu Antonio Barbosa Cardoso, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - gleba 1 com 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), inicia no marco denominado '1', segue confrontando com a Rua 316 (K), com a distância de 14,00m até o marco '2'; segue confrontando com Lote 279 com a distância de 20,00m até o marco '3'; segue confrontando com Ilceu Antonio Barbosa Cardoso (Gleba) com a distância de 14,00m até o marco '6'; segue confrontando com a Rua Sebastião Gonçalves Cordeiro, com a distância de 20,00m até o marco '1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 280,00m²;

II - gleba 2 com 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), inicia no marco denominado '3', segue confrontando com o Lote 279 com o azimute de 143°28'04" e a distância de 20,00m até o marco '4'; segue confrontando com a Rua Pedro Fernandes de Oliveira com o azimute de 233°00'53" e a distância de 14,00m até o marco '5'; segue confrontando com a Rua Sebastião Gonçalves Cordeiro com o azimute de 323°28'04" e a distância de 20,00m até o marco '6'; segue confrontando com Ilceu Antonio Barbosa Cardoso (Gleba) com o azimute de 53°00'35" e a distância de 14,00m até o marco '3'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 280,00m².

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35 - EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35, de 13 de Abril de 2015.

Convoca aprovados em Concurso Público para o preenchimento do cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, aprovados em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - (NOSSA SENHORA SALETE)
Richard Ferreira Fernades
Meghi Cristine Nizer

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - (ASSENTAMENTO HERMÍNIO GONÇALVES)
Neiva de Lurdes Pires

a) Os Convocados deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.215

LEI Nº 3.215, de 16 de abril de 2015.

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.203 de 2015, que autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.203, de 20 de fevereiro de 2015, que autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS e a cláusula segunda do Termo de Convênio que a integra, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.774.643/0001-43, com sede a Rua João Remílio Rigo, nº 296, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), sendo que o valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) será proveniente do FUNDEB 40% e o valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) será proveniente de recursos próprios." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS.

"CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à ACEIAS o valor total de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), sendo que o valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) serão provenientes do FUNDEB 40% e o valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) serão provenientes de recursos próprios." (NR)

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.216

LEI Nº 3.216, de 16 de abril de 2015.

Abre crédito especial, suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, na importância de R\$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais), conforme segue:

02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.91.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias.....	R\$ 2.500,00
---	-----------------

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.1.91.00.00.0371 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias.....	R\$ 120.000,00
Total	R\$ 120.500,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, do orçamento vigente do Município de Caçador, na importância de R\$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais):

02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas.....	R\$ 2.500,00
---	-----------------

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.1.90.00.00.0371 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias.....	R\$ 120.000,00
Total	R\$ 120.500,00

Art. 3º Fica, ainda, autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema, no valor de R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas.....	R\$ 279.000,00
---	-------------------

Art. 4º Para atender a suplementação disposta no art. 3º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento Geral vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR
15.452.0036.2.076 - Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas.....	R\$ 89.000,00
---	------------------

14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAN

17.512.0024.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas.....	R\$ 100.000,00
---	-------------------

17.512.0024.2.042 - Ampliação e Manutenção Sistema de Captação e Manejo de Águas Pluviais

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas.....	R\$ 30.000,00
Soma.....	R\$ 130.000,00

14.06 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS

15.452.0037.2.780 - Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas.....	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 279.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.217

LEI Nº 3.217, de 16 de abril de 2015.

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 229 de 1988, que institui o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos, disciplina a sua arrecadação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Ficam alterados e revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 229, de 15 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos, disciplina a sua arrecadação e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O imposto é devido quando os bens transmitidos ou sobre os quais versarem os direitos cedidos, se situarem no território do município, ainda que a manutenção patrimonial decorra de contrato celebrado fora do Município. (NR)

I - ...

IV - (revogado);

"Art. 4º

I - ...

II - sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. (NR)

III - (revogado);

IV - (revogado)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.218

LEI Nº 3.218, de 16 de abril de 2015.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos

4.4.90.00.00.00.00.0371 - Aplicações Diretas.....	R\$ 250.000,00
---	-------------------

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0371 - Aplicações Diretas.....	R\$ 250.000,00
---	-------------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.219

LEI Nº 3.219, de 16 de abril de 2015.

Autoriza a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a firmar Termo de Convênio de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador, inscrita no CNPJ sob o nº 05.630.479/0001-63, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 120, neste Município de Caçador, objetivando a cedência de Servidora Pública Municipal, conforme minuta do Convênio anexo, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

10.301.0008.2.037 Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.11.00.00 Aplicações Diretas

3.1.91.13.03.00 Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominado MUNICÍPIO e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR, inscrito no CNPJ sob o nº 05.630.479/0001-63, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 120, bairro DER, neste município, neste ato representado por seu Secretário Senhor IMAR ROCHA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e comarca, doravante denominada SDR, assinam o presente Termo de Convênio, conforme cláusulas e condições abaixo discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objetivo celebrar parceria entre o MUNICÍPIO e a SDR, no sentido de possibilitar cooperação, colocando à sua disposição servidora pública

municipal que desempenhará atividades junto à Comissão de Licitação da SDR.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA - Compete ao MUNICÍPIO:

Cabe ao MUNICÍPIO indicar a Servidora a ser colocada à disposição da SDR, a fim de desempenhar serviços de natureza administrativa;

O MUNICÍPIO deverá arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento do presente termo de convênio, através da Secretaria Municipal da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - Compete à SDR:

a) Estabelecer as tarefas que serão realizadas pela servidora colocada à disposição;

b) Receber, instrumentalizar, preparar dar todas as condições de trabalho a Servidora Pública Municipal posta à disposição, para fiel exercício das atividades para a qual for designada;

c) Certificar o ponto pela assiduidade da Servidora Pública Municipal e encaminhar à Secretaria Municipal da Administração para as providências necessárias;

d) Exigir e respeitar a carga horária do Servidora Pública Municipal posta à disposição, evitando-se a prestação de serviço extraordinário;

e) Colocar a servidora à disposição do MUNICÍPIO, caso se mostre inadequada à tarefa para a qual foi designada.

Parágrafo único. Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes se dará entre o PREFEITO MUNICIPAL e o SECRETÁRIO da SDR .

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA - O presente Convênio terá vigência de 01 (um) ano, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano. Poderá, ainda, o presente Convênio ser rescindido de comum acordo entre os convenientes ou mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e por inadimplência de suas cláusulas, de conformidade com a legislação.

DO FORO

CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente termo de convênio.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo de Convênio em três vias de igual teor, as partes convenientes, juntamente com duas testemunhas.

Caçador, 16 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,

PREFEITO MUNICIPAL.

Imar Rocha,

SECRETÁRIO DE ESTADO DO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇADOR.

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PORTARIA Nº 25.170

PORTARIA Nº 25.170, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
9147	Flávia Beims Mostiack	Professora	EMEB Tabajara	30 dias	30/01/15 a 28/02/15
8431	Katia Judite Souza de Andrade	Servente	EMEB Nossa Sra da Salete	90 dias	01/02/2015 a 26/05/2015
10825	Kerolyn Cristina Coronado	Auxiliar de Creche	CMEI Sininho	30 dias	03/02/2015 a 04/03/2015
178	Maria Lidia Vieira de Medeiros	Professora	EMEB Morada do Sol EMEB Nossa Sra da Salete	10 dias	30/01/2015 a 08/02/2015
596	Marilene Salete Setti	Professora	EMEB Tabajara	180 dias	02/02/2015 a 31/07/2015
824	Marlene Baziuk	Professora	EMEB Irmão Venâncio José	180 dias	03/02/2015 a 01/08/2015
5699	Sandra Elisa Muncinelli	Professora	EMEB Tabajara	15 dias	02/02/2015 a 16/02/2015
3557	Sidnéa Dominiak	Professora	EMEB Hilda Granemann de Sousa	30 dias	02/02/2015 a 03/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.185

PORTARIA Nº 25.185, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.786, de 23 de Abril de 2014, que

contratou diversos servidores, somente no que se refere ao Servidor Público Municipal JOSÉ CARLOS CHAVES, matrícula nº 13385, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, para atuar junto ao CAPS, Vaga Transitória, e com a relação a data fim que passa a ser 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.186

PORTARIA Nº 25.186, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 24.635, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere ao Servidor Público Municipal RODRIGO COSTA, matrícula nº 13553, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, com relação ao local de trabalho que passa a ser na EMEB Esperança, com carga horária de 23 (vinte e três) horas semanais, vaga excedente, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 12 (doze) para 23 (vinte e três) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.187

PORTARIA Nº 25.187, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 24.039, de 13 de Junho de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal SILVANA GRANEMANN, matrícula nº 13437, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com relação ao local de trabalho que passa a ser CRAS (Martello), vaga transitória, REDUZINDO A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) para

20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.188

PORTARIA Nº 25.188, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 22.405, de 22 de Fevereiro de 2013, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal PATRÍCIA CRISTINA LEMOS, matrícula nº 12310, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com relação ao local de trabalho que passa a ser CMEI Ulysses Guimarães, vaga transitória, e a data fim que passa a ser 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.189

PORTARIA Nº 25.189, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 22.377, de 19 de Fevereiro de 2013, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal KARINA GONÇALVES BERTO, matrícula nº 12302, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com relação ao local de trabalho que passa a ser na EMEB Morada do Sol, vaga vinculada a da Servidora Cleci Faganello - Diretora de Escola, e a data fim que passa a ser 31 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.190

PORTARIA Nº 25.190, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.889, de 15 de Maio de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal KARINA RODRIGUES DE FRANÇA, matrícula nº 13405, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, para atuar na EMEB Pe. José Chamot, vaga vinculada a do Servidor Ricardo Azambuja - Secretaria Municipal de Educação, e com relação a data fim que passa a ser 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.193

PORTARIA Nº 25.193, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 24.302, de 04 de Agosto de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal MARIA DE LOURDES CASSOL, matrícula nº 13488, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Esperança, vaga excedente, e a data fim que passa a ser 10 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.194

PORTARIA Nº 25.194, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 24.134, de 25 de Agosto de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal CRISTIANE MOREIRA CAMARGO DOBNER, matrícula nº 13455, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, para atuar na CMEI Pierina Adami, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vaga excedente, e com relação a data fim que passa a ser 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.198

PORTARIA Nº 25.198, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.786, de 23 de Abril de 2014, que contratou diversos servidores, com relação a Servidora Pública Municipal JOSIANE CARNEIRO, matrícula nº 13382, ocupante do cargo de Professora de Artes, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Castelhana, 12 (doze) horas semanais, vaga excedente, e a data fim que passa a ser em 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.199

PORTARIA Nº 25.199, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.675, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, com relação a Servidora Pública Municipal SULAMITA REIS DOS SANTOS, matrícula nº 13265, ocupante do cargo de Professora de Artes, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Alcides Tombini, 20 (vinte) horas semanais, na EMEB Morada do Sol, 12 (doze) horas semanais e na EMEB Padre José Chamot, 08 (oito) horas semanais, vaga excedente, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 a 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.200

PORTARIA Nº 25.200, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.349, de 15 de Agosto de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal FRANSOIZE FREITAS PEREIRA, matrícula nº 13497, ocupante do cargo de Professora de Ciência, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Ulysses Guimarães, vaga excedente, 24 (vinte e quatro) horas semanais e na EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa, vaga excedente, 06 (seis) horas semanais, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA SEMANAL de 12 (doze) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 a 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.201

PORTARIA Nº 25.201, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 24.134, de 15 de Agosto de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal JEANA ZAGO, matrícula nº 13456, ocupante do cargo de Professora de História, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Hilda Granemann de Souza, 18 (dezoito) horas semanais e na EMEB Henrique Júlio Berger, vaga vinculada a da servidora Nilse Fanta Fornari - Diretora Escolar, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 15 (quinze) para 40 (trinta) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 a 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.202

PORTARIA Nº 25.202, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.750, de 09 de Abril de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal FRANCIELE ELISABETE CARDOZO CORREA, matrícula nº 13359, ocupante do cargo de Professora, para atuar junto ao CRAS Norte e Martelo, vaga transitória, no que se refere a da fim que passa a ser em 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.211

PORTARIA Nº 25.211, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.675, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, com relação ao Servidor Público Municipal EDEVAN PEREGO, matrícula nº 13259, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, com relação ao local de trabalho que passa a ser de 20 (vinte) horas semanais em diversas Unidades Escolares para atuar no Projeto de Tênis de Mesa, vaga transitória; e 09 (nove) horas semanais na EMEB Pe. José Chamot e 09 (nove) horas semanais na EMEB Rodolfo Nickel, vaga excedente, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 38 (trinta e oito) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.212

PORTARIA Nº 25.212, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.563, de 28 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal DANIELI MIRANDA, matrícula nº 13063, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com relação ao local de trabalho que passa a ser CMEI Santa Terezinha, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vaga transitória, e a data fim que passa a ser 31 de Agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.453

PORTARIA Nº 25.453, de 31 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
12591	04/03/2014	03/03/2015	Adriana Gonçalves Dias de Moraes	16/03/2015	14/04/2015
9008	02/01/2015	01/01/2015	Anderson Fabrício Pereira	13/03/2015	11/04/2015
3521	01/02/2014	31/01/2015	Airton Rogério Bick	02/03/2015	31/03/2015
1928	01/01/2013	31/12/2013	Alex Anderson Moraes dos Santos	02/03/2015	31/03/2015
10464	17/01/2014	16/01/2015	Alexandre Granemann Lanzini	19/03/2015	17/04/2015
1453	02/08/2009	01/08/2010	Alvaro Santos de Castro	02/03/2015	31/03/2015
11854	21/05/2013	20/05/2014	Ana Paula Petrovich	02/03/2015	31/03/2015
11207	01/08/2013	31/07/2014	Any Luiz Rodrigues de Lima	09/03/2015	28/03/2015
10345	01/01/2013	31/12/2013	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	02/03/2015	31/03/2015
9037	01/10/2013	30/09/2014	Cristiane Aparecida Kasectari	02/03/2015	31/03/2015
10551	16/02/2012	15/02/2013	Dayana Holz	19/03/2015	02/04/2015
8	01/01/2012	31/12/2012	Darci Alves	04/03/2015	02/04/2015
1303	15/09/2013	14/09/2014	Dioclécio Alves de Moura	16/03/2015	14/04/2015
11860	21/05/2014	20/05/2015	Edemir Januário da Costa	24/03/2015	22/04/2015
2496	01/01/2013	31/12/2013	Edilson João Massucato	03/03/2015	01/04/2015
9137	23/02/2014	22/02/2015	Eliana Aparecida Levecke	02/03/2015	31/03/2015
10768	14/03/2014	13/03/2015	Elisangela de Fatima Borges	19/03/2015	17/04/2015
01	01/10/2013	30/09/2014	Evandro José Martins	02/03/2015	31/03/2015
395	24/08/2010	23/08/2011	Elizabeth Mary Kinceler	02/03/2015	31/03/2015
12592	10/03/2014	09/03/2015	Elizabeth Mary Kinceler	10/03/2015	29/03/2015
12055	01/08/2013	31/07/2014	Franciele Carneiro	02/03/2015	16/03/2015
12055	01/08/2014	31/07/2015	Franciele Carneiro	17/03/2015	31/03/2015
769	01/01/2004	31/12/2004	Geni Aparecida dos Santos	08/01/2007	09/01/2007
10047	02/02/2012	01/02/2013	Gilmar Alves	02/03/2015	31/03/2015
10488	02/02/2014	01/02/2015	Gilmar Antonio Gonçalves	02/03/2015	21/03/2015
305	03/11/2012	02/11/2013	Ginésio Alves de Oliveira	02/03/2015	31/03/2015
15	13/03/2013	12/03/2014	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	02/03/2015	21/03/2015
3277	01/01/2014	31/12/2014	Gizele Aparecida Bonassa Mandelli	03/03/2015	01/04/2015
10485	01/02/2012	31/01/2013	Helio Luiz Wirschum	17/03/2015	31/03/2015
12589	12/03/2014	11/03/2015	Iara Aparecida Speggorin	09/03/2015	07/04/2015
4746	10/05/2013	09/05/2014	Ivonete de Fatima Bertulino	12/03/2015	21/03/2015
2491	01/01/2013	31/12/2013	Jandir Antunes de Oliveira	12/03/2015	10/04/2015
6814	15/05/2013	14/05/2014	Jaqueline Carneiro Pinzegher	02/03/2015	31/03/2015
1279	24/03/2012	23/03/2013	João José do Prado	02/03/2015	31/03/2015
342	01/01/2014	31/12/2014	João Pedro Soares	02/03/2015	31/03/2015
12584	18/03/2013	17/03/2014	Jorge Alberto Westerlon	02/03/2015	31/03/2015
11890	28/05/2013	27/05/2014	Jorge Jair de Moura Borges	09/03/2015	18/03/2015
3429	01/01/2014	31/12/2014	Josefa Ferreira de Agostinho	02/03/2015	31/03/2015
10806	01/03/2013	28/02/2014	Joseléia Ribeiro	09/03/2015	28/03/2015
1146	01/01/2013	31/12/2013	Julio Cesar Moschetta da Silva	02/03/2015	31/03/2015
932	01/01/2014	31/12/2014	Juracema Teodoro	07/03/2015	05/04/2015
12845	01/11/2013	31/10/2014	Laisa Regina Chaves Schmitt dos Santos	09/03/2015	28/03/2015
13205	01/03/2014	28/02/2015	Laudo Orlando Belaver	01/03/2015	20/03/2015

11939	18/06/2013	17/06/2014	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	02/03/2015	31/03/2015
11373	24/01/2014	23/01/2015	Lisiane Souza Alves	02/03/2015	31/03/2015
12590	11/03/2014	10/03/2015	Loraine Borghetti Rotta	02/03/2015	31/03/2015
2529	01/01/2012	31/12/2012	Lucia Ribeiro Luz Cavaletti	09/03/2015	07/04/2015
10217	14/06/2013	13/06/2014	Luciana Marques	11/03/2015	30/03/2015
3834	23/04/2013	22/04/2014	Luiz Armando Cereza	02/03/2015	21/03/2015
1140	01/02/2013	31/01/2014	Luiz Fernando dos Santos	09/03/2015	07/04/2015
3751	18/03/2013	17/03/2014	Luiz Henrique Grando Padilha	10/03/2015	19/03/2015
3751	18/03/2014	17/03/2015	Luiz Henrique Grando Padilha	20/03/2015	29/03/2015
9007	02/01/2014	01/01/2015	Luiz Alberto Gioppo	02/03/2015	31/03/2015
11776	09/04/2013	08/04/2014	Maicon Faccioni de Mello	16/03/2015	30/03/2015
11974	18/06/2013	17/06/2014	Maria Aparecida Alves	20/03/2015	18/04/2015
3352	16/08/2012	15/08/2013	Marlei Kehler	20/03/2015	18/04/2015
12056	08/08/2013	07/08/2014	Matheus Moro	22/03/2015	31/03/2015
12586	01/03/2014	28/02/2015	Matheus Moro	22/03/2015	31/03/2015
310	01/01/2014	31/12/2014	Moacir Pascoal de Lima	02/03/2015	31/03/2015
6647	08/03/2012	07/03/2013	Monica Senn	16/03/2015	30/03/2015
3767	01/01/2013	31/12/2013	Nelson Carlin Navroski	02/03/2015	31/03/2015
902	31/01/2014	30/01/2015	Pedro Cesar Locatelli	02/03/2015	31/03/2015
10102	05/03/2014	04/03/2015	Rosa Meri Coluzzi	09/03/2015	07/04/2015
10510	18/02/2012	17/02/2013	Schayana Zmijevski Simas	02/03/2015	11/03/2015
10510	18/02/2013	17/02/2014	Schayana Zmijevski Simas	12/03/2015	31/03/2015
2648	01/01/2011	31/12/2011	Seleme Luiz Scolaro	02/03/2015	31/03/2015
11348	03/01/2013	02/01/2014	Sonia Mara Almeida	09/03/2015	28/03/2015
8546	02/06/2011	01/06/2012	Valdomiro Rodrigues de Oliveira	02/03/2015	31/03/2015
890	14/10/2012	13/10/2013	Vidalmina Prado dos Santos	09/03/2015	07/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.481

PORTARIA Nº 25.481, de 10 de Abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.138, de 06 de Fevereiro de 2015, que designou a Servidora Pública Municipal DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, para responder interinamente pelo Cargo de Confiança de Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IPASC, com efeitos a contar de 10 de Abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de Abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.484

PORTARIA Nº 25.484, de 13 de Abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
16	15/10/2013	14/10/2014	Rômulo Machado de Souza	22/04/2015	01/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41-2015 – PR – 25-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41-2015 - PR - 25-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTROPICAS DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/05/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/05/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 15 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú**PREFEITURA****TERMO DE ERRATA AO CONTRATO 14 /2014 - FUNDESBE**

TERMO DE ERRATA
ADITIVO DE CONTRATO

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Saúde vem comunicar que na publicação do primeiro termo aditivo ao contrato 014/2014 da Secretaria de Saneamento Básico da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 08 de abril de 2015:

- Onde lê-se: vigorando de 12 de maio de 2015 até 11 de maio de 2016

- Leia-se: vigorando de 13 de maio de 2015 até 12 de maio de 2016

Camboriú SC, 16 de abril de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE ERRATA PR 14/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 014/2015-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 014/2015 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SER UTILIZADO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, BEM COMO NO CAPS, CEDIT, CERFIS, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, POLICLÍNICA E PRONTO ATENDIMENTO", sofreu a seguinte alteração:
Foi alterado no termo de errata a descrição do item 115 do Lote 16 do Anexo I anterior ao item 120:

- onde lê-se:

Item 109 - Preço Unit. Máximo R\$ 19,00

- leia-se:

Item 115 - Preço Unit. Máximo R\$ 70,00

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 15 de Abril de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****ADITIVO 80/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 80/2014
TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 054PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 82/2011 (originado do Processo Licitatório nº 79/2011, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 82/2011, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 82/2011.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 82/2011 fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Contratada

CONVÊNIO Nº 06/2015

CONVÊNIO Nº 06/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E APP DA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES".

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/

SC, neste ato representado pela sua Presidente Sr^a. LUCIANI APARECIDA DE LIMA WOLLNER, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 808.384.059-91;

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.258 de 04 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio é para execução do Projeto "ESPORTE COMUNITÁRIO", em parceria com a UNIMED - Planalto Norte, na sede do Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES", a correta aplicação dos recursos para pagamento de despesas correntes de salário para Professor que ministrará aulas de música e despesas de capital para aquisição de instrumentos musicais.

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENIENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENIENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.258 de 04 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.258 de 04 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 19.600,00 (dezenove mil seiscentos reais), em 10 (dez) parcelas de igual valor, nos meses de Março a Dezembro do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.01.6009.335043.00 - Subvenções Sociais da Secretaria Municipal de Educação.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 09 de Março de 2015.

Município de Campo Alegre app - associação de pais e professores DA EMEB concedente "MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES" CONVENIENTE

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 07/2015

CONVÊNIO Nº 07/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., E APP DA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER".

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.454/0001-55, com sede a Rua Principal, nº, Localidade, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representado pela sua Presidente Srª. LUCILDA DE FÁTIMA SCHNEIDER DAVID, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 937.685.169-20;

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.259 de 04 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio é para execução do Projeto A ARTE DA MÚSICA EM SINTONIA COM A DANÇA "Oficina de Dança e Coral", com alunos da EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER", na localidade de Bateias de Cima Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER", a correta aplicação dos recursos para pagamento das Despesas Correntes com: salário dos Professores que ministrarão às Aulas de Coral e Dança; Despesas de Capital aquisição de instrumentos e aparelhos para uso da Oficina, aquisição de produtos alimentícios para confecção e lanches.

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;

V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONVENIENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONVENIENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.259 de 04 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.259 de 04 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em 10 (dez) parcelas de igual valor, nos meses de Março a Dezembro do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.01.6009.335043.00 - Subvenções Sociais da Secretaria Municipal de Educação.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 09 de Março de 2015.

Município de Campo Alegre app - associação de pais e professores
DA concedente EMEB - ESCOLA MUNICIPAL EDUCAÇÃO BÁSICA
"PAULO FICKNER"
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 08/2015

CONVÊNIO Nº 08/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E "APAE - ASSOCIAÇÃO DE DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE".

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.610.999/0001-53, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, portador do CPF/MF nº 379.515.489-87 e a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, portadora do CPF/MF nº 061.299.189-09, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 563, Centro, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pela sua Presidente Srª. ELISABETH KESTERING, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 248.230.079-72;

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.260 de 04 de Março de 2015, mutuamente

se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio é para atendimento das pessoas portadoras de deficiência da "APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre, na Escola "Wilson José Liebl" do Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE, a correta aplicação dos recursos para pagamento das despesas correntes com a manutenção e desenvolvimento de ações no atendimento global com as pessoas portadoras de deficiência.

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONVENIENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONVENIENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no

Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.260 de 04 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.260 de 04 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 21.700,00 (vinte e um mil setecentos reais), em 10 (dez) parcelas de igual valor, nos meses de Março a Dezembro do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno deste Município.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 92.01.4012.335043.00 - Subvenções Sociais do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 09 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI CAROLINA da costa telma
PELO Município pelo fundo municipal de assistência social

ELISABETH KESTERTING
PELA APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 32/2015

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Nº 32

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, doravante denominado simplesmente, IFC, situado na Rua das Missões, nº 100, Edifício das Missões, Bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.635.424/0001-86, neste ato representado pelo seu Reitor Prof. FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL, CPF/MF nº 705.363.769-72-91, e de outro lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., doravante simplesmente denominado "Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC., com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, CPF/MF nº 379.515.489-87 resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se, no que couber, às Leis Federais nº 8.666/93, 8.883/94, à Lei 9.648/98 e ao Decreto Federal nº 93.872/86, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Protocolo tem por objetivo a Cooperação Técnico- Pedagógica, Científica e Cultural, entre o IFC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE e o Município de Campo Alegre/SC., com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para o ensino, à pesquisa e a extensão.

CLÁUSULA SEGUNDA - As atividades ora mencionadas serão desenvolvidas de comum acordo entre os convenientes. Às partes, caberá a indicação dos profissionais cujas qualificações atendam aos requisitos das atividades a serem desenvolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para a implementação do objetivo do presente Protocolo deverão ser celebrados Termos Aditivos específicos com o IFC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, nos quais constarão o planejamento específico das atividades a serem realizadas e as responsabilidades das partes, obedecendo a legislação em vigor e as normas internas das instituições signatárias.

CLÁUSULA QUARTA - As partes deverão manter arquivos de toda a documentação administrativa e técnica referente ao presente Convênio e a cada Termo Aditivo específico, devendo esses arquivos ficar à disposição das partes.

CLÁUSULA QUINTA - As linhas básicas de ação, descritas na Cláusula Primeira do presente instrumento, serão definidas e detalhadas mediante Termos Aditivos a serem firmados entre os participantes, onde serão estabelecidas as responsabilidades técnicas e financeiras, quando for o caso, e a forma de prestação de contas em consonância com as propostas e demandas apresentadas, contendo, Plano de Trabalho em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, devendo constar as seguintes informações:

- a) identificação da ação ou do objeto a ser executado;
- b) obrigações dos partícipes;
- c) identificação das metas a serem atingidas;
- d) identificação e estimativas da clientela a ser beneficiada;
- e) identificação das etapas ou fases de execução, com respectivo cronograma;
- f) definição do plano de aplicação de aporte financeiro;
- g) previsão de início e término de cada etapa e fases programadas;
- h) coordenador e ordenador de despesa designado pela unidade executora no âmbito do IFC e O Município de Campo Alegre/SC.

CLÁUSULA SEXTA - Os partícipes se obrigam a submeter previamente, por escrito, a aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste Protocolo a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e outros.

CLÁUSULA SÉTIMA - Será nula de pleno direito toda e qualquer medida ou decisão, correlata com o presente Convênio, que vá de encontro ao que estiver disposto nos estatutos, regimento, normas e/ou decisões das partes convenientes.

PARAGRAFO ÚNICO - Todas as comunicações entre as partes que representam decisões ou gerem modificações das condições prescritas neste Convênio, deverão ser feitas por escrito.

CLÁUSULA OITAVA - Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termo Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - Este instrumento poderá ser alterado, em qualquer cláusula, mediante anuência de ambas as partes, por Termo Aditivo, bem como poderá ser rescindido sem prévia notificação nas hipóteses de inadimplemento às obrigações assinadas ou por conveniência das partes, desde que nesta última ocorra notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Blumenau/SC, Subseção Judiciária de Blumenau, Seção Judiciária de Santa Catarina, com exclusão de qualquer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Protocolo terá vigência de 05 (zero cinco) anos, contados a partir de sua assinatura.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente Protocolo em 02 (zero duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Blumenau/ SC, 17 de Abril de 2015.

Prof. FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL
Reitor - IFC

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal de Campo Alegre

Testemunhas: 1
Nome: LIDIANE SILVA BRAGA
CPF/MF nº 001.357.430-28

2
Nome: JONAS CUNHA ESPINDOLA
CPF/MF: 902.854.099-72

DECRETO Nº 8.970 DE 16 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.870 DE 16 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955461, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, pelo período de 16 de Abril de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 42º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.971 DE 16 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 8.971 DE 16 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 7.511,43 (sete mil, quinhentos e onze reais e quarenta e três centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 7.511,43
-----------------	---------------------	--------------

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 7.511,43

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

16 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.972 DE 16 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.972 DE 16 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 3.053,13 (três mil, cinquenta e três reais e treze centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha.	
300000.00.153 -	Despesas Correntes	
330000.00.153 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.153 -	Aplicações Diretas	
339030.00.153 -	Material de Consumo	R\$ 1.375,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha.		
300000.00.153 -	Despesas Correntes		
330000.00.153 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.153 -	Aplicações Diretas		
339036.00.153 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.200,00	
339039.00.153 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 478,13	
400000.00.153 -	Despesas de Capital		
440000.00.153 -	Investimentos		
449000.00.153 -	Aplicações Diretas		
449052.00.153 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.375,00		
	TOTAL R\$ 3.053,13	3.053	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.973 DE 17 DE ABRIL DE 2015**GABINETE DO PREFEITO****DECRETO Nº 8.973 DE 17 DE ABRIL DE 2015**

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE NOS TERMOS DO ART. 6º DA EC 41/03, E ART. 59, INCISOS I, II, III, IV DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por Tempo de Contribuição e Idade, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 004/2015 nos termos do art. 6º, da EC 41/03, combinado com o artigo 59 Incisos I, II, III, IV da Lei Municipal nº 4.217/14 de 25 de Novembro de 2014, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, ao Servidor Público Municipal AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, portador do CPF/MF nº 076.902.669-91 e do RG nº 493.304 da SSP/SC, detentor da Matrícula Funcional nº 000122, Registro no Sistema sob nº 297180, Pis/Pasep nº 1.027.352.077-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, na função de Motorista da Saúde do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade com paridade da remuneração de Contribuição do Servidor Público, correspondendo o valor de R\$ 2.032,26 (dois mil, trinta e dois reais, vinte e seis centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Prefeito Municipal Diretor Executivo - IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO CONTRATO 53/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 53/2015.

Considerando o Ofício nº 008/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 101/2014;
Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 101/2014 (originado do Processo Licitatório nº 109/2014, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescer e suprimir quantitativos ao Contrato nº 101/2014, conforme segue:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.601.053/0001-20, com sede a Rua TRAVESSA JOSÉ ZIPPERER, nº 144, Bairro Centro, cidade SÃO BENTO DO SUL-SC, representada por IVO INGO BRAND, CPF nº 004.230.849-68, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 101/2014, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE e SUPRIME do contrato nº 101/2014 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 16.396,17 (dezesesseis mil trezentos e noventa e seis reais e dezessete centavos) e o valor a SUPRIMIR é de R\$ 2.235,94 (dois mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), EMPENHE-SE o valor de R\$ 14.160,23 (quatorze mil cento e sessenta reais e vinte e três centavos) referente a diferença do valor do acréscimo e da supressão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 101/2014, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 17 de março de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

LOURIVAL NEGRELI
LN Construções Ltda
CONTRATADA

PORTARIA Nº 11.868 DE 16 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.868 DE 16 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA TELMA, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 955099, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por motivo de doença, pelo período 13 de Março de 2015 a 20 de Maio de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo Municipal a partir de 13 de Março de 2015 a 27 de Março de 2015; já o período de 28 de Março de 2015 a 20 de Maio de 2015 será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 13 de Março de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.869 DE 17 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.869 DE 17 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELOÁ CRISTHINE PRIM, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médica Veterinária, Matrícula Funcional nº 000701, Registro no Sistema sob nº 955145, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de Abril de 2015 á 01 de Maio de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.870 DE 17 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.870 DE 17 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, WANDERLÉIA FURTADO, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, Matrícula Funcional nº 000759, Registro no Sistema sob nº 955362, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 27 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de Abril de 2015 á 06 de Maio de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê**PREFEITURA****1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 82/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, CNPJ 11.761.650/0001-76. OBJETO: Aumento de R\$ 2.400,00 no valor inicial, para realização de Concurso para o Cargo de Dentista. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, § 1º, da lei n.º 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 16/04/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e Sylvia de Oliveira, pela contratada.

Campos Novos**PREFEITURA****PORTARIA 397/15**

PORTARIA Nº 397/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VIVIANE KEMER PANDOLPHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VIVIANE KEMER PANDOLPHO referente ao período aquisitivo de 03/08/13 a 02/08/14 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 16/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 398/15

PORTARIA Nº 398/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANESSA LOPES VIEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANESSA LOPES VIEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 04/03/15 a 02/04/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 399/15

PORTARIA Nº 399/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EVANDRO CEZAR DUARTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EVANDRO CEZAR DUARTE referente ao período aquisitivo de 15/03/07 a 14/03/08 a serem gozadas no período de 15/02/15 a 16/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 400/15

PORTARIA Nº 400/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCIELI DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCIELI DA SILVA referente ao período aquisitivo de 05/02/14 a 04/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 401/15

PORTARIA Nº 401/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCISCO REDANTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCISCO REDANTE referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 402/15

PORTARIA Nº 402/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GRAZIELLI KEMER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GRAZIELLI KEMER referente ao período aquisitivo de 03/02/14 a 02/02/15 a serem gozadas no período de 23/02/15 a 24/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 403/15

PORTARIA Nº 403/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GUIOMAR DA LUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GUIOMAR DA LUZ referente ao período aquisitivo de 04/02/14 a 03/02/15 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 404/15

PORTARIA Nº 404/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HEMERSON FELICIANO FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HEMERSON FELICIANO FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 03/01/14 a 02/02/15 a serem gozadas no período de 01/02/15 a 28/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 405/15

PORTARIA Nº 405/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVA IZABEL TORRI PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVA IZABEL TORRI PEREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 26/02/15 a 25/03/15 .

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 406/15

PORTARIA Nº 406/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ILIANE DE FATIMA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ILIANE DE FATIMA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 407/15

PORTARIA Nº 407/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANETE DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANETE DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/06/13 a 31/05/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 408/15

PORTARIA Nº 408/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOANA MARIA ZANOTTO FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOANA MARIA ZANOTTO FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 409/15

PORTARIA Nº 409/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOCEANE GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOCEANE GONÇALVES WALTER referente ao período aquisitivo de 01/01/13 a 31/12/13 a serem gozadas no período de 26/01/15 a 25/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 410/15

PORTARIA Nº 410/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO BATISTA RODRIGUES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO BATISTA RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/12/12 a 30/11/13 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 03/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 411/15

PORTARIA Nº 411/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 01/03/14 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 16/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 412/15

PORTARIA Nº 412/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEONILDO RECALCATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEONILDO RECALCATTI referente ao período aquisitivo de 11/01/13 a 10/01/14 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 31/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 413/15

PORTARIA Nº 413/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LENIR FERNANDES PADILHA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LENIR FERNANDES PADILHA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 414/15

PORTARIA Nº 414/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEAMAR DALLAMICO PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEAMAR DALLAMICO PEREIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 415/15

PORTARIA Nº 415/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEONARDO FARIAS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEONARDO FARIAS SANTOS referente ao período aquisitivo de 10/01/14 a 09/01/15 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 03/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 416/15

PORTARIA Nº 416/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARISTELA CASSIANO CARMINATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARISTELA CASSIANO CARMINATTI referente ao período aquisitivo de

02/02/14 a 01/02/15 a serem gozadas no período de 01/03/15 a 30/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 417/15

PORTARIA Nº 417/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MALGARETE DE FATIMA ZOTTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MALGARETE DE FATIMA ZOTTO referente ao período aquisitivo de 09/09/13 a 08/09/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 418/15

PORTARIA Nº 418/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA AUXILIADORA ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA AUXILIADORA ANTUNES referente ao período aquisitivo de 02/07/13 a 01/07/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 419/15

PORTARIA Nº 419/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILOR GIANE JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DILOR GIANE JUNIOR referente ao período aquisitivo de 05/03/13 a 04/03/15 a serem gozadas no período de 23/02/15 a 24/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 420/15

PORTARIA Nº 420/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELVIRA TORMEN CARDOSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELVIRA TORMEN CARDOSO referente ao período aquisitivo de 04/07/11 a 03/07/12 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 421/15

PORTARIA Nº 421/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER referente ao período aquisitivo de 04/02/13 a 03/02/15 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 01/04/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 422/15

PORTARIA Nº 422/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANDRE LUIZ GUIDINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANDRE LUIZ GUIDINI referente ao período aquisitivo de 21/10/13 a 20/10/14 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 31/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 423/15

PORTARIA Nº 423/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA CRISTINA PEDROSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA CRISTINA PEDROSO referente ao período aquisitivo de 23/01/13 a 22/01/14 a serem gozadas no período de 01/03/15 a 30/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 424/15

PORTARIA Nº 424/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARLA ROSANA CRUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARLA ROSANA CRUZ referente ao período aquisitivo de 10/01/14 a 09/01/15

a serem gozadas no período de 05/01/15 a 04/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 425/15

PORTARIA Nº 425/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARINA VALÉRIA LAGNI ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARINA VALÉRIA LAGNI ALVES referente ao período aquisitivo de 09/09/13 a 08/09/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 426/15

PORTARIA Nº 426/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA referente ao período aquisitivo de 02/09/13 a 01/09/14 a serem gozadas no período de 19/12/15 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 427/15

PORTARIA Nº 427/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA DE LURDES OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA DE LURDES OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 23/02/13 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 428/15

PORTARIA Nº 427/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA DE LURDES OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA DE LURDES OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 23/02/13 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 429/15

PORTARIA Nº 429/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILENE ANTUNES CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARILENE ANTUNES CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 09/03/15 a 07/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 434/15

PORTARIA Nº 434/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) OTACIR MARCIANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) OTACIR MARCIANO referente ao período aquisitivo de 07/11/13 a 06/11/14 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 31/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 435/15

PORTARIA Nº 435/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PEDRO DOMINGOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PEDRO DOMINGOS DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/10/13 a 30/09/14 a serem gozadas no período de 04/02/15 a 05/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 436/15

PORTARIA Nº 436/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PATRICIA ELIZANDRA DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PATRICIA ELIZANDRA DE LIMA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 437/15

PORTARIA Nº 437/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSANGELA PADILHA ZOLDAN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSANGELA PADILHA ZOLDAN referente ao período aquisitivo de 16/01/14 a 15/01/15 a serem gozadas no período de 18/02/15 a 18/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 438/15

PORTARIA Nº 438/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TURIBIO DOS SANTOS JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) TURIBIO DOS SANTOS JUNIOR referente ao período aquisitivo de 01/09/13 a 31/08/14 a serem gozadas no período de 18/02/15 a 19/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 739/15

PORTARIA Nº 739/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO OLIVIA XAVIER BRAGHEROLLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, OLIVIA XAVIER BRAGHEROLLI

para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 741/15

PORTARIA Nº 741/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA ALVES SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, PATRICIA ALVES SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 742/15

PORTARIA Nº 742/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA BALESTRIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, PATRICIA BALESTRIN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 749/15

PORTARIA Nº 749/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO REGINA MARIA THIBES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, REGINA MARIA THIBES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 750/15

PORTARIA Nº 750/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RENATA DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, RENATA DE LIMA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 752/15

PORTARIA Nº 752/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RITA DE CACIA PENAFORTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, RITA DE CACIA PENAFORTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 753/15

PORTARIA Nº 753/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RITA DE CASSIA DOS PASSOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, RITA DE CASSIA DOS PASSOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 755/15

PORTARIA Nº 755/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROBSON ANDREY GRANEMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROBSON ANDREY GRANEMANN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 757/15

PORTARIA Nº 757/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANGELA DAS GRAÇAS FERNANDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSANGELA DAS GRAÇAS FERNANDES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 758/15

PORTARIA Nº 758/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANI CARNIEL FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSANI CARNIEL FRANÇA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 759/15

PORTARIA Nº 759/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSEELE ANGELICA DE QUADROS XAVIER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSEELE ANGELICA DE QUADROS XAVIER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II,

atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 761/15

PORTARIA Nº 761/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI BOEIRA DA ROSA THIBES DE CAMPOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSELI BOEIRA DA ROSA THIBES DE CAMPOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 762/15

PORTARIA Nº 762/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI MARIA BITTENCOURT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSELI MARIA BITTENCOURT para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 763/15

PORTARIA Nº 763/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI TEREZINHA ROSSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSELI TEREZINHA ROSSI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 764/15

PORTARIA Nº 764/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI ZAMBON RETORE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSELI ZAMBON RETORE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 765/15

PORTARIA Nº 765/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELY DE FATIMA DONATTI STRADIOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSELY DE FATIMA DONATTI STRADIOTTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os

vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 767/15

PORTARIA Nº 767/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSENIR DAS NEVES SAURIN BRUGNERA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSENIR DAS NEVES SAURIN BRUGNERA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 769/15

PORTARIA Nº 769/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSMARI DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSMARI DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

EXTRATOS CONTRATOS FUNDAÇÃO CULTURAL 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/4

CNPJ: 74.097.114/0001-38
PC. LAURO MULLER, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS - ME
CNPJ: 19.212.845/0001-79
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Número da Licitação: 1/2015 **Número do Processo:** 2/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 01/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW DA BANDA XEQUE MATT PARA ANIMAÇÃO DO BAILE DO CONCURSO DE ESCOLHA DA MISS CAMPOS NOVOS 2015.

Data da Assinatura: 03/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 03/03/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.800,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ANDRE LUIS DE SOUZA MARTINEZ
CNPJ: 19.412.669/0001-19
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 **Número do Processo:** 1/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 02/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Data da Assinatura: 04/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2015
Vigência: 04/03/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 47.530,00

Forma de Pagamento: MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/4

CNPJ: 74.097.114/0001-38
PC. LAURO MULLER, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: GIOVANI PRIMIERI
CNPJ: 09.399.025/0001-84
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 Número do Processo: 1/2015 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 03/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Data da Assinatura: 04/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2015
Vigência: 04/03/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 15.350,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS

Contratado: HEITOR GEMAIEL ELIAS ROSA
CNPJ: 09.431.224/0001-22
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 Número do Processo: 1/2015 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 04/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Data da Assinatura: 04/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2015
Vigência: 04/03/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 17.090,00

Forma de Pagamento: MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/4

CNPJ: 74.097.114/0001-38
PC. LAURO MULLER, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ISMAEL PACHECO GOMES - IPG BATERIA E PERCUSSÃO
CNPJ: 19.539.019/0001-39
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 **Número do Processo:** 1/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 05/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Data da Assinatura: 04/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2015
Vigência: 04/03/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 20.450,00

Forma de Pagamento: MENSAL

Contratado: RAFAEL ANDERSON FACHIN
CNPJ: 11.560.856/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 **Número do Processo:** 1/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 06/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Data da Assinatura: 04/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2015
Vigência: 04/03/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 15.640,00

Forma de Pagamento: MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/4

CNPJ: 74.097.114/0001-38
PC. LAURO MULLER, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SIMÃO ELIAS WOLF ME
CNPJ: 09.356.573/0001-27
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 **Número do Processo:** 1/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 07/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Data da Assinatura: 04/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/03/2015
Vigência: 04/03/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 16.150,00

Forma de Pagamento: MENSAL

Contratado: CONSTRUTORA SOLO LTDA
CNPJ: 07.706.125/0001-80
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 1/2014 **Número do Processo:** 3/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 08/2015
Fundamento Legal:
Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 11/2014, até 30 de julho de 2015, para construção do prédio da Biblioteca Pública Municipal, conforme especificações do projeto básico. Programa: Pacto dos Municípios - FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios Convênio nº 2014TR000662 - Estado de Santa Catarina

Data da Assinatura: 11/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/03/2015
Vigência: 11/03/2015 a 30/07/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

EXTRATOS CONTRATOS FUNDECAMPOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ADEMIR PARODI GOMES**C.P.F.:** 548.513.789-04**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL Nº01, COM ÁREA DE 149.7650m², ONDE FUNCIONARÁ A EXATORIA DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.**Data da Assinatura:** 15/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/03/2015**Vigência:** 15/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.456,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** RK INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA**CNPJ:** 05.043.720/0001-58**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 4/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. CONVÊNIO Nº 101.9116-30/2014. PORTARIA 507/2011.**Data da Assinatura:** 26/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/03/2015**Vigência:** 26/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 19.800,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Março/2015.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANA CRISTINA MANJABOSCO EPP**CNPJ:** 10.688.308/0001-25**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 4/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. CONVÊNIO Nº 101.9116-30/2014. PORTARIA 507/2011.**Data da Assinatura:** 26/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/03/2015**Vigência:** 26/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.700,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** CARBONI MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA**CNPJ:** 10.331.054/0001-93**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 4/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. CONVÊNIO Nº 101.9116-30/2014. PORTARIA 507/2011.**Data da Assinatura:** 26/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/03/2015**Vigência:** 26/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 223.700,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AGROPECUARIA SEHN & SILVA LTDA - ME**CNPJ:** 11.714.883/0001-18**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 3/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 05/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, SEMENTES, MUDAS E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DE AVENIDAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.**Data da Assinatura:** 26/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/03/2015**Vigência:** 26/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.995,80**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

EXTRATOS CONTRATOS FUNDO SOCIAL 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/1

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CLADEMIR JOSE FERNANDES DA SILVA
CNPJ: 19.716.214/0001-97
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 **Número do Processo:** 4/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 04/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM CURSO BÁSICO AVANÇADO DE SALÃO DE BELEZA E INSTRUTOR DE MÚSICA PARA ATUAREM NOS PROJETOS SUPERVISIONADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA O ANO DE 2015.

Data da Assinatura: 27/02/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/02/2015
Vigência: 27/02/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 22.000,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS

Contratado: ROZIVETE DE FATIMA MELO DA SILVA
CNPJ: 17.610.222/0001-29
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015 **Número do Processo:** 4/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 05/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM CURSO BÁSICO AVANÇADO DE SALÃO DE BELEZA E INSTRUTOR DE MÚSICA PARA ATUAREM NOS PROJETOS SUPERVISIONADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA O ANO DE 2015.

Data da Assinatura: 27/02/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/02/2015
Vigência: 27/02/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.800,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO Nº 32/2015**

MOÇÃO Nº 32/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes Legais, a pedido do vereador Ricardo Damásio, manifesta integral e irrestrita Parabenização ao ...

“CLUBE CAMPONOVENSE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO”

É com grande satisfação que viemos por meio deste Parabenizar os atletas que estiveram no Segundo Campeonato Catarinense de “Tiro ao Prato” que aconteceu na cidade de Lages do dia 27 de fevereiro ao dia 01 de março, onde classificaram-se com os seguintes resultados:

- Alessandro Fagundes:

Categoria Sênior C. com 95/100.

-3º Lugar Campeonato Brasileiro.

-Categoria Senoir B. Tiro ao Prato com 95/100

- Deivid Fabricio Rucks:

Categoria Sênior C.

-6 º lugar com 92/100.

- Marcelo Chuamba:

Categoria Sênior C.

-9º lugar com 91/100

- Marcos Almeida:

Categoria Sênior A.

-11º lugar com 95/100.

- Juliano Zortea:

Categoria iniciante.

-4º lugar com 92/100.

Outrossim, parabenizamos pela participação na Terceira Etapa do Campeonato Catarinense de Tiro ao Prato, realizado entre os dias 10 á 12 de abril de 2015, na cidade de Florianópolis - Governador Celso Ramos. Onde os atiradores participaram da modalidade Trap. 200 com o seguintes acertos:

- Deivid Fabricio Rucks:

97/100.

- Marcos Almeida:

94/100

- Alessandro Fagundes:

85/100

- Marcelo Chuamba:

85/100

Parabenizamos a cada um dos participantes pelo seu grande desempenho e esforço. Desejamos muito sucesso a todos no decorrer dos próximos eventos e agradecemos por estarem representando

Campos Novos com força e vontade de vencer.

Sala das Sessões, em 13/04/2015.

Ricardo Damásio

Vereador PP

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 56/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2015, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA MOISES DAMASO DA SILVEIRA, COM EXTENSÃO TOTAL DE 366,81 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 16 (dez) dias, do mês de abril do ano de 2015, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Sra Cibele Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP representada por RICARDO DOLATA NUNES e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, também lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representante presente. Todos os CNPJ e CPF dos participantes da licitação foram consultados no portal www.portaltransparência.gov.br, não constando restrição à nenhuma das empresas participantes, relatório de consulta rubricado pela Comissão de Licitação e representante presente. Dando sequência aos tramites, foram abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação de todas as participantes, os quais foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação e representante presente. A Comissão de Licitação após análise detalhada da documentação apresentada concedeu a palavra aos participantes para que os mesmos se manifestassem com relação a documentação apresentada, sendo que todos declinaram de usá-la. A Comissão proferiu então sua decisão. A Comissão por entender que a documentação apresentada atende as exigências do Edital declarou as empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA habilitadas no certame. Tendo em vista que as empresas assinaram o termo de renúncia quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos, em 1º lugar a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP com o valor global de R\$ 459.642,13, e em 2º lugar a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor global de R\$ 471.408,41. A Comissão de Licitação declarou VENCEDORA da licitação a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP com o valor global de R\$ 459.642,13. A Comissão de Licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Cibele Neudorf Batista
Membro

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 14/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 57/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 14/2015, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE 01 BANHEIRO PARA P.N.E, COM 34,60 M2 E DE MURO NO PATIO DE ARREIMATE DE GADO, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NO BAIRRO PIEDADE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

Aos 16 (dez) dias, do mês de abril do ano de 2015, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Cláudio Henrique Mathias, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME representada pelo Sr. Cleidimar Oliveira, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA, representada pelo Sr. Elvino Augusto Júnior, J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, também lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Todos os CNPJ e CPF dos participantes da licitação foram consultados no portal www.portaltransparência.gov.br, não constando restrição à nenhuma das empresas participantes, relatório de consulta rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando sequência aos tramites, foram abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação de todas as participantes, os quais foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação e representantes presentes. A Comissão de Licitação após análise detalhada da documentação apresentada concedeu a palavra aos participantes para que os mesmos se manifestassem com relação a documentação apresentada, sendo que todos declinaram de usá-la. A Comissão proferiu então sua decisão. A Comissão por entender que a documentação apresentada atende as exigências do Edital declarou as empresas KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA, J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP habilitadas no certame. Tendo em vista que as empresas assinaram o termo de renúncia quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA, J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos, LOTE 01: em 1º lugar a empresa KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME, com o valor global de R\$ 40.656,74, 2º lugar a empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA, com o valor global de R\$ R\$ 41.280,76, 3º lugar a empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP, com o valor global de R\$ R\$ 41.583,15, e em 4º lugar a empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor global de R\$ 42.686,34 e do LOTE 02: em 1º lugar a empresa

KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME, com o valor global de R\$ 39.225,19, 2º lugar a empresa J. LUMA CONSTRU-
TORA LTDA, com o valor global de R\$ R\$ 39.715,91, 3º lugar
a empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP,
com o valor global de R\$ R\$ 39.933,33, e em 4º lugar a em-
presa J.LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor global de R\$
R\$ 41.014,48. A Comissão de Licitação declarou VENCEDORA do
lote 01 a empresa KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA
- ME, com o valor global de R\$ 40,656,74 e do lote 02 a empresa
KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME, com o valor
global de R\$ 39.225,19. A Comissão de Licitação abre o prazo de
05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta para interposi-
ção de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A
comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo
a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e
representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Cláudio Henrique Mathias
Membro

KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME
Sr. Cleidiomar Oliveira

J. LUMA CONSTRUÇÃO LTDA
Sr. Elvino Augusto Júnior

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 41/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 65/2015
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 41/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito
à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/05/2015,
às 10h00min, licitação AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO,
ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE
NO MÍNIMO 72 CV E 02 (DOIS) VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, 04
(QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 85
CV, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE
HABITAÇÃO E PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA-
ÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO. Recebimento de propostas até
as 09h00min do dia 05/05/2015. Informações (47) 3621-7705.
Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 95.800,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 52/2015

Licitação.....: 32/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO DE METRO QUADRADO DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	16588	-	SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS - Unidade: M2				
15841	J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME		1.000.000	0,0000	95,8000	95.800,00	Venceu	1 *****
16095	RAMÍLIA DE OLIVEIRA E CIA LTDA		1.000.000	0,0000	97,0000	97.000,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Total dos Itens Vencedores: 7.900,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 54/2015

Licitação.....: 34/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 15 BLOQUEADORES ECOLÓGICOS INTELIGENTES PARA BOCAS DE LOBO A SEREM IMPLANTADOS NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	311043531	- BLOQUEADOR PARA BOCA DE LOBO INTELIGENTE - 0.80 X 0.40 CM - Unidade: UN					
11784	JANETE RODRIGUES BALDIM SANTIAN-ME		2,000	0,0000	551,4350	1.102,87	Venceu	1 *****
Item.....: 2	-	311043532	- BLOQUEADOR PARA BOCA DE LOBO INTELIGENTE - 0.70 X 0.40 CM - Unidade: UN					
11784	JANETE RODRIGUES BALDIM SANTIAN-ME		2,000	0,0000	522,7796	1.045,56	Venceu	1 *****
Item.....: 3	-	311043533	- BLOQUEADOR PARA BOCA DE LOBO INTELIGENTE - 0.60 X 0.50 CM - Unidade: UN					
11784	JANETE RODRIGUES BALDIM SANTIAN-ME		2,000	0,0000	548,4739	1.096,95	Venceu	1 *****
Item.....: 4	-	311043536	- BLOQUEADOR PARA BOCA DE LOBO INTELIGENTE - 0.55 X 0.45 CM - Unidade: UN					
11784	JANETE RODRIGUES BALDIM SANTIAN-ME		2,000	0,0000	528,7090	1.057,42	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 54/2015

Licitação.....: 34/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 15 BLOQUEADORES ECOLÓGICOS INTELIGENTES PARA BOCAS DE LOBO A SEREM IMPLANTADOS NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

Processo Administrativo: 7.900,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 5	-	311043537	-	BLOQUEADOR PARA BOCA DE LOBO INTELIGENTE - 0.50 X 0.60 CM	-	Unidade: UN		
11784	JANETE RODRIGUES BALDIM	SANTIAN-ME	7,000	0,0000	513,8854	3.597,20	Venceu	1 ****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0012/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0006/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0012/2015
Pregão Presencial Nº 0006/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, nas atividades do Setor de Odontologia.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 04/05/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 17 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Lei 3.166/2015

LEI Nº 3.166, DE 15 DE ABRIL 2015.

Dispõe sobre a distribuição de panfletos e similares nos logradouros públicos.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a afixação de folders, panfletos, folhetos e qualquer tipo de material impresso publicitário, inclusive propaganda eleitoral, no pára-brisa de veículos.

Parágrafo único. Fica autorizada a entrega dos panfletos e similares em mãos.

Art. 2º Para efeitos desta Lei será considerado distribuidor a pessoa física ou jurídica, favorecida pela publicidade, bem como a pessoa física que realizar a efetiva distribuição da propaganda, inclusive candidatos a cargos eletivos.

Art. 3º A contratação de menores de idade para trabalhar na distribuição de que trata o art. 2º deverá ser de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º Os distribuidores de folders, panfletos, folhetos e propaganda eleitoral deverão manter limpo o entorno do local onde

houver a panfletagem.

Parágrafo único. O condutor do veículo fica responsável pela destinação do cartão do estacionamento rotativo após a sua utilização.

Art. 5º O descumprimento ao previsto na presente Lei ensejará aplicação de multa no valor de 2 (duas) Unidades Fiscais do Município e o recolhimento do material de propaganda, sem prejuízo de eventuais penalidades da legislação em vigor.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município, acumulada com o recolhimento do material de propaganda.

Art. 6º As disposições expressas nesta Lei serão fiscalizadas pelo Departamento de Fiscalização do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Capinzal, em 15 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.062, DE 13 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 2.062, de 13 de abril de 2015.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 21 de abril de 2015, terça-feira, é Feriado de Tiradentes;

CONSIDERANDO, que o dia 20, segunda-feira, torna-se o único dia que separa o final de semana do feriado;

CONSIDERANDO, que em ocasiões análogas, já é de praxe a paralisação das atividades em outros órgãos públicos, mesma situação deste ano, o que torna improdutivo a manutenção do expediente normal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal no dia 20 de abril, ressalvados os serviços e as atividades consideradas de natureza essencial, especialmente na área da Saúde, Educação, Urbanismo e Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 13 de abril de 2015.

Alberto Broll
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, de 14 de abril de 2015.

"EXTINGUE VAGAS, CRIA CARGO, VAGAS E ATRIBUIÇÕES DE CARGO NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 66 DE 21 DE JUNHO DE 2010, COM SUAS ALTERAÇÕES)"

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal de Catanduvas/SC em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica reduzida a quantidade de vagas do cargo em provimento efetivo de Fiscal de Tributos na estrutura administrativa do Governo Municipal, prevista na Lei Complementar nº 66 de 21 de junho de 2010 (com as alterações) nos seguintes termos:

I - Anexo I: Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal - Cargos em Provimento Efetivo

Categoria Funcional/ Carreira Cargo	Horas Semanais	Nível	Referência	Número de Vagas	
J – Fiscal de Tributos	40 horas	66-70	A-F	1	

Art. 2º Fica criado o cargo em provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, abertas as respectivas vagas e suas atribuições na estrutura administrativa do Governo Municipal, prevista na Lei Complementar nº 66 de 21 de junho de 2010 (com as alterações) nos seguintes termos:

I - Anexo I: Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal - Cargos em Provimento Efetivo

Categoria Funcional/ Carreira Cargo	Horas Semanais	Nível	Referência	Número de Vagas	
L – Fiscal de Obras e Posturas	40 horas	66-70	A-F	2	

II - Anexo II: Descrição de Habilitação e Atribuições Gerais do Cargo, por Carreira

CARREIRAS	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
II – Agente de Serviços de Apoio e Operacionais	02	Fiscal de Obras e Posturas	Emissão de alvarás que possibilitam o andamento e a regularização de construções; Possibilitar a abertura de empresas de acordo com a legislação e dentro das normas e códigos pertinentes a cada atividade exercidas; Emitir notificações e embargos para casos de obras clandestinas; Emitir notificações e interdições para empresas clandestinas; Fiscalização de posturas e recolhimento de mercadorias com relação ao comércio ambulante; Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, de acordo com alinhamento e planejamento estratégico do Município, atendendo as determinações emanadas da chefia do Poder Executivo, da Secretaria de Administração e Finanças, bem como da assessoria jurídica do Município.

Art. 3º As alterações determinadas por esta lei devem ser consolidadas no texto do ANEXO I e II da Lei Complementar nº 66 de 21 de junho de 2010.

Art. 4º Os funcionários públicos ocupantes do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos já efetivados serão remanejados para as vagas ora criadas de Fiscais de Obras e Posturas.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 14 de abril de 2015.

Alberto Broll
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

PORTARIA Nº 6.412 DE 16 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA P/6412/15, de 16.04.2015.

Alberto Broll, Prefeito Municipal de Catanduvas em exercício, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE:

Autorizar o servidor MARCOS ANTONIO DE SOUZA, CPF 720.672.769-72, para realizar isoladamente a movimentação financeira da conta corrente nº. 14.263-8 (cuja finalidade é a movimentação de recursos oriundos de adiantamentos para os servidores da Prefeitura Municipal de Catanduvas-SC), agência 1760-4 do Banco do Brasil, do MUNICIPIO DE CATANDUVAS (CNPJ 82.939.414/0001-45), com os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; solicitar saldos/extratos de investimentos; emitir comprovantes; encerrar contas de depósito..

Catanduvas, 16 de abril de 2015.

Alberto Broll

Prefeito Municipal em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO N. 042, DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

Decreto Legislativo n. 042, de 13 de abril de 2015.

"Estabelece ponto facultativo, e dá outras providências."

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 21 de abril de 2015, terça-feira, é Feriado de Tiradentes;

CONSIDERANDO, que o dia 20, segunda-feira, torna-se o único dia que separa o final de semana do feriado;

CONSIDERANDO, que em ocasiões análogas já é de praxe a paralisação das atividades em outros órgãos públicos, mesma situação deste ano, o que torna improdutiva a manutenção do expediente normal;

CONSIDERANDO, que o Decreto n. 2.062 de 13 de abril de 2015, de origem do Poder Executivo Municipal, estabelece ponto facultativo semelhante aos servidores municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas no dia 20 de abril, retornando ao expediente normal no dia 22 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 13 de abril de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente

Caxambu do Sul**PREFEITURA****ADITIVO 03 CONTRATO 23/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 03 AO CONTRATO Nº. 23/2014

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa ARTEBRAZ SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, com sede na(o) Rua Barão do Rio Branco, nº 2678 D, bairro São Pedro, no Município de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.266.219/0001-01 neste ato representado por seu representante legal Senhora ROSINHA DORETI G. DE OLIVEIRA, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2014, visando à prorrogação do prazo de execução, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1. Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do referido contrato por mais 30 (trinta) dias. O prazo de execução anteriormente pactuado com término previsto para dia 06 de abril de 2015 fica prorrogado até 06 de maio de 2015, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e Cláusula Quinta do contrato originário.

1.2. Não será concedido nova prorrogação de prazo para execução sem motivo comprovadamente justificado, podendo o Contrato ser rescindido unilateralmente caso a obra não seja concluída no prazo acima proposto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

2.1 As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 02 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATADAARTEBRAZ SERVIÇOS DE
CONSTRUÇÕES LTDA ME**Testemunhas:**

1) Nome:

CPF:

2) Nome:

CPF:

DECRETO 038/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000038/15 de 16 de Abril de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001344/15 de 13 de Abril de 2015.
DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 706.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. A
07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura
07.01.20.606.0014.1.041-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 186.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
09.01 - Departamento de Serviços Urbanos
09.01.15.451.0012.1.033-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 520.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Abril de 2015
VILMAR FOPPA
PREFEITO

DECRETO 37/2015

DECRETO Nº. 037/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c com o Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 001/2007;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação para a gestão 2015 a 2016 do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

MEMBROS E SEGMENTOS REPRESENTADOS

Representantes dos Professores/Educadores da Rede Municipal de Ensino:

Titular : Cleusa de Fátima Cardoso Feliciano dos Santos
Suplente: Caroline Klauck Menoncim

Titular : Luciano Luiz Aires
Suplente: Cleides Foiato

Titular: Naira Terezinha Graboski Chiarello
Suplente: Cleide Terezinha Cardoso de Mello

Titular : Fabiane da Silva Rossetto

Suplente: Rosa dos Santos Giacomelli

Titular: Nelides Eva Filippin
Suplente: Marilde Giongo Segatto

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Maikeli Bellei
Suplente: Camila Bellei

Representantes dos Diretores ou Coordenadores da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Iverlei Pires dos Santos Moreto
Suplente: Leandra Rohr

Representante das APPs (Associação dos Pais e Professores):

Titular: Ivete Aparecida Brandão Munerol
Suplente: Ana Paula Tomasi

Representante das Escolas Estaduais:

Titular: Adriane de Fátima da Silva
Suplente: Sandra Camatti Guerra

Representante dos Alunos:

Titular: Poliana Bottin
Suplente: Riquelme dos Santos

Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Marinês Terezinha Zambam Bartolomey

Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Cleila Loureiro de Mello

Art. 2º. Os Membros do Conselho Municipal de Educação, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante pelo período de dois anos, sem ônus para os cofres públicos municipais não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 037/2013 de 19 de Março de 2013.

Caxambu do Sul/SC 16 de Abril de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

203.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 203/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso XI, art. 2º da Lei Complementar Nº 0040 de 15/05/2009 e conforme Processo Seletivo Simplificado n. 01/2014; RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário LUANA PEIXE, para exercer as funções do Cargo de Psicóloga ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 15.04.2015 a 31.12.2015.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

204.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 204/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 36 e 37 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I, do art. 1º da Portaria nº. 200/2014 de 12.05.2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
.....

I - CRISLEI SEBOLD;

.....
..... "

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 - PMC

Objeto: aquisição de plataforma elevatória para portadores de necessidades especiais, a ser instalada na Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 11/05/2015.

Abertura: dia 12/05/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 16 de abril de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇO Nº 8/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (mão de obra e material), para construção de edificação destinada a abrigar a área de convivência e arquivo geral da Prefeitura Municipal de Concórdia, na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, bairro Guilherme Reich, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes: DEZ ENGENHARIA LTDA;FORMATO ENGENHARIA LTDA, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, MARCOLIN ENGENHARIA LTDA - EPP, LSW SERVIÇOS LTDA EPP, RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME e MARCOS AURÉLIO DE SOUZA - EIRELI -ME, que a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, interpôs, na data de 09 de abril de 2015, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 16 de abril de 2015

Leonice Parizotto Camargo
Presidente da CPL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 002/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

CILENE DE SOUZA - CPF 687.687.889-91 - Rua Dr. Maruri, 255, Ap. 203, Centro, Concórdia-SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 02/2015, relativo à pavimentação asfáltica referente ao imóvel cadastrado sob o nº 7484429, Inscrição Imobiliária 01.01.103.0050, localizado na Rua Leônidas Fávero, s/nº, Concórdia-SC. Vcto.: 11/05/2015; Valor: 7.610,22 Ufir Municipal.

JACINTO SECCHI - CPF 136.407.479,68 - Rua São Sebastião, 480, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015, relativo à pavimentação asfáltica referente ao imóvel cadastrado sob o nº 7760213, Inscrição Imobiliária 15.01.078.2000, localizado na Rua São Sebastião, 480, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. Vcto.: 11/05/2015; Valor: 2.410,66 Ufir Municipal.

LUCIANO SCHMIDT - CPF 915.061.239-53 - Rua São Sebastião, s/nº, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015, relativo à pavimentação asfáltica referente ao imóvel cadastrado sob o nº 7760108, Inscrição Imobiliária 15.01.078.1503, localizado na Rua São Sebastião, s/nº, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. Vcto.: 11/05/2015; Valor: 3.553,25 Ufir Municipal.

LUCIANO SCHMIDT - CPF 915.061.239-53 - Rua São Sebastião, s/nº, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015, relativo à pavimentação asfáltica referente ao imóvel cadastrado sob o nº 7760116, Inscrição Imobiliária 15.01.078.1504, localizado na Rua São Sebastião, S/Nº, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. Vcto.: 11/05/2015; Valor: 3.553,25 Ufir Municipal.

OLDEMAR WORTMANN - CPF 347.368.919-04 - Rua São Sebastião, 485, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015, relativo à pavimentação asfáltica referente ao imóvel cadastrado sob o nº 7760132, Inscrição Imobiliária 15.01.078.1506, localizado na Rua São Sebastião, 485, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. Vcto.: 11/05/2015; Valor: 519,46 Ufir Municipal.

PEDRO DALO - CPF 310.900.109-82 - Rua São Sebastião, 515, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 01/2015, relativo à pavimentação asfáltica referente ao imóvel cadastrado sob o nº 7760140, Inscrição Imobiliária 15.01.078.1507, localizado na Rua São Sebastião, nº 515, Bairro Fragosos, Concórdia-SC. Vcto.: 11/05/2015; Valor: 223,96 Ufir Municipal.

Concórdia, 16 de abril de 2015

Joaquim Pedro de Barros Bicca
Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Leão Marcos Ampessan
Fiscal de Tributos

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

Na publicação do Extrato de Aviso do Pregão Presencial nº 40/2015 PMC, veiculado no dia 13 de abril de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, pág. 152, Edição nº 1722, onde lê-se: "...Vida Produtiva igual ou maior que 10"/"; leia-se: "...Vida Produtiva igual ou maior que 1,0"/".

Concórdia, SC, 15 de abril de 2015.

RUI MAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 5/2015 -FMC

Contrato Nº : 05/2015

Aditivo Nº : 1TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : MUNDIAL SERIGRAF - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fabricação e instalação de móveis e contratação de serviços de plotagem de acordo com o projeto/layout e especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/04/2015 Término: 10/03/2017

Execução : Início: 11/04/2015 Término: 10/05/2015

Assinatura : 10/04/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 359 - 16.001.2403.333903044000000.03000001

Dotação : 360 - 16.001.1401.344905242000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015 -FMEC

Contrato Nº : 5/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ELEVADORES OTIS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 1/2015

Objeto : Prestação de serviço de manutenção (preventiva e corretiva) por completa do ELEVADOR e PLATAFORMA ELEVATÓRIA existentes no Parque de Exposições.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 01/04/2015

Valor R\$: 4.380,00 (Quatro Mil e Trezentos e Oitenta Reais)

Dotação : 300 - 17.001.2454.333903916000000.02000000

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 7/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 7/2015

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CLUBE DE MÃES RAINHA DE MAIO, inscrito no CNPJ sob nº 80.623.085/0001-01, com sede em Linha Kaiser, Concórdia, SC, neste ato representado pela sua Presidenta, senhora TANIA CARMEN SORDI BERNO.

OBJETO: Permissão de uso gratuito, a título precário, das antigas instalações da Escola Municipal do Campo Linha Kaiser, situada em Linha Kaiser, Concórdia, SC, extinta pelo Decreto nº 5.875, de 17 de março de 2014, que se destinará ao desenvolvimento das atividades do PERMISSIONÁRIO

PRAZO: Até 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 27 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 8/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 8/2015

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CLUBE CONCORDIENSE DE XADREZ, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.575/0001-01, neste ato representado pelo seu presidente, senhor GILMAR ROBERTO DURANTE.

OBJETO: Permissão de uso gratuito, a título precário, de 1 (uma) impressora jato de tinta modelo 5940, marca DJ PHOTO, série BR6BB2R, código patrimonial 58.197 e (um) Notebook L550w7, Intelbras, com pasta, mouse óptico, Windows 7, office 2007, Standard Full, série 100291, código patrimonial 58.226.

PRAZO: Até 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 14 de abril de 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 694, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 694, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas às edificações do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina - Código de Obras e Edificações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas às edificações do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina - Código de

Obras e Edificações, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º Fica alterada a expressão "Plano Diretor Físico-Territorial Urbano - PFTU", para: "Plano Diretor Municipal de Concórdia - PDM", constante no art. 1º.

Art. 3º A alínea "f" do § 1º do art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. (...)

f) croqui de situação do lote ou inscrição imobiliária." (NR)

Art. 4º O art. 16 terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o caput para a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. O Alvará de Construção será válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua expedição. Caso a obra não tenha sido iniciada, o Alvará deverá ser revalidado anualmente, sujeitando-se a legislação em vigor." (NR)

II - fica revogado o § 4º.

Art. 5º Fica revogado o art. 50-A.

Art. 6º O inciso IV do art. 55 terá os seguintes dispositivos alterados:

I - fica altera a expressão "4 (quatro)", para: "10 (dez)";

II - fica acrescida alínea "h", com a seguinte redação:

"h) a área de recreação deverá ser acessível, conforme Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e NBR 9050, da ABNT, que dispõe sobre a adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa com deficiência." (NR)

Art. 7º O art. 65 terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - quando se tratar de barracão comercial será exigido 1 (um) sanitário para cada sexo, a cada 400,00m2 (quatrocentos metros quadrados);" (NR)

II - fica acrescido inciso IV com a seguinte redação:

"IV - quando se tratar de barracão para depósito será exigido 1 (um) sanitário para cada sexo, a cada 1.000,00m2 (mil metros quadrados)." (NR)

Art. 8º O inciso I do art. 217 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 217. (...)

I - as partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas e caixa de água;" (NR)

Art. 9º O art. 218 terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - mais de 4 (quatro) pavimentos, independente do nível do logradouro;" (NR)

II - fica excluído o inciso II.

Art. 10. O art. 219 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 219. Nos edifícios hospitalares, asilos e usos comerciais, será obrigatório garantir a acessibilidade da edificação, conforme Decreto Federal nº 5.296/2004 e NBR 9050, da ABNT." (NR)

Art. 11. O § 1º do art. 292 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 292 (...)

§ 1º O depósito coletor de lixo deverá estar locado no alinhamento predial." (NR)

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 695, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 695, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º Fica acrescido inciso VIII ao § 1º do art. 55, com a seguinte redação:

"Art. 55 (...)

VIII - o pavimento ou área destinada a lazer ou recreação comum, em edifícios com área construída igual ou superior a 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados)." (NR)

Art. 3º Fica acrescido inciso VIII ao art. 58 com a seguinte redação:

"Art. 58 (...)

VIII - o pavimento destinado ao lazer ou recreação comum, em edifícios com área construída igual ou superior a 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados)." (NR)

Art. 4º Fica revogado o § 6º do art. 62.

Art. 5º O Anexo I: Mapa do Zoneamento Urbano da Sede Municipal, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 6º O Anexo IX: Tabela de Uso e Ocupação do Solo - ZBD2, passa a vigorar com a redação constante no Anexo II desta Lei.

Art. 7º O Anexo XVI: Tabela de Uso e Ocupação do Solo - ZI1, passa a vigorar com a redação constante no Anexo III desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Anexo I

"ANEXO I

MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL
ANEXO II

"ANEXO IX

TABELA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - ZBD2

Tabela - Uso e Ocupação da Zona de Baixa Densidade 2.

ZONA DE BAIXA DENSIDADE 2			
USO			
	ADEQUADO	TOLERADO	PROIBIDO
HABITACIONAL	H1 H2 H3	H4 H5	-
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E1	E2	E3
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1	CS2	CS3 CS4
INDUSTRIAL	-	I1	I2 I3 I4
OCUPAÇÃO			
Área Mínima do Lote (m ²)			360
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			25
Número de Pavimentos			4/2 ¹
Coeficiente de Aproveitamento			1,5
Recuo Mínimo Obrigatório		Frente	4,0m
Afastamentos Mínimos		Lateral	1,5m com abertura
		Fundo	1,5m com abertura
Taxa de Ocupação (%)			50

	Meio de quadra	12
Testada Mínima do Lote (m)	Esquina	15

Notas:

1. Na localidade do Bairro São Paulo, somente 2 pavimentos, independentes do uso.

H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa." (NR)

ANEXO III**"ANEXO XVI****TABELA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - ZI1****Tabela - Uso e Ocupação da Zona Industrial 1.**

ZONA INDUSTRIAL 1			
USO			
	ADEQUADO	TOLERADO	PROIBIDO
HABITACIONAL	H2 H5	H1 H3 H4	-
SOCIAL E COMUNITÁRIO	E2 E3	E1	-
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CS1 CS2 CS3 CS4B	CS4A	-
INDUSTRIAL	I1 I2	I3	I4
OCUPAÇÃO			
Área Mínima do Lote (m²)			600
Taxa de Permeabilidade Mínima (%)			20
Número de Pavimentos			4/2¹
Coeficiente de Aproveitamento			2,4
Recuo Mínimo Obrigatório		Frente	5,0m
Afastamentos Mínimos		Lateral	3,0m
		Fundo	3,0m
Taxa de Ocupação (%)			60
Testada Mínima do Lote (m)	Meio de quadra	20	
	Esquina	25	

Notas:

1. Na localidade do Bairro São Paulo, somente 2 pavimentos, independentes do uso.

2. H1: habitação unifamiliar / H2: habitação multifamiliar / H3: habitação unifamiliar em série / H4: habitação de interesse social / H5: habitação transitória / E1: equipamento comunitário local / E2: equipamento comunitário municipal / E3: equipamento comunitário de impacto / CS1: comércio e serviço vicinal / CS2: comércio e serviço de centralidade / CS3: comércio e serviço regional / CS4: comércio e serviço específico / I1: indústria caseira / I2: indústria incômoda / I3: indústria nociva / I4: indústria perigosa.

3. Fica autorizada a flexibilização do número de pavimentos para o uso H5 (habitação transitória), desde que seja reduzida a Taxa de Ocupação em 10% (dez por cento) para cada pavimento acrescido ao definido neste zoneamento." (NR)

Cordilheira Alta

PREFEITURA**DECRETO Nº 175/2015**

DECRETO Nº 175/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.015 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 162

Fonte de Recursos: 1.0.89 - Vinculados - R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 14 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 178/2015

DECRETO Nº 178/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família à Servidora Municipal, Sra. MARCIA DALAGASPERINA BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 180/2015

DECRETO N. 180/2015 DE 15 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder ao servidor Público Sr. DIRCEU CESAR GIOLO, 02 (dois) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2014, 1º turno que será usufruído nos dias 14 (período vespertino), 15 e 16 (período matutino) de abril de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de dezembro de 2014.

Cordilheira Alta - SC, 15 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 181/2015

DECRETO N. 181/2015 DE 15 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO DE LICITAÇÃO P.P 023/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 54/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 23/2015

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de medicamentos e fraldas.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 06/05/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06/05/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 16 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO P.P 024/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n 55/2015

Pregão Presencial n. 24/2015

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM ESTUDIO DO PROGRAMA SEMANAL DE RÁDIO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS, INFORMAÇÕES, AVISOS E RECADOS DE UTILIDADE PÚBLICA EM EMISSORA PADRÃO FM.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 30/04/2015.

Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 30/04/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 16 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 44/2015**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2015

Contratado: PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E CONTÁBIL.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) durante o ano de 2015

Vigência: 31/12/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 08/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA PRAÇA DE ESTACIONAMENTO E RETORNO ENTRE AS RUAS ISIDORO PIAIA E RUA CELESTE SARTORE NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS SC, TOTALIZANDO 190,95 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS BÁSICO EM ANEXO.

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 05/05/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 05/05/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 16 de Abril de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO- PROCESSO 07/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0194/2015 PMCP, 0195/2015 FHMCP, 0196/2015 FMEC, 0197/2015 FMAS, 0198/2015 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 07/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE E SERVIÇO DE SOCORRO PARA VEÍCULOS LEVES, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, OBRAS, AGRICULTURA E FINANÇAS.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

CHRYSTIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA - ME

CNPJ: 02.705.164/0001-40

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit	Preço Total
1	5.500	Mecânica linha leve	50,00	275.000,00
2	3.500	Socorro – mecânica linha leve	3,00	10.500,00

Correia Pinto/SC 17 de abril de 2015

VÂNIO FORSTER - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO - PROCESSO 067/2014 PMCP

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 00234/2015

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, portador do CNPJ sob nº 75.438.655/0001-45, com sede administrativa na Avenida Duque de Caxias, nº 1569, na cidade de Correia Pinto/SC, CEP: 88535-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VÂNIO FORSTER, adiante denominado DISTRATANTE, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, expor e determinar o contido abaixo:

CONSIDERANDO que foi firmado com a empresa SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.459.791/0001-90, com sede na Rua Anita Garibaldi, Bairro Parque Madeiril, município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, um Contrato Administrativo sob nº 0848/2014 no valor de R\$ 89.627,00 (Oitenta e nove mil seiscientos e vinte e sete reais), cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO/GRADIL DE FECHAMENTO DA ÁREA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NOS ANEXOS DO EDITAL da tomada de preço nº 067/2014.

CONSIDERANDO que conforme parecer da engenharia da prefeitura, a qual através do memorando 02/2015 ratifica que houveram falhas no projeto quanto ao volume de concreto e a quantidade de gradil.

DECIDE RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo nº 0848/2014 e seus respectivos aditivos, celebrado com a empresa SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº

15.459.791/0001-90, com sede na Rua Anita Garibaldi, Bairro Parque Madeiril, município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, adiante denominado DISTRATADA, com fulcro na Cláusula Nona, do contrato celebrado entre as partes citado acima, e hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93. Correia Pinto, 08 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC SERRA SUL ENG. E CONST. LTDA EPP CONTRATANTE CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
ELSON IVO PEREIRA AMARILDO VOLPATO
CPF: 348.109.609-78 CPF: 448.577.649-20

TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 20/2015 PMCP
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 20/2015 - PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003690, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 5081/2014. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 05.05.2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 17 de abril de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO 01/2015

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 01/2015, Tipo Menor Preço, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM AUDIO E VÍDEO, ALÉM DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA NO SITE PRÓPRIO, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, ESPECIAIS, SOLENES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PROMOVIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, que na sessão do último dia 16/04/2015, foi declarada FRACASSADA, em virtude dos motivos constantes nos autos. Maiores informações na sede da CÂMARA, situada na Av. Duque de Caxias, 1569, Centro, Município de Correia Pinto/SC ou pelo Fone: (049) 3243-1166.

Correia Pinto, 17 de abril de 2015.
Eloisa Beatriz Martins
Pregoeira

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº. 858/2015

DECRETO Nº. 858/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.027,12 (dois mil e vinte e sete reais e doze centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.303.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.67	Aplicações Diretas (Cód. Desp.197)	2.027,12
		TOTAL	2.027,12

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.67 - Assistência Farmacêutica Básica no valor de R\$ 2.027,12 (dois mil e vinte e sete reais e doze centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
02 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 851/2015

DECRETO Nº. 851/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.277.261,95 (um milhão duzentos e setenta e sete mil duzentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 198)	
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação E Melhoria da rede Física das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 203)	
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	138.947,27
08.001	0.3.00.23	Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	414.705,60
3.3.90.00.00.00.00	03.00.23	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 201)	
			118,57
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001	0.3.00.61	Divisão de Educação	42,37
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.62	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 202)	146.694,97
			576.753,17
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001	0.3.00.83	Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 199)	
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Constr.Nova Pref.	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 200)	
		TOTAL	1.277.261,95,95

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.23 - Transferências de Convênios - Saúde no valor de R\$ 553.652,87 (quinhentos e cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos), fonte 03.00.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar, no valor de R\$ 118,57 (cento e dezoito reais e cinquenta e sete centavos), fonte 03.00.61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, no valor de R\$ 42,37 (quarenta e dois reais e trinta e sete centavos), fonte 03.00.62 - Outros Recursos Educação - FNDE, no valor de 146.694,97 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos), e fonte 03.00.83 - Operações de Crédito Internas - Outros programas, no valor de R\$ 576.753,17 (quinhentos e setenta e seis mil setecentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
11 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos onze dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 854/2015

DECRETO Nº. 854/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares em favor da Autarquia Águas de Corupá, até o limite do valor de R\$ 89.271,97 (oitenta e nove mil duzentos e setenta e um reais e noventa e sete centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
16.000		Águas de Corupá	
16.001		Águas de Corupá	
017.512.0072.1008		Manutenção das Atividades Águas de Corupá	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.03	Aplicações Diretas	69.271,97
4.4.90.00.00.00.00	0.3.00.03	Aplicações Diretas	20.000,00
		TOTAL	89.271,97

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.0003 - Recursos Ordinários Águas de Corupá, no valor de R\$ 89.271,97 (oitenta e nove mil duzentos e setenta e um reais e noventa e sete centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 855/2015

DECRETO Nº. 855/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 7.000,00(sete mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde - VS	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
06.000	0.1.00.66	Secretaria Municipal de Saúde	2.000,00
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.305.1008.2047	0.1.00.66	Vigilância em Saúde – PFVPS	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	7.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
06.000	0.1.00.66	Secretaria Municipal de Saúde	2.000,00
06.001	0.1.00.66	Fundo Municipal de Saúde	
010.305.1008.2047		Vigilância em Saúde – PFVPS	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 856/2015

DECRETO Nº. 856/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas	20.000,00
		TOTAL	20.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas	20.000,00
		TOTAL	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 857/2015

DECRETO Nº. 857/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 5.300,00(cinco mil e trezentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde - VS	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.66	Aplicações Diretas	5.300,00
		TOTAL	5.300,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.66	Aplicações Diretas	5.300,00
		TOTAL	5.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 859/2015

DECRETO Nº. 859/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.200,00(dois mil e duzentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria de Assist. Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Man. Do Depart. De Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.63	Aplicações Diretas	2.200,00
		TOTAL	2.200,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria de Assist. Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Man. Do Depart. De Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.63	Aplicações Diretas	2.200,00
		TOTAL	2.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

02 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 860/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 860/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde - VS	
3.1.90.00.00.00.00	01.00.66	Aplicações Diretas	2.000,00
		TOTAL	2.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.66 - Vigilância em Saúde, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) .

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
02 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 861/2015

DECRETO Nº. 861/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 800.000,00(oitocentos mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
08.000	0.1.00.19	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	500.000,00
08.001	0.1.00.19	Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	800.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
08.000	0.1.00.18	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	500.000,00
08.001	0.1.00.18	Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	

		TOTAL	800.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
02 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dois dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 869/2015

DECRETO Nº. 869/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 44.200,00(quarenta e quatro mil e duzentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	44.200,00
		TOTAL	44.200,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	44.200,00
		TOTAL	44.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 74/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 74/2015

Aos dezesseis dias do mês de Abril de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 74/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE CPU E COMPUTADOR PARA USO DA POLÍCIA MILITAR NO SETOR DE TRÂNSITO E DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 16 de Abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa Detentora dos preços registrados

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e a empresa Dimap Comércio e Assistência Técnica Ltda, com o valor total de R\$ 3.855,00 (Três mil oitocentos e cinquenta e cinco reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA E CONFIGURAÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

"Art. 24. - É dispensável a licitação:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso, XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 15 de abril de 2015.

Diego Seberm Wordell Cristina Melo Menegotto Presidente da
Comissão Membro
Talita Daiane Schwinden Correa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.
Curitiba, 15 de abril de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 15 de abril de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO101/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato101/2015

Contrato Nº.: 101/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor : 334,67 (trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),

2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO102/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato102/2015

Contrato Nº.: 102/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Valor : 205,85 (duzentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato103/2015

Contrato Nº.: 103/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda

Valor : 835,10 (oitocentos e trinta e cinco reais e dez centavos)

Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO104/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato104/2015

Contrato Nº.: 104/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DINÂMICA COM.DE SUP.P/INFORMÁTICA ESCR. LTDA ME.
Valor : 491,90 (quatrocentos e noventa e um reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato105/2015

Contrato Nº.: 105/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME
Valor : 167,50 (cento e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO106/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato106/2015

Contrato Nº.: 106/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador
Valor : 91,60 (noventa e um reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato107/2015

Contrato Nº.: 107/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 713,94 (setecentos e treze reais e noventa e quatro centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO108/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato108/2015

Contrato Nº.: 108/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
Valor : 306,00 (trezentos e seis reais)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO109 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato109 /2015

Contrato Nº.: 109/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 113,50 (cento e treze reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 300/2014
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO110/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato110/2015

Contrato Nº.: 110/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA
Valor : 3.702,00 (três mil setecentos e dois reais)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO111 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato111 /2015

Contrato Nº.: 111/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DELCIR BOESING - ME
Valor : 3.354,00 (três mil trezentos e cinquenta e quatro reais)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)
Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO112 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato112 /2015

Contrato Nº.: 112/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - ME
Valor : 17.539,00 (dezessete mil quinhentos e trinta e nove reais)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO113 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato113 /2015

Aditivo Nº : 113/2015 - Contrato Nº: 740/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 273/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO NO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO114 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato114 /2015

Contrato Nº.: 114/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ROANI COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
Valor : 2.571,30 (dois mil quinhentos e setenta e um reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 291/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE FIO E CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO115 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato115 /2015

Contrato Nº.: 115/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
Valor : 1.325,35 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 02/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 291/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE FIO E CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO117 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato117 /2015

Contrato Nº.: 117/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: Industria de Artefatos de Cimento Presidente Ltda
 Valor : 88.416,00 (oitenta e oito mil quatrocentos e de-
 zesseis reais)
 Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 03/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 295/2014
 Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (66)

Objeto : AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS COM TES-
 TE DE CERTIFICAÇÃO DE 35MPA , PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO
 DE RUAS DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO118 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato118 /2015

Contrato Nº...: 118/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: FLORICULTURA COLINA LTDA ME
 Valor : 270,00 (duzentos e setenta reais)
 Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 03/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 304/2014
 Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE ADUBOS, SEMENTES E GRAMA
 EM LEIVA PLANTADA PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MU-
 NICIPAL, CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS E
 HORTO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO119 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato119 /2015

Aditivo Nº : 119/2015 - Contrato Nº: 7/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
 Valor : 17.120,37 (dezesete mil cento e vinte reais e
 trinta e sete centavos)
 Vigência : Início: 03/02/2015 Término: 05/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00
 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84),
 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89), 2.073.3.3.90.00.00.00.00
 (109)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 17.120,37 PARA
 AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FRO-
 TA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
 CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEM-
 BRO DE 2015, TENDO EM VISTA REAJUSTE DO GOVERNO FEDE-
 RAL DE 8,99%, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato12/2015

Contrato Nº...: 12/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
 Valor : 1.592,00 (um mil quinhentos e noventa e dois
 reais)
 Vigência : Início: 08/01/2015 Término: 08/01/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
 Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉ-
 TRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E
 MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SE-
 CRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE
 TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AM-
 BIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO
 SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
 E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SE-
 CRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME
 ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO120 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato120 /2015

Contrato Nº...: 120/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: RODA BRASIL -DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACES-
 SÓRIOS L
 Valor : 990,00 (novecentos e noventa reais)
 Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICI-
 PAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MU-
 NICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABI-
 TAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
 RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPOR-
 TES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMI-
 NISTRAÇÃO, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
 CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO121 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato121 /2015

Contrato Nº.: 121/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
Valor : 4.072,60 (quatro mil e setenta e dois reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO122 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato122 /2015

Contrato Nº.: 122/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.
Valor : 27,65 (vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENÁRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO124 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato124 /2015

Contrato Nº.: 124/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 939,60 (novecentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 05/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO125 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato125 /2015

Aditivo Nº : 125/2015 - Contrato Nº.: 635/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 06/02/2015 Término: 06/09/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 235/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONSTRUÇÃO DE 03 ACADEMIAS DE SAÚDE AO AR LIVRE, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR 002496, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO84/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato84/2015

Contrato Nº.: 84/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 18.442,50 (dezoito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/03/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS NISSAN FRONTIER E FIAT PALIO WEEKEND EM USO NA UNIDADE MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato85/2015

Contrato Nº.: 85/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 700,00 (setecentos reais)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO86/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato86/2015

Contrato Nº.: 86/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 488,90 (quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO87/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato87/2015

Contrato Nº.: 87/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CAFE TROPEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE LTDA -
Valor : 230,00 (duzentos e trinta reais)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO88/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato88/2015

Contrato Nº.: 88/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador
Valor : 89,90 (oitenta e nove reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO89/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato89/2015

Contrato Nº.: 89/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 342,90 (trezentos e quarenta e dois reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato90/2015

Contrato Nº.: 90/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 46,00 (quarenta e seis reais)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato91/2015

Contrato Nº.: 91/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO VIACAO MACHADO LTDA - ME
Valor : 32.998,90 (trinta e dois mil novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 303/2014
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO CERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO92/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato92/2015

Contrato Nº.: 92/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO VIAÇÃO CURITIBANOS LTDA
Valor : 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2030
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 217/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Esta Concorrência tem por objeto a delegação, em caráter de exclusividade, de Concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Curitiba.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO93/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato93/2015

Contrato Nº.: 93/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MARTARELLO & CIA LTDA
Valor : 2.080,00 (dois mil e oitenta reais)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 296/2014
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE, PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO94/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato94/2015

Contrato Nº.: 94/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: Bozzano e Bozzano LTDA - ME
Valor : 122,34 (cento e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO95/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato95/2015

Contrato Nº.: 95/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME
Valor : 679,17 (seiscentos e setenta e nove reais e dezessete centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO96/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato96/2015

Contrato Nº.: 96/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA
Valor : 1.165,50 (um mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO97/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato97/2015

Contrato Nº.: 97/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 1.811,44 (um mil oitocentos e onze reais e quarenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO98/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato98/2015

Contrato Nº.: 98/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME
Valor : 221,49 (duzentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO99/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato99/2015

Contrato Nº.: 99/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: KLEBER MACHADO & CIA LTDA
Valor : 1.032,63 (um mil e trinta e dois reais e sessenta e três centavos)
Vigência : Início: 30/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 5/2015**

CONTRATO Nº 5/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO DE PAINEL DE MADEIRA DO PLENÁRIO DA CASA LEGISLATIVA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS E ALTAMIRO BARBOSA MEI.

Pelo presente instrumento particular de fornecimento e prestação de serviços, fazem entre si a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba (SC), inscrito no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Sr. Arcílio Alves, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado ALTAMIRO BARBOSA MEI, inscrita no CNPJ sob o nº 20.832.181/0001-20, neste ato representada por seu representante legal ALTAMIRO BARBOSA, com sede na cidade de Curitiba SC, Rua Antonio Francisco Ortiz, LD 85, bairro São José, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO DE PAINEL DE MADEIRA DO PLENÁRIO DA CASA LEGISLATIVA, sendo 03 (três) intervenções de 1,40 x 2,50 metros, inclusive retirada, recolocação e revisão de dois aparelhos de ar condicionado 60.000 btu's.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de entrega do objeto é até 16/06/2015 e, vigência do presente contrato é de 8 meses e catorze dias, com início em 16 de abril de 2015 e com término em 31.12.2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E PAGAMENTOS

I. O preço certo e ajustado pelo fornecimento e prestação dos serviços é de R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais).

II. Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos através de recursos constantes na LOA da Câmara do ano de 2015, previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias a seguir:

III. A despesa para pagamento do objeto correrá por conta da Dotação Orçamentária:

Entidade 10 - Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 - Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.16.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

IV. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação das notas fiscais referentes aos materiais fornecidos e serviços prestados. Esta documentação deverá ser entregue na Câmara Municipal até o dia cinco do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93,

e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da Câmara:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas nas Leis nº 8.666, de 21/06/93, 10.520, de 17/07/2002 e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

I. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União, e ainda quanto à regularidade de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIAS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

I. A contratada se obriga a prestar os serviços junto à Câmara para o fim a que se destinam.

CLÁUSULA SÉTIMA - ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, fretes, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único: É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo Fundo ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a

administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo: Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica a Câmara desde logo autorizada a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pela Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos serviços previstos na cláusula SEGUNDA deste contrato.

Parágrafo Primeiro: Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando a Câmara a aplicar o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo Segundo: Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto e proposta de preços.

Parágrafo Segundo: A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba (SC) para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro.

Curitiba, 16 de abril de 2015.

Arcilio Alves

Presidente da Câmara de Vereadores

ALTAMIRO BARBOSA MEI

Contratado

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 16 de abril de 2015.

Rafael Gobbi

Procurador Jurídico da Câmara

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

ATA -003/2015 – ATA DE RETIFICAÇÃO DA ATA 002/2015.

ATA -003/2015 - ATA DE RETIFICAÇÃO DA ATA 002/2015.

DA RETIFICAÇÃO NA ATA 002. DATADA DE 14 DE ABRIL DE 2015 ONDE SE LÊ 04: EQUIPAMENTO: COAGULADOR DE ARGÔNIO O CORRETO É:

BISTURI ELETRÔNICO PARA PROCEDIMENTOS (ITEM 012 DO PREGÃO 014 HMDC)

04: BISTURI ELETRÔNICO PARA PROCEDIMENTOS. A EMPRESA: HORA H HOSPITALAR LTDA, não atende ao descritivo segundo verificação nos manuais da ANVISA, após análise não foram localizadas quaisquer informações sobre a conexão/compatibilidade com o coagulador de argônio, estando o mesmo DESCLASSIFICADA. Após analisar a o equipamento cotado pela empresa: WEM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, observou-se que a mesma atende plenamente ao descritivos e apresentou toda da documentação prescrita no edital ficando a mesma declarada vencedora.

Dionísio Cerqueira 16 de Abril de 2015

Deliziane L. dos Santos
Enfermeira
Coren nº. 198.454

**ATA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA PREGÃO
014/2014 HMDC**

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Rua Vereador João Verona, 322 - CEP 89950-000 - Fone (49)
3644-1122 / 3644-1866
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: hospital@dionisiocerqueira.sc.gov.br

ATA -002/2015 -AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS RECURSOS E CONTRARRAÇÕES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 014/2015. PREGÃO PRESENCIAL 014/2015.

COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

Aos catorze dias do mês abril de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se no departamento de compras e licitação da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira SC, os membros da comissão especial nomeados pelo ato normativo nº 012/2015, datado de 13/02/2015, para avaliação técnica dos recursos impenhorados pelas empresas

A Comissão técnica após leitura dos recursos e as contrarrazões apresentadas pelas empresas e, verificação das propostas, prospectos e marcas dos produtos cotados, e realização de consultas junto ao site da ANVISA, Passa a seguinte DECISÃO:

01: EQUIPAMENTO: SISTEMA COMPUTORIZADO PARA ERGOMETRIA E ESTEIRA. A Empresa MEDICAL BLU LTDA não apresentou registro na Anvisa, somente formulário de solicitação junto a Anvisa ficando a mesma DESCLASSIFICADA A Empresa CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA, não apresentou registro na Anvisa, conforme solicitado no edital, entregou somente o registro da Anvisa da esteira, faltando o registro do Sistema de ergometria fica a mesma - DESCLASSIFICADA.. A empresa R2 COMERCIAL LTDA não atende ao descritivo, possui somente a entrada RS232, sendo que o descritivo solicita entrada USB, conforme pesquisa em

manual da Anvisa ficando a mesma - DESCLASSIFICADA. Após analisar o equipamento cotado pela empresa MA MONTEIRO ANTUNES INSUMOS HOSPITALARES LTDA, observou-se que a mesma atende plenamente aos descritivos e apresentou toda a documentação prescrita no edital ficando a mesma declarada vencedora.xxx

02: EQUIPAMENTO: ANALISADOR BIOQUÍMICO. A Empresa QUMIOLAB COM.E IMP DE PRODUTOS DE LABORATORIO LTDA, na proposta apresentada consta somente 7 filtros, sendo que no descritivo solicitam 8 filtros -fica a mesma DESCLASSIFICADA. A empresa R2 COMERCIAL LTDA na proposta apresentada consta somente 7 filtros, e o edital pede 8 filtros - fica a mesma DESCLASSIFICADA. Após analisar a o equipamento cotado pela empresa J.R EHLKE CIA LTDA, observou-se que a mesma atende plenamente ao descritivos e apresentou toda da documentação prescrita no edital ficando a mesma declarada vencedora. xxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

03: EQUIPAMENTO: CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA PARA OBESO.
A Empresa EDILBERTO GREINERT CIA LTDA, conforme pesquisa em Manual da Anvisa suporta carga máxima 320 Kilos, não atende ao descritivo, pois o descritivo solicita 350 Kilos, ficando a mesma DESCLASSIFICADA. A Empresa HOSPIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, observou-se que a mesma atende plenamente ao descritivos e apresentou toda a documentação prescrita no edital ficando a mesma declarada vencedora. xxx

04: EQUIPAMENTO: COAGULADOR DE ARGÔNIO. A EMPRESA: HORA H HOSPITALAR LTDA, não atende ao descritivo segundo verificação nos manuais da ANVISA, após análise não foram localizadas quaisquer informações sobre a conexão/compatibilidade com o coagulador de argônio, estando o mesmo DESCLASSIFICADA. Após analisar a o equipamento cotado pela empresa: WEM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, observou-se que a mesma atende plenamente ao descritivos e apresentou toda da documentação prescrita no edital ficando a mesma declarada vencedora. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a presente ata a qual vai assinada pelos presentes e repassadas para a comissão de licitação para os encaminhamentos e conhecimento dos interessados. Deliziane L. dos Santos Coren nº. 198.454 Deived Junior Levinski Coren nº. 385.462 - Dr Cândido Derli Gonzales Acosta CRM nº.8623 - Dr Ricardo Antonio Salvon CRM n °.10159

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 21/2015.

Extrato de Chamamento Público - Dispensa de Licitação 21/2015
O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a Chamada Pública para Dispensa de Licitação, sendo objeto recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados à alimentação escolar, conforme Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE nº 38 de 16/07/2009 e Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013. A previsão dos produtos e quantidades a serem adquiridos encontra-se especificados no Edital de Chamamento. Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Doutor Pedrinho até as 17 horas do dia 07 de Maio de 2015. Duvidas: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br / telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 15 de Abril de 2015.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA – ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/PMF/2015

AVISO DE ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a Ata de Registro de Preços Nº. 08/PMF/2015. A retificação se dá no equívoco de digitação do CNPJ da empresa Bruthan Comercial Ltda. Segue a retificação:

Onde se lê: 02.625.813/00010-00;
Leia-se: 02.625.813/0001-00.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 16 de abril de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/FMS/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 11/FMS/2015;

OBJETIVO: Aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para os participantes do Programa SISPRENATAL, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de maio de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de abril de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 72/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de veículos utilitários pick-up 0 km, para uso da Secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de maio de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede

da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de abril de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA. ME

OBJETO: Serviços de Publicidade Legal e Institucional em Jornal de Circulação Local e Regional durante o Exercício de 2015, de acordo com a descrição constante no convite que integra o Edital especificado na forma descrita no Edital - CC 01/2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 39.915,00

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, PROC. LIC. 02/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2015 - 3.3.90.39

DATA DA ASSINATURA: 04.03.2015

RANGEL LOCH
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2015
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: RADIO ONDA JOVEM FM LTDA.

OBJETO: Contratação de Rádio AM/FM que alcance todo o território do Município, 24hs, com uma previsão anual de inserções de 800 chamadas de radio fusão de 30 segundos cada com o objetivo de publicar atos durante o exercício de 2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 17.840,00

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, PROC LIC 01/2014, PREGAO 01/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2015 - 3.3.90.39

DATA DA ASSINATURA: 05.03.2015

RANGEL LOCH
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2015
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA.

OBJETO: CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA.

VALOR GLOBAL: R\$ 17.400,00

VIGÊNCIA: ATÉ 04.03.2016.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, PROC LIC 03/2014, PREGAO 02/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2015 - 3.3.90.35

DATA DA ASSINATURA: 05.03.2015

RANGEL LOCH
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2015
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: LIZ SERVIÇOS ON LINE LTDA.

OBJETO: CESSÃO DE USO DE SOFTWARE CONSISTENTE, NA DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO DO COMPÊNDIO DOS ATOS OFICIAIS, DE EFEITO EXTERNO, DO MUNICÍPIO E CÂMARA DE VEREADORES DE FORQUILHINHA

VALOR GLOBAL: R\$ 4.495,32

VIGÊNCIA: ATÉ 31.03.2016.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, CONTRATAÇÃO DIRETA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2015 - 3.3.90.35

DATA DA ASSINATURA: 05.03.2015

RANGEL LOCH
Presidente da CMF

Fraiburgo**PREFEITURA****AT15FMS03****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS03

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA

Valor : 15.188,00 (quinze mil cento e oitenta e oito reais)

Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DURANTE OS MESES DE MARÇO A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS04**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS04

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA

Valor : 11.462,28 (onze mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DURANTE OS MESES DE MARÇO A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS05**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS05

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA

Valor : 10.101,99 (dez mil cento e um reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DURANTE OS MESES DE MARÇO A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS06**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS06

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PROD. LABORATORIAIS LT

Valor : 9.383,99 (nove mil trezentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DURANTE OS MESES DE MARÇO A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS07**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS07

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS LTDA

Valor : 13.740,00 (treze mil setecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS08**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS08

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA

Valor : 6.018,00 (seis mil e dezoito reais) Vigência :

Início: 09/04/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS09

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FMS09

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: NERCI LEOMAR HEGELE (M.I.)

Valor : 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais)

Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15PMF42

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF42

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SÉCULOS IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor : 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)

Vigência : Início: 02/04/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS COM PAVER DE CONCRETO DE 10X26X6CM, NAS CORES CINZA E VERMELHO (INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF43

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF43

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI ME

Valor : 12.400,00 (doze mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 10/04/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE USO VETERINÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, QUE FAZ PARTE DO PISA PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF44

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF44

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Valor : 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais)

Vigência : Início: 10/04/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE USO VETERINÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, QUE FAZ PARTE DO PISA PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044_2015-PMF

Aviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0044/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de combustíveis para abastecimento da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI - FMS - FME), durante os meses de maio de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 04.05.2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045A_2015- RP- 27

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0045/2015 - PMF

Registro de Preço Nº 0027/2015-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO □ SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo objetivando a prestação de serviço de transporte de pessoas a ser utilizado pelo Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e pelo Órgão Participante (Fundação Municipal de Esportes - FME) durante os meses de abril a dezembro de 2015. Retificação: Fica excluído o item 3.5 do edital, permanecendo correto o constante na descrição dos itens 1, 2, e 3 do Edital quanto ao ano de fabricação dos veículos, permanecendo a mesma data de abertura, ou seja, dia 28/04/2015 às 09:15. O credenciamento deverá ser feito junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 09:15 horas do dia 28 de abril de 2015, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010_2015-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0010/2015 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de manta de polietileno de alta densidade, lisa, com espessura nominal de 1mm, com serviços de solda e colocação em célula do Aterro Sanitário Municipal. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 10:30 horas do dia 07.05.2015. Abertura: 10:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de abril de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011_2015-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0011/2015 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de uma bancada com pia e tampo de granito para utilização na casa de química da nova Estação de tratamento de Efluente, localizada no Bairro Jardim América. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 07.05.2015. Abertura: 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de abril de 2015.

Eloi Regalin - Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0052_2015-PMF RP 0034

Aviso do Pregão Presencial nº 0052/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0034/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de camisas e jaquetas para uso como uniforme pelos servidores da Secretaria Municipal de Educação. Validade da Ata de Registro de Preços: de maio a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 9:15 horas do dia 08.05.2015. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

CT15PMF54**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF54

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: COMPANHIA DE DANÇAS MILLENNIUM

Valor : 16.200,00 (dezesesseis mil duzentos reais)

Vigência : Início: 02/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE DANÇA PARA OS ALUNOS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

CT15PMF56**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF56

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: BACKES CONFECÇÕES LTDA

Valor : 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) Vigência

..... : Início: 07/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA USO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

PORTARIA Nº 1003/2015

PORTARIA N.º 1003, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 04/2015, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VILMAR DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 482.054.789-53, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1004/2015

PORTARIA Nº 1004, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0619/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora KARINA MACHADO DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º

005.802.319-41, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 31 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1005/2015

PORTARIA Nº 1005, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0620/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 36 (trinta e seis) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora SÔNIA BRAZ DE OLIVEIRA WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 712.971.389-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, no período de 11 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1006/2015

PORTARIA Nº 1006, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0594/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 30 (trinta) para 37 (trinta e sete) horas semanais a carga horária da servidora ELAINE NAZARIO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 081.666.869-88, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 22 de abril de 2015 até 30 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1007/2015

PORTARIA Nº 1007, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de PRISCILA MACIEL DA SILVA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.321.319-12, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15FMS06

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15FMS06 - Contrato Nº: AT14FMS25

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: IVONEI GONÇALVES TURISMO ME

Vigência : Início: 02/04/2015 Término: 30/09/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, ALÍNEA "D", DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DO FORNECEDOR, MEDIANTE COMPROVAÇÃO DO AUMENTO DO COMBUSTÍVEL CONFORME NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AOS AUMENTOS (ANEXAS AO PAL), AJUSTAM ENTRE SI A FIM DE RESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO, A PARTIR DESTA DATA OS VALORES UNITÁRIOS POR QUILOMETRO.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ
Secretária de Saúde

TA.AT15FMS07

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15FMS07 - Contrato Nº: AT14FMS10

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: POSTO GALO LTDA

Valor : 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 10/04/2015 Término: 31/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "B" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO) RESOLVEM PROCEDER A REVISÃO DA GASOLINA COMUM REGISTRADO, CONFORME PREÇO MÉDIO DA SÍNTESE DOS PREÇOS PRATICADOS EM FLORIANÓPOLIS - SC, DISPONIBILIZADO NO SITE DA ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, NO PERÍODO DE 29/03/2015 A 04/04/2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

TA.AT15PMF29

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF29 - Contrato Nº: AT15PMF10

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor : 20.394,86 (vinte mil trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos)

Vigência : Início: 02/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 157/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 1 E 2 DO LOTE 01 DOS ITENS 27,28,29 E 30 DO LOTE 04 E DOS ITENS 31 E 32 LOTE 05 E DOS ITENS 33,34,35,36 DO LOTE 06 DO ITEM 48 DO LOTE 08 E DOS ITENS 49,50 E 51 DO LOTE 9 DO ITEM 52 DO LOTE 10 DO ITEM 53 DO LOTE 11 E DOS ITENS 54,55,56 E 57 DO LOTE 12.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA.AT15PMF30

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF30 - Contrato Nº: AT15PMF11

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP

Valor : 14.955,94 (quatorze mil novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) Vigência : Início: 02/04/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 157/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 3 E 4 DO LOTE 02 DOS ITENS 5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16, 17,18,19,20,21,22,23,24,25 E 26 DO LOTE 03 E DOS ITENS 37,38, 39,40,41,42,43,44,45,46,47 DO LOTE 07.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF62

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF62 - Contrato Nº: CT13PMF129

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIIS

Valor : 320,03 (trezentos e vinte reais e três centavos)

Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2013

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA SUA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSO E INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO MICROÔNIBUS DE USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF63

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF63 - Contrato Nº: CT15PMF19

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência : Início: 08/04/2015 Término: 10/05/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA PARA ATÉ A DATA DE 10 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF64

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF64 - Contrato Nº: CT14PMF141

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Vigência : Início: 08/04/2015 Término: 30/04/2015

Licitação : Concorrência p/Obras e Serv.Enghenharia Nº.: 3/2014

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2015.

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15SF05**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15SF05 - Contrato Nº: CT12SF08

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contrata-
da...: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA

Vigência : Início: 08/04/2015 Término: 28/02/2017

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2011

Objeto : FICA REAJUSTADO COM BASE NO IGP-M ACU-
MULADO NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES NO PERCENTUAL DE
3,8499% O VALOR DAS PARCELAS MENSAS REFERENTE AO
PAGAMENTO DA OUTORGA DA CONCESSÃO PASSANDO DE R\$
687,19 (SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E DEZENOVE
CENTAVOS) PARA R\$ 713,65 (SETECENTOS E TREZE REAIS E
SESSENTA E CINCO CENTAVOS), OS QUAIS PASSAM A VIGORAR
A PARTIR DESTE MÊS DE ABRIL DE 2015, EM CONFORMIDADE
COM AS CLÁUSULAS DÉCIMA QUINTA (ITEM 15.2 LETRA "B") E
DÉCIMA SEXTA DO CONTRATO (ITEM 16.1).

Fraiburgo, 16 de Abril de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

Galvão**PREFEITURA****PORTARIAS 2015 - HORÁRIO DE TRABALHO ADMINISTRATIVO**

PORTARIA Nº 008/2015

DISPÕE SOBRE HORÁRIOS E LOCAL DE TRABALHO DE SERVIDO-
RES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa
Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo
Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a
Lei Municipal nº 799/2014,

Resolve:

Art. 1º. Determinar os horários de trabalho a ser cumprido por
servidores que desempenham as funções de seu cargo junto ao
Centro Administrativo Municipal, e consequente obrigatoriedade da
batida do ponto eletrônico digital, conforme abaixo:

SERVIDOR	ADRIANO CARLOS TIBES			
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	ALAN PAULO DIERINGS			
CARGO	FISCAL DE TRIBUTOS			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	ALESSANDRA PAULA QUERINO BERNARDO			
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	CÉLIO LUIZ POZZAN			
CARGO	CONTADOR			
35 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	



SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	07h30min	12h00min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	07h30min	12h00min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	07h30min	12h00min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	07h30min	12h00min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	Folga	Folga	Folga	Folga

SERVIDOR	DENIS ALBERT SPRICIGO			
CARGO	ANALISTA DE PROJETOS			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	EDNILSON ERASMO BITENCOURT			
CARGO	AGENTE DE CONTROLE INTERNO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	EVANDRO FERNANDES ANDRÉ			
CARGO	ADVOGADO			
20 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	07h45min	11h45min	Folga	Folga
QUARTA-FEIRA	07h45min	11h45min	Folga	Folga
QUINTA-FEIRA	07h45min	11h45min	Folga	Folga
SEXTA-FEIRA	Folga	Folga	Folga	Folga

SERVIDOR	ILONI TEREZINHA PARIS			
CARGO	AGENTE DE COPA E LIMPEZA			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	07h00min	11h00min	13h30min	17h30min
TERÇA-FEIRA	07h00min	11h00min	13h30min	17h30min
QUARTA-FEIRA	07h00min	11h00min	13h30min	17h30min
QUINTA-FEIRA	07h00min	11h00min	13h30min	17h30min

SEXTA-FEIRA	07h00min	11h00min	13h30min	17h30min
SERVIDOR	JULIANE BALDISSERA PILATTI			
CARGO	GERENTE			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	LARYSSA PACHECO			
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	LEONÍDIO LEVINSKI			
CARGO	TESOUREIRO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	MARCOS ANDRÉ COSSA			
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	MARCOS ESTEVÃO GARBIN			
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SERVIDOR	NÉDIO CLER CAZARIN			
CARGO	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SERVIDOR	RAPHAELA RENATA PALAURO			
CARGO	ENGENHEIRO CIVIL			
20 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	Móvel	Móvel	Móvel	Móvel
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	Folga	Folga	Folga	Folga
SEXTA-FEIRA	Folga	Folga	Folga	Folga

SERVIDOR	ROBERVAL DALLA CORT			
CARGO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	SALUSTIANA DOS SANTOS GUSTHAMANN			
CARGO	NUTRICIONISTA			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

SERVIDOR	SANDRA MARIA TURMINA			
CARGO	AGENTE DE GESTÃO PÚBLICA			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h30min	13h15min	17h45min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h30min	13h15min	17h45min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h30min	13h15min	17h45min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h30min	13h15min	17h45min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h30min	13h15min	17h45min
SERVIDOR	VANESSA PAULA RAMOS			
CARGO	AGENTE DE TRIBUTAÇÃO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SERVIDOR	ZELI PACHECO			
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
40 HORAS	MATUTINO		VESPERTINO	
SEMANAIS	HORA INÍ- CIO	HORA FIM	HORA INÍCIO	HORA FIM
SEGUNDA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
TERÇA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUARTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
QUINTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min
SEXTA-FEIRA	08h00min	11h45min	13h15min	17h30min

Art. 2º. Fica expressamente proibida a execução de serviços extraordinários (trabalhos em horários que não estejam descritos acima), salvo nas seguintes situações:

I - Se precedido de autorização por escrito da chefia imediata, que nesse caso a justificará e solicitará o ciente do servidor;

II - Na compensação de horários quando da existência de saídas previamente autorizadas pela chefia imediata.

Art. 3º. Quando existir a necessidade de o servidor ausentar-se de seu trabalho por estar a serviço do Município, deverá o mesmo comunicar antecipadamente sobre sua saída para a chefia imediata.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de abril de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração e Gestão

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 071/2015

DECRETO N.º 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015.
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 01, DE 31 DE MARÇO DE 2015,
DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
E INTERESSE SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 01, de 31 de março de 2015, do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, que "Dispõe sobre a aprovação de construção de casa popular, com recursos do Fundo Municipal de Habitação", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE GAROPABA

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
E INTERESSE SOCIAL DE GAROPABA

Resolução nº 01/2015

Dispõe sobre a aprovação de construção de casa popular, com recursos do Fundo Municipal de Habitação.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Garopaba - CGFHIS, no uso de suas atribuições, em reunião Ordinária do dia 31 de março de 2015, resolve aprovar construção de casa popular, através do Fundo Municipal de Habitação, para o beneficiário Paulino de Jesus.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 09 de abril de 2015.
Ruth Miqueleto Honorato Baptista
Presidente do CGFHIS

EDITAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Nº 001/2015

EDITAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Nº 001/ 2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Garopaba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 08 de abril de 2015, em sua sede localizada na Rua GRP 010 nº 46 e considerando o disposto nos Arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos Arts. 08/09, da Lei Municipal nº 1.797/2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Garopaba, e dá outras providências.

1 - DO CARGO E DAS VAGAS

1.1 - A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 - Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3 - Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4 - O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 - DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1 - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.797/2014, é assegurado o direito a:

I - Vencimento de R\$ 1.136,65 (um mil e cento e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual em que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura Previdenciária;

III - férias e adicional de férias;

IV - licença- maternidade;

V - licença- paternidade;

VI - licença em caso de adoção ou guarda judicial;

VII - diárias;

VIII - adicional Noturno;

IX - adicional pela prestação de serviço extraordinário, referente a sobreaviso e plantões, mediante apresentação de escala mensal, sendo as horas que estiverem de sobreaviso devem ser pagas à razão de 1/3 das horas normais e quando houver regime de plantão as horas deverão ser pagas à razão de 2/3 das horas normais;

X - gratificação natalina.

2.2 - Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta na Lei Municipal nº 1.797/2014.

2.2.1 - Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 - A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 - A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 - O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 14h às 18h.

- 2.5.1 - Plantão noturno das 18h às 8h00 do dia seguinte.
2.5.2 - Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados.
2.5.3 - Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3 - DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1 - Das Inscrições

3.1.1 - O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 20/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13h30min às 18h), na sede do CREAS de Garopaba, localizada na Rua GRP 010 nº 46 - Centro - Telefone: (48) 3254-8162.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

- I - idade superior a 21 (vinte e um) anos comprovada por certidão de nascimento/casamento;
- II - residir no Município de Garopaba há mais de 01 (um) ano;
- III - ser inscrito como eleitor no Município;
- IV - estar em gozo dos direitos civis e políticos;
- V - ter curso básico de informática, comprovado através de Diplomas ou Certificado;

VI - estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar (Apresentar atestado médico);
VII - experiência comprovada no atendimento, promoção, proteção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 02 (dois)

anos (apresentar declaração emitida por entidade pública ou privada legalmente constituída que exerça atividades na área de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente);

VIII - possuir no mínimo, ensino médio completo, comprovada através de Diploma de Conclusão ou Histórico Escolar;

IX - não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos últimos 05 (cinco anos) antecedentes a eleição;
X - ter bons antecedentes criminais, comprovados através de certidões fornecidas pelos Cartórios Criminais onde residiu nos últimos cinco (05) anos e Atestado de Bons Antecedentes pela Delegacia de Polícia Civil do Município de Garopaba;

XI - 01 (uma) foto 3X4;

XII - apresentar Certidão da Justiça Eleitoral demonstrando que está inscrito como eleitor do Município em período que anteceda três (03) meses antes da data inicial das inscrições dos candidatos.

3.1.2.1 - Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 - O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela

decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 - Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 - A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 - Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período

15/06/2015 a 19/06/2015, no horário de atendimento ao público (13h30min às 18h), na sede do CREAS de Garopaba.

3.2.2.1 - O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma

escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público 13h30min às 18h, na sede do CREAS de Garopaba.

3.2.2.2 - A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/06/2015.

3.2.3 - O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site da Prefeitura Municipal de Garopaba:

www.garopaba.sc.gov.br, Diário Oficial dos Municípios, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 - Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 - Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 - No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 - A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 - Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 - Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 - Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 - Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 - Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a

criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que

induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem a determinada candidatura.

3.3.3 - É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em

debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 - É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 - Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 - Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 - O candidato envolvido e o denunciante serão notificado das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 - É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 - É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem - se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 - Da Eleição

3.4.1 - A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 9h às 16h nos seguintes locais:

- EMEF Ibiraquera;
- EMEF Norberto José Floriano;
- EMEF Pinguirito;
- EMEF Professora Jandira Luiza da Silva;
- CEI Areias de Macacu;
- EMEF Aduce Árbue do Nascimento;

3.4.2 - A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 - No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 - O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 - Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 - A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 - A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 - O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 - Do Voto

3.5.1 - Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 - Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 - O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 - O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 - Da Cédula Oficial

3.6.1 - A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 - Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 - O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 - Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 - Das Mesas Receptoras

3.7.1 - Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 - Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 - O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 - O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 - Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 - A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 - Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - registrar na ata as impugnações dos votos.

3.7.5 - Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 - Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - as pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 - Da Apuração

3.8.1 - A apuração dar-se-á na Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 - Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 - Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 - Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 - Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 - Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 - No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 - Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4 - DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

4.1 - O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site da prefeitura: www.garopaba.sc.gov.br, Diário Oficial dos Municípios Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 - Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 - A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 - Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 - Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 - Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5 - DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.797/2014 sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 - O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 - A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 - As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso

haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 - Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 - É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 - O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 - O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 - Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

5.11 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

Anexo I

CRONOGRAMA ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015 CONSELHO TUTELAR

AÇÃO	PRAZO
Publicação edital	17/04/2015
Inscrições	20/04/2015 a 03/06/2015
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação da candidatura	Até 19/06/2015
Notificação dos candidatos impugnados	22/06/2015 a 26/06/2015

Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
Análise e decisão das impugnações	06/07/2015 a 10/07/2015
Interposição de recurso	13/07/2015 a 17/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	14/08/2015
Operacionalização das eleições	17/08/2015 a 18/09/2015
Solicitação de apoio a polícia militar	01/09/2015
Divulgação dos locais de votação	18/09/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	05/10/2015
Posse dos eleitos	10/01/2016

Anexo II

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

"Institui Comissão Especial Eleitoral para eleição dos membros do Conselho Tutelar."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba / SC (CMDCA), em cumprimento ao Art.139 da Lei nº 8.069/90, e da Lei Municipal nº 1.797/2014 e inciso I do Art. 5º, da Resolução nº 139/10 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art.1º - Instituir Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros: Luciana de Abreu Corrêa, Cenir Grunthal Ramos, Claudia Regina Martins Nunes Pires, Itamar Duarte Junior, Nazareno Adeline de Souza e Salete de Abreu Corrêa;

§1º - A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pela presidente do CMDCA, a Sra. Luciana de Abreu Corrêa;

§2º - Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrastra ou tios, que irão participar do processo;

§3º - Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente.

Art.3º - Compete a Comissão Eleitoral:

§1º - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito,

que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

§2º - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de eleição, por parte dos candidatos ou à sua ordem;

§3º - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da prova e da votação;

§4º - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

§5º - Escolher e divulgar os locais de prova e votação;

§6º - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes;

§7º - Solicitar, junto ao Comando da Polícia Militar, a designação

de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração dos votos;
§8º - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e
§9º - Resolver os casos omissos.

Art.4º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 14 de abril de 2015.
Luciana de Abreu Corrêa
Presidente do CMDCA

LEI Nº 1.875, DE 15 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1.875, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999, E dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Motorista de Caminhão/ Automóvel/ Ônibus, do Quadro I - Efetivos e Quadro III - Função e Habilitação, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar com a seguinte habilitação: "alfabetizado com CNH profissional categoria D".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 01/2015 CGFHIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE GAROPABA

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
E INTERESSE SOCIAL DE GAROPABA

Resolução nº 01/2015

Dispõe sobre a aprovação de construção de casa popular, com recursos do Fundo Municipal de Habitação.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Garopaba - CGFHIS, no uso de suas atribuições, em reunião Ordinária do dia 31 de março de 2015, resolve aprovar construção de casa popular, através do Fundo Municipal de Habitação, para o beneficiário Paulino de Jesus.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 09 de abril de 2015.
Ruth Miqueleto Honorato Baptista
Presidente do CGFHIS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 17/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 62/2015

DECRETO Nº 62, DE 15 DE ABRIL DE 2015

"ATRIBUI PODERES A SERVIDOR PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO JUNTO AO DETRAN/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f", do inciso I, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor LAURO FELIPE RAIZER, Chefe de Patrimônio e Serviços, nomeado através do Decreto nº 60 de 13 de abril de 2015, nomeado como preposto, atribuído de poderes para representar o Município de Garuva junto ao DETRAN/SC, especificamente para regularizar e retirar documentos de veículos em nome do Município.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 63/2015

DECRETO Nº. 063 de 16 de abril de 2015

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Marcelo Eduardo Person, da função de confiança de Chefe do Setor de Planejamento e Projetos."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado, o servidor MARCELO EDUARDO PERSON, da função de confiança de Chefe do Setor de Planejamento e Projetos - FC, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeado através do Decreto Nº 205/2013 de 02 de setembro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 16 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 64/2015

DECRETO Nº. 064 de 16 de abril de 2015

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Marcelo Eduardo Person, para o cargo comissionado de Diretor de Administração e Planejamento."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeado o servidor MARCELO EDUARDO PERSON, portador de CPF nº 068.595.179-05, para o cargo comissionado de Diretor de Administração e Planejamento - CC2, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 16 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 56/2015

PORTARIA Nº. 056, de 16 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 046/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Educação Infantil, a Senhora Lilian Thalita Dierschnabel, CPF nº 085.432.769-00, RG nº 5.006.788 - SSP/SC, com lotação destinada à Creche Municipal Frei José Bertoldi, por 40 (quarenta) horas semanais.
Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 16 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 84/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

“Dispõe sobre a realização de estágio em órgãos da Administração Direta e da outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legal do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O estágio em órgãos das entidades da Administração Direta, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, obedecerá ao disposto nessa Lei.

§1º O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visa à preparação para o trabalho produtivo do educando que esteja freqüentando o ensino regular em instituições públicas e privadas de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 2º O estágio no âmbito do serviço público municipal, objetiva

proporcionar a complementação educacional e da aprendizagem, por meio de atividades práticas correlatas à sua pretendida formação profissional, desenvolvendo o conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino e será realizado em unidades que tenham áreas afins com a formação do estudante.

§ 3º Poderão estagiar estudantes com no mínimo 16 (dezesesseis) anos, matriculados em qualquer período do curso, desde que obedeça aos critérios estabelecidos pela respectiva instituição de ensino e/ou coordenação de curso.

§ 4º A realização de estágios, nos termos desta lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no país, autorizados ou reconhecidos, observados o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 2º - O estágio que trata essa lei poderá ser:

I - obrigatório: é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

II - não-obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Parágrafo Único - O estágio curricular obrigatório não terá nenhuma forma de remuneração ou benefício.

Art. 3º - O estágio curricular não-obrigatório será aquele desenvolvido de forma opcional, sendo que a carga horária poderá ser acrescida à grade curricular do curso do estudante, a critério da Instituição de Ensino.

§ 1º O estágio curricular não-obrigatório será remunerado com bolsa-estágio, conforme anexo I desta Lei

§ 2º O estagiário poderá receber benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, não caracterizando vínculo empregatício.

§ 3º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art.4º O estágio obrigatório e não-obrigatório deverá contar com seguro contra acidentes pessoais, cuja responsabilidade será do Município.

Art. 5º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso e ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I - 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular;

Art. 6º - O estágio, sendo obrigatório ou não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Administração Pública, observados os seguintes requisitos:

I - matrícula e freqüência regular do educando em instituição de ensino devidamente conveniada com a parte concedente;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando ou seu representante legal, pelos representantes legais da parte concedente do estágio e da instituição de ensino, vedada a atuação de agentes de integração como representante de qualquer das partes;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§1º. O Termo de Compromisso, a critério da Administração, será periodicamente renovado, conforme seja o curso freqüentado pelo estagiário, anual ou semestral.

§2º. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II deste artigo, será

incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 7º A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 8º As oportunidades de estágio, conforme disponibilidade de vagas e orçamento, após a conclusão do processo seletivo, ocorrerá mediante solicitação do órgão municipal interessado, à Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, devendo constar:

I - quantidade de estagiários;

II - curso que cada estagiário deverá estar frequentando;

III - no mínimo 05 (cinco) atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, correlatas ao curso frequentado pelo mesmo;

IV - nome, CPF, formação acadêmica, matrícula, lotação e cargo ocupado pelo servidor a ser indicado como supervisor de estágio de cada estagiário;

V - a duração do estágio, que não poderá ser inferior a 06 (seis) e superior a 24 (vinte) meses;

VI - o horário da realização do estágio;

VII - carga horária semanal;

VIII - justificativa.

§ 1º O limite mínimo previsto no item V deste artigo não se aplica aos estágios curriculares obrigatórios, pois o tempo de duração do mesmo será definido pela instituição de ensino.

§ 2º Poderão ser indicados como supervisores de estágio os servidores ocupantes de cargo efetivo, empregado público, comissionados, agentes políticos e conselheiros tutelares, que tenha formação igual ou superior na mesma área de estudos do estagiário.

§ 3º O supervisor de estágio deverá assinar e encaminhar semestralmente, ao Departamento de Recursos Humanos, os relatórios de acompanhamento de estágio.

§ 4º A disponibilização de oportunidades de estágio deverá obedecer aos totais das vagas constantes no anexo II desta Lei.

Art. 9º. As oportunidades de estágio obrigatório e não obrigatório serão amplamente divulgadas, bem como regulamentado em processo seletivo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do mesmo.

Parágrafo Único - O processo seletivo poderá ser realizado através de:

I - prova escrita;

II - prova prática;

Art. 10. Fica assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das oportunidades de estágio ofertadas pela parte concedente, aos estagiários portadores de necessidades especiais.

Art. 11- A convocação dos inscritos aprovados no processo seletivo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, a qual será amplamente divulgada.

Art. 12 - O estudante somente poderá ingressar no estágio mediante celebração de termo de compromisso de estágio, com plano de estágio que deverá ser assinado por:

I - Estudante;

II - Instituição de Ensino;

III - Município.

Art. 13 - O termo de compromisso de estágio será emitido em 04 (quatro) vias de igual teor e será de responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos, assim como a contratação do seguro contra acidentes pessoais.

Art. 14 - O valor da bolsa-estágio poderá variar conforme carga horária e nível e será proporcional a frequência do estagiário

remunerado, sendo que as ausências não justificadas serão computadas para aferição da mesma.

Art. 15. A frequência do estagiário deverá ser registrada diariamente para subsidiar o repasse da bolsa-estágio ao estudante, que será até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 16. É assegurado ao estagiário não-obrigatório recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser usufruído preferencialmente durante as férias escolares.

Parágrafo Único - Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 17. Caberá ao supervisor de estágio, comunicar formalmente ao Departamento de Recursos Humanos, o período de fruição do recesso dos estagiários subordinados a ele, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do primeiro dia da fruição.

§ 1º Serão considerados intempestivos os comunicados que forem encaminhados fora do prazo estipulado no caput deste artigo.

§ 2º O recesso de que trata o caput deste artigo somente será concedido aos estagiários não-obrigatórios.

Art. 18. É dever do estagiário obrigatório ou não-obrigatório:

I - cumprir a programação do estágio e realizar as atividades que lhe forem atribuídas, em conformidade com o plano de estágio;

II - efetuar o registro de frequência;

III - nos casos de ausência, apresentar documento comprobatório da justificativa apresentada;

IV - comunicar imediatamente ao supervisor de estágio a eventual desistência ou desligamento do estágio;

V - comunicar imediatamente ao supervisor sobre qualquer alteração relativa ao curso;

VI - ressarcir ao erário, eventuais valores recebidos indevidamente;

VII - Comparecer com trajes/vestimentas adequados ao setor onde irá desenvolver as atividades de estágio;

VIII - ser assíduo e pontual;

IX - exercer com zelo e dedicação as atividades de estágio;

X - guardar sigilo sobre os assuntos da unidade administrativa sejam eles despachos, decisões, providências e documentos congêneres;

XI - zelar pela economia dos recursos e conservação do patrimônio público;

.

Art. 19. É responsabilidade do supervisor de estágio:

I - promover a integração do estagiário ao ambiente da unidade administrativa;

II - realizar o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário;

III - zelar pelo íntegro cumprimento do termo de compromisso de estágio;

IV - comunicar imediatamente ao Departamento de Recursos Humanos, a desistência ou desligamento do estagiário sob pena de responsabilidade;

V - solicitar aditivo de alteração de termo de compromisso de estágio, sempre que houver alterações no plano de estágio, inclusive e principalmente quanto à troca de supervisão;

VI - assumir a responsabilidade pelas atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo de estágio.

Art. 20. Compete às instituições de ensino conveniadas:

I - encaminhar anualmente os projetos pedagógicos de seus respectivos cursos abrangidos pelo estágio;

II - encaminhar calendário escolar oficial;

III - indicar professor orientador do estágio de cada estudante;

IV - comunicar a unidade concedente qualquer fato que implique no desligamento do estagiário, dentre eles a desistência do curso por parte do estudante;

V - exigir com periodicidade semestral a apresentação de relatórios de acompanhamento de estágio;
VI - zelar pelo integral cumprimento do termo de compromisso de estágio;
VII - realizar avaliação das instalações das unidades administrativas onde serão realizadas as atividades de estágio.

Art. 21. O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - automaticamente, ao término do prazo acordado;
II - pelo não comparecimento injustificado por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou não, no período de um mês;
III - por reprovação no curso;
IV - pela conclusão e/ou interrupção do curso;
V - pelo não cumprimento ao disposto no art. 15 desta Lei;
VI - a pedido do estagiário;
VII - a qualquer tempo de acordo com os interesses da administração;
VIII - pelo descumprimento do termo de compromisso e/ou plano de estágio;

Art. 22. Caberá ao Departamento de Recursos Humanos informar às instituições de ensino a ocorrência de desligamento ou desistência do estagiário.

Art. 23. Ficam revogadas as leis 1150/2002 de 26 de novembro de 2002, Lei 1161/2003 de 30 de abril de 2003 e Lei 1437/2009 de 17 de julho de 2009.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

6. ANEXO I

Nível	Carga Horária	Valor da Bolsa
Médio	20h	50% do vencimento do cargo de auxiliar administrativo
Médio	30h	60% do vencimento do cargo de auxiliar administrativo
Superior	20h	50% do vencimento do cargo de agente administrativo
Superior	30h	60% do vencimento do cargo de agente administrativo

ANEXO II

Estágio Não Obrigatório - 30 Vagas

Estágio Obrigatório - 20 Vagas

REPUBLICAÇÃO LEI Nº 1874/2015

LEI Nº 1874, DE 09 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - APAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2014, no valor de R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais) para Associação de Pais e Amigos da Criança e Adolescente - APAM, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 1777/2014 de 12 de março de 2014.

Parágrafo Único - Os repasses serão efetuados em 10 (dez) parcelas de R\$ 3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais), a partir do mês de março de 2015, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo e ao Legislativo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 2ª - Fica vedado a utilização dos recursos da presente subvenção social para contratação conforme plano de aplicação de pessoa jurídica ou física, em que o contratado, dirigente da pessoa jurídica, ou cotista da pessoa jurídica tenha relação de parentesco até terceiro grau direto ou por afinidade com qualquer membro investido em cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal ou de dirigente da associação beneficiada.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 - Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 - Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 - Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de mudas de flores diversas e componentes de jardinagem. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 04/05/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015

OBJETO: Registro de Preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços de conserto de calçamento em lajotas sextavadas ou quadradas de concreto e paralelepípedos em pedra e paver (incluindo mão de obra, ferramentas e máquinas para execução dos serviços, e despesas com deslocamento de recursos humanos e materiais). ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 05/05/2014. ABERTURA: às 9h30min. Íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 16/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de caixas de concreto montáveis para jazigos (cabeceiras, laterais e tampas) - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 07/05/2015. ABERTURA: às 09h30min. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2015

OBJETO: Registro de Preços de serviços de escavação, assentamento de tubos, recobrimento das tubulações, confecção de caixas coletoras pluviais, com fornecimento de mão de obra, máquinas, caminhões e ferramentas - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 08/05/2015. ABERTURA: às 09h30min. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.353, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.353, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA ANA PAULA SCHERNIKAU BAHIA BITTENCOURT VIEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora ANA PAULA SCHERNIKAU BAHIA BITTENCOURT VIEIRA, CPF nº 948.217.559-04, do cargo de Técnica de Enfermagem, a partir de 08/04/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5430/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.354, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.354, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA CINARA APARECIDA CARDOSO VARELA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora CINARA APARECIDA CARDOSO VARELA, CPF nº 798.366.159-20, do cargo de Técnica de Enfermagem, a partir de 08/04/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 6322/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.356, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.356, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA A SERVIDORA JAQUELINE APARECIDA SCHMITT PARA O CARGO DE DIRETOR ADJUNTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a servidora JACQUELINE APARECIDA SCHMITT, portadora do CPF nº 025.679.219-40, para exercer o cargo de Diretor Adjunto, nível CC, ref. 45 com 40 horas semanais a partir de 14/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14/04/2015.

Gaspar, 10 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.359, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.359, DE 14 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDORAS QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovadas para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
HELENI PAZETTI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40	21º	SECRETARIA DA SAÚDE
ANGELITACESARINA WISBECK CO-MANDOLLI	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I	40	5º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.361, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.361, DE 14 DE ABRIL DE 2015.
EXONERA O SERVIDOR PAULO ADEMIR CARNEIRO LOBO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o servidor PAULO ADEMIR CARNEIRO LOBO, portador do CPF nº 070.359.239-42, ocupante do cargo em comissão de Encarregado de Setor, o qual foi nomeado pelo Decreto n. 5.934/2014, a partir de 10/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10/04/2015.

Gaspar, 14 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.363, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.363, DE 14 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
JONATHAN DIEGO PEREIRA ALVES PALAGANI	ASSISTENTE SOCIAL	40	6º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GISELE GOEDERT ZERMIANI	EDUCADOR SOCIAL	40	8º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CARLA DE SOUZA ANTONIALI	FARMACÊUTICA	40	2º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.366, 15 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.366, 15 DE ABRIL DE 2015.
SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 05 SECR. MUNIC. DE TURISMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Função: 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	
SubFunção: 695 TURISMO	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo Indústria e Comércio	
Atividade: 1037 Construção do Centro de Eventos/Pórtico	
Dotação: 317 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 806.169,47

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.367, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.367, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
PAULO EDSON COLARES PAIVA	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I	40	6º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LETICIA BITTENCOURT BOETTCHER	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I	40	7º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEONILDO RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	25º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
NOELI MARI-SETE RIBEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	26º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 007/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

Resolução nº 007/2015 - CMDCA

Revoga a Resolução nº 003/2015 - CMDCA que aprova o Projeto "É de pequeno que se aprende a dançar e a valorizar as coisas" - da Entidade Associação Amigos da Dança de Gaspar

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO:

- ☐ Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- ☐ Resolução CMDCA nº 04/2014 que regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise e dá outras providências.
- ☐ Deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, constante na Ata nº 004/2015 da Plenária realizada no dia 14 de abril de 2015;

Resolve:

Art. 1º - Revogar a aprovação do Projeto "É de pequeno que se

aprende a dançar e a valorizar as coisas", da Entidade Associação Amigos da Dança de Gaspar, no valor de R\$ 445.550,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de abril de 2015

CAMILA SCHREIBER

Presidente do CMDCA

TOMADA DE PREÇOS Nº 62/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de Preços Nº 62/2015

OBJETO: construção de cobertura em estrutura metálica e telhas autoportantes. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 06/05/2015. ABERTURA: dia 06/05/2015 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 16 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

OBJETO: Contratação de transporte de alunos para acompanhar sessões plenárias da Câmara de Vereadores Mirins realizadas ao longo do ano de 2015; valor global de até R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais); fornecedor: Auto Viação do Vale Ltda. BASE LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 16 de abril de 2015.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Mesa Diretora

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 13/2010 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

Número do contrato: 13/2010 - Número do Aditivo: 11 (Aditivo de Prorrogação)

Data vigência: 19/04/2015 pelo prazo de até 12 (doze) meses.

Número da Licitação: 2/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - CNPJ do contratado: 07.336.801/0001-71.

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

Valor acrescido previsto para o período: R\$ 2.113.950,00 (dois milhões cento e treze mil novecentos e cinquenta reais).

Gaspar (SC), em 13 de abril de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****EXTRATO AO CONTRATO 008/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2015

CONTRATANTE - SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO - NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

DO OBJETO - Contratação de pessoa jurídica, especializada na prestação de serviços de telecomunicação e CFTV, envolvendo os equipamentos, software e link de internet e dados, para o acesso as imagens em tempo real ou armazenadas pela sede do Samae, Laboratório e em três reservatórios no Município de Governador Celso Ramos.

VALOR TOTAL R\$ = 59.003,35 (Cinquenta e nove mil três reais e trinta e cinco centavos)

VIGÊNCIA - O prazo de vigência deste Contrato será até 31.12.2015

DOTAÇÃO - (3) 3.3.90.39.58.00.00.00

FUDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº 007/2015

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL 006/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 005/2015, de 09/01/2015, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 28/04/2015, as 14:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 - km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, sede do Samae a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 006/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL .

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr@samaegcr.com.br

OBJETO DA LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, COM MOTOCICLETA PARA ATENDER AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETAS) E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) DAS COMUNIDADES DE PALMAS E FAZENDA DA ARMAÇÃO, EM GOVERNADOR CELSO RAMOS SC

Governador Celso ramos, 17 de Abril de 2015.

RENATO DA SILVA

PREGOEIRO DO SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 007/2015**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL**

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 005/2015, de 09/01/2015, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 29/04/2015, as 09:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 - km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, sede do Samae a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 007/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL .

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr@samaegcr.com.br

OBJETO DA LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANTENÇÃO DAS ELEVATÓRIAS, PVS, REDE DE ESGOTO, TANQUES DE AERAÇÃO, COM TROCAS DE MANGUEIRAS E RETIRADAS DE BOMBAS QUEIMADAS, AUXÍLIO NO DESENTUPIMENTO DOS PVS E REDES DE ESGOTO COM AJUDA DE UM CAMINHÃO DE LIMPEZA E AUXÍLIO NA LIGAÇÃO DAS BOMBAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO, COM DISPONIBILIDADE DE 24 HS PARA ATENDER AS ETES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Governador Celso Ramos, 17 de Abril de 2015.

RENATO DA SILVA

PREGOEIRO DO SAMAE

Grão Pará**PREFEITURA****JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA BS MARMORARIA****JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao bom funcionamento dos serviços da municipalidade na área da saúde, haja vista o objeto da despesa ser indispensável para a Unidade Básica de Saúde - UBS de Aiurê, que será, em breve, reinaugurada. Além disso, o fornecedor condicionou o fornecimento exclusivamente ao preço de à vista.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: BS Marmoraria Ltda ME

Empenho: 371 (FMS)

Valor: R\$ 70,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA VALDEMIR ASCARI**JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível à recuperação de estradas, fortemente, danificadas pela ação das enxurradas dos dias 15, 16, 17 e 18 de janeiro de 2015, que motivaram a decretação pelo Município da Situação de Emergência, devidamente homologada pelo Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto Estadual nº 22, de 29 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, em 30 de janeiro de 2015, pela Portaria de Reconhecimento de nº 10.

Além disso, o fornecedor condicionou o pagamento da despesa, exclusivamente, ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse público primário do Município.

Por essas razões, necessária a quebra da ordem cronológica de pagamentos, para saldar a despesa na sequência adiante descrita.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Valdemir Ascari

Empenho: 1413

Valor: R\$ 2.450,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 16 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N 11-2015 ALTERAÇÃO DA LEI 1.614 E 1.120

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 11/2015

(De 14 de abril de 2015)

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.614, DE 22 DE SETEMBRO DE 2009, E ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.120, DE 12 DE MARÇO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogado o art. 2º da Lei Municipal nº 1.614, de 22 de setembro de 2009.

Art. 2º. Fica alterado o art. 5º da Lei Municipal nº 1.120/2002, de 12 de março de 2002, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 5º. O cargo de médico integrará o Grupo I - Atividades de Nível Superior - ANS, do Anexo VIII, da Lei nº 991/2000, código 1.06, com carga horária de 10 (dez) horas semanais e remuneração mensal de R\$ 6.021,88 (seis mil, vinte e um reais e oitenta e oito centavos). Em caso de carga horária inferior, a remuneração mensal deverá ser reduzida proporcionalmente”.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria constante do orçamento municipal para o Exercício de 2015.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2015.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 14 de abril de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N 1996-2015-PROGRAMA APOIO AOS PRODUTORES RURAIS

LEI MUNICIPAL Nº 1.996/2015

(De 14 de abril de 2015)

“Institui o Programa “APOIO AOS PRODUTORES RURAIS” no Município de GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa “Apoio aos Produtores Rurais”, que tem como objetivo auxiliar na execução de obras de infraestrutura em propriedades rurais do Município de Grão-Pará.

Art. 2º. O Programa de que trata o artigo anterior refere-se à/ ao/a:

- I - realização de pequenas obras de terraplanagem;
- II - abertura, conservação, colocação de tubos e revestimento de estradas de acesso às propriedades rurais;
- III - construção e manutenção de estradas de acesso a unidades produtoras de aves, suínos, leite dentre outras;
- IV - construção e reforma de buracos para silagem;
- V - colocação de tubos, realização de mata-burros, passadores de gado, pontes e pontilhões;
- VI - fornecimento e transporte de saibro, material pétreo e similares; e
- VII - outros serviços que cumpram os objetivos do Programa.

§ 1º. Os tubos de que tratam os incisos II e V e as vigas para realização de mata-burros e passadores de gado deverão ser fornecidos pelos beneficiários, enquanto os demais materiais e serviços serão de responsabilidade do Município de Grão-Pará.

§ 2º. Os serviços serão executados, prioritariamente, com máquinas, caminhões e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural e, sendo necessário, os trabalhos poderão ser realizados com máquinas, caminhões e equipamentos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras.

§ 3º. O Programa “Apoio aos Produtores Rurais” será coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, à qual serão alocados operadores de máquina e motoristas e a qual terá o apoio da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, quando necessário e devidamente autorizado pelo respectivo Secretário.

§ 4º. O Município de Grão-Pará arcará com os custos de combustível e manutenção das máquinas, caminhões e demais equipamentos, bem como com as despesas de materiais necessários à execução dos serviços, com exceção dos tubos e das vigas para mata-burros e passadores de gado, além de arcar com a remuneração dos servidores necessários à execução do Programa.

Art. 3º. O Programa será executado de forma gratuita, a título de incentivo para os proprietários rurais do Município de Grão-Pará, sendo vedada a oferta de dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento.

Parágrafo único. Os serviços solicitados serão executados mediante cadastro realizado junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Art. 4º. A operacionalização do Programa será realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, priorizando o atendimento por Localidade, estabelecendo cronograma antecipado à realização do serviço.

§ 1º. Para beneficiar-se do referido Programa, o requerente deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - ser proprietário, arrendatário, cessionário ou estar na posse direta, derivada de outra relação jurídica, de imóvel rural situado na Zona Rural do Município de Grão-Pará;
- II - estar inscrito como produtor rural e/ou agricultor, mantendo em dia o Bloco de Notas de Produtor Rural, ou exercer atividades relacionadas ao agronegócio;
- III - necessitar de melhorias em sua propriedade nos termos do artigo 1º e do artigo 2º e respectivos incisos e parágrafos desta Lei;
- IV - manter roçadas as margens da Estrada Geral e de acesso a sua propriedade;
- V - apresentar a Certidão Negativa de Débitos para com o Município

de Grão-Pará, quando do cadastro junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural; e

VI - providenciar os tubos e/ou as vigas para realização de mata-burros e passadores de gado, se for o caso.

§ 2º. Todos os requisitos acima descritos serão observados e diligenciados pela Secretaria operacionalizadora do Programa, antes da realização dos serviços, definição das prioridades e definição do cronograma de trabalho.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural deverá priorizar o atendimento às propriedades em cuja infraestrutura seja inexistente e/ou existente de forma precária, buscando, com isso, atender primeiramente aos mais necessitados ou às pequenas propriedades rurais em obediência ao fim social a que esta Lei se destina e na busca de incremento da produção do Município.

§ 4º. Os trabalhos serão fiscalizados pelo Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§ 5º. A Administração Municipal atualizará, semanalmente, o Portal Transparência, publicando relatório dos beneficiários atendidos e número de horas de serviço prestado à Comunidade.

§ 6º. Mensalmente, deve a Administração Municipal encaminhar à Câmara de Vereadores, relatório que conterá o nome e número de beneficiários atendidos, bem assim, o número de horas de serviços que foram prestados às Comunidades, e disponibilizar, quando necessário, cópia das Certidões Negativas de Débitos aos Vereadores.

Art. 5º. Todos os serviços deverão ser realizados, respeitando-se a legislação ambiental, cabendo ao interessado a responsabilidade pela elaboração de projetos, encaminhamento junto aos órgãos ambientais e apresentação da licença ao Município, por ocasião da requisição dos serviços, quando houver necessidade.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, nos exercícios financeiros em que ocorrerem.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente, as Leis Municipais nº 1.187/2002, 1.233/2003, 1.369/2005 e 1.639/2009.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 14 de abril de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

DECRETO 207.2015

DECRETO 207/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 02/2015, DO MUNICÍPIO GUARACIABA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso XXV, do art. 79 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 7 de novembro de 2001 e, CONSIDERANDO, que o Processo Licitatório em questão foi publicado no dia 31 de março de 2015, com previsão de abertura para o dia 17 de abril do mesmo ano, não havendo por tanto a realização de qualquer fase que implique em direito objetivo à qualquer licitante;

CONSIDERANDO, que a Administração Municipal constatou inconformidade do projeto básico com memorial descritivo e orçamento. RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório n. 50/2015, modalidade Tomada de Preço n. 02/2015, do município de Guaraciaba, em razão de inconformidade formal do processo licitatório.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Guaraciaba, 16 de abril de 2015.

ROQUE LUIZ MENEZINI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 49.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: DJALMO DAVI EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (BOLAS DE FUTSAL, VOLEIBOL, DARTO PARA ATLETISMO, ETC...) PARA SER UTILIZADO PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS COM GRUPOS DE ALUNOS. ESSAS ATIVIDADES AMPLIAM AS HABILIDADES MOTORAS, COOPERAÇÃO EM EQUIPE, ENTRE OUTRAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 239,80 (duzentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: JACIR ARCONTI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (BOLAS DE FUTSAL, VOLEIBOL, DARTO PARA ATLETISMO, ETC...) PARA SER UTILIZADO PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS COM GRUPOS DE ALUNOS. ESSAS ATIVIDADES AMPLIAM AS HABILIDADES MOTORAS, COOPERAÇÃO EM EQUIPE, ENTRE OUTRAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.016,00 (três mil e dezesseis reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (BOLAS DE FUTSAL, VOLEIBOL, DARTO PARA ATLETISMO, ETC...) PARA SER UTILIZADO PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS COM GRUPOS DE ALUNOS. ESSAS ATIVIDADES AMPLIAM AS HABILIDADES MOTORAS, COOPERAÇÃO EM EQUIPE, ENTRE OUTRAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.833,10 (três mil oitocentos e trinta e três reais e dez centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/15
HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (BOLAS DE FUTSAL, VOLEIBOL, DARTO PARA ATLETISMO, ETC...) PARA SER UTILIZADO PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS COM GRUPOS DE ALUNOS. ESSAS ATIVIDADES AMPLIAM AS HABILIDADES MOTORAS, COOPERAÇÃO EM EQUIPE, ENTRE OUTRAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/15
HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: ADBX - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (BOLAS DE FUTSAL, VOLEIBOL, DARTO PARA ATLETISMO, ETC...) PARA SER UTILIZADO PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS COM GRUPOS DE ALUNOS. ESSAS ATIVIDADES AMPLIAM AS HABILIDADES MOTORAS, COOPERAÇÃO EM EQUIPE, ENTRE OUTRAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.391,75 (um mil trezentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 51.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PREFEITURA E FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 61/15, Edital de Pregão Presencial Nº 51/15. Objeto: Aquisição de material gráfico para uso no centro administrativo e FMS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 30/04/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 30/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de abril 2015.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 - PMG.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 11/2015

Processo Licitatório: 11/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MAQUINÁRIOS AGRÍCOLAS POR HORA TRABALHADA

Entrega dos Envelopes: 05/05/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 05/05/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de abril de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO RP Nº01/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial ☐ Registro de Preços 01/2015

Processo Licitatório: 01/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA E GÁS

Entrega dos Envelopes: 05/05/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 05/05/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Butschardt, 05, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0048.

Guaramirim (SC), 16 de abril de 2015.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

AVISO DE LICITAÇÃO RP Nº02/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços 02/2015

Processo Licitatório: 02/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Entrega dos Envelopes: 05/05/2015 às 13h30min

Abertura dos Envelopes: 05/05/2015 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de abril de 2015.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

AVISO DE LICITAÇÃO RP Nº03/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços 03/2015

Processo Licitatório: 03/2015

Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FILMES DE RAO X, FIXADOR E REVELADOR

Entrega dos Envelopes: 06/05/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 06/05/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de abril de 2015.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

AVISO DE LICITAÇÃO RP Nº05/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços 05/2015

Processo Licitatório: 05/2015

Tipo: Menor Preço - Por lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES

Entrega dos Envelopes: 06/05/2015 às 13h30min

Abertura dos Envelopes: 06/05/2015 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de abril de 2015.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 300/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº. 300/2015

Publicação realizada no dia 10/04/2015 (sexta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1721, página 304.

Onde se lê na ementa e no art. 1º: "Lucas José Borba"

Leia-se: "Lucas José da Rocha".

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº. 300/2015

APROVA Lucas José da Rocha no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Lucas José da Rocha, na função de Motorista de Automóvel/Furgão, vinculado à Secretaria de Saúde, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 14/2012

PROCESSO LICITATORIO N.º 017/2012

CONTRATO Nº. 14/2012 - PMG

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO SÉTIMO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

Através do presente instrumento retifica-se o sétimo termo aditivo do contrato nº 014/2012, para que dele passe a constar o quanto segue:

CLÁUSULA SEGUNDA, para que onde se lê:

2.1 O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de aproximadamente 6,93% (seis vírgula noventa e três por cento) do valor do contrato, (...).

Leia-se:

2.1 O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de aproximadamente 6,165 % (seis vírgula cento e sessenta e cinco por cento) do valor do contrato, (...).

CLÁUSULA TERCEIRA, para que onde se lê:

3.1 O valor da obra, após a supressão, é R\$ 1.137.703,85 (um milhão cento e trinta e sete mil e setecentos e três reais e oitenta e cinco centavos), no entanto se considerarmos o valor do primeiro termo aditivo o valor atual do contrato corresponde a R\$ 1.181,522,41.

Rua	Valor Contratado	Qtde Suprimida.	Valor da Supressão
Sybilla Friedmann Lemke	R\$141.773,95	9,18% (aproximadamente)	R\$ 13.008,66
Valor total da supressão no contrato			R\$ 84.745,83

Leia-se:

O valor da obra, após a supressão, é R\$ 1.147.084,57 (um milhão cento e quarenta e sete mil e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), no entanto se considerarmos o valor do primeiro termo aditivo o valor atual do contrato corresponde a R\$ 1.190.903,13.

Rua	Valor Contratado	Qtde Suprimida.	Valor da Supressão
Sybilla Friedmann Lemke	R\$141.773,95	2,56% (aproximadamente)	R\$ 3.627,94
Valor total da supressão no contrato			R\$ 75.365,11

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinaram as partes e as testemunhas abaixo.

Guaramirim (SC), 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

MAURÍCIO VOGELSANGER

CPF nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 26

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 26/2015 - Pregão Presencial Nº. 16/2015. Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e outros para serem utilizados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Transportes e Obras, Polícia Militar e Polícia Civil do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 05/05/2015 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 16 de abril de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EXTRATO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 CÂMARA DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES DO QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. ALCIONE ROBERTO STRAUB, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Municipal nº 19/2014 e alterações posteriores com obediência à Lei Orgânica do Município e suas atualizações e Art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para preenchimento de vagas nas categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, constante do quadro a seguir relacionado, qual rege-se pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital do CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.2. O presente CONCURSO PÚBLICO é válido pelo prazo de 02 (dois) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Técnico em Contabilidade	01	R\$ 1.617,51	20hs/ semanais	Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio de Técnico em Contabilidade ou Formação Superior em curso de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional – Conselho Regional de Contabilidade – CRC.	Objetiva
Controlador Interno	*CR	R\$ 693,00	10hs/ semanais	Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio de Técnico em Contabilidade ou Formação Superior em curso de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional – Conselho Regional de Contabilidade – CRC.	Objetiva
Tesoureiro	*CR	R\$ 693,00	10hs/ semanais	Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio de Técnico em Contabilidade ou Formação Superior em curso de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional – Conselho Regional de Contabilidade – CRC.	Objetiva
Auxiliar Legislativo	*CR	R\$ 1.440,45	40hs/ semanais	Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais	01	R\$ 868,45	40hs/ semanais	Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental.	Objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 20/04/2015 às 23h59min do dia 20/05/2015.

3. DA PROVA

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 20/06/2015, às

09hrs, nas dependências do NÚCLEO MUNICIPAL ARCO IRIS sito na Rua Otávio Diehl, no município de Guarujá do Sul/SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Câmara Municipal de Vereadores Municipal de Guarujá do Sul - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.camaraguarujadosul.scv.gov.br

A integra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.camaraguarujadosul.scv.gov.br

Guarujá do Sul (SC), 17 de abril de 2015.

ALCIONE ROBERTO STRAUB

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Guarujá do Sul - SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 05/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA LEGISLATIVA nº 005/2015.

Nomeia membros da Comissão Municipal do Concurso Público, Edital 001/2015 do Poder Legislativo Municipal, e adota outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Art. 34.º e seus Incisos do regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) Senhores (as): Clédina de Oliveira, Francisco Júnior Garcia de Mattos e Adelise de Oliveira, para sob a Presidência do primeiro, para comporem a Comissão Municipal do Edital de Concurso Público, Edital 001/2015, pertence ao Poder Legislativo Municipal, com as incumbências de auxiliarem na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização de Edital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, em 17 de Abril de 2015.

Em sua 13.ª Legislatura, 3.ª Sessão Legislativa, 1.º período, 52.º ano de sua Instalação Legislativa.

Alcione Roberto Straub
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Mônica Regina Taube
1º Secretária

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 06/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA LEGISLATIVA nº 006 /2015,
NOMEIA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO,
EDITAL 001/2015 DO PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Art. 34.º e seus Incisos do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Designar: Jussara Reginato e Udimara Vanusa Zanchettiin, brasileiras, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO, Edital de nº 001/2015, DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

Art. 2º Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, co-ordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessários para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Legislativo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, em 17 de Abril de 2015.

Em sua 13.ª Legislatura, 3.ª Sessão Legislativa, 1.º período, 52.º ano de sua Instalação Legislativa.

Alcione Roberto Straub
Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Mônica Regina Taube
1º Secretária

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 517/2015

PORTARIA Nº 517/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA (Matr. 4053), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 16 de Abril de 2015, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 518/2015

PORTARIA Nº 518/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora TAVIANI DIRLEI TEIXEIRA (Matr. 4123), para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, Educação Infantil, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, em substituição à servidora Ana Fernanda Martinazzo, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde, a partir de 16 de abril de 2015, até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, reclassificada em 129º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 519/2015

PORTARIA Nº 519/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de abril de 2015, da servidora TATIANA SAUCEDO (Matr. 2798), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 520/2015

PORTARIA Nº 520/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de abril de 2015, da servidora DAIANE CORREIA BAZZI (Matr. 2745), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 521/2015

PORTARIA Nº 521/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de abril de 2015, da servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI (Matr. 2780), ocupante do Cargo de Provisamento em Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 522/2015

PORTARIA Nº 522/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de abril de 2015, da servidora LUCIVANI APARECIDA GALVAN CAMARGO (Matr. 2853), ocupante do Cargo de Provisamento em Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 523/2015

PORTARIA Nº 523/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de abril de 2015, da servidora MARIALVA PEREIRA DE OLIVEIRA (Matr. 2831), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 524/2015

PORTARIA Nº 524/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de abril de 2015, do servidor RODRIGO DALLA VECHIA (Matr. 3565), ocupante do Cargo de Provisamento em Comissão de Diretor Administrativo de Programas, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE ENTIDADES NO CMAS Nº001/2015.

Estado de Santa Catarina Município de Ilhota CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Rua: Izidoro Maes, 257- Centro - Ilhota - SC C.N.P.J. 14.756846/0001-60 CEP 88.320-000 Fone / Fax: (047) 3343-7061 E-mail: assistenciailhota@hotmail.com

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE ENTIDADES NO CMAS Nº001/2015.

REFERENTE AO REGISTRO/INSCRIÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhota, através da sua coordenadoria geral, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 769/97.

CONSIDERANDO: o disposto na lei federal nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

CONSIDERANDO: que de acordo com o 3º art. da LOAS, consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

CONSIDERANDO: o artigo 6º, inciso X da Lei Municipal nº 769/97 de 19 de março de 1997.

CONSIDERANDO: a Resolução Nº 14 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de 14 de maio de 2014.

CONSIDERANDO: a Resolução Nº 004 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de 07 de abril de 2015.

Resolve: Deliberar e tornar público o Edital de Chamamento nº 001/2015 para cadastro de Entidades Governamentais e Não Governamentais no CMAS.

1. DA PARTICIPAÇÃO

1.1 O Registro/Inscrição às entidades Governamentais e Não Governamentais que tenham por objetivo o atendimento direto, a promoção e a defesa dos direitos socioassistenciais da população atendida.

1.2 Poderão participar do Chamamento nº001/2015 CMAS desde que satisfaçam as condições previstas neste edital.

1.3 Entidades governamentais e não governamentais que executam ações socioassistenciais sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento à população vulnerável, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos estabelecidos na lei federal nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS) e no artigo 6º, inciso X da Lei Municipal nº 769/97.

2. DO CADASTRO

2.1. As entidades governamentais e não governamentais inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social já existentes no município de Ilhota, deverão no prazo de trinta dias após a publicação deste edital solicitar seu registro no CMAS.

2.2. As entidades governamentais e não governamentais de verão ser registradas no CMAS, no qual comunicará o registro ao MDS.

2.3. A solicitação de registro pela entidade governamental e não governamental deverá ser através de requerimento dirigido ao CMAS em formulário próprio fornecido pelo mesmo.

2.4. O registro terá validade de 04 (quatro anos) que será emitido pelo CMAS através de Resolução, podendo ser reavaliado anualmente ou caso haja necessidade.

3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. A entidade governamental e não governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no CMAS, conforme orientação abaixo:

I - Os requerimentos de registro/inscrição deverão ser protocolados pelas entidades na Secretaria de Assistência Social, a rua Izidoro Maes, nº 257, Centro - Ilhota, junto com o formulário próprio preenchido que deverá ser dirigido ao Presidente do Conselho de Assistência ;

II - Cópia do ato constitutivo da entidade(ata de fundação devidamente registrada);

III- documento de identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;

IV - Prova de inscrição junto ao cadastro Nacional de Pessoas Jurídica - CNPJ;

V - Ata da eleição da atual diretoria, com nome e qualificação dos diretores;

VI - Plano de trabalho das atividades desenvolvidas para os usuários ou população vulnerável (para entidades não governamentais) OBS.: Este documento deve conter informações sobre as atividades propostas desenvolvidas para o público socioassistencial. Mencionar : histórico da entidade, objetivos, modalidade de atendimento, atividades oferecidas, locais de execução, horário, finalidade, justificativa, público-alvo(número e faixa etária), equipe envolvida(número/ formação profissional / vínculo empregatício com a entidade) operacionalização / metodologia etc.)

VII - Certidão para Habilitação de Instituição Proponente: Certidão Negativa de Débito (INSS/MPAS), Certidão de Regularidade de Tributos da Secretaria da Receita Federal / MF, Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal, Certidão junto ao FGTS;

VIII - Cópia do Estatuto;

IX - Cópia do Curriculum Vitae do responsável pela entidade não governamental na execução do programa /projeto enfatizando a formação técnica e profissional.

4. Serão arquivados os processos das entidades que, no prazo de 30 (trinta) dias, não cumprirem as exigências estabelecidas por este conselho, exigidas no item 3º desta deliberação.

5. As entidades registradas ficam responsáveis por comunicar ao CMAS qualquer mudança de endereço, telefone, composição da diretoria, ou modalidade de atendimento, de forma a manter atualizados os seus dados cadastrais.

Ilhota, 07 de abril de 2015.
Fernanda W.M.da Silva
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO N. 08/2015

RESOLUÇÃO N. 08/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que o primeiro processo de Eleição Unificada, com mandato de quatro anos, ocorrerá na data de 04/10/2015, sendo que a posse dos conselheiros eleitos dar-se-á no dia 10/01/2016.

CONSIDERANDO: que a COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR deverá ser composta por no mínimo 04 (quatro) Conselheiros Titulares, com representação paritária e com a definição de um Coordenador e um Secretário, as quais serão responsáveis pela sistematização de todos os atos do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares sua apresentação à Coordenação do CMDCA e à Sessão Plenária, inclusive para deliberação de casos omissores ou que a ela remeta a necessidade.

CONSIDERANDO: que todas as ações da Comissão Eleitoral do Conselho Tutelar se embasarão na Resolução 170/2014 do CONANDA, na Lei Federal Nº8.069 de 13 de julho de 1990 e na Lei Municipal Nº050 de 05 de maio de 2014, as quais orientam detalhadamente sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

RESOLVE: criar a Comissão Organizadora do processo de Eleição do Conselho Tutelar, na qual os membros compõem de forma paritária, sendo eles:

- Alesson Cunha (Coordenador), representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, (Setor Governamental);
- Ana Tereza Americano, representante da Secretaria Municipal de Saúde, (Setor Governamental);
- José Teixeira (Secretário), representante da Pastoral da Criança, (Setor Não Governamental);
- Marcos da Conceição, representante da Associação de Moradores Bairro Missões, (Setor Não Governamental).

Ilhota, 02 de abril de 2015.
Alesson Cunha
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO N. 09/2015

RESOLUÇÃO N. 09/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que é de responsabilidade do Conselho Municipal de Direitos proporcionar apoio ao Conselho Tutelar do Município, integrando ações no sentido de garantir os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

CONSIDERANDO: que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

CONSIDERANDO: que é atribuição do Conselho de Direito assegurar o apoio técnico especializado de assessoramento ao CMDCA e ao Conselho Tutelar, visando efetivar os princípios, diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

RESOLVE: aprovar a deliberação de recurso para a capacitação e para a realização da VII Conferência do CMDCA, que será realizada pela empresa GC Formações LTDA ME (CK8) com o CNPJ 15.203.493/0001-34, tendo em vista que é a empresa que apresentou o menor valor e atende as necessidades da programação. O valor aprovado é R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

A proposta será financiada pelo Fundo Municipal da Infância e da Adolescência (FIA), para a capacitação e a realização da Conferência do CMDCA.

Ilhota, 16 de março de 2015.
Alesson Cunha
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO N. 10/2015

RESOLUÇÃO N. 10/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que o primeiro processo de Eleição Unificada, com mandato de quatro anos, ocorrerá na data de 04/10/2015, sendo que a posse dos conselheiros eleitos dar-se-á no dia 10/01/2016.

CONSIDERANDO: que faz parte do primeiro processo de Eleição Unificada a formação antes da prova para os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, a prova e a formação para os Candidatos Eleitos.

CONSIDERANDO: que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberar sobre a política de capacitação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

RESOLVE: aprovar a deliberação de recurso para a formação dos candidatos, proposta de prova e formação dos Conselheiros Tutelares eleitos, que será realizada pela empresa GC Formações LTDA ME (CK8) com o CNPJ 15.203.493/0001-34, tendo em vista que é a empresa que apresentou o menor valor e atende as necessidades da programação. O valor aprovado é R\$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).

A proposta será financiada pelo Fundo Municipal da Infância e da Adolescência (FIA), para a capacitação e a realização da Conferência do CMDCA.

Ilhota, 02 de abril de 2015.

Alesson Cunha

Presidente do CMDCA

Imarui**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 31/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 31/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de uniforme escolar para uso da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Tipo: Pregão Presencial, registro de preço, menor preço global. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 05 de maio de 2015, às 14h00min horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, IMARUI-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2º à 6º feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min no setor de licitação ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Imaruí, 16 de Abril de 2015. Manoel Viana de Sousa Prefeito Municipal de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Reajusta Tarifas do Serviço Regular de Transporte Coletivo Urbano e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o permissivo legal disposto no art. 43, combinado com o art. 4º, § 1º, ambos da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

CONSIDERANDO, ainda, o pleito inserido no Processo Administrativo nº 1752/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustadas as Tarifas do Serviço Regular de Transporte Coletivo Urbano de Imbituba, que passam a vigorar a partir de zero hora do dia 19 de abril de 2015, com os valores correspondentes as Linhas constantes nos Anexos I e II, deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 19 de abril de 2015.

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI nº 029, de 20 de março de 2012.

Imbituba, 16 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

ANEXO I.

Art. 1º do DECRETO PMI Nº 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Linha: Circulares - Tarifas Curta		
TARIFAS (R\$) 3,00		
Circular Nova Brasília	R\$ 3,00	
Circular Barra / Arroio	R\$ 3,00	-
Circular Guaiúba	R\$ 3,00	2

ANEXO II

Art. 1º do DECRETO PMI Nº 071, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Linha: Radiais – Tarifas Longas		
TARIFAS (R\$) 3,75		
507 - Radial Penha	R\$ 3,75	
508 - Radial Itapiruba/ Roça Grande	R\$ 3,75	
509 - Radial Ibiraquera / Praia do Rosa	R\$ 3,75	

EDITAL SEAGP Nº 050/2015

EDITAL SEAGP Nº 050/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Abril a 17 de Maio de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido

perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 17 de abril de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 050/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Roberta de Oliveira

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/77 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/77 A00
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PÁ CAR-REGADEIRA.
Valor: R\$ 144.000,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 142015 Pregão 09/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/78 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/78 A00
Contratada: TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
C.N.P.J: 79.905.071/0001-93
Objeto: AQUISIÇÃO DE LÂMINA RETA 1,83M 8 FUIROS, PARAFUSOS 12,9 5/8 X 2 ¼ E PORCAS 5/8 NC DE AÇO PARA A MOTO NIVELADORA.
Valor: R\$ 2.224,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 33/2015 Pregão 22/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Trator Peças e Com. De Peças Para Trator Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/79 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/79 A00
Contratada: LASCA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA
C.N.P.J: 18.128.497/0001-93
Objeto: AQUISIÇÃO DE BICA CORRIDA PARA USO DA SEAPI.
Valor: R\$ 22.822,80 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 38/2015 Pregão 25/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Lasca Materiais para Construção e Transportes Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/80 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/80 A00
Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME
C.N.P.J: 10.524.158/0001-14
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS ROÇADEIRAS PARA A SEAPI.
Valor: R\$ 4.180,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 38/2015 Pregão 25/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Soethe Comercio de Maquinas Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/81 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/81 A00
Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME
C.N.P.J: 10.524.158/0001-14
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ORÇADEIRAS PERTENCENTES A SEAPI.
Valor: R\$ 16.612,75 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 26/2015 Pregão 16/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Soethe Comercio de Maquinas Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/82 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/82 A00

Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 75.831.867/0001-98

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ORÇADEIRAS PERTENCENTES A SEAPI.

Valor: R\$ 9.673,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 26/2015 Pregão 16/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Vila Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/83 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/83 A00

Contratada: ALEXANDRE DOS SANTOS TUBOSUL ME

C.N.P.J: 08.873.076/0001-33

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E BLOCOS DE CONCRETO PARA USO DA SEAPI.

Valor: R\$ 23.436,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 30/2015 Pregão 20/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Alexandre dos Santos Tubosul Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/84 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/84 A00

Contratada: CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

C.N.P.J: 09.080.335/0001-31

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E BLOCOS DE CONCRETO PARA USO DA SEAPI.

Valor: R\$ 12.040,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 30/2015 Pregão 20/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

CC Artefatos de Concreto Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/85 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/85 A00

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E BLOCOS DE CONCRETO PARA USO DA SEAPI.

Valor: R\$ 20.108,30 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 30/2015 Pregão 20/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/75 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/75 A00

Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS SERVENTES E ME-RENDEIRAS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Valor: R\$40.618,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 29/2015 Pregão 19/2015

Imbituba, 07 de abril de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação
Contratante

Publiciti Distribuidora de Livros Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/76 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/76 A00

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$65.000,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 34 /2015 Pregão 23/2015

Imbituba, 09 de abril de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2011/04 A08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2011/04 A08

Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS

C.N.P.J: 507.258.749-53

Objeto: REAJUSTE DE 3,8499%(TRES INTEIROS E OITO MIL QUATROCENTOS E NOVEN TA E NOVE DÉCIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS) CORREÇÃO PELO ÚLTIMOS 12 MESES ATRAVÉS DO IGPM.

Valor: R\$340,13

Fundamento: Processo nº 05/2011 Dispensa 01/2011

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Adelir Pereira dos Santos

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 234/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 234, de 15 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosicléia Pinto dos Santos Ferreira	Professora I - 20h	476.180.003-87	14/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 15 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 235/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 235, de 15 de abril de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) nos Processos Seletivos Simplificados - Edital nº 18/2014 e Edital nº 01/2015, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Ana Paula de Souza	Professora I – 20h	059.530.679-92	PSS 01/2015	26/03/2015
Simone dos Passos de Souza	Professora I – 40h	066.428.129-05	PSS 01/2015	01/04/2015
Ana Paula Ferreira da Silva	Professora I – 20h	106.020.849-03	PSS 18/2014	13/04/2015
Daniela Francisco Ramos	Professora I – 20h	060.373.079-54	PSS 01/2015	13/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 236/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 236, de 16 de abril de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cristiani Apolinário de Souza	Técnica em Enfermagem	053.619.639-76	17/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 237/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 237, de 16 de abril de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora EDNA REGINA DA ROSA FREITAS, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 578.344.159-72, admitida em 03 de março de 1986, contrato nº 127, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2001 a 2006	04.05.2015 a 01.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 238/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 238, de 16 de abril de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora VALQUÍRIA CORRÊA DE AGUIAR, Professora I - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 416.470.419-53, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 556, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	17.04.2015 a 15.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAST Nº 002, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA PMI/SEAST Nº 002, de 14 de abril de 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de prazo da comissão de sindicância, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAST nº 001, de 12 de março de 2015, para a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatórios dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de abril de 2015.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 016/15**

Ato da Presidência nº 016/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 11ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 22 de Abril de 2015 (quarta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
042	PL nº 4.694/2015	26/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Indústria da Solidariedade - ISO.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
045	PL nº 4.696/2015	09/04/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo a celebrar convênio com a Associação dos Estudantes de Imbituba em Florianópolis - ASSEIF, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
046	PL nº 4.697/2015	10/04/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar despesas com as comemorações do Dia do Trabalhador e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ Nº 019/2015	07/04/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira, Léa de Oliveira Lopes, Renato Carlos de Figueiredo e Roberto Luiz Rodrigues	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba informações quanto à realização do 13º Festival Nacional do Camarão, ocorrido no ano de 2012.	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 020/2015	07/04/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira, Léa de Oliveira Lopes, Renato Carlos de Figueiredo e Roberto Luiz Rodrigues	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba informações quanto à realização do 14º Festival Nacional do Camarão, ocorrido no ano de 2013.	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 021/2015	07/04/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira, Léa de Oliveira Lopes, Renato Carlos de Figueiredo e Roberto Luiz Rodrigues	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba informações quanto à realização do 15º Festival Nacional do Camarão, ocorrido no ano de 2014.	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 022/2015	07/04/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira, Léa de Oliveira Lopes, Renato Carlos de Figueiredo e Roberto Luiz Rodrigues	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba informações quanto à realização do 16º Festival Nacional do Camarão, ocorrido no ano de 2015.	Ordinário	Única	Única

	REQ Nº 023/2015	07/04/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira, Léa de Oliveira Lopes, Renato Carlos de Figueiredo e Roberto Luiz Rodrigues	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba informações quanto ao valor dos Impostos recolhidos em favor da municipalidade pela administração do Porto de Imbituba nos últimos 6 (seis) anos (2009-2015).	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 024/2015	07/04/15	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira, Léa de Oliveira Lopes, Renato Carlos de Figueiredo e Roberto Luiz Rodrigues	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba informações quanto às obras que foram realizadas, que estão sendo realizadas ou que serão realizadas no município de Imbituba em convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, em especial, as resultantes do FUNDAM e/ou através do Pacto de SC e/ou de Emendas indicadas pelos Parlamentares Catarinenses.	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 025/2015	07/04/15	Legislativo Municipal	Renato Carlos de Figueiredo	Requer que seja aplicada no bairro Itapirubá a Lei Complementar Nº 3928, de 12 de julho de 2011, que dispõe sobre limpeza de terrenos baldios no município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 16 de abril de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza Presidente	Zeli Pires Vice-Presidente
--	-------------------------------

Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeira-Secretária

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 083/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 083/2015

CONTRATADA: BISSON SONORIZAÇÃO LTDA ME

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação de serviços de locação de sistemas de sonorização e iluminação para eventos, caminhão palco, e veículo com sonorização para propaganda de rua, incluindo montagem, desmontagem e operação dos equipamentos.

PRAZO: 09 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 09/04/2015.

CONTRATO Nº 084/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 084/2015

CONTRATADA: LIND GUIMAR MACHADO - ME

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação de serviços de locação de sistemas de sonorização e iluminação para eventos, caminhão palco, e veículo com sonorização para propaganda de rua, incluindo montagem, desmontagem e operação dos equipamentos.

PRAZO: 09 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 09/04/2015.

ERRATA - TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO 100/2011 (PRAZO)

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 100/2011

TERMO ADITIVO Nº 009

CONTRATADA: IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA

ERRATA: O Termo Aditivo nº 009 ao Contrato 100/2011 (prazo), torna-se SEM EFEITO.

Data: 16/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015 ALTERAÇÃO

MUNICÍPIO DE INDAIAL

ALTERAÇÃO DO OBJETO DO EDITAL.

Licitatório nº 058/2015.

Pregão Presencial nº 025/2015-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para frota de veículos, caminhões e tratores..

Entrega dos envelopes: 30/04/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 30/04/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 024/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 024/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.638.795/0001-7, com sede na rua Tereza Fischer, nº 410, conjunto 3, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Waldir Alessandro Nunes, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 006.952.439/42 e Cédula de Identidade nº 3.998.501, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente termo aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução dos serviços de adequação de instalações elétricas para a instalação de equipamentos de saneamento, na ETE - Bairro das Nações, e a elaboração dos projetos executivos das referidas instalações elétricas, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 12 de abril de 2015 até 10 de junho de 2015, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 09 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMAS Waldir Alessandro Nunes Contratada

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 080/2013 TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 080/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, e pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa SS TERCEIRIZADOS EM RADIOLOGIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.032.938/0001-68, com sede na rua Paul Strauch, nº 99, sala 01, bairro da Velha, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Gelci Soares e Silva, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob nº 974.851.360-20 e Cédula de Identidade nº 301.687.9951 SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Holz, nº 108, bairro da Velha, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas e físicas para a prestação de SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR ULTRASSONOGRAFIA SIA/SUS, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1. O prazo deste Termo Aditivo de Contrato será de 08 de abril de 2015 até 08 de abril de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 08 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
SS TERCEIRIZADOS EM RADIOLOGIA LTDA Gelci Soares e Silva Contratada	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 117/2014 TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 117/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA F&F LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.595.052/0001-37, com sede na rua Marques do Herval, nº 638, bairro centro, na cidade de Ibirama - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Deivid Schlichting, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 042.385.889/08 e Cédula de Identidade nº 4.528.749-0 SSP/SC, residente e domiciliado na rua João Weidmann, nº 346, bairro Centro, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1. e sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a construção/execução e a construção de sanitários em alvenaria com área de 43,51 m2, e urbanização de praça pública, em terreno com área de 1.295,00 m2, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:

3.1.Fica acrescido da planilha do contrato original os seguintes itens: 1.2; 1.5; 1.6; 8.10; 13.13; 13.14; 13.15; 13.16; 13.17; 14.09; 17.05; 17.06 e 14.03, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 106.594,39 (cento e seis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente termo aditivo de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 27 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONSTRUTORA F&F LTDA Deivid Schlichting Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 100/2011 (REAJUSTE)

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 100/2011

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.769.103/0001-09, com sede na Avenida Maria Simão, nº 485, Bairro das Nações, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, nesta ato representada por seu representante legal Sr. Gustavo Albuquerque Gollnick, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº

737.938.099-00, residente à Rua Rio Branco, nº 378, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locadora, e, MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de acordo com o Processo Licitatório nº 065/2011 sob a modalidade de Termo de Dispensa de Licitação nº 007/2011-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda do contrato original, que tem como objeto a locação de imóvel para uso exclusivo da Unidade de Educação Infantil Encano do Norte, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O preço contratado é de R\$ 1.239,26 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 24 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA
Sérgio Almir dos Santos Gustavo Albuquerque Gollnick
Locatário Locadora

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Giovanna Huebes Nicolletti Silmara Fruet
Secretária Municipal OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 22, PP 9-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 18/03/2015
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de fraldas descartáveis e geriátricas, com entrega parcelada destinado a Secretaria de Assistência Social, e demais órgãos da Administração Pública.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 9/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 14 de Abril de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 22/2015, Licitação nº 9/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Frâncio e a servidora Pública Municipal Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ, OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME e VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Porém a empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ teve seus envelopes de documentação e proposta, protocolados fora do horário estabelecido no Edital, mas apresentou os envelopes no balcão de protocolo dentro do horário estabelecido no Edital, conforme o item 3.2.1. Assim fez o Srº KLEBER LUIZ LIBANO sócio proprietário da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME, o Srº LIDIO DE OLIVEIRA LUZ procurador da empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ e o Srº VALÉRIO SAMUEL VANCIN sócio proprietário da empresa VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa todas as empresas acima citadas se credenciam como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas vencedoras apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 9/2015 - PR
Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 22/2015
Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 2/4

LOTE: 1
Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Fraldas descartaveis infantil- recen-nascido pct 20 unidades: Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas.</p> <p>- Exclusiva capa de extra absorção.</p> <p>- Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita.</p> <p>- Com fitas ante vezamento.</p> <p>- Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê.</p> <p>- Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê.</p> <p>- Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário.</p>	UN	60,00	PAMPERS	0,0000	14,6552	879,31
2	<p>fraldas descartavel infantil tam. P -pct 28 unidades Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas.</p> <p>- Exclusiva capa de extra absorção.</p> <p>- Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita.</p> <p>- Com fitas ante vezamento.</p> <p>- Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê.</p> <p>- Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê.</p> <p>- Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário.</p>	PCT	60,00	TURMA DA MONICA	0,0000	14,6552	879,31
3	<p>fraldas descartavel infantil tam.M. pct c/24 unidades Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas.</p> <p>- Exclusiva capa de extra absorção.</p> <p>- Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita.</p> <p>- Com fitas ante vezamento.</p> <p>- Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê.</p> <p>- Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê.</p> <p>- Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário.</p>	PCT	60,00	TURMA DA MONICA	0,0000	14,6552	879,31

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 9/2015 - PR
Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 22/2015
Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 3/4

LOTE: 1
Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	fraldas descartavel infantil tam.G- PCT C/20 unidade Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas. - Exclusiva capa de extra absorção. - Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita. - Com fitas ante vezamento. - Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê. - Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê. - Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário.	PCT	60,00	TURMA DA MONICA	0,0000	14,6552	879,31
5	fraldas descartavel infantil tam. EG pct/12 unidades Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas. - Exclusiva capa de extra absorção. - Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita. - Com fitas ante vezamento. - Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê. - Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê. - Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário.	PCT	50,00	TURMA DA MONICA	0,0000	14,6552	732,76

Total do Participante ----->
4.250,00
LOTE: 2
Participante: 8170 - VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Fralda Geriatrica descartável para uso adulto, com DRY GEL, camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímero superabsorvente, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação, formato anatômico. Tamanho P - cintura 40/80cm peso 20 a 40kg - pacote com 12un.	UN	70,00	BIOFRAL	0,0000	9,3696	655,87

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 18/03/2015
	Folha: 4/4

LOTE: 2**Participante: 8170 - VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno com alôe vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fiode elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 7 fraldas, cintura 110x165cm, acima de 90kg, tamanho EG.	UN	100,00	BIOFRAL	0,0000	8,6453	864,53
8	Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno com alôe vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fiode elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 26 fraldas, cintura 40x120cm, de 40 a 70kg, tamanho M.	UN	150,00	BIOFRAL	0,0000	23,9865	3.597,98
9	Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno com alôe vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fiode elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 30 fraldas, cintura 80x150cm, acima de 70kg, tamanho G.	UN	150,00	BIOFRAL	0,0000	30,7441	4.611,62

Total do Participante -----> 9.730,00

Total Geral -----> 13.980,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 14 de Abril de 2015

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 26, IL 3-2015/PM.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2015 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 15/04/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 26/2015
b) Licitação Nr.: 3/2015-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 15/04/2015
e) Objeto da Licitação: Cont. de empresa especializada p/ prest. de serv. de telecomunicações, p/ acesso à internet, c/ licença de Serv. de Comunicação Multimídia-SCM, emitida pela ANATEL, c/ equipamentos homologados pela ANATEL, fornecimento de 01 (um) Link Dedicado de Internet c/ velocidade de 13 Mbps c/ 8 IPs fixos c/ modem/roteador compatível c/ o link e homologado pela ANATEL, contar c/ backbone c/ no mínimo 3 (três) links distintos q/ suporte o backbone; conf. as especific. téc.; p/ uso dos órgãos da Ad. M. de Ipumirim.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (9778)

1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações, para acesso à internet, com licença de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, emitida pela ANATEL, com equipamentos homologados pela ANATEL, fornecimento de 01 (um) Link Dedicado de IP Connect com velocidade de 13 Mbps com 8 IPs fixos com modem/roteador compatível com o link e homologado pela ANATEL, contar com backbone com no mínimo 3 (três) links distintos que suporte o backbone e com licença emitida pela ANATEL para o fornecimento do objeto desejado.	mês	9,00	0,0000	2.740,00	24.660,00
---	--	-----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 24.660,00

Total Geral: 24.660,00

Ipumirim, 15 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 22, PP 9-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 18/03/2015
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 22/2015
b) Licitação Nr.: 9/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/04/2015
e) Objeto da Licitação aquisição de fraldas descartáveis e geriátricas, com entrega parcelada destinado a Secretaria de Assistência Social, e demais órgãos da Administração Pública.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)**

1 Fraldas descartáveis infantil- recém-nascido pct 20 unidades Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas. - Exclusiva capa de extra absorção. - Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita. - Com fitas ante vazamento. - Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê. - Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê. - Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário. - Marca: PAMPERS	UN	60,00	0,0000	14,6552	879,31
---	----	-------	--------	---------	--------

Ipumirim, 15 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

<p>2 fraldas descartavel infantil tam. P -pct 28 unidades Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exclusiva capa de extra absorção. - Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita. - Com fitas ante vezamento. - Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê. - Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê. - Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário. - Marca: TURMA DA MONICA 	PCT	60,00	0,0000	14,6552	879,31
<p>3 fraldas descartavel infantil tam.M. pct c/24 unidades Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exclusiva capa de extra absorção. - Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita. - Com fitas ante vezamento. - Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê. - Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê. - Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário. - Marca: TURMA DA MONICA 	PCT	60,00	0,0000	14,6552	879,31

Ipumirim, 15 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

<p>4 fraldas descartavel infantil tam.G- PCT C/20 unidade Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exclusiva capa de extra absorção. - Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita. - Com fitas ante vezamento. - Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê. - Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê. - Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário. - Marca: TURMA DA MONICA 	PCT	60,00	0,0000	14,6552	879,31
<p>5 fraldas descartavel infantil tam. EG pct/12 unidades Com exclusivas laterais super elásticas Centopéia Flex. A barriguinha do seu bebê aumenta com a comida e diminui com a digestão, e isso pode afrouxar a fralda, fazendo com que o xixi vaze durante a noite. O sistema de segurança da fralda ajuda a evitar aberturas e ajuda a evitar vazamentos por até 12 horas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exclusiva capa de extra absorção. - Com fitas Oruga Flex que se esticam e se ajustam para proporcionar ao bebê toda a flexibilidade e comodidade que necessita. - Com fitas ante vezamento. - Dermacreme. Para ajudar a cuidar e manter sem irritações a pele do seu bebê. - Centro ultra fino. Para se adaptar comodamente a forma do seu bebê. - Fitas reajustáveis. Não perdem aderência permitindo acomodar a fralda do seu bebê quantas vezes for necessário. - Marca: TURMA DA MONICA 	PCT	50,00	0,0000	14,6552	732,76
Total do Fornecedor:					4.250,00

LOTE: 2

VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA (8170)

<p>6 Fralda Geriátrica descartável para uso adulto, com DRY GEL, camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímero superabsorvente, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação, formato anatômico. Tamanho P - cintura 40/80cm peso 20 a 40kg - pacote com 12un. - Marca: BIOFRAL</p>	UN	70,00	0,0000	9,3696	655,87
--	----	-------	--------	--------	--------

Ipumirim, 15 de Abril de 2015.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA (8170)

7 Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno comaloe vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fiode elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 7 fraldas, cintura 110x165cm, acima de 90kg, tamanho EG. - Marca: BIOFRAL	UN	100,00	0,0000	8,6453	864,53
8 Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno comaloe vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fiode elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 26 fraldas, cintura 40x120cm, de 40 a 70kg, tamanho M. - Marca: BIOFRAL	UN	150,00	0,0000	23,9865	3.597,98
9 Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno comaloe vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fiode elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 30 fraldas, cintura 80x150cm, acima de 70kg, tamanho G. - Marca: BIOFRAL	UN	150,00	0,0000	30,7441	4.611,62

Total do Fornecedor: 9.730,00

Total Geral: 13.980,00

Ipumirim, 15 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 22, PP 9-FRALDAS DESCARTÁVEIS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 22/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015, do PROCESSO Nº 22/2015, homologado aos 15 de abril de 2015, cujo objeto é aquisição de fraldas descartáveis e geriátricas, com entrega parcelada destinado a Secretaria de Assistência Social, e demais órgãos da Administração Pública, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.22.8170
de 16 de abril de 2015

FORNECEDOR: VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA, situada na RUA PREF. DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 533, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 06.275.370/0001-18 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.770.690, representado pelo Senhor VALÉRIO SAMUEL VANCIN, CPF: 949.928.519-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	Fralda geriátrica descartável pct/ 12 unidades, tam.P	UN	70,00	BIOFRAL	9,37	655,87
7	Fralda geriátrica descartável, tam . EG pct/ 07 unidade	UN	100,00	BIOFRAL	8,65	864,53
8	Fralda geriátrica descartável,TAM. M.pct/26 unidade	UN	150,00	BIOFRAL	23,99	3.597,98
9	Fralda geriátrica descartável, tam. G pct/ 22 unidade	UN	150,00	BIOFRAL	30,74	4.611,62
Valor Total Registrado					9.729,99	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.22.8924
de 16 de abril de 2015

FORNECEDOR: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, situada na RUA SILVINO CIARINI Nº 530 A, Município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.499.653/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.024.600, representado pelo Senhor KLEBER LUIZ LIBANO, CPF: 848.629.399-53.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Fraldas descartaveis infantil- recen-nascido pct 20 unidades	UN	60,00	PAMPERS	14,66	879,31
2	fraldas descartável infantil tam. P -pct 28 unidades	PCT	60,00	TURMA DA MONICA	14,66	879,31
3	fraldas descartável infantil tam.M, pct c/24 unidades	PCT	60,00	TURMA DA MONICA	14,66	879,31
4	fraldas descartável infantil tam.G- PCT C/20 unidade	PCT	60,00	TURMA DA MONICA	14,66	879,31
5	fraldas descartável infantil tam. EG pct/12 unidades	PCT	50,00	TURMA DA MONICA	14,66	732,76
Valor Total Registrado					4.250,01	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº. 246/2015 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENC IAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JESSICA DUANA LOCATELLI, Matrícula 2397-3, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 50979035 e do CPF 076.951.269-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 176/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16 de abril de 2015.

Ipumirim - SC, 16 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2015,PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 30/04/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 30/04/2015. Objeto da licitação: registro de preços, para aquisição parcelada de materiais impressos, para utilização dos órgãos da Administração Pública. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 16/04/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 2800/ 2015

Decreto nº 2.800/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (84)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
T O T A L R\$ 50.000,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura		
3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (80)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
T O T A L R\$ 50.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO 2801/ 2015

Decreto nº 2.801/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.058 - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho- Acessuas Trabalho		
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
T O T A L R\$ 20.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 250 - Recursos Transferências da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.799/2015

DECRETO N.º 2.799/2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o disposto na Lei n.º 1.274/2007, com redação dada pela Lei n.º 1.374/2208, de 29/07/2008,

DECRETA:

Art 1º - Ficam nomeados os membros para fazerem parte do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

I. Representantes Titulares do Poder Executivo Municipal

Efetivos: Maria Cecília Brauhardt das Silva;

Célia Konopka Tretto.

Suplentes: Ana Paula Martins Reichardt;

Tania Maria Rosinski Lezan.

II. Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Efetivo: Regiane Konkel.

Suplente: Giseli Karen Lezan.

III. Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Efetivo: Rogério Natalício Senff.

Suplente: Soeli Konopka Binder.

IV. Representante dos Servidores Técnico Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

Efetivo: Juliana Nogara do Carmo.

Suplente: Edilson Prust.

V. Representantes Titulares dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Efetivos: Fernanda Eli Suckow Cardoso;

Cheila Pxevoznihi Kozowski.

Suplentes: Rosana Márcia Perciak Pereira Piekarszewicz;

Elton Alessandro Rückl Nicoluzzi.

VI. Representante Titulares dos Estudantes da Educação Básica Pública

Efetivos: Maria Joelma Senn Niejelski;

Camila Malmann.

Suplentes: Juliane Aparecida da Silveira;

Tatiane Pavarin.

VII. Representante do Conselho Municipal da Educação

Efetivo: Wilza Carla Henning.

Suplente: Reinaldo Stasiak.

VIII. Representante do Conselho Tutelar

Efetivo: Lenir Dranka de Lima.

Suplente: Simone Konkel Mikatowicz.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto n.º 2.392/2013 de 27 de março de 2013 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis, 15 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.802/2015

Decreto n.º 2.802/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei n.º 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art. 11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais.)

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 220 (08)	Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
T O T A L	R\$	150.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 220 - Recursos Demais Transferências SUS, decorrentes da Proposta de Aquisição de Equipamento / Material Permanente n.º 06089.125000/1140-01, firmada entre o Fundo Municipal de Saúde e o Ministério da Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 139/2015

PORTARIA N º. 139/2015.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR os efeitos da Portaria nº 039/2015 de 09/02/2015, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora VANESSA POLIANA WEIWANKO com carga horária de 40 h/sem, para até a data de 16/05/2015, atuar em substituição a titular Edeltraut Passold Moreira, em gozo de férias regulamentares.

Art. 2º. Fica reduzida a carga horária da servidora para 30 h/sem a partir da data de 17/05/2015 até 18/12/2015, objetivando a substituição do servidor efetivo Amilton de Souza, em exercício de Cargo Comissionado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itaiópolis**PREFEITURA****EXTRATO DO EDITAL - PE Nº 20/2015**

Processo Licitatório nº 26/2015 - Pregão Eletrônico nº 20/2015 - Objeto: registro de preços para aquisição de peças para reparos nas máquinas. Recebimento das Propostas: até as 08hs30min do dia 05/05/2015. Abertura das Propostas: dia 05/05/2015, as 08hs-45min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 05/05/2015, as 09:00 horas. O edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaiopolis.sc.gov.br e www.bll.org.br Informações: Departamento de Compras e Licitações, fone: 47 3652 2211. Itaiópolis, 15 de abril de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 63, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

DECRETO Nº 63, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

Designa comissão de verificação e análise de documentos para Progressão Funcional dos membros do quadro do Magistério Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 2153/03 de 15 de dezembro de 2003 e Edital nº 1/2015, de 31 de março de 2015, da Secretaria Municipal de Educação;

Decreta:

Art. 1º Ficam designados os senhores RICARDO KRAEMER, ELAINE SCHUCK RAMBO, CLENICE DOS SANTOS BECKER, MARIA SALETE ANDRADE E IVAIR PAULO TAVARES para, sob a presidência do 1º designado, compor a Comissão de Verificação e Análise de Documentos para Progressão Funcional dos Membros do Quadro do Magistério Municipal de Itapiranga, de conformidade com o amparo mencionado no preâmbulo deste Decreto.

Parágrafo único. Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 14 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 64, DE 15 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 64, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Superavit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de Recurso:

151 - Rec. Tes. Exerc. Anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 34.500,00.

03.03 - Secretaria Mun. Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo
15.451.0076.1006- Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento, Passeios.

44.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 34.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 15 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 65, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 65, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 72/2015, de 31/03/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, THIAGO ROHDEN e RICARDO KRAEMER para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 72/2015, de 31/03/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 17/04/2015, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga - SC, 15 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CLENICE COSTA

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 36/2015 onde altera a carga horária do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 40 horas para 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545
Classe - Referência: C - 01
VIGÊNCIA: 07/04/2015 a 14/12/2015
Itapiranga - SC, 07 de abril de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 82/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 82/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e FRANCIELI EYNG
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 10/04/2015 a 14/12/2015
Itapiranga - SC, 10 de abril de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e TAINESSA KEIL
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 14/04/2015 a 05/10/2015
Itapiranga - SC, 14 de abril de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e NEIDE SEHN EPPING
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545
Classe - Referência: B-01
VIGÊNCIA: 14/04/2015 a 05/10/2015
Itapiranga - SC, 14 de abril de 2015.
Milton Simon - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 92/2015

Portaria nº 92 de 14 de abril de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 61 de 13/4/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 1º de abril de 2015, Ana Elisa Muller matrícula nº 14673/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção de Agendamento e Cartão SUS, com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 14 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO Nº 80/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 80/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 80/2015, cujo objeto é a aquisição de peças e materiais destinados para manutenção das máquinas pesadas a disposição da Secretaria de Transporte. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 30 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 16 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 82/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 82/2015, cujo objeto é a aquisição de filtros, óleo lubrificante e outros materiais destinados para manutenção de máquinas e veículos desta

municipalidade Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 30 de abril de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 16 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 83/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 83/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 83/2015, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência em Assistência Social - CRAS, da Secretaria de Assistência Social deste município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 04 de maio de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 16 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo quinto dia do mês de abril de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, SOLAMIR COELHO, nomeados pelo(a) Decreto nº 2388/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 18/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA, SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA E SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V E VI DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
MARCELO JACOB - ME	Ausente
COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME	SILVIO CRISPIM
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	Ausente
ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA	Ausente
M. MOBILE EIRELI - EPP	Ausente
COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	VALTER PLACIDO DOS SANTOS JUNIOR
HERIO CARLO LANAVE & CIA LTADA ME	HERIO CARLO LANAVE
ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ME	JOSE MANOEL DUARTE

Analisados os documentos foi verificado que as empresas MARCELO JACOB - ME, DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP, ENIA DO ROCCIO MENDES DE MOURA e M. MOBILE EIRELI - EPP não se fizeram presente na sessão pública do pregão e não entregaram o terceiro envelope na forma estabelecida no item 5.2.5. do edital, sendo consideradas DESCLASSIFICADAS para o certame. As demais empresas foram achadas conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foi visto que a empresa ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ME descumpriu o item 6.2.2. e 6.2.1.1. e Anexo V do Edital, portanto foi considerada DESCLASSIFICADA para o certame. A empresa COMERCIAL STORINNY LTDA EPP descumpriu a alínea "c" do item 6.2.1. do edital, visto que apresentou apenas o registro

dos produtos sem a apresentação da autorização de funcionamento - AFE, portanto considerada DESCLASSIFICADA para dar lances nos seguintes itens: 1, 2.1, 2.2, 7.1, 7.2, 8, 9.1, 9.2, 12.1, 12.2, 14.1, 14.2, 15, 23.1, 23.2, 24 e 26. A empresa HERIO CARLO LANAVE & CIA LTDA ME apresentou o item 2.2. e lote 23 o registro dos produtos vencidos, lote 09 e 15 sem AFE e item 26 faltou registro do produto, e a empresa COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME apresentou o item 24 sem o registro do produto, portanto foram consideradas DESCLASSIFICADAS nestes itens. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa abaixo foi considerada INABILITADA para o certame:

Empresa	Motivo
HERIO CARLO LANAVE & CIA LTDA ME	Faltou Declaração Conforme Item 6.5.8.1 - Falência E Concordata, 6.4.9.1 - Emprego Menores de 18 Anos. Item 6.5.7.8 – Declaração de Alvará Sanitário cópia simples sem autenticação. Item 6.5.7.3 - Certidão Negativa de Débito Estadual esta vencida.

A empresa COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME demonstrou atender as exigências editalícias, sendo HABILITADA para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganhadoras	Valor Total
COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME	R\$ 42.058,90

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A proposta da empresa vencedora satisfaz à exigência do edital; b) A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 15 de abril de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

SOLAMIR COELHO Membro	COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME SILVIO CRISPIM
HERIO CARLO LANAVE & CIA LTDA ME HERIO CARLO LANAVE	COMERCIAL STORINNY LTDA EPP VALTER PLACIDO DOS SANTOS JUNIOR
ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ME JOSE MANOEL DUARTE	

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo sexto dia do mês de abril de 2015, a partir das 11:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, MARCIANE RECH, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 21/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS PARA EQUIPAR A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA BARRA DO SAÍ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO DETALHADO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP	JOSNEI RODRIGUES
ESCOBRINQ LTDA EPP	BENICIO BALDUSSI
M. MOBILE EIRELI - EPP	LUIZ AMARILDO MUELLER
IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	PAULO LEANDRO LEVANDOSKI

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foi visto que a empresa DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP apresentou a proposta com o valor maior que o valor do edital, portanto considerada DESCLASSIFICADA. As demais empresas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo

de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Valor Total
M. MOBILE EIRELI - EPP	R\$ 17.419,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 16 de abril de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	MARCIANE RECH Membro
DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP JOSNEI RODRIGUES	ESCOBRINQ LTDA EPP BENICIO BALDUSSI
M. MOBILE EIRELI - EPP LUIZ AMARILDO MUELLER	IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICOS LTDA ME PAULO LEANDRO LEVANDOSKI

LEI MUNICIPAL Nº 564/2015 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 182/2008, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 564/2015

Data: 16 de abril de 2015.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 182/2008, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Tutelar que, em atendimento à Lei Federal nº 8.069/1990 e a Lei Federal nº 12696/2012, tem a função de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, atuando como órgão de defesa e proteção de direitos,

fiscalizador da família e dos serviços públicos e privados de atendimento de direitos, que ocorram por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e/ou em razão de sua conduta.

Art. 2º Ficam acrescidos os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º no artigo 1º, da Lei Municipal nº 182/2008, que passarão a vigorar com as seguintes redações:

§ 1º As decisões do Conselho Tutelar, em matéria técnica de sua competência, serão tomadas e aplicadas por seus membros, não devendo ocorrer interferência externa.

§ 2º As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas por eles próprios ou pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse, na forma do art. 137, da Lei nº 8.069/1990.

§ 3º É assegurado ao Ministério Público e a autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardando o sigilo perante terceiros.

§ 4º Os demais interessados terão acesso as atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros.

§ 5º Para efeitos do §4º, são considerados interessados, os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

Art. 3º Ficam alterados os incisos VI e VII do art. 2º, da Lei Municipal nº 182/2008, que passarão a vigorar com as seguintes redações:

VI. Deverá assessorar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento;

VII. Enviará trimestralmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, com cópia à Secretaria de Assistência Social e ao Conselho Estadual da Criança e Adolescente, até o dia 10, relatório de sua atuação, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implantação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

Art. 4º Fica alterado o art. 4º, da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O exercício da função do membro do Conselho Tutelar será de dedicação exclusiva, na forma desta lei, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 5º Fica alterado o Parágrafo Único do art. 4º, da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. No que refere o caput quanto à dedicação exclusiva do conselheiro, este para participar de processo político eletivo deverá solicitar licença remunerada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente, munido do respectivo registro de candidatura, devendo ser licenciado em até 15 (quinze) dias do início do processo.

Art. 6º Ficam alterados o caput e os §§ 1º e 2º do art. 5º, da Lei Municipal nº 182/2008, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Os membros do Conselho Tutelar receberão subsídios, por anuidade do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º O subsídio mensal, conforme caput, corresponderá ao nível VI - A, do anexo V, da Lei Municipal nº 155/2003.

§ 2º Os subsídios atribuídos aos conselheiros não geram direitos trabalhistas com a Prefeitura Municipal de Itapoá (SC), com o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente e com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, sendo devidas unicamente as vantagens de ordem remuneratória estabelecidas nesta lei.

Art. 7º Ficam incluídos os parágrafos § 4º e § 5º ao art. 5º da Lei Municipal nº 182/2008, que passarão a vigorar com a seguinte

redação:

§ 4º Constará na Lei Orçamentária Municipal, previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, à remuneração e à capacitação continuada dos Conselheiros Tutelares.

§ 3º Os conselheiros tutelares cumprirão carga horária de quarenta horas semanais de trabalho, incluído expediente normal e plantão.

Art. 8º Fica incluído na Lei Municipal nº 182/2008, o Art. 5º A, com a seguinte redação:

Art. 5º A Fica concedido aos conselheiros tutelares de Itapoá, titulares e em efetivo exercício da função, as seguintes vantagens: I - cobertura previdenciária, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo em se tratando de servidor do quadro permanente do Município, o qual ficará licenciado, conforme estatuto dos servidores de Itapoá e vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social - IPESI;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um meio do subsídio mensal, podendo ser convertida um terço em abono pecuniário, desde que requeira com trinta dias de antecedência de seu início;

III - licença maternidade;

IV - licença paternidade;

V - gratificação natalina, podendo requerer 50% do valor por ocasião das férias anuais, conforme estatuto dos servidores públicos municipais;

VI - vale alimentação no mesmo valor e condições concedidos aos servidores públicos municipais;

VII - vale transporte, conforme estatuto dos servidores públicos municipais de Itapoá.

VIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário, exceto o horário cumprido no regime de plantão;

IX - diárias no mesmo valor e condições concedidas aos servidores públicos municipais;

X - adicional de sobreaviso, conforme estatuto dos servidores públicos municipais de Itapoá;

XI - adicional noturno conforme estatuto dos servidores públicos municipais de Itapoá;

XII - licença para tratamento de saúde, conforme estatuto dos servidores públicos municipais de Itapoá.

Parágrafo Primeiro: Nas ausências do titular do cargo, previstas nesta lei, será convocado o referido suplente, que receberá subsídio proporcional aos dias efetivamente trabalhados, sem prejuízo na remuneração do titular.

Parágrafo Segundo: as vantagens previstas nos incisos III ao XII obedecerão as regras dispostas no Estatuto do Servidor Público Municipal em vigência.

Art. 9º Fica revogado o § 2º do art. 6º da Lei Municipal nº 182/2008.

Art. 10 Fica alterado o inciso II do art. 7º da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

II - Receber sanção administrativa por descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com o exercício da função.

Art. 11 Fica alterado o inciso III do art. 7º da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

III - For condenado por sentença transitada em julgado.

Art. 12 Fica alterado o parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. A vacância do cargo de conselheiro tutelar será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente, após término de competente procedimento disciplinar, assegurando o direito ao contraditório à ampla defesa, nos termos do estatuto dos servidores públicos municipais, bem como nos casos de morte ou renúncia, devendo ser convocado o respectivo suplente.

Art. 13 Fica alterado o art. 11 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 A eleição dos Conselheiros Tutelares no Município de Itapoá reger-se-á por esta lei, em cumprimento ao art. 139 da Lei nº

8.069/1990 e Lei 12.696/12.

Art. 14 Fica alterado o art. 12 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorre em data unificada em todo o território nacional, e será realizada a cada quadriênio, no primeiro domingo do mês de outubro do mês subsequente ao da eleição presidencial, com a votação compreendida no período entre 08h00min e 12h00min, nas microrregiões estabelecidas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 15 Fica alterado o art. 13 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será iniciado com antecedência mínima de 06 (seis) meses da data da eleição, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 16 Fica alterado o art. 14 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá delegar a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar a uma comissão eleitoral, a qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 17 Fica alterado o art. 16 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16 Fica estabelecido prazo de no mínimo 30 (trinta) dias para registro de candidaturas, com ampla divulgação, e, no mínimo 30 (trinta) dias para a campanha eleitoral.

Art. 18 Fica alterado o art. 18 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18 A prova de conhecimento sobre o Estatuto da criança e do adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990, Lei Federal nº 12.696/2012, Lei Federal nº 12.010/2009 e Lei Federal nº 12.594/2012.

Art. 19 Fica alterado o parágrafo § 2º do art. 21 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º As Juntas Eleitorais serão constituídas, através de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, somente após homologação do registro dos candidatos, para não infringir o que estabelece o caput.

Art. 20 Fica alterado o inciso III do art. 23 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

III. Dividir o Município em microrregiões, tendo em cada uma delas 1 (uma) escola da rede municipal/estadual de ensino, compreendendo cada microrregião uma Junta Eleitoral;

Art. 21 Fica alterado o inciso I do art. 24 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I. Realizar, analisar e homologar o registro das candidaturas e oficializar o Ministério Público.

Art. 22 Fica alterado o Inciso VIII do art. 30 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII - Que possuir condições psicológicas e capacidade de lidar com conflitos sócio-familiares atinentes ao cargo, avaliado por Psicólogo.

Art. 23 Fica incluído o Parágrafo Único no art. 30 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único: A avaliação e o laudo psicológico deverão ser realizados em conformidade com as resoluções do conselho federal de psicologia nº 01/2002 e nº 07/2003.

Art. 24 Fica alterado o art. 31 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31 A inscrição da candidatura somente será aceita pela Comissão Eleitoral, sob protocolo, após apresentação de todos os documentos e procedimentos exigidos no Edital.

Art. 25 Fica alterado o art. 33 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33 Concluído o período de inscrição, a Comissão Eleitoral divulgará a lista dos candidatos, estabelecendo um prazo de 5 (cinco)

dias úteis a partir daquela data para impugnação de candidaturas.
Art. 26 Fica alterado o Parágrafo único do art. 36 da Lei Municipal nº 182/2008, com a seguinte redação:

Parágrafo único. O candidato impugnado poderá recorrer da decisão da Comissão Eleitoral ao CMDCA em até cinco dias úteis a partir da data do comunicado, desde que registre de próprio punho no protocolo sua intenção de recorrer.

Art. 27 Fica alterado o art. 37 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37 O CMDCA analisará o processo de impugnação emitindo formalmente parecer conclusivo em até 5 (cinco) dias úteis, re-passando à Comissão Eleitoral para comunicação ao impugnante e ao candidato.

Art. 28 Fica acrescido o inciso I ao art. 37 da Lei Municipal nº 182/2008, com a seguinte redação:

I. Não havendo o mínimo de 15(quinze) candidatos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente abrirá novo período para inscrições.

Art. 29 Fica alterado o parágrafo§ 1º do art. 38 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Será aplicada inicialmente a prova objetiva, sem direito a consultas, devendo o candidato ao termino solicitar sua retirada, para iniciar o teste teórico onde poderá ser consultada a Lei Federal nº 8.069/1990, Lei Federal nº 12.696/2012, Lei Federal nº 12.010/2009 e Lei Federal nº 12.594/2012.

Art. 30 Fica alterado o art. 40 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40 Estará apto para participar do pleito o candidato que obtiver a nota mínima 6,00 (seis).

Art. 25 Fica alterado o art. 48 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48 O eleitor poderá votar em apenas 1(um) candidato.

Art. 31 Fica alterado o art. 64 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64 Havendo empate no número de votos entre candidatos, ficará mais bem classificado aquele que tiver a melhor nota na prova de conhecimentos e, continuando empatado, a maior idade.

Art. 32 Fica alterado o art. 65 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65 Serão nomeados Conselheiros Tutelares os 05 (cinco) primeiros melhores classificados em votação e os demais conselheiros suplentes.

Art. 33 Fica revogado o Parágrafo único do art. 65 da Lei Municipal nº 182/2008

Art. 34 Ficam alterados os incisos II e III do art. 66 da Lei Municipal nº 182/2008, que passarão a vigorar com as seguintes redações:

II. De candidatos inscritos:

- a) À Comissão Eleitoral, em até 5 (cinco) dias úteis da divulgação.
- b) Se aceita, o candidato impugnado tem até 05(cinco) dias úteis para recorrer ao Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, após receber a comunicação.
- c) O CMDCA tem até 5 (cinco) dias úteis para o parecer final.

III. Da nota atribuída à prova de conhecimentos:

- a) Ao CMDCA, em até 5 (cinco) dias úteis da divulgação do resultado da prova.
- b) O CMDCA analisará juntamente com a Banca Examinadora, em até 5 (cinco) dias úteis, emitindo parecer conclusivo.

Art. 35 Fica revogado o art. 68 da Lei Municipal nº 182/2008.

Art. 36 Fica alterado o art. 69 da Lei Municipal nº 182/2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69 A posse dos eleitos ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo eleitoral.

Art. 37 Fica incluído na Lei Municipal nº 182/2008, o Art. 76 A, com a seguinte redação:

Art. 76 A Os casos omissos nesta lei, referentes ao processo eleitoral do Conselho Tutelar, serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 38 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de abril de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 27/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2013. (2º ADITIVO).

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 27/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e CNPF/MF nº 248.711.419-34, e pelo Prefeito Municipal Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, e, de outro lado a Empresa SIGMA-FONE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA, com sede à Rua Anita Garibaldi, nº 924, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.385.593/0001-53 e Inscrição Estadual sob nº 251.866.491, representada neste ato pelo representante legal, Sr. EDUARDO GILGEN, portador do CI.RG nº 3.824.935 SSP/SC e CNPF/MF nº 047.479.699-00, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando prorrogar a Contratação de empresa especializada para locação de central telefônica, incluindo instalação e assistência técnica, para a Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo II do Edital, e em conformidade com o processo de licitação na modalidade de CONVITE Nº 07/2013 - PROCESSO Nº 37/2013, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 29/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 03/05/2015, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 1.480,00 (um mil quatrocentos e oitenta reais), resultando em um valor total de R\$ 17.760,00 (dezessete mil setecentos e sessenta reais) correspondente ao período de prorrogação, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição		Valor Unitário (Mês)	Valor Total 12 meses
1	08 (oito) portas para troncos analógicos bidirecionais; 01 (uma) interfaces para entroncamento E1 digital, sinalização CAS/R2 digital, com 30 (trinta) canais de conversação de 64 Kbps; 02 (duas) portas digitais para consoles de atendimento; 06 (seis) portas digitais para ramais digitais; 96 (noventa e seis) portas para ramais analógicos; 02 (um) aparelhos telefônicos digitais; 01 (dois) aparelhos telefônicos IP; 01 (uma) Fonte para Telefone IP; 01 (um) consoles de atendimento; 01 (um) modem de telemanutenção interno; 01 (um) Fone de Cabeça USB com controle de volume; 03 (três) Interface Celular Quadri-band; 01 (um) Gateway IP com 8 canais; 01 (uma) Fonte redundante; 01 (um) Software de tarifação com 100 licenças;	Valor Mensal	R\$ 1.480,00	R\$ 17.760,00
Total				R\$ 17.760,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 29/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 29/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 14 de abril de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SIGMAFONE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA EDUARDO GILGEN
CONTRANTE MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 105/2015

DECRETO LEGISLATIVO N. 105/2015

Data: 14 de abril de 2015.

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO SENHOR JOSÉ SLUMINSKI.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIX, do art. 29, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO ao Senhor JOSÉ SLUMINSKI, merecedor pelos relevantes serviços prestados à

esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 14 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N. 106/2015

DECRETO LEGISLATIVO N. 106/2015

Data: 14 de abril de 2015.

CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR MARCOS ANTONIO FONTANA.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIX, do art. 29, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO ao Senhor MARCOS ANTONIO FONTANA, merecedor pelos relevantes serviços prestados à esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 14 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N. 107/2015

DECRETO LEGISLATIVO N. 107/2015

Data: 14 de abril de 2015.

CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO À SENHORA SÔNIA MARIA DA SILVEIRA.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIX, do art. 29, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO à Senhora SÔNIA MARIA DA SILVEIRA, merecedora pelos relevantes serviços prestados à esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 14 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N. 108/2015

DECRETO LEGISLATIVO N. 108/2015

Data: 14 de abril de 2015.

CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO À SENHORA SOLANE GODET ZAGONEL.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIX, do art. 29, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO à Senhora SOLANE GODET ZAGONEL, merecedora pelos relevantes serviços prestados à esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 14 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N. 109/2015

DECRETO LEGISLATIVO N. 109/2015

Data: 14 de abril de 2015.

CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR LUIZ ANTONIO PIAZZETTA.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIX, do art. 29, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO ao Senhor LUIZ ANTONIO PIAZZETTA, merecedor pelos relevantes serviços prestados à esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 14 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N. 110/2015

DECRETO LEGISLATIVO N. 110/2015

Data: 14 de abril de 2015.

CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR FERNANDO PACHECO.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIX, do art. 29, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO ao Senhor FERNANDO PACHECO, merecedor pelos relevantes serviços prestados à esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 14 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N. 111/2015

DECRETO LEGISLATIVO N. 111/2015

Data: 14 de abril de 2015.

CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR FRANCISCO BESEN.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso XIX, do art. 29, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO ao Senhor FRANCISCO BESEN, merecedor pelos relevantes serviços prestados à esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 14 de abril de 2015.

Daniel Silvano Weber

Presidente

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 049 DE 01 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 049 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1.022: Construção, Ampliação Unidade, Aquisição de Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.06.0697(26) - Aplicações Diretas....R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), depositados na Agência 1084 - CEF e conta corrente n.º 624.029-1, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de abril de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 051 DE 06 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 051 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

REPÕE as perdas salariais dos Agentes Políticos e dos Servidores Públicos do Poder Executivo de Jacinto Machado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 363, de 28 de março de 2003,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam repostas as perdas salariais, na forma de reajuste de vencimentos, autorizada pela Lei Municipal nº. 363/2003,

relativas ao período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015, observado o que estabelece a Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. A reposição concedida utilizará o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA-E-IBGE), resultando na porcentagem de 7,90% (sete vírgula noventa por cento).

§ 2º. Serão beneficiados por essa reposição salarial os Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Jacinto Machado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 06 de abril de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 3, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre nomeação de servidor para ocupar Cargo de Provisão em Comissão de Assessor da Presidência da Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe os arts. 6º, inc. II, e 10 da Lei nº 483, de 08 de março de 2007, combinado com o disposto no art. 3º da Lei nº 634, de 30 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Nomear Fernando Zanivan Goulart para ocupar o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor da Presidência, Símbolo CPC - 02, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 3 de fevereiro de 2015; 56º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)

Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)

Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 4, DE 12 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 4, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre nomeação da Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 38, inc. II, da Lei Orgânica do Município, combinado com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, bem como a Lei nº 8.883/94, resolve:

Art. 1º Designar os servidores Adilson Piva, Matrícula nº 1235, Wanderley Tomasi, Matrícula nº 0500, Fernando Zanivan Goulart, Matrícula nº 1260, para compor a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Jacinto Machado, conforme dispõe a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994.

Parágrafo único. A Comissão Permanente será presidida por Adilson Piva, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, sendo secretariado por Wanderley Tomasi, ocupante do cargo de Secretário-Geral, sem prejuízo das atribuições que desempenham normalmente.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação a que se refere está Portaria, somente realizará procedimentos licitatórios no âmbito da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado:

I - a Portaria nº 4, de 14 de fevereiro de 2013.

Jacinto Machado, 12 de março de 2015; 56º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 24 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre concessão de licença ao Vereador Vilmar Nardi Pereira (PMDB), por motivo de doença.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 24, inc. V, o art. 28, inc. I, da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 93, inc. I, do Regimento Interno da Câmara, faz saber que o Plenário aprovou o Requerimento nº 01/2015 e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedido ao Vereador VILMAR NARDI PEREIRA (PMDB), nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara, licença, por motivo de doença, no período de 24 de março a 22 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 24 de março de 2015; 56º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 10 DE ABRIL DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a revisão geral anual dos subsídios dos Vereadores e da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 363/2003, combinado com o disposto no Decreto nº 051/2015, do Chefe do Poder Executivo Municipal, resolve:

Art. 1º Fica a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores autorizada, com base no dispõe os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 1º, da Lei nº 363, de 28 de março de 2003, combinado com o disposto no Decreto nº 051, de 6 de abril de 2015, do Chefe do Poder Executivo Municipal, a promover a revisão geral anual dos subsídios dos Vereadores e da remuneração dos servidores do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, referente ao período aquisitivo de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Art. 2º A revisão geral anual será concedida com base no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado Especial (IPCA-E - IBGE), no percentual de 7,90% (sete inteiros e noventa centésimos por cento), a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2014.

Jacinto Machado, 10 de abril de 2015; 56º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPOLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)
Primeiro Secretário

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO TP 1/2015/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC
FUNDO DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2015/FUNREBOM
TOMADA DE PREÇO Nº 1/2015/FUNREBOM

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma do quartel do Corpo de Bombeiros, na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, bairro Frei Bruno, neste Município. Tipo: Empreita por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 07/05/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 07/05/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049) 3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 16 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em Exercício

PORTARIA N.º 4204

PORTARIA Nº 4.204 DE 13 DE ABRIL DE 2015
"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - CONTRATAR o(a) Sr.(a) VERA LUCIA GALVÃO BISSANI, pelo período de 23 de março de 2015 a 22 de setembro de 2015, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4205

PORTARIA Nº 4.205 DE 13 DE ABRIL DE 2015
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ADRIANO OSVALDO PIRES durante o período de 25 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital chamada pública n.º 003/2015 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em substituição da Sra. Jandira Costenaro que atualmente esta na direção escolar do NUPERAJO.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 13 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4206

PORTARIA Nº 4.206 DE 13 DE ABRIL DE 2015
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FABIANA SCHMIDT DOS SANTOS durante o período de 25 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital chamada pública n.º 003/2015 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em substituição da Sra. Maria Elisa Bevilaqua Cavalli em afastamento médico e posteriormente no atendimento a licenças premio.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 13 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4207

PORTARIA Nº 4.207 DE 14 DE ABRIL DE 2015
"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - CONTRATAR o(a) Sr(a) JESSICA APARECIDA BOFF, pelo período de 02 de abril de 2015 a 01 de outubro de 2015, para exercer o cargo de Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4208

PORTARIA Nº 4.208 DE 14 DE ABRIL DE 2015
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) EVERTON FERNANDO GONÇALVES durante o período de 07 de abril de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na EM Rotary Fritz Lucht para substituição da Sra. Lurdes da Silva em afastamento médico e posteriormente cobertura de licenças premio.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 14 de abril de 2015
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4209

PORTARIA Nº 4.209 DE 14 DE ABRIL DE 2015
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARTA TERESA VIEIRA durante o período de 08 de abril de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar no CEI Mundo Encantado para substituição da Sra. Valdirene Moterle em afastamento médico e posteriormente cobertura de licenças premio.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 14 de abril de 2015
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4210

PORTARIA Nº 4.210 DE 14 DE ABRIL DE 2015
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure apontamento feitos pela Superintendência Estadual da Funasa/SC, conforme notificação n.º 17/Sopre/Secov/Suest/SC, referente ao convênio n.º 2881/06 - Plano Municipal de Saneamento Básico, do qual a empresa ganhadora do processo licitatório foi Ecoeficiência Soluções Ambientais Ltda.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO

CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzi-rem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) TANIA MARA CALDATO, Cargo de Cirurgião Dentista, classificado em 7º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) TAILANA BAZZO, Cargo de Enfermeiro, referente ao edital n.º 001/2011, classificado em 6º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de abril de 2015.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL PP 003/2015 - MANUTENÇÃO PREDIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL NR. 003/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor LUIZ VASTRES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes: OBJETO: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 07 de maio de 2015, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba - SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba - SC.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 07 de maio de 2015, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores, no endereço acima descrito. O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 16 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

SIMAE

ERRATA

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

ERRATA

Na portaria JHL 083/2015, publicada em 16.04.2015, edição 1725 p. 237, fica retificado:

Onde lê-se do cargo de Auxiliar Administrativo, retificar por " do cargo de Agente Administrativo".

Joaçaba-SC 16 de abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR13/2015 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 26/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2015
b) Licitação Nr.: 13/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/04/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO PELAS AREAS TECNICAS DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA ME (6903)

1	BRITA GRADUADA	m³	2.000,00	0,0000	50,90	101.800,00
2	PÓ DE PEDRA PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO	M³	500,00	0,0000	47,00	23.500,00
Total do Fornecedor:						125.300,00
Total Geral:						125.300,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (22)

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO PP 03-2015 FMAS RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ABRIGO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA PARA O PRONATEC DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a alteração que se faz necessária no Anexo II do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- Excluir item 05.1 do lote 05: Carne Bovina Alcatra proveniente de machos da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Entregue em embalagens que contenham especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento (validade);
- Ante a exclusão do item, o lote 05 passa a ter um valor estimado de R\$ 73.735,80.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 16 de abril de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

ANULAÇÃO LAUDA CONTRATO 170/2015 PML

Anulação de ato Nº729301

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 170/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos, 86 - Centro - Lages/SC - CEP: 88.502-005.

Contrato decorrente do Processo Licitatório 117/2015, Correlato ao Pregão Presencial 42/2015, aberto em 14/04/2015 Homologado em 14/04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Conservação de Estradas e Vias do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), delimitado(s) ao perímetro urbano. CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 158.121,73 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e vinte reais e setenta e três centavos).

Lages, 14 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO ARP 03/2015 GOLDENPLUS PE 06/2015

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015

PROCESSO Nº 27/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Fraldas Infantis e Geriátricas para atender programas da Saúde do Idoso e Saúde da Criança, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS

GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 17.472.278/0001-64 - RUA DIRCEU JOSE FILIPETTO, 29 CENTRO - BARÃO DE COTEGIPE/RS CEP 99.740-000

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 18.250,00 (dezoito mil duzentos e cinquenta reais).

Lages/SC 14 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 03/2015 VENEZA PE 06/2015

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015

PROCESSO Nº 27/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Fraldas Infantis e Geriátricas para atender programas da Saúde do Idoso e Saúde da Criança, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS

VENEZA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ 13.229.567/0001-86 - AV. JOSE OSCAR SALAZAR, 1943 SALA 01 - ERECHIM/RS CEP 9.700-000.

O VALOR TOTAL DA ARP É DE R\$ 334.350,00

(TREZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Lages/SC 14 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO CONTRATO 170/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 170/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos, 86 - Centro - Lages/SC - CEP: 88.502-005. Contrato decorrente do Processo Licitatório 117/2015, Correlato ao Pregão Presencial 42/2015, aberto em 14/04/2015 Homologado em 14/04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Conservação de Estradas e Vias do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), delimitado(s) ao perímetro urbano. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 158.121,73 (cento e cinquenta e oito mil cento e vinte e um reais e setenta e três centavos).

Lages, 14 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 51-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 51/2015 PML

Objeto: Aquisição de Terminais de Autoatendimento para o Turista

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 06/05/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 30.116,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 17 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****EDITAL DE PREGAO Nº46/2015 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº46/2015 PMLM

PROCESSO Nº46/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de abril de 2015 às 08:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de lixeiras para as demandas do Município de Lauro Muller/SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 16 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2015

DECRETO Nº. 33/2015, 31 de Março de 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1506/2014 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 98.180,00 (noventa e oito mil cento e oitenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	15	452	18	2.25	3.1.71	0.1.00	14.845,40
02	80	15	452	18	2.25	3.3.71	0.1.00	83.334,60

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	15	452	18	2.25	3.3.93	0.1.00	98.180,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de Março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 035/2015

DECRETO Nº 035/2015 - 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos membros que compõem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Lebon Régis, para o período de 2 anos, e contém outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros e seus respectivos suplentes

abaixo relacionados para comporem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - FUNDEB, do município de Lebon Régis - SC, para mandato de 2 anos compreendido entre o período de 11 de abril de 2015 a 11 de abril 2017, a saber:

- Representante do Poder Executivo:

Titular - Mariza Granemann de Mello

Suplente - Tainá Graziottin

- Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular - Carla Simone Carlin do Prado Lima

Suplente - Odinei Martins

- Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular - Ronievon Weber de Moraes

Suplente - Simone Carlin Thibes

- Representante dos servidores técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular - Roseli de Lima

Suplente - Jacqueline Dalmas

- Representante dos Diretores da Rede Básica Pública:

Titular - Sirleny Sampaio Bortolozo

Suplente - Idinei Alves Granemann

- Representante dos Pais dos alunos da Educação Básica Pública:

Titular - Marcia Dias

Suplente - Eliziana Rosa

- Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular - Daiane Ribeiro da Silva

Suplente - Franciele Alves dos Santos

Titular - Roseli Alves Barbosa

Suplente - Bianca Heine

- Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Cecília de Almeida França

Suplente - Nilce Dias Martins

- Representante do Conselho Tutelar

Titular - Eliana Nercollini

Suplente - Angelina Ribeiro Schemacher Peretti

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario contidas no Decreto 26/2015 de 24 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 13 de abril de 2015

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 036/2015

DECRETO Nº. 36/2015, 16 abril de 2015

Dispõe sobre o resultado parcial do Processo Seletivo 01/2015 para o cargo de Orientador Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado e a classificação parcial do Teste Seletivo para o cargo de Orientador Social, conforme Anexo I, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO TESTE SELEITO

CARGO DE ORINTADOR SOCIAL

NOME	ACERTOS	NOTA	COLOCAÇÃO
ELIANE SCHLEDER CÉZAR	18	7,20	1º
MARIZETE MARTINS DE CARVALHO	17	6,80	2º
ROSANGELA RIBEIRO	16	6,40	3º
EDNA CARVALHO DO VALE	15	6,00	4º
BRUNA APARECIDA RIBEIRO SEMAM	15	6,00	5º
KARINA ALVES	13	5,20	6º
LUCIANO DE SOUZA BAUER	13	5,20	7º
SCHEILLA A. SANTOS BARRETO	10	4,00	8º
NEILITA DO VALLE ROCHA LEANDRO	09	3,60	9º
LUANA DE FATIMA RIBEIRO SEMAM	09	3,60	10º
MARIA RODRIGUES M. DA CRUZ	08	3,20	11º
ZENITA TOBIAS DE LIMA	07	2,80	12º
PATRICIA DE OLIVEIRA	07	2,80	13º
CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA	04	1,60	DESCLASIFICADA

PORTARIA Nº 182/2015

PORTARIA Nº 182 DE 07 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ANDRÉ BARPP, Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de abril de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 07 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 183/2015

PORTARIA Nº 183 DE 09 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ADRIANA XAVIER, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 09/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de abril de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 184/2015

PORTARIA Nº 184 DE 13 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR GILMAR DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Pedreiro Construtor, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 13/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 13 de abril de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 185/2015

PORTARIA Nº 185 DE 13 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS, para ocupar o cargo de ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 13/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 13 de abril de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 186/2015

PORTARIA Nº 186 DE 13 DE ABRIL DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, JAINE DA ROCHA CORDEIRO, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 10/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 13 de abril de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 187/2015

PORTARIA Nº 187 DE 13 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária VERA LUCIA SCHREGELE NOGUEIRA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 13/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 13 de abril de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 188/2015

PORTARIA Nº 188 DE 14 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MICHELE DE OLIVEIRA NOVAES, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 14/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 14 de abril de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 14 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 189/2015

PORTARIA Nº 189 DE 15 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR DEBORA APARECIDA NUNES, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de abril de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 190/2015

PORTARIA Nº 190 DE 15 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARIA HELENA FOGAÇA SOSTI-ZZO, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 15/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de abril de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 191/2015

PORTARIA Nº 191 DE 15 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária LUCIANE APARECIDA FIDELIS FREITAS, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 15/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de abril de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de abril de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 041/2015

DECRETO Nº 041, DE 16 DE ABRIL DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	65.600,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	65.600,00
Função	10	Saúde	65.600,00
Sub-função	301	Atenção Básica	65.600,00
Programa	06	Saúde com Excelência	65.600,00
Atividade	2.034	Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado	49.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	49.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outra Despesas Correntes	49.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	49.600,00
Fonte de Recursos	0.1.0067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	49.600,00
Detalhamento	72	Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado	49.600,00
Atividade	2.035	Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica - Estado	16.000,0
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	16.000,00
Detalhamento	73	Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado	16.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			65.600,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação total das seguintes dotações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	65.600,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	65.600,00
Função	10	Saúde	65.600,00
Sub-função	301	Atenção Básica	65.600,00
Programa	06	Saúde com Excelência	65.600,00
Atividade	2.034	Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado	49.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	49.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outra Despesas Correntes	49.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	49.600,00

Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	49.600,00
Detalhamento	72	Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado	49.600,00
Atividade	2.035	Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica - Estado	16.000,0
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outra Despesas Correntes	16.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	16.000,00
Detalhamento	73	Cofinanciamento da Atenção Básica – PAB Estado	16.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			65.600,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de abril de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000170/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

MTP5957 54575009C 30/03/2014 65480 229 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 171/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000171/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

IEF2220 54575022C 14/06/2014 66372 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 172/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.516 000172/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

ALT4997 54575154C 05/08/2012 65300 228 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.516 000173/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

MCR8640 54575010C 25/05/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 174/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.516 000174/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

MCI3048 54575160C 04/10/2012 50450 162*V 191.53
MCP4877 54575103C 14/07/2013 65300 228 127.69
MCP4877 54575104C 14/07/2013 69710 238 191.53
MCS1481 54575188C 07/04/2013 50100 162*I 574.61

MKW0526 54575186C 07/04/2013 51851 167 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 175/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000175/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

MGM0271 54575025C 29/06/2014 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 176/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000176/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

ALI6509 54575158C 19/09/2012 65992 230 * V 191.53
ALI6509 54575159C 19/09/2012 50371 162 * III 574.61
LZD3259 54575165C 16/10/2012 65992 230 * V 191,53
LZD3259 54575166C 16/10/2012 50100 162 * I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 177/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000177/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

ALT4997 54575003C 27/02/2014 65480 229 85,12
ALT4997 54575146C 12/01/2014 52741 175 191,53
LZL6391 54575129C 13/09/2013 65992 230 * V 191,53
LZL6391 54575131C 17/11/2013 65480 229 85,12
MDN6831 54575006C 06/03/2014 70301 244 * I 191.53
MFT9589 54575150C 15/02/2014 65992 230 * V 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 178/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000178/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

IEF2220 54575011C 14/06/2014 50100 162 * I 574.61
IEF2220 54575012C 14/06/2014 51691 165 1915.38
IEF2220 54575013C 14/06/2014 52741 175 191.53
IEF2220 54575014C 14/06/2014 66102 230 * VII 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 179/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000179/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO,

INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

ALT4997 54575111C 28/07/2013 65300 228 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 180/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000180/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

MEQ4374 54575026C 26/07/2014 54790 181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 181/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000181/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

LXQ9263 54575119C 25/08/2013 50450 162 * V 191.53
LXQ9263 54575120C 25/08/2013 65300 228 127.69
LYF6397 54575133C 17/11/2013 67000 230 * XVI 127.69
LYF6397 54575132C 17/11/2013 65480 229 85.12
LZW0740 54575117C 19/08/2013 50371 162 * III 574.61
MAO7039 54575148C 13/01/2014 52583 174 957.69
MAW4476 54575007C 02/03/2014 51691 165 1915.38
MAW4476 54575008C 02/03/2014 50450 162 * V 191.53
MBA0684 54575123C 06/09/2013 65480 229 85,12
MBA0684 54575122C 06/09/2013 52741 175 191,53
MCC1702 54575112C 08/08/2013 69120 232 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 182/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000182/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES)

RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

HOY4009 54575121C 24/08/2013 52741 175 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 183/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000183/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

DQB1469 54575035C 16/08/2014 66372 230 * IX
DQB1469 54575036C 16/08/2014 69120 232
DQB1469 54575037C 16/08/2014 67000 230 * XVI
MCV6548 54575038C 16/08/2014 66532 230 * XI
MCV6548 54575040C 16/08/2014 69120 232
MCV6548 54575039C 16/08/2014 65561 230 * I
MCV6548 54575030C 16/08/2014 52070 169
MCV6548 54575032C 16/08/2014 65992 230 * V
MCV6548 54575033C 16/08/2014 50100 162 * I
MCV6548 54575034C 16/08/2014 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS

ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 184/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000184/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

AKL4435 54575259C 21/09/2014 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 185/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000185/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.

257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

MEP1586 54575042C 13/09/2014 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 186/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.516 000186/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª e 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento valor multa

LWZ3464 54575029C 25/07/2014 65480 229 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 187/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.516 000187/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

AMC8761 54575254C 21/09/2014 65480 229
IJG7245 54575252C 20/09/2014 65991 230 * V
IJG7245 54575253C 20/09/2014 65480 229
MBA0684 54575257C 21/09/2014 65480 229
MCZ0036 54575045C 13/09/2014 65480 229
MEK8713 54575043C 13/09/2014 65480 229
MIW2218 54575047C 13/09/2014 65480 229
MIX7570 54575049C 20/09/2014 50100 162 * I
MIX7570 54575050C 20/09/2014 64080 221
MKJ6471 54575046C 13/09/2014 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 188/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.516 000188/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.

257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd. Enquadramento

MHN1904 54575261C 25/09/2014 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de tubos de concreto para serem utilizados em melhorias nas estradas municipais e no perímetro urbano do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 018/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 04 de maio de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 16/04/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

TIPO: Menor Preço por Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 019/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 05 de maio de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 16/04/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 21/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, seleção da proposta mais vantajosa, para contratação de empresa para execução de palestras, conferencias, peças teatrais e consultoria na área de serviço social, a abertura dos envelopes será no dia 07 de maio de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 16 de abril de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 105/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 105/2015, de 06 de Abril de 2015.

CONTRATA PROFESSOR NÃO TITULADO PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 01/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhorita Dayani de Vargas, para exercer as funções de Professor Não Titulado, 40 horas semanais, percebendo remuneração equivalente a 70% (setenta por cento) do Nível Inicial de Professor, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, conforme Lei Complementar Municipal nº 245/2014, de 26 de Novembro de 2014, na Educação Infantil - Anos Iniciais e Ensino Fundamental, na disciplina de Artes, junto ao Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro e Núcleos de Educação a partir de 06 de Abril de 2015, para o ano letivo de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 06 de Abril de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 072.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 072/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 030/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 016/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 14 (quatorze) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Estrada municipal Povo Novo Sertão do Campo, s/n Povo Novo, no município de Paulo Lopes/SC CEP 88.490-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.779.384/0001-05, neste ato representada pelo sócio administrador AZENIR LOCKS, brasileiro, maior e capaz, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 1.322.560 SSI/SC e inscrito no CPF sob o nº 432.335.389-87, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 030/2015, Pregão Presencial nº 016/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, Concreto Asfáltico Usinado a Quente - C.A.U.Q., destinadas às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	40,00	TON	CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (C.A.U.Q)	271,50	10.860,00

1.2. O material deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras do Município de Luzerna que fará a retirada do material na usina do FORNECEDOR, mediante aviso prévio, observando as disposições a seguir:

1.3. Distância máxima de até 170 (cento e setenta) quilômetros da sede da Prefeitura de Luzerna/SC, sito na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro.

1.4. Em caso de FORNECEDOR, cuja distância exceda a 170 (cento e setenta) quilômetros da sede da Prefeitura de Luzerna/SC, sito na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, o frete correrá única e exclusivamente a expensas do FORNECEDOR.

1.5. A Prefeitura de Luzerna compromete-se em enviar um veículo até o estabelecimento do FORNECEDOR para que esta proceda ao carregamento do objeto, na quantidade previamente solicitada, sendo que nas retiradas serão utilizados veículos próprios, tipo caminhão caçamba, com capacidade de carga de aproximadamente 10 (dez) toneladas, quando observada as regras do item 1.3.

1.6. A adjudicação dos itens descritos no Anexo ao FORNECEDOR e a contratação com o mesmo, ficará restrita à comprovação pelo Município das condições estabelecidas no item 1.2.

1.7. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

1.8. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.9. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora, vedada, portanto, a terceirização dos mesmos.

1.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do objeto licitado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.12. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrado e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.O preço registrado, quando sujeitos ao controle oficial, poderá ser revisado nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 - email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, e na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2.Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do MUNICÍPIO, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente Contratada, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente Contratada.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé da proponente Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.7.1. Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.
6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. O preço registrado poderá ser SUSPENSO nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro

de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Elemento – 3.3.90.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação – 4.4.90.00.00 – Investimentos

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade – 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

CLÁUSULA NONA**DA VIGÊNCIA**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 14 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AZENIR LOCKS

SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

I ERRATA - PL 032/2015 - PP 018/2015 - AQUISIÇÃO DE FRALDAS COM AMOSTRAS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA/SC

I ERRATA

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 032/2015/FMS

EDITAL DE PREGÃO nº 018/2015/FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e inclusão de item 6.1.3, "e" referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 018/2015-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição, de forma parcelada, de fraldas infantis e geriátricas destinadas à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, ficando assim determinado:

Os envelopes nº. 01 - Proposta, nº. 02 - Documentos para Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 04 de maio de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Luzerna/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14 horas.

d) Abertura do processo: às 14h10min.

O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 04 de maio de 2015 às 14 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações.

Luzerna/SC, 15 de abril de 2015.

WALMOR S. DRESCH STRÖHER

Gestor FMS

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO 03/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Março
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	36.970,36
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	36.970,36
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.861,94
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.108,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	49.166,67		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	49.166,67		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	76.457,29	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	76.083,32
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.742,22	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.593,90
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	36.970,36	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	36.744,71
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	36.744,71	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	36.744,71
SALDOS ANTERIORES	26.779,26	SALDOS ATUAIS	39.349,54
BANCO C/ MOVIMENTO	26.779,26	BANCO C/ MOVIMENTO	39.349,54
TOTAL	152.403,22	TOTAL	152.403,22

Luzerna, 15/04/2015

RUBIANA SUELEN BALESTRIN
CONTADORAJOÃO BATISTA ZAMBONI
PRESIDENTE MESA DIRETORA

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015 E 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0012/2015.

Pregão Presencial n° 0009/2015.

Registro de Preços n° 0001/2015.

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições do Edital.

Vigência: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, ou seja, até 24 de março de 2016.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2015

Contratada: AUTO POSTO ARAUCÁRIA LTDA.

ITEM	UNID	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. REGISTRADO
01	LT	01	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 60 km de distância da sede na Rodovia sentido Caçador.	R\$ 3,42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2015

Contratada: POSTO SERIBA LTDA

ITEM	UNID	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. REGISTRADO
02	LT	01	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 20 km de distância da sede na Rodovia sentido Arroio Trinta, Salto Veloso, Videira ou Treze Tílias.	R\$ 3,42

Macieira, 26 de março de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0013/2015.

Pregão Presencial n° 0010/2015.

Registro de Preços n° 0002/2015.

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições do Edital.

Vigência: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2015
Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário de registrado (R\$)
01	01	OLEO DIESEL S10	Petrobras	2,91

Macieira, 31 de março de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA - TERMO ADITIVO 04, 05 E 06 ATA DE RP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0035/2014
PREGÃO PRESENCIAL N°0027/2014
REGISTO DE PREÇO N° 0012/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: O REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento do Município de Macieira, conforme especificações da Ata de Registro de Preços.

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 20/2014.

Contratada: COMERCIAL KARPINSKI LTDA ME.

Vigência: Fica prorrogado a vigência da presente Ata por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º abril de 2015 até 30 de junho de 2015.
Valor registrado:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR UN. REGIST-TRADO (R\$)
01	Apresentado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	Kg	01	AURORA	13,45
02	Bebida láctea fermentada de diversos sabores. Pacotes de 900ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	emb de 900 ml	01	CARLITOS	2,70
03	Queijo mussarela fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	Kg	01	CARLITOS	21,90
04	Pão doce com farofa e creme de confeiteiro. Características: 75 gramas, tamanho uniforme, fabricado na data da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	kg	01	PROPRIA	12,00
05	Pão francês sovado. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	kg	01	PROPRIA	7,49

06	Pão de cachorro quente: Características: 75g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	kg	01	PRÓPRIA	7,49
07	Pão de milho: Características: 75g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior	kg	01	PRÓPRIA	7,49
08	Pão integral. Características: 50 g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados.	kg	01	PRÓPRIA	8,49
09	Mini sanduíche natural, feito com pão integral, recheio de peito de frango, alface picada, cenoura ralada e queijo ralado. Deverá conter aproximadamente 50 gramas. Deverá ser feito na data da entrega.	kg	01	PRÓPRIA	23,95
10	Torta salgada com recheio de legumes. Deverá ser feita na data da entrega.	kg	01	PRÓPRIA	11,95
11	Grostoli com açúcar. Acondicionado em pacotes de 01 kg, feito na data da entrega.	kg	01	PRÓPRIA	19,95
12	Torrada crocante com pão integral. Acondicionado em pacotes de 200 gramas, deverá ser feito na data de entrega.	pc	01	PRÓPRIA	3,50

Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 20/2014

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 21/2014.

Contratada: ITACIR SERIGHELLI ME.

Vigência: Fica prorrogado a vigência da presente Ata por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º abril de 2015 até 30 de junho de 2015.

Valor registrado:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR UN. REGISTRADO (R\$)
01	Açúcar cristal. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	Pctes de 5 kg	01	ALTO ALEGRE	8,14
02	Açúcar refinado branco. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	pctes de 5kg	01	ALTO ALEGRE	9,13
03	Amendoim. Pacotes de 500g. O produto não deve apresentar sujidade, umidade e bolor. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	01	PINDUCA	4,10
04	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	pctes de 5kg	01	PANELAÇO	9,98

05	Biscoito doce, tipo maria. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 800g	01	PARATI	6,75
06	Café solúvel granulado, sabor tradicional, embalagem em vidro de no mínimo 200g.	emb. de 200g	01	NESCAFÉ	9,90
07	Caldo de galinha. Embalagem com 12 tabletes, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	caixas	01	MAGGI	2,65
08	Chá de camomila in natura, pacotes contendo no mínimo 20 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e livre de resíduos, bolor ou cheiro não característico.	Pctes de 20g	01	LEÃO	3,50
09	Chá de maçã, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	cx	01	LEÃO	4,40
10	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	cx	01	LEAO	3,75
11	Doce de frutas, diversos sabores. Potes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 1kg	01	AUREA	7,35
12	Ervilha. Embalagem tetra pak ou sache, contendo 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.	emb. de 200g	01	GOIAS	1,75
13	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	pctes de 5kg	01	RALTA	10,90
14	Farinha de trigo integral. Pacotes de 1 kg. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	pctes de 1kg	01	REALTA	3,40
15	Fermento químico em pó de boa qualidade. Embalagens de 500 g. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 500g	01	BRUGGEMAM	10,40
16	Milho para pipoca, com bom rendimento e boa qualidade de grãos. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	01	PINDUCA	2,70

17	Óleo de soja refinado. Embalagem de 900ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 (três) meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 900 ml	01	SOYA	3,05
18	Vinagre branco, Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	emb. de 750ml	01	HEINIG	1,50
	CARNES E EMBUTIDOS				
19	Carne bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	01	ROSSI	14,00
20	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	01	ROSSI	15,40
	LEITE E DERIVADOS				
21	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	Litros	01	TIROL	2,55
	HORTIFRUTIGRANJEIROS				
22	Abacaxi Pérola. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	unid.	01	PEROLA	5,10
23	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	CATURA	1,79
24	Batata doce: Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Kg	01	ROSA	2,90
25	Batata inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	INGLESA	2,10
26	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	unid.	01	COLONIAL	3,85
27	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	COLONIAL	2,70
28	Laranja Pêra. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	PERA	2,35
29	Limão galego. Características: casca íntegra e de cor verde, odor agradável. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	GALEGO	4,00
30	Manga: Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	RUBI	3,90
31	Melancia: Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	VERDE	1,45
32	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 (uma) dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	dúzias	01	NATUROVOS	4,70

33	Pepino. Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	VERDE	2,95
34	Ponkan ou vergamota: Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	kg	01	COLONIAL	2,90

Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 21/2014

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 22/2014.

Contratada: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME.

Vigência: Fica prorrogado a vigência da presente Ata por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 1º abril de 2015 até 30 de junho de 2015.

Valor registrado:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR UN. REGISTRO (R\$)
01	Achocolatado em pó instantâneo. Embalagens de 400 g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 400g	01	PIKITO	4,95
02	Arroz integral. Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	pctes de 1kg	01	CELIA	4,19
03	Aveia em flocos. Embalagem de 250g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 250g	01	YOKI	3,35
04	Azeite de oliva, extra virgem. Embalagem de 500 ml. Em embalagens de vidro, não devendo estar enferrujadas ou quebradas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. 500 ml	01	TRADIÇÃO	12,75
05	Biscoito doce, sabor chocolate. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 800g	01	CASAREDO	7,95
06	Biscoito doce, tipo laminado de leite. Pacotes de 800g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 800 g	01	CASAREDO	7,30
07	Biscoito salgado, tipo água e sal. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 400g	01	PRODOSA	3,85
08	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergelim. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 400g	01	PRODOSA	4,35
09	Café torrado moído tradicional de boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	pctes de 500g	01	CABOCLO	7,00
10	Canjica de milho (branca), tipo 1, classe branca, subgrupo despelculada, de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	pctes de 500g	01	SINHA	2,85

11	Canjiquinha ou quirera de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	Pctes de 500g	01	ZANIN	1,75
12	Cereal matinal de milho com açúcar, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 300 gramas do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	Pctes de 300g	01	BIG ZITOS	6,80
13	Chá de erva-doce, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	cx	01	REAL	4,35
14	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	cx	01	REAL	4,35
15	Colorau, acondicionado em pacotes de no mínimo 100 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes.	Pctes de 100g	01	INCAS	1,55
16	Doce de leite. Potes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 1kg	01	AUREA	8,35
17	Extrato de tomate de boa qualidade e bom rendimento. Embalagem tetra pak ou sache, contendo 340g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 18 meses, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 200g	01	DAJUDA	3,05
18	Farinha de milho (fubá de milho amarelo). Pacotes de 5 Kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional, ingredientes e registro no Ministério da Saúde.	pctes de 5kg	01	ZANIN	11,95
19	Feijão preto tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 (dois) de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	emb. de 1kg	01	CABOCLA TEREZA	4,65
20	Granola. Embalagem plástica de 5 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	emb. de 5kg	01	BELLA FIBRA	69,95
21	Macarrão com ovos, tipo cabelo de anjo. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	emb. de 500g	01	ORQUIDEA	3,40
22	Macarrão com ovos, tipo espaguete reto. Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	pctes de 1kg	01	BORTOLINI	5,25
23	Milho verde. Embalagem tetra pak ou sache, contendo 200g de peso drenado, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 500g	01	QUERO	1,85

24	Pó para pudim, sabores diversos. Embalagem íntegra, sem danificações, contendo 05 unidades de 35g cada. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 10 meses a partir da data da entrega, informação nutricional e ingredientes. Apresentar registro no Ministério da Saúde.	emb. Com 05 unid de 35g	01	QUALIMAX	2,95
25	Polvilho azedo. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	01	OTINDA	3,70
26	Queijo parmesão ralado, embalagem com 100 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada livre de resíduos, bolor ou cheiro não característico, deve conter data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais do produto.	emb. de 100g	01	PARMEX	4,90
27	Sagu, classe pérola, tipo 1. Embalagens de 500g do produto. O produto deve apresentar-se limpo, seco e isento de odores estranhos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	01	DAJU	3,55
28	Sal refinado e iodado. Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 1kg	01	SOSAL	1,25
29	Suco natural concentrado, sabores: pêssego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	garrafas de 500ml	01	AURORA	8,75
30	Vinagre tinto. Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	emb. de 750ml	01	KOLLER	2,75
CARNES E EMBUTIDOS					
31	Coxa e sobre coxa congelada. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	01	AURORA	4,90
32	Filé de tilápia in natura congelado, embalagens de no mínimo 1kg. A embalagem deve estar íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, data de fabricação, data de validade e com registro de inspeção animal. O produto deve apresentar odor e cor característicos.	kg	01	BOM PESCA-DO	29,85
33	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	01	AURORA	8,60
34	Salsicha a granel de boa procedência e qualidade. Pacotes de 3kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	pctes de 3kg	01	AURORA	23,15
LEITE E DERIVADOS					
35	Bebida a base de soja. Embalagem tetra pak de 01 litro, diversos sabores. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no mínimo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	Litros	01	ADES	6,40
36	Leite em pó, integral embalagens de 400 gr, tipo A. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb de 400g	01	AURORA	11,00
37	Margarina com sal, de boa procedência e qualidade. Embalagens de até 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	emb de 500g	01	SOYA	4,35
HORTIFRUTIGRANJEIROS					

38	Abobrinha. Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	COLONIAL	3,70
39	Acelga de primeira qualidade, apresentando grau completo do tamanho, aroma e cor própria, ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução nº 12/78 da CNNPA	Unid.	01	COLONIAL	4,85
40	Agrião verdura de folhas pequenas, verdes-escuras, sabor levemente picante	mç	01	COLONIAL	3,40
41	Alface Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas.	Unid.	01	COLONIAL	1,45
42	Alho. Embalagem de até 100g	emb de 100g	01	COLONIAL	2,45
43	Batata salsa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	COLONIAL	6,70
44	Beterraba. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	COLONIAL	2,95
45	Caqui: Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente ou caixas plásticas.	kg	01	COLONIAL	3,95
46	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	COLONIAL	2,85
47	Couve-flor. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	unid.	01	COLONIAL	3,85
48	Maçã Fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	COLONIAL	4,25
49	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	COLONIAL	3,35
50	Mandioca descascada e congelada. Características: embalagens de 2 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade e informação nutricional. Deve estar totalmente congelada sem indícios de descongelamento e recongelamento.	Pctes de 2 kg	01	COLONIAL	7,95
51	Maracujá: Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	COLONIAL	6,70
52	Melão. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	01	COLONIAL	3,90
53	Radiche: Característica folha comprida, larga, levemente aveludada, de sabor amargo suave.	Unid.	01	COLONIAL	2,05
54	Repolho branco: Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Unid.	01	COLONIAL	2,40
55	Repolho roxo: Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Unid.	01	COLONIAL	2,95
56	Tempero verde (salsinha e cebolinha): Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Maço	01	COLONIAL	2,40
57	Tomate. Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	COLONIAL	4,45
58	Vagem. Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde ou verde com contorno marrom. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	01	COLONIAL	6,05

Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 22/2014

Macieira - SC, 31 de março de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 04.727.865/0001-05

MORRO REDONDO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA.

Nota Fiscal nº. 32291 R\$ 2.449,00

Nota Fiscal nº. 32293 R\$ 1.707,98

Nota Fiscal nº. 32334 R\$ 2.654,40

Nota Fiscal nº. 32336 R\$ 2.752,36

Nota Fiscal nº. 32337 R\$ 1.534,18

Nota Fiscal nº. 32379 R\$ 2.613,32

Nota Fiscal nº. 32380 R\$ 1.598,96

Nota Fiscal nº. 32381 R\$ 2.592,78

Nota Fiscal nº. 32404 R\$ 1.538,92

Nota Fiscal nº. 32399 R\$ 2.945,12

Nota Fiscal nº. 32403 R\$ 2.791,86

Nota Fiscal nº. 32446 R\$ 2.746,04

Nota Fiscal nº. 32447 R\$ 2.834,52

Nota Fiscal nº. 32448 R\$ 3.256,38

Nota Fiscal nº. 32450 R\$ 2.823,46

Nota Fiscal nº. 32451 R\$ 1.553,14

Nota Fiscal nº. 32471 R\$ 2.746,04

Nota Fiscal nº. 32472 R\$ 2.960,92

Nota Fiscal nº. 32473 R\$ 2.523,26

Nota Fiscal nº. 32475 R\$ 1.810,68

Valor Total: R\$ 48.433,32

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 17 de abril de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 17.895.893/0001-83

SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA

Nota Fiscal nº 4268 R\$ 236,00

Valor Total: R\$ 236,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de peças para a revisão de veículo oficial pertencente à Secretaria Municipal de Administração. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 17 de abril de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde para atendimento ambulatorial para a Contratação de Laboratório de Citopatologia e Anatomia Patológica, ao preço tabela Sistema Único de Saúde - SUS, de acordo com as normas SUS, destinado aos usuários SUS. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 17 de abril de 2015, até o dia 04 de maio de 2015, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 16 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de rocha britada, pedra rachão e pó de brita através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos e rocha tipo cascalho através da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 16 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski

Pregoeiro Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2015.

FORNECEDOR: FABIO HENRIQUE ATHAYDE

CPF: 534.932.909-00

OBJETO: Contratação de engenheiro eletricista para elaboração de projeto para adequação elétrica do sistema de distribuição para cabeamento elétrico dimensionado para suporte do sistema de RX, unidade geradora de energia auxiliar, transformador de entrada do sistema de distribuição de energia para a Unidade de Pronto Atendimento 24hs (UPA), através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 13.860,00 (Treze mil oitocentos e sessenta reais).

Mafra, (SC) 16 de abril de 2.015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 104/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 104/2015.

FORNECEDOR: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.

CNPJ: 83.483.230/0001-86

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de equipamentos para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos e envio/recebimento de fax; prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, componentes e materiais utilizados na operação e limpeza, e de controle eletrônico da produção das páginas impressas via rede de impressão ou copiadas de serviços especializados de impressão; bem como a manutenção e o suporte técnico local nas dependências da Prefeitura Municipal de Mafra e demais Secretarias envolvidas.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso V, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

Mafra, (SC) 16 de abril de 2.015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01

Comissão Processante criada pela Resolução Nº 06/15 de 17 de março de 2015

Em face de ROBERTO AGENOR SCHOLZE, Prefeito Municipal de Mafra.

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 5, inc. III e IV do decreto Lei 201/67, e conforme decisão que consta na Ata nº 04 (fls. 107 e 108 do Processo) a Comissão Processante vem por meio deste NOTIFICAR o senhor Roberto Agenor Scholze, que exerce o cargo de Prefeito Municipal de Mafra, da decisão da Comissão pelo prosseguimento do Processo, conforme ata e despacho (fls. 90, 91 e 92 do Processo), bem como intimar Vossa Excelência que a oitiva das testemunhas, arroladas pelo denunciante e denunciado irá acontecer no dia 23/04/2015 (quinta-feira) a partir das 08h30min, sendo ainda conforme agendamento venho através deste, CONVOCÁ-LO para prestar depoimento a esta Comissão, no dia 23/04/2015 (quinta-feira) às 12h15min, na condição de denunciado.

Informamos que a audiência de oitiva se dará nesta Casa Legislativa, situada na Avenida Coronel José Severiano Maia, nº 441 - Centro, neste município.

Mafra, 10 de abril de 2015

Ver. Hebert Gilso Werka

Presidente

Ver. Luis Alfredo Nader

Relator

Ver.^a Marise Valério Bráz de Oliveira

Vogal

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA LEGISLATIVA 04/2015

PORTÁRIA Nº 004 /2015 DE 15 DE ABRIL DE 2015

Altera o Artigo 2º da Portaria n. 004 de 01 de Abril de 2014

VALDECI IDALINO STEFENETI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais previstas no Regimento Interno, bem como no artigo 5º. da Lei n. 683 de 28 de Fevereiro de 2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria n. 004 de 01 de Abril de 2014, passando de 75% para 100% (cem por cento) a gratificação já concedida a servidora Geovana Trevisol Teixeira, ocupante em cargo de comissão de Diretora Financeira.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá/SC, 15 de Abril 2015.

Valdeci Idalino Stefeneti

Presidente

Roldinei Dassoler da Silva

1º. Secretário

PORTARIA LEGISLATIVA 05/2015

PORTÁRIA Nº 005 /2015 DE 15 DE ABRIL DE 2015

Altera o Artigo 1º da Portaria n. 007 de 01 de Abril de 2014

VALDECI IDALINO STEFENETI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais previstas no Regimento Interno, bem como no artigo 5º. da Lei n. 683 de 28 de Fevereiro de 2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar o artigo 1º da Portaria n. 007 de 01 de Abril de 2014, passando de 80% para 90% (noventa por cento) a gratificação já concedida ao servidor Jorge Acir Cordeiro, ocupante em cargo de comissão de Assessor Jurídico.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá/SC, 15 de Abril 2015.

Valdeci Idalino Stefeneti

Presidente

Roldinei Dassoler da Silva

1º. Secretário

PORTARIA LEGISLATIVA 06/2015

PORTÁRIA Nº 006 /2015 DE 15 DE ABRIL DE 2015

Altera o Artigo 2º da Portaria n. 005 de 01 de Abril de 2014

VALDECI IDALINO STEFENETI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais previstas no Regimento Interno, bem como no artigo 5º. da Lei n. 683 de 28 de Fevereiro de 2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria n. 005 de 01 de Abril de 2014, passando de 60% para 81% (oitenta e um por cento) a gratificação já concedida a servidora Andreia Marques, ocupante em cargo de comissão de Assessora Legislativa.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá/SC, 15 de Abril 2015.

Valdeci Idalino Stefeneti

Presidente

Roldinei Dassoler da Silva

1º. Secretário

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 11/2015

DECRETO Nº 11, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES. OBRAS E URBANISMO
06.01 - Departamento de Urbanismo
15 - Urbanismo
15.451 - Infraestrutura Urbana
15.451.0011 - Serviços Urbanos
15.451.0011.1.105 - MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

15.452 - Serviços Urbanos
15.452.0011 - Serviços Urbanos
15.452.0011.2.033 - MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Destinação de Recursos: 0.1.17 - Contribuição Custeio Iluminação Pública - COSIP
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES. OBRAS E URBANISMO
06.01 - Departamento de Urbanismo
15 - Urbanismo
15.451 - Infraestrutura Urbana
15.451.0011 - Serviços Urbanos
15.451.0011.1.105 - MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

15.452 - Serviços Urbanos
15.452.0011 - Serviços Urbanos
15.452.0011.2.033 - MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Destinação de Recursos: 0.1.17 - Contribuição Custeio Iluminação Pública - COSIP
3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 22 de janeiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 3/2015

DECRETO Nº 3, DE 7 DE JANEIRO DE 2015

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 13.403.214,10 (treze milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e catorze reais e dez centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
04.04 - Departamento dos Esportes
27 - Desporto e Lazer
27.812 - Desporto Comunitário
27.812.0008 - Esporte e Lazer
27.812.0008.1.026 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER
Destinação de Recursos: 0.1.34 - Transferências de Convênios - União/Outros
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 731.250,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO
05.01 - Fundo Municipal de Saúde
10 - Saúde
10.301 - Atenção Básica
10.301.0010 - Saúde para Todos
10.301.0010.1.035 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE SAÚDE
Destinação de Recursos: 0.1.23 - Transferências de Convênios - Saúde
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.065,42

10.304 - Vigilância Sanitária
10.304.0010 - Saúde para Todos
10.304.0010.1.144 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, BEM COMO O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Destinação de Recursos: 0.1.33 - Transferências de Convênios - União/Saúde
4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.046.493,01

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
06.01 - Departamento de Urbanismo
15 - Urbanismo
15.451 - Infraestrutura Urbana
15.451.0011 - Serviços Urbanos
15.451.0011.1.007 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS
Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.935.405,67

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário
20 - Agricultura
20.606 - Extensão Rural
20.606.0013 - Agricultura Fortalecida
20.606.0013.1.049 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO
Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 590.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Contratos de Repasses, Convênios e Termos de Compromisso celebrados com Órgãos do Governo Federal e Estadual, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 - Receitas de Capital
2400.00.00 - Transferência de Capital
2420.00.00 - Transferências Intergovernamentais
2421.00.00 - Transferências da União
2421.99.00 - Outras Transferências da União
Destinação de Recursos: 0.1.23 - Transferências de Convênios - Saúde R\$ 100.065,42
Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros R\$ 1.320.527,00
Destinação de Recursos: 0.1.33 - Transferências de Convênios - União/Saúde R\$ 9.046.493,01
Destinação de Recursos: 0.1.34 - Transferências de Convênios - União/Outros R\$ 731.250,00

2422.00.00 - Transferências do Estado
2422.99.00 - Outras Transferências do Estado
Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros R\$ 2.204.878,67

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 7 de janeiro de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 9/2015

DECRETO Nº 9, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 49.879,35 (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 - Educação

12.365 - Educação Infantil

12.365.0007 - Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.3.18 - Transf. do FUNDEB 60%

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 49.879,35

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2014, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 49.879,35 (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de janeiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2014 - EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO - G. MAIOCHI

ADITIVO DE VALOR - equilibrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2014

Processo Licitatório Nº. 19/2014

Pregão Presencial Nº. 08/2014 - registro de preço

Aos 01 dias de Abril do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, denominado de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 19/2014 - Pregão Presencial Nº. 08/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de lâminas, dentes, parafusos e porcas, para manutenção das Motoniveladoras e tratores de esteira da frota do Município de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Valor Unit. Antes reajuste	Valor Unit. Após reajuste
1.01	G. MAIOCHI E CIA LTDA	LAMINA 13 FUROS 3/4 CURVA, 8 POLEGADAS COM DUREZA ENTRE 270 A 350 HB.	UNID	RCP	323,7544	359,3670

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2. Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2014 - PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 01 de abril de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE Prefeito Municipal de Massaranduba	G. MAIOCHI E CIA LTDA RUBENS MANFRED BIAVATH Contratada
---	---

DECRETO Nº. 3087 DE 13 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 3087 DE 13 DE ABRIL DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atend. A População

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 13801 - Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atend. A População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 13801 - Piso de Atenção Básica - PAB
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 13 de Abril de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

CHAMADA PUBLICA Nº002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 006/2015
INEXIGIBILIDADE - CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2015

A CAMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, torna público para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA acima mencionado, objetivando o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA A SAÚDE COMPREENDENDO ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR, AMBULATORIAL E OBSTETRÍCIA, EXAMES COMPLEMENTARES E SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO, TERAPIA, E INTERNAÇÕES NA MODALIDADE "COLETIVO EMPRESARIAL" DO TIPO "PLANO AMBULATORIAL + HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA", A SEREM PRESTADOS AOS SERVIDORES ATIVOS DA CAMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA, DE ACORDO COM A LEI 9.565/98 DA ANS. As inscrições se darão a partir do dia 27 de Abril de 2015 às 14:00 horas, na sede da Câmara Municipal, através de solicitação de credenciamento, acompanhado dos documentos exigidos no edital, permanecendo abertas até o dia 31 de dezembro de 2015. Outras informações poderão ser obtidas na Câmara de Vereadores de Massaranduba das 7h30min as 11h:30min e 13h:00 às 17h:00 horas.

Massaranduba, 16 de Abril de 2015.
SILVIO MAINKA
Presidente do Legislativo Municipal

PORTARIA 103/2015

PORTARIANº103/2015

15/04/2015

Silvio Mainka, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

RESOLVE:

Decretar Ponto Facultativo

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 20 de Abril de 2015, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Massaranduba.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 15 DE ABRIL DE 2015.

Silvio Mainka
Presidente

Publicado no Expediente da data supra

Jair Micheluzzi
Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 034/2015

DECRETO n.º 034/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionadas fica suplementada no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2054 – Manutenção de Outros Programa de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.0004.0 – Aplicações Diretas (41)	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 60.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação total da seguinte Dotação Orçamentária.

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2054 – Manutenção de outros Programa de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.0004.0 – Aplicações Diretas (40)	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 60.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 018/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA n.º. 018/2015

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei n.º. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo n.º. 018/2015

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 15/04/2015

Objeto da licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA 73 E RUA 79 DO BAIRRO SANGA GRANDE - MELEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO AO PROCESSO.

Empresa Vencedora: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 180.537,74

Meleiro/SC, 15 de abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 45/15

Extrato de Contrato nº 45/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 131/2015
Contrato n. 45/2015
Contratada: AP Oeste Comérico LTDA
Valor: R\$ 22.061,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 020/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICIPIO PARA O ANO DE 2015.

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 46/15

Extrato de Contrato nº 46/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 131/2015
Contrato n. 46/2015
Contratada: SCS Comércio LTDA ME
Valor: R\$ 28.277,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 020/2015, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICIPIO PARA O ANO DE 2015.

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 47/15

Extrato de Contrato nº 47/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 108/2015
Contrato n. 47/2015
Contratada: IDROMOL INDÚSTRIA e MECANICA LTDA - ME
Valor: R\$ 157.550,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 019/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS REALIZAÇÕES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2204/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2204/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÍMULO A EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2015, A CAMPANHA NATALINA - 2015, AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO DE PARCERIA COM A ACIMO - ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo - SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica autorizado a instituição e realização do Programa de estímulo à expedição de Notas Fiscais denominado: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2015 E CAMPANHA NATALINA 2015, no Município de Modelo SC, de contribuintes do Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; ISS - Imposto sobre Serviço, Nota Fiscal de Produtor Rural, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Consumidores e Contribuintes de Tributos, no âmbito do Município de Modelo - SC, em parceria com a ACIMO - Associação Comercial e Industrial de Modelo - SC.

Art. 2º.- O Programa - CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL e CAMPANHA NATALINA 2015, consistirá na premiação, mediante sorteios realizados conforme estabelecidos em regulamento próprio, aprovado através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. - Concorrerão aos Prêmios do Programa: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2015 E CAMPANHA NATALINA de 2015:

I - Os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de AQUISIÇÃO DE MERCADORIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO relativo ao exercício de 2015, em comércio estabelecido no território do Município de Modelo - SC, devidamente inscrito no cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal.

II - Os contribuintes que quitem no prazo estabelecido pelo Calendário Fiscal, os tributos e taxas Municipais e IPVA de Modelo - SC - relativo ao exercício de 2015;

III - Os produtores rurais que apresentarem a emissão de Nota de Produtor Rural, inscrito no Município de Modelo - SC - relativo ao exercício de 2015;

Art. 4º. - Para concorrer aos sorteios do Programa CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2015 E CAMPANHA NATALINA -2015, os consumidores do Município deverão obter junto ao órgão municipal competente e nos locais devidamente designados, os cupons numeradas que serão fornecidos na quantidade de:

I) 01 unidade a cada R\$ 100,00 (cem reais) de compra e serviço - exercício 2015.

II) 01 unidade a cada R\$ 500,00 (quinhentos reais) na Nota fiscal de Produtor Rural - exercício 2015.

III) 01 unidade a cada lançamento relativo ao pagamento de taxa e tributos - exercício 2015.

§ 1º - Serão consideradas para troca por cupons numerados a primeira via de nota fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais, emitidos por máquinas registradoras que contenham n.º de CGC

do vendedor.

§ 2º - Serão considerados para troca somente as notas fiscais e cupons fiscais emitidos a partir de 01.01.2015.

§ 3º - Serão considerados para troca por cupons numerados, o pagamento até o vencimento, dos impostos e taxas municipais, com a devida autenticação e pagamento do IPVA de Modelo - SC de 2015.

§ 4º - Os documentos fiscais serão carimbados, com a devida denominação da campanha e devolvidos ao contribuinte.

Art. 5º.- Serão premiados os cupons cujos números coincidirem, respectivamente com os números sorteados.

Art. 6º.- Os sorteios serão realizados em parceria com a ACIMO - Associação Comercial e Industrial de Modelo, nos locais e datas, conforme regulamento próprio, aprovado por Decreto do Poder Executivo e com ampla divulgação, em comemoração ao aniversário de 54 anos do Município e incentivo a emissão da nota fiscal e Campanha Natalina 2015.

Art. 7º.- O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios com vistas a popularização e incremento promocional do programa de que trata esta lei e igualmente realizar despesas com impressão de blocos, cartazes, divulgação, premiação e outras despesas para o cumprimento dos objetivos do programa e campanha de que dispõe esta Lei.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir e doar como premiação, materiais, moveis, eletrodomésticos, eletrônicos e outros equipamentos, no valor de até R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), objetivando o desenvolvimento do Programa: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2015.

Art. 09 - Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal, realizar em parceria com a ACIMO - Associação Comercial e Industrial de Modelo E CDL, a CAMPANHA NATALINA - 2015, com premiação doada pela entidade, sendo esta incluída na Campanha do Movimento Econômico de 2015, de que trata esta lei.

Art. 10 - Fica autorizada a realização de despesas com a decoração natalina publica, das ruas, praças, acessos e prédios públicos: Natal 2015, de conformidade com as disponibilidades financeiras e orçamentárias do Município, observadas as disposições legais.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará a realização do programa: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2015 E CAMPANHA NATALINA 2015,, objeto desta lei, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 12 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Modelo SC, autorizado a firmar convenio com a ACIMO - Associação Comercial e Industrial de Modelo SC, para transferência de recursos no valor de até 14.000,00 (Quatorze mil reais), para auxiliar na organização e aquisição dos prêmios e concurso, de que dispõe esta Lei, para atendimento dos objetivos do programa/campanha DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2015, da campanha premiação de valorização e incentivo as compras no comercio local, a ser realizada pela ACIMO - Associação Comercial e Industrial de Modelo/ CAMPANHA NATALINA 2015, observadas as disposições legais.

Art. 13 - As despesas decorrentes desta Lei estão consignadas em dotação própria prevista no orçamento vigente.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo aos 14 de abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIA Nº 036/2015 de 01.04.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA FROZZA RAUBER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 2.029/2012, 2.198/2015, em especial Art. nº 211, Seção IV da Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando laudo médico emitido em 03.03.2015, atestando a necessidade de afastamento para fins de Licença Gestante,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal ADRIANA FROZZA RAUBER, matrícula nº 2058-3, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 037/2014 de 05.02.2014, lotada no Departamento Municipal de Administração e Fazenda, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Gestante, sem prejuízo da remuneração, sendo no período de 15.04.2015 a 11.10.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15.04.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 01 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

RESULTADO DO RECURSO RELATIVO À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO 001/2015

RESULTADO DO RECURSO RELATIVO À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Instituto de Consultoria em Administração Pública - ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC TORNA PÚBLICO, o resultado dos recursos interpostos, quanto À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR:

I) INDEFERIR os seguintes requerimentos:

Inscrição	Cargo	DECISÃO
108062	Motorista	Indeferir o recurso.
108477	Operador de Máquinas	Indeferir o recurso.

Modelo, SC, 01 de abril de 2015.

Navegantes

PREFEITURA

ATAS I,II PREGÃO PRESENCIAL 63/2015, E CONVOCAÇÃO ENTREGA AMOSTRAS

Ata I Pregão Presencial nº 63/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES NOVA ESPERANÇA, PJ, JP DE LIMA, MULTIVILLE, TAYU, COM. ESQUADRO, BLUNAC, MAXIMA PAPELARIA, DEIVID REINERT, STORINNY, VENCOLI, JLM, REGLY®LY, ALESSANDRA OJEDA, TIAGO ALEXANDRE, FORNECEDORA TEXTIL, NEW WAY, LICISUL, TECNOAL, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS COM EXCEÇÃO DE ----- JLM o representante se retirou no credenciamento e também não apresentou procuração original nem copia autenticada, NEW WAY ausente o representante não apresentou documentação de identidade, ALESSANDRA H.OJEDA não apresentou procuração original nem docto de identif. e foi embora , AS LICITANTES 3 A COMERCIO E JOÃO ROBERTO RIBAS NÃO APRESENTARAM NENHUM DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO E FORAM DESCLASSIFICADAS (ITEM 3.8 OBS), NA OCASIÃO O PREGOEIRO TAMBEM INFORMOU QUE OS LICITANTES MAXIMA, STORINNY, ALESSANDRA H.OJEDA ERAM AS UNICAS QUE NÃO APRESENTARAM DOCUMENTOS REFERENTE AO BENEFICIO DE ME/EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE , SEM APONTAMENTOS, DEU-SE INICIO A ABERTURA DAS PROPOSTAS, NESTA FASE FOI CONSTATADO A DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE TECNOAL NO ITEM 11 (NÃO APRESENTOU REG. ANVISA), MAXIMA ITEM 11 SEM REG. ANVISA, FORNECEDORA ITEM 01 SEM REG. ANVISA, BLUNAC ITEM 11 SEM REG. ANVISA, NEW WAY ITEM 01,11 SEM REG. ANVISA, E ITEM 9,12 SEM MARCA, REGLY®LY ITEM 11 SEM REG. ANVISA, ALESSANDRA H.OJEDA DESCLASSIFICADO EM TODA PROPOSTA POIS QUEM ASSINOU A MESMA NÃO APRESENTOU PROCURAÇÃO PARA ISTO, APÓS A INFORMAÇÃO AOS PRESENTES O PREGOEIRO FORNECEU AS PROPOSTAS PARA OS LICITANTES ASSINAREM, E FINALIZOU INTIMANDO A TODOS QUE A MESMA LICITAÇÃO SERIA SUSPensa PARA RETORNAR AS 14 H DO MESMO DIA INICIANDO A ETAPA DE LANCES, NA OCASIÃO TAMBEM FOI INFORMADO QUE O ITEM 08 SERÁ CANCELADO POR ESTAR COM E DECRITIVO ERRADO, SEM MAIS ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO;

Ata II

REABERTO O CERTAME AS 14 HORAS CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PRESENÇA DOS LICITANTES TECNOAL, PJ SERVIÇOS, VENCOLI, DEIVID, FORAM ABERTOS OS LANCES , NO ITEM 26 A PJ PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO POIS COTOU O VALOR ERRADO (O PREGOEIRO ACEITOU) , APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE TODOS OS LICITANTES VENCEDORES NA ETAPA DE LANCES FORAM DEVIDAMENTE HABILITADOS, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS Á AUTORIDADE COMPETENTE, obs, os vencedores conforme mencionado na ata deverão apresentar as amostras no prazo estipulado no edital, sob pena de desclassificação.

Douglas Lemos
Pregoeiro

Navegantes 16 de abril de 2015.

AVALIAÇÃO DA AMOSTRA PREGÃO 50/2015 PMN

Avaliação do Processo Licitatório

A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 50/2015 - PR.

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

Item	Avaliação	Descritivo
9	Aprovado	
56	Aprovado	.

K&K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA

Item	Avaliação	Descritivo
49	Reprovado	Não Apresentou Amostra

FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL

Item	Avaliação	Descritivo
13	Reprovado	Não Apresentou Amostra
58	Reprovado	Não Apresentou Amostra
62	Reprovado	Não Apresentou Amostra
64	Reprovado	Não Apresentou Amostra

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP

Item	Avaliação	Descritivo
19	Reprovado	Não Apresentou Amostra
72	Reprovado	Não Apresentou Amostra

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME

Item	Avaliação	Descritivo
2	Aprovado	
4	Aprovado	
5	Aprovado	
7	Aprovado	
8	Aprovado	
14	Aprovado	
15	Aprovado	
16	Aprovado	
18	Reprovado	Produto não atende ao edital, tamanho ofício 220x332mm,
28	Reprovado	Produto não atende ao edital, medidas 229 x 324 mm
29	Aprovado	
30	Aprovado	
31	Aprovado	
33	Reprovado	Produto não atende ao edital espessura mínima 4mm.
42	Reprovado	Produto não atende ao edital permite grampear até 30 folhas de papel 75g/m2
44	Reprovado	Não Apresentou Amostra
45	Reprovado	Produto não atende ao edital produzido com arame cobreado de alta resistência
53	Reprovado	Produto não atende ao edital gramatura de 180g/m2

54	Aprovado	
55	Reprovado	Não Apresentou Amostra
67	Reprovado	Não Apresentou Amostra
70	Reprovado	Produto não atende ao edital Isolante térmico
75	Reprovado	Produto não atende ao edital, 140cm de largura
81	Reprovado	Produto não atende ao edital ABNT/NBR 15236/2005
83	Reprovado	produto não atende ao edital, impressão dos dois lados, tamanho aproximado 35x29cm

BOZZANO E BOZZANO LTDA ME

Item	Avaliação	Descritivo
23	Reprovado	Não Apresentou Amostra
34	Reprovado	Não Apresentou Amostra
73	Reprovado	Produto não atende ao edital, com 18cm, com cabo em abs
82	Aprovado	
85	Reprovado	Produto não atende ao edital corpo em plástico resistente e ponteira em aço inoxidável
86	Reprovado	Produto não atende ao edital corpo em plástico resistente e ponteira em aço inoxidável

ELMO PAPELARIA LTDA

6	Aprovado	
10	Reprovado	Produto não atende ao edital, 216mm x 30m.
11	Reprovado	Não Apresentou Amostra
20	Aprovado	
21	Aprovado	
22	Reprovado	produto não atende ao edital, madeira, couro e tecido.
25	Aprovado	
32	Reprovado	Não Apresentou Amostra
37	Aprovado	
38	Reprovado	Não Apresentou Amostra
39	Aprovado	
40	Aprovado	
43	Aprovado	
52	Aprovado	
57	Aprovado	
68	Aprovado	
71	Aprovado	
76	Aprovado	
77	Aprovado	
78	Aprovado	
79	Aprovado	
80	Aprovado	
87	Aprovado	
88	Aprovado	

COMERCIAL ONIX LTDA - EPP

1	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
3	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
26	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.

35	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
36	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
41	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
46	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
51	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
59	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
60	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.
66	Reprovado	Produto não atende ao edital, prazo de até 02 (dois) dias úteis.

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA

12	Aprovado	
27	Reprovado	Produto não atende ao edital , medidas 114x162mm
47	Reprovado	Não Apresentou Amostra
48	Reprovado	Produto não atende ao edital, ofício 205x300mm
50	Reprovado	Produto não atende ao edital, 148x202mm
61	Reprovado	Não Apresentou Amostra
63	Reprovado	produto não atende ao edital, medidas mínimas: 365x250x250mm (cxlxa)
65	Reprovado	Produto não atende ao edital, kraft plastificada,
74	Reprovado	Produto não atende ao edital, com ponto vermelho.

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

ELMO PAPELARIA LTDA – ITEM 1, 3, 26, 44, 46, 49, 50, 59, 61, 81;

COMERCIAL ONIX LTDA – EPP – ITEM 10, 11, 18, 22, 62, 64, 70, 72;

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP – ITEM 13, 34, 41, 45, 55, 60, 67, 73, 83;

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA – ITEM 19, 28, 32, 58, 75, 85, 86;

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME – ITEM 23, 38, 65, 66, 74;

K&K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA – ITEM 27, 42, 47, 48;

FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL – ITEM 33, 35, 36, 51, 53, 54, 63;

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGO-EIRA SUBSTITUTA
DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.
NAVEGANTES SC, 16 DE ABRIL DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 05/2015 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 FME

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS COM FITAS, PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS E COMPETIÇÕES ORGANIZADOS ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 30/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 16 de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 16 de abril de 2015.
Ilma Sra.
PRISCILLA DE MOURA GERALDO
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de MONITORA DE ABRIGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

DECRETO 259 NOMEIA DELEGADOS PARA CONFERÊNCIA DO PLANO DIRETOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 259 DE 15 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS DELEGADOS DA CONFERÊNCIA

MUNICIPAL PARA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os Delegados da Conferência Municipal para o Plano Diretor Participativo do Município de Navegantes, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), com a seguinte composição:

DELEGADOS ELEITOS PELOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA TITULARES:

1. CASSIO TONDIN DE CAMPOS
2. DIOGO ANDRE MIGUEL
3. ELVIS RONI BUCIAR
4. JULIANA RITTI

SUPLENTE:

1. MARTINO JACOB RANGHETTI
2. GISELE APARECIDA SCHIMIDT
3. PAULO SERGIO ZAPELLO SAMPAIO
4. CIRINO ADOLFO CABRAL NETO

EMPRESÁRIOS - ENTIDADES DE CLASSE

TITULARES:

1. ALEXANDRE PEDRO DIAS
2. IVO VARGAS
3. JOÃO PAULO GAYA
4. LEONARDO FELIPE REBELO
5. EDMIR SALES PINTO JUNIOR

SUPLENTE:

1. DEVISON ERICO DUARTE
2. MARIA IVANIR SANTOS CHAVIER
3. DENNER DE LIMA ROQUE
4. FRANCISCO ANTONIO FONTENELLE
5. VANIO DE ANDRADE

MOVIMENTOS SOCIAIS

TITULARES:

1. RAFAEL DIOGO THEISS
2. CAMILA ANNES BARELLA
3. VALDEMIR MARCELINO
4. JOÃO JOSE BENTO DE SOUZA
5. BARBARA APARECIDA VISCARDI VAO DAL'MOLIN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

6. CRISTIANE MATHIOLA
7. SERGIO LUIZ BENTO DE SOUZA
8. CAMILA PAMELA PINHEIRO
9. EDILSON ANTONIO DOS SANTOS
10. JOÃO PAULO KOWALSKY

SUPLENTE:

1. ALEXANDRE DO NASCIMENTO

2. VINICIUS TOLDO MOCELIN
3. MARIA BATISTA VIEIRA
4. RAFAEL ROBERTO DA SILVA
5. FABIOLA VIEIRA
6. AGNELO DAMASCENO DE OLIVEIRA
7. FRANCISCO EDUARDO JOHANNSEN
8. ANDREIA CRISTINA CEVERBECK
9. IVAN DA SILVA
10. AMARILDO NUNES DELFINO

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - TERCEIRO SETOR - ONGS

TITULARES:

1. LAERCIO BENATTI
2. ALDO DECKER

SUPLENTE:

1. IRINEU ZIMMERMANN
2. RONALDO TOMAS CORREA

TRABALHADORES - ENTIDADES SIDICAIS E CLASSITAS

TITULARES:

1. MARIA CRISTINA GOMES PHILIPPI
2. FABRICIO G. PHILIPPI
3. KAN HON YONG CHARLES
4. LEONARDO KOCK ADRIANO
5. JAMILE FENGLER DIETTERLE

SUPLENTE:

1. GEISON PAULO KAMMLER
2. ADEMIR CAMPESTRINIO
3. EDUARDO JOSÉ SEARA MAFRA
4. RAFAEL PEREIRA COELHO

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
 CEP 88370-446 – Navegantes - SC
 CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DELEGADOS INDICADOS PELOS GOVERNOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

	Órgão	Titular	Suplente
1	Empresa Bras. Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	Ana Lúcia Carvalho de Moraes	Everton Tadeu de Oliveira
2	Superintendência do Porto de Itajaí	Marcelo Werner Salles	Marcelo Graf
3	Conselho da Cidade	Cassiano Ricardo Weiss	Leonardo Silva Vianna
4	Fundação Cultural de Navegantes	Regina Célia Correia	Marcos Venício Montagna
5	Fundação Municipal de Esportes	Gerson Ademir Fagundes	Sidiney Ventura
6	Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUMAN	Paulo Celso Mafra	Cláudia Angioletti
7	Procuradoria Geral do Município	Gracy Kelly Lucindo	Monalise Antunes Morgado
8	Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte	Carlos Sérgio de Souza	Marlete Maria Alexandre
9	Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	João Paulo Serpa	Rogério Córdova Diniz
10	Secretaria de Assistência Social	Maria José Flor	Louise Correia do Nascimento
11	Secretaria de Comunicação Social	Vânia Alves Voltolini	Fernando Cardoso de Souza
12	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita	Antônio Carlos R. Carmona	Marcos Antônio Müller Neto
13	Secretaria da Educação	Silvana Maria M. Francisco	Lúcia Helena de Souza
14	Secretaria de Governo	Waldir Aparecido Lopes Ramos	Carlos Eduardo de T. Gaya Müller
15	Secretaria de Obras	Leandro Amaral	Jonas de Souza

16	Secretaria de Saneamento Básico	Valmir César Francisco	Humberto Galvez Júnior
17	Secretaria da Saúde	Paulo Renato Crispim	Jairo Castelan
18	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	Joab Bezerra Duarte Filho	Waldelir Guarezzi

Art. 2º Os Delegados ora nomeados têm como função discutir, em Grupo de Trabalho, as alterações sistematizadas e votar a proposta para o Plano Diretor Participativo de Navegantes.

Parágrafo Único: Os Delegados da Conferência Municipal para o Plano Diretor Participativo de Navegantes realizarão a votação das alterações do Plano Diretor, prevalecendo, ao final, a maioria simples dos Delegados presentes para a aprovação do documento final.

Art. 3º Todos os delegados da CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE NAVEGANTES devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOTIFICAÇÃO 54/2015

NOTIFICAÇÃO 54/2015 Navegantes, 25 de Março de 2015.

JORGE LUIZ PEIXOTO

Rua: Eurico Krobels, nº 1050

Bairro: Gravata

Cidade: Navegantes-SC

CEP: 88372-816

NOTIFICAÇÃO

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar o Sr. Jorge Luiz Peixoto pela inobservância na realização da prestação de Contas, onde recebeu recurso do Fundo Municipal de Cultura, estabelecido pela lei nº 2635 de 10 de Outubro de 2012, devidamente informado no Parecer CI-PMN nº 643/2014 da Secretaria de Gestão e Controle, o qual foi considerada irregular pois não apresentou documentos comprobatórios na utilização do recurso (documentos em anexo).

Devendo para tanto o Sr. Jorge Luiz Peixoto, apresentar resposta no prazo máximo de 15 (quinze) dias, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o princípio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de arcar com todas as penalidades previstas em lei.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA

Encarregada do Processo Administrativo

Secretaria Municipal de Administração e Logística

RECURSO / DECISÃO - CONCORRÊNCIA 07/2015 FMS - PROSAU

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE

CONCORRÊNCIA Nº 07/2015 FMS

Aos 16 dias de abril de 2015, às 09:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 70 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 07/2015 FMS, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM A FINALIDADE DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC

Protocolado pela empresa PROSAU - PROTEÇÃO DOS DIREITOS A SAÚDE - CNPJ: 07695700/0001-97.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 10/09/2015.

Em síntese, manifesta-se a empresa PROSAU através de recurso arguindo que a mesma não deveria ser inabilitada PELO MOTIVO DE NÃO APRESENTAR PATRIMONIO SOCIAL MÍNIMO EQUIVALENTE A 10% DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, uma vez que instituições / entidades sem fins lucrativos são aquelas que o resultado não é destinado/distribuído aos detentores do patrimônio líquido, e que conforme Resolução CFC as entidades sem fins lucrativos, não possuem capital social, mas sim um Patrimônio Social por mera formalidade. Finaliza requerendo a supressão das cláusulas recorridas e que realize a próxima fase com as empresas classificadas.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital.

No momento da abertura dos envelopes de habilitação da Recorrente e sua concorrente foi constatado pela comissão que ambas não atenderam algumas exigências do edital, entre elas a contida no item 4.3.9 Comprovação de possuir Patrimônio Social mínimo equivalente a 10% [...], como esta administração preza pelos princípios licitatórios, dentre eles o da vinculação ao edital art 3º Lei 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia[...], da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos,

Não há possibilidade de suprimir esta exigência e beneficiar estes dois licitantes, excluindo os demais que poderiam participar do presente processo licitatório caso soubessem que tal exigência não prevaleceria, e não participaram em um primeiro momento.

Desta forma a presente decisão visa cumprir as exigências editalícias, tratando os licitantes e possíveis licitantes pautado também na isonomia;

Como foi concedido o prazo para as licitantes apresentarem os documentos conforme §3º art.48 Lei 8666/93, sendo que a abertura dos envelopes contendo tais documentos será dia 17/04/2015, esta administração irá praticar estes atos, e caso os dois licitantes não atendam às exigências do edital, será dado como fracassada a licitação e republicado o edital , suprimindo a exigência recorrida.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 16 de abril de 2015.

DOUGLAS LEMOS

Presidente

Membros:

LEILA MENGARDA

RAUL COUTO NETO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

JOSEZITE DOS SANTOS

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 346/2015

PORTARIA Nº 346/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2015, de 12/03/2015, Decreto de Convocação nº 046/2015, MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, matrícula nº 6670, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 23 de março de 2015 a 21 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 23 de março de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 266, nº 170, Município de Itapema, portador do CPF nº 002.237.370-54, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada

Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 69,12 (sessenta e nove reais e doze centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 60 (sessenta) dias, iniciando em 23 de março de 2015 a 21 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Marcos de Aguiar Pereira
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de março de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 347/2015

PORTARIA Nº 347/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 825/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 169/2014, ELISANGELA GONÇALVES RIBEIRO, matrícula nº 6478, para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de março de 2015 até a realização de Concurso Público, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de março de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 23 de março de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora ELISANGELA GONÇALVES RIBEIRO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Amaro Damasio, nº 110, BL 02, Ap. 14, Bairro Bom Viver, Município de Biguaçu, portadora do CPF nº 949.468.842-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.067,22 (dois mil e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 21 de março de 2015 até a realização de Concurso Público, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e terminos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini Elisangela Gonçalves Ribeiro
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de março de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 348/2015

PORTARIA Nº 348/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2015, de 12/03/2015, Decreto de Convocação nº 046/2015, ANA MARIA CUCCO, matrícula nº 6671, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 23 de março de 2015 até a Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de março de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 23 de março de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ANA MARIA CUCCO, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Carlos Tridapalli, s/nº, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 030.620.419-35, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos

reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 23 de março de 2015 até a Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini Ana Maria Cucco
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de março de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 359/2015

PORTARIA Nº 359/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 102 e 103, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, no mês de Março/2015, à Servidora Pública Municipal MARIA GORETTI DEMONTI DE SOUZA, matrícula nº 69, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, relativo ao período aquisitivo de 31/10/1999 a 30/10/2004.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 25 de março de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 369/2015

PORTARIA Nº 369/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1.009/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal ANA CAROLINA SANTANA BERNARDI, matrícula nº 2071, atuante no cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária do Claraíba, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público, Município de Nova Trento, pelo período de 91 (noventa e um) dias, a contar de 01 de abril de 2015 a 30 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 27/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 371/2015

PORTARIA Nº 371/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 102, Parágrafo Único, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2005 a 28/02/2010, a ser pago no mês de Abril/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 377/2015

PORTARIA Nº 377/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2015, de 12/03/2015, Decreto de Convocação nº 049/2015, ANA CLAUDIA BATTISTI, matrícula nº 6677, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de abril de 2015 até a Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de abril de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ANA CLAUDIA BATTISTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Brusque, nº 394, Ap. 01, Bairro Espraiado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 104.306.199-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de abril de 2015 até a Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei

Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini Ana Claudia Battisti
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de abril de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 389/2015

PORTARIA Nº 389/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, a Servidora Pública Municipal MIRIA MARIA COSTA TONINI, matrícula nº 1059, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2001 a 28/02/2006, a ser pago no mês de Abril/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 09 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 391/2015

PORTARIA Nº 391/ 2015

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor Público Municipal, ROQUE GONSALES MONTIBELLER, matrícula nº 927, concursado, para exercer o cargo

de Provisão em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 12 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de abril de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 13 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 047/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 047/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - ME
Valor : 11.979,00 (onze mil novecentos e setenta e nove reais)
Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 14/04/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015
Recursos : Dotação: 2.003.4.4.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 15.606,00
Objeto : O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO PARA INSTALAÇÃO NAS TORRES NOVAS DE SINAL DE INTERNET COM ABRAGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL VISANDO ATENDER AO PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 515/2014 DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC.

Novo Horizonte/SC, em 15 de Abril de 2015 - Eli Mariott - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015
CONVITE Nº 008/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 15/04/2015
CONTRATADO: NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO PARA INSTALAÇÃO NAS TORRES NOVAS DE SINAL DE INTERNET COM ABRAGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL VISANDO ATENDER AO PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 515/2014 DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.979,00 (onze mil novecentos e setenta e nove reais)
DATA: 15/04/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 30/2015/FMS - LANCHES

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Recebimento das Propostas: até o dia 05/05/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 05/05/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12h30m às 18h30m,
- Telefone (48) 3886.0100,
- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br
- Site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 16 de Abril de 2015.

ANA REGINA ZOMER
Secretaria de Saúde

AVISO Nº 31/2015/FMS - VEÍCULOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS O KM PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO, SENDO UM PARA USO DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE E OUTRO PARA VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

Recebimento das Propostas: até o dia 05/05/2015 às 15h45m.

Abertura das Propostas: dia 05/05/2015, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12h30m às 18h30m,
- Telefone (48) 3886.0100,
- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br
- Site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 16 de Abril de 2015.

ANA REGINA ZOMER
Secretaria de Saúde

AVISO Nº 74/2015 CASAS POPULARES

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 74/2015.

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 12 CASAS POPULARES MEDINDO 36M² CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO.

Recebimento das Propostas: até o dia 07/05/2015 às 14h00m.

Abertura das Propostas: dia 07/05/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 16 de Abril de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

EDITAL DA PROVA PRÁTICA PARA CARGO DE MOTORISTA CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - DA PROVA PRÁTICA

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA A PROVA PRÁTICA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015 EM SEU ITEM 6.9, 7.7.1 DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC SOB REGIME ESTATUTÁRIO

O município de Orleans, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a publicação dos aprovados no Concurso Público nº 001/2015, torna público a Convocação para a Prova Prática do cargo de Motorista - Nível Fundamental Incompleto.

A convocação dos candidatos classificados para a Prova Prática, deverá obedecer ao disposto no Itens 6.9 do edital 001/2015 - Etapas do Concurso Público.

1 - PARA A PROVA PRÁTICA O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER AO LOCAL MUNIDO, OBRIGATORIAMENTE, DE:

- a- Documento de identidade;
- b- Comprovante de Inscrição;
- c- Carteira de habilitação, sob pena de não poder realizar a prova;
- d- Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário adequado.

1.1 - A Prova Prática para o cargo de motorista de caráter eliminatório e classificatório somente será realizada para os candidatos aprovados na prova objetiva.

1.2 - Serão considerados aprovados e classificados na prova prática os candidatos que atingirem a nota igual ou superior a 50% (5,0 pontos).

1.3 - Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada desta prova.

1.4 - Ficam convocados para realização da prova prática os aprovados na prova objetiva conforme anexo.

2 - NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA DO CARGO DE MOTORISTA

2.1 - A Prova será realizada no dia 26 de abril de 2015, as 08:00 horas nas dependências da Secretaria de Infraestrutura, sito a Rua Victor Meirelles nº 255, Bairro Coloninha na cidade de Orleans/SC.

2.2 - Será vedado o acesso ao local da prova prática ao candidato que se apresentar após o horário estipulado e não atendendo ao

disposto no Item 1.

2.3 - Não terão direito a fazer a prova prática os candidatos que não apresentarem a Carteira Nacional de Habilitação.

3 - ESPECIFICAÇÕES DA PROVA PRÁTICA

3.1 - O candidato deve operar o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra sem cometer infrações ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

3.2 - O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução de veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência a sinalização de trânsito (vertical e horizontal), como também outras situações durante a realização do exame.

3.3 - Para realizar a prova os candidatos ao cargo de motorista deverão apresentar carteira nacional de habilitação, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

3.4 - O candidato que deixar de apresentar a Carteira Nacional de Habilitação será automaticamente eliminado.

3.5 - Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, com prazo superior a trinta dias ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

3.6 - No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

3.7 - Para obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, seguido os fatores avaliados conforme Item 6.9.15 do Edital nº 001/2015 do Concurso Público, sendo que, serão descontados pontos conforme quadro a seguir:

Fatores avaliados	Categoria da Falta	Pontos a serem des- contados	Número de Faltas avaliadas em cada Fator
Aproveitamento do Equipamento – Produtividade – Técnica – Aptidão e Eficiência	Falta Grave	1,00	12
Habilidades em operar o equipamento	Falta Média	11	11
Verificação do Equipamento	Falta Leve	0,25	06

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência.

- descontrolar-se no plano, no auge ou declive
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado
- utilizar a contramão de direção
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção

- exceder a velocidade indicada para a via
- perder o controle de direção do veículo em movimento
- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la.
- deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias: Habilidades de operar o equipamento

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Fazer conversão com imperfeição.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.

Faltas Leves: Verificação do equipamento

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular
- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.

Orleans, 16 de Abril de 2015.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

ANEXO

MOTORISTA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO
045	ROBERTO LUIZ CARDOZO
012	VALDEMIR FERMIANO DA SILVA
018	LAÉRCIO OSMAR CARDOZO
077	VITORIO SPRICIGO
034	VALDIR ALBERTON
064	GENESIO FELTRIN
031	CLÉSIO ALBERTON
006	JOELSON VERONEZ
098	JOÃO DENIZETE BORGES
094	LUCIANO DE NES
051	LUIZ FERNANDO VERGINIO
001	ROBERTO ALBERTON ROECKER
121	EVANDRO CARLOS AGERTT BECK

053	MARCIONEI MACHADO
091	CLAUDIO DA SILVA DOMINGOS
013	GESSE GARCIA SCURSELI
059	NIVALDO MAZON
058	LUCINEIA ANTUNES DA SILVA
085	CONRRADO ALBERTON JUNG
100	VALDONI RAMOS
044	VALDECIR RAMOS
069	ARLEI RODRIGUES MADALENA
108	MURILO MACHADO
080	EUGENIO BECKER
092	RICARDO ROUSSELET LEBARBENCHON
054	DEFENDI MANARIN
015	DENILERSIO LEMBECK ASCARI
075	VANDERSON LIMA
113	MARCEL GOUDINHO
039	LUCAS DA ROSA
123	IDIOMAR NEVES
116	RODRIGO TURAZZI BRATTI
112	ROBERTO VALENTE JUNIOR
095	NATHAN JONATA ANTUNES

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.06/2015

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.06/2015 cujo objeto é Aquisição de aquisição Produtos biológicos, para elevação da eficiência da estação de tratamento de esgoto e redução de odores ambos serão utilizados na ETE de propriedade do SAMAE, localizada no Município de ORLEANS/SC e larvicida Biológico BTI (Bacillus Thuringiensis).A entrega de documentação e propostas até 10hr00min do dia 06 de maio de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br .

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

Ouro Verde**PREFEITURA****PREGÃO 0021/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0021/2015 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento das licenças de uso de um Software de Sistema Móvel para captação de informações contidas no sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde, denominado E-SUS AB Centralizador. Objetivando implantação, conversão, customização, manutenção/locação/suporte de software de gestão para a Secretaria de Saúde do Município, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população do município. Conforme especificações do edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 04/05/2015. Início da sessão Publica. Às 09h05min dia 04/05/2015. Base legal: lei nº10. 520 de 17 de julho de 2002, c/aplicação subsidiária da lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 16 de Abril de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Paial**PREFEITURA****REVOGAÇÃO PP006/2015 FMS**

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

Objeto: contratação de empresa para fornecer licença de uso de software gestão de saúde.

EXTRATO DE DESPACHO DE REVOGAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 e de conformidade com o § 3, do art. 49, do citado diploma legal, torna-se pública a REVOGAÇÃO do processo licitatório em referência, devido à necessidade de revisão das especificações dos itens. Isto posto, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para o direito ao contraditório e a ampla defesa a contar da data desta publicação.

Paial, SC, 16 de abril de 2015.
Elizete Esposito Vortmann
Secretaria de Saúde

Palhoça**PREFEITURA****CONTRATO Nº016/2015**

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º016/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TELESYSTEM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva da Central Telefônica. VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). DATA: 05/02/2015.

CONTRATO Nº017/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º017/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A. OBJETO: contratação de empresa para seguro de acidentes pessoais coletivos para 50 (cinquenta) estagiários da Prefeitura Municipal de Palhoça: Garantias e Capitais Segurados: Morte Acidental, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (R\$5.500,00) e Assistência Funeral Individual (R\$ 3.000,00). VALOR: R\$ 748,00 (setecentos e quarenta e oito reais). DATA: 05/02/2015.

CONTRATO Nº023/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º023/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HDR SERVIÇO, COMÉRCIO E TRANSPORTE NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para locação de materiais e serviços para organização e execução do Carnaval 2015. VALOR: R\$ 43.990,00 (quarenta e três mil novecentos e noventa reais). DATA: 13/02/2015.

CONTRATO Nº024/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º024/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAGIA COMERCIAL DE FLORES LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços referente à manutenção e limpeza do pátio externo da Faculdade Municipal. VALOR: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais). DATA: 13/02/2015.

CONTRATO Nº025/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º025/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BIBLIOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: locação de software para a Biblioteca da Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 3.787,50 (três mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). DATA: 13/02/2015.

CONTRATO Nº026/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º026/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa XBRAMAR SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: locação de 2 (duas) impressoras e serviço de Out Sourcing de impressão, digitalização e fotocópias para a Faculdade Municipal com fornecimento total de assistência técnica, peças de reposição e suprimentos, instalação e treinamento nas dependências da Faculdade Municipal. VALOR: R\$ 6.320,00 (seis mil trezentos e vinte reais). DATA: 13/02/2015.

CONTRATO Nº027/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º027/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CERNE AMBIENTAL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para o município de Palhoça (lote 01) E contratação de empresa especializada para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) capítulos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais do município de Palhoça (LOTE 02). VALOR: R\$ 264.999,63 (duzentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos). DATA: 20/02/2015.

CONTRATO Nº031/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º031/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A. OBJETO contratação de empresa para seguro de acidentes pessoais coletivos para 300 (trezentos) estagiários da Faculdade Municipal de Palhoça: Garantias e Capitais Segurados: Morte Acidental, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (R\$5.000,00). VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). DATA: 10/03/2015.

CONTRATO Nº040/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º040/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOFTPC INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para serviço de suporte técnico do Sistema Habitaweb para a Secretaria de Habitação. VALOR: R\$ 7.586,70 (sete mil quinhentos e oitenta e seis reais e setenta centavos). DATA: 12/03/2015.

CONTRATO Nº041/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º041/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INTELIO TECNOLOGIA LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de licença de uso e implementação (planejamento, manutenção, treinamento e implantação) de pacote de software

e de serviços de consultoria e assistência técnica para uso exclusivamente dos órgãos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município. VALOR: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais). DATA: 12/03/2015.

CONTRATO Nº044/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º041/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INTELIO TECNOLOGIA LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de licença de uso e implementação (planejamento, manutenção, treinamento e implantação) de pacote de software e de serviços de consultoria e assistência técnica para uso exclusivamente dos órgãos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município. VALOR: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais). DATA: 12/03/2015.

CONTRATO Nº045/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º045/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: aquisição de Notebooks para realizar a premiação do IPTU 2015. VALOR: R\$ 1.436,00 (hum mil quatrocentos e trinta e seis reais). DATA: 17/03/2015.

CONTRATO Nº046/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º046/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VOLKSWAGEN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. OBJETO: aquisição de Carro zero quilômetro para realizar a premiação do IPTU 2015. VALOR: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). DATA: 17/03/2015.

CONTRATO Nº047/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º047/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMP 1 INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de Televisores para realizar a premiação do IPTU 2015. VALOR: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). DATA: 17/03/2015.

CONTRATO Nº048/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA, SAMAE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE SAÚDE, FACULDADE MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº048/2015 AO CONTRATO N.º086/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DECISÃO PROPAGANDA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 21/03/2016 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quatro do Contrato de Prestação de Serviços n.º 086/2014. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 20/03/2015. DATA: 17/03/2015.

CONTRATO Nº049/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNREBOM

CONTRATO N.º049/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MOB INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de móveis para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros. VALOR: R\$ 13.791,00 (treze mil setecentos e noventa e um reais). DATA: 17/03/2015.

CONTRATO Nº050/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º050/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME. OBJETO: aquisição de móveis para atender as necessidades da Secretaria da Receita, do Corpo de Bombeiros e da Procuradoria Geral do Município. VALOR: R\$ 16.566,60 (dezesesseis mil quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos). DATA: 17/03/2015.

CONTRATO Nº051/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º051/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CAMPINAS LOCADORA DE VEÍCULOIS LTDA ME. OBJETO: locação de veículo para atender as necessidades do PRONATEC de Palhoça. VALOR: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais). DATA: 23/03/2015.

CONTRATO Nº053/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº053/2015 AO CONTRATO N.º075/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 31/05//2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 75/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 31/03/2015. DATA: 24/03/2015.

CONTRATO Nº054/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº054/2015 AO CONTRATO N.º131/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 31/05//2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 75/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 31/03/2015. DATA: 24/03/2015.

CONTRATO Nº055/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº055/2015 AO CONTRATO N.º161/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BITMAP CONSULTORIA DE SISTEMAS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 03 (três) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 161/2014. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 31/03/2015. DATA: 24/03/2015.

CONTRATO Nº056/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º056/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COSATEL - CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução da Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na região ACF - IX - Adutora de Água Tratada, localizada no bairro Bela Vista - Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 1.002.463,19 (hum milhão dois mil e quatrocentos e sessenta e três reais e dezenove centavos). DATA: 26/03/2015.

CONTRATO Nº061/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º061/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SPECTO PAINÉIS ELETRÔNICOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação com manutenção corretiva de um sistema de gerenciamento de filas (software e hardware) e de atendimento, para ambientes ao público presencial, a ser instalado na Secretaria Municipal de Receita e na Delegacia de Polícia Civil do Município. VALOR: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). DATA: 31/03/2015.

CONTRATO Nº062/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº062/2015 AO CONTRATO N.º199/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRITAGEM VOGEL-SANGER LTDA. OBJETO: Fica retificada a denominação do lote 01 para o lote 03 na qual a empresa supracitada foi vencedora. DATA: 01/04/2015.

CONTRATO Nº063/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº063/2015 AO CONTRATO N.º200/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. OBJETO: Fica retificada a denominação do lote 04 para o lote 02 na qual a empresa supracitada foi vencedora. DATA: 01/04/2015.

CONTRATO Nº064/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº064/2015 AO CONTRATO N.º201/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FABIANO SILVEIRA ME. OBJETO: Fica retificada a denominação dos lotes 02 e 03 para os lotes 01 e 04 na qual a empresa supracitada foi vencedora. DATA: 01/04/2015.

CONTRATO Nº066/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº066/2015 AO CONTRATO N.º097/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa IPM INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 07/04//2016 o prazo contratual anunciado na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 097/2014. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 07/04/2015. DATA: 06/04/2015.

CONTRATO Nº067/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º067/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONSTRUTORA TS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem da Estrada Geral do Sertão (trecho 1), Bairro Alto Aririú [LOTE 4], neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 108.779,77 (cento e oito mil setecentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos). DATA: 07/04/2015.

CONTRATO Nº068/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º068/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EMPREITEIRA ARRUDA LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem da Rua Olin-dina Júlia Patrício, Servidão Zalvo José Garcia, Rua Júlio Ernesto de Melo e Ruas Aristides Francisco de Melo, 201, 202, 203 e 1059, Bairro Aririú [LOTE 1]; drenagem da Rua Dorvalina Maria da Silva e Rua Maria José da Conceição, Bairro Pachecos [LOTE 2]; drenagem da Rua Dom Pedro I, Bairro Jardim Aquários [LOTE 3]; drenagem da Rua Benta de Souza, Bairro Passa Vinte [LOTE 5]; drenagem da Rua Josino de Souza e Servidão Adriano Alcides de Mello, Bairro Furadinho [LOTE 6], neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 332.394,93 (trezentos e trinta e dois mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos). DATA: 07/04/2015.

CONTRATO Nº070/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º070/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP. OBJETO: a contratação de empresa para locação de estruturas, sonorização, equipamentos e serviços relacionados ao evento e Ações do Aniversário

do Município de Palhoça. VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). DATA: 07/04/2015.

CONTRATO Nº071/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º071/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CASA DOS TROFÉUS LTDA ME. OBJETO: a contratação de empresa para locação de estruturas, sonorização, equipamentos e serviços relacionados ao evento e Ações do Aniversário do Município de Palhoça. VALOR: R\$ 16.610,00 (dezesesseis mil seiscientos e dez reais). DATA: 07/04/2015.

CONTRATO Nº072/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º072/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HDR SERVIÇO, COMÉRCIO E TRANSPORTE NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME. OBJETO contratação de empresa para locação de estruturas, sonorização, equipamentos e serviços relacionados ao evento e Ações do Aniversário do Município de Palhoça. VALOR: R\$ 128.200,00 (cento e vinte e oito mil e duzentos reais). DATA: 07/04/2015.

CONTRATO Nº073/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º073/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para locação de equipamentos e serviços relacionados ao evento e Ações do Aniversário do Município de Palhoça. VALOR: R\$ 7.330,00 (sete mil trezentos e trinta reais). DATA: 07/04/2015.

CONTRATO Nº074/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNREBOM

CONTRATO N.º074/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA EPP. OBJETO: aquisição de moto aquática com prancha de salvamento, carreta rodoviária e carreta para manobras para o Corpo de Bombeiros. VALOR: R\$92.355,00 (noventa e dois mil trezentos e cinquenta e cinco reais). DATA: 09/04/2015.

CONTRATO Nº075/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º075/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para reforma parcial do piso térreo da Secretaria de Assistência Social de Palhoça. VALOR: R\$ 46.067,25 (quarenta e seis mil sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos). DATA: 14/04/2015.

ERRATA 01 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA 01

PREGÃO Nº. 47/2015

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO nº.47/2015, que tem como objeto aquisição de Equipamento Topográfico, a ser utilizado em medições e levantamentos topográficos nos projetos de drenagem e esgotamento sanitário da SAMAE de Palhoça. Fica apazado para o dia 05/05/2015 às 09:00 hs para entrega dos envelopes e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site palhoça.atende.net. Palhoça 16 de Abril de 2015 - Pregoeiro.

LEI COMPLEMENTAR Nº 193, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 193, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

VENCIMENTOS. Reposição de perdas salariais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos efetivos, reposição salarial de 6,40 % (seis vírgula quarenta por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de março de 2015, de conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 1º refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2014) e deverá ser aplicado aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010;

§ 2º A reposição de que trata este dispositivo será aplicado no mês de abril de 2015.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos do magistério, reposição salarial de 6,40 % (seis vírgula quarenta por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de janeiro de 2015, de conformidade com o que dispõe o § 3º do art. 118 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 2º refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2014), e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos servidores contratados e aos professores que recebem acima do piso nacional do magistério;

§ 2º Aos professores que recebem abaixo do piso nacional do magistério, não será aplicado reajuste, porquanto já adequado por legislação própria, onde o índice de 13,01% do MEC já foi embutido na remuneração;

§ 3º A reposição de que trata este dispositivo será aplicado no mês de janeiro de 2015, autorizada a complementação salarial, se necessária.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o índice de 1,38% (um vírgula trinta e oito por cento) de aumento real a todos os servidores do Poder Executivo Municipal, incluindo o magistério público, a partir de 1º de agosto de 2015.

Art. 4º Aplica-se o disposto nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei Complementar aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas previdenciários e aos professores contratados por tempo determinado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 16 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

IPCA/IBGE - ACUMULADO

ês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2014	0,78	6,4076	6,4076	1.046,2758
Nov/2014	0,51	5,5841	6,5554	1.038,1780
Out/2014	0,42	5,0483	6,5872	1.032,9101
Set/2014	0,57	4,6090	6,7465	1.028,5901
Ago/2014	0,25	4,0161	6,5129	1.022,7603
Jul/2014	0,01	3,7567	6,5023	1.020,2098
Jun/2014	0,40	3,7463	6,5236	1.020,1078
Mai/2014	0,46	3,3330	6,3751	1.016,0436
Abr/2014	0,67	2,8598	6,2798	1.011,3912
Mar/2014	0,92	2,1752	6,1531	1.004,6600
Fev/2014	0,69	1,2438	5,6798	995,5014
Jan/2014	0,55	0,5500	5,5853	988,6795

LEI Nº 4.216, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.216, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

REPOSIÇÃO SALARIAL. Autorizo o Poder Legislativo Municipal a Rever subsídio e remuneração dos Servidores Municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder reposição salarial no percentual de 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento), calculados sobre a remuneração de março/2015 dos servidores públicos (ativo/inativo) e do subsídio de que trata o §4º, do art. 39, da C.F/88, de conformidade com o que dispõe

o art. 37, X, da C.F/88, obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A reposição salarial de que trata o "caput" deste artigo, é feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correm por conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2015.

Palhoça, em 16 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

RESULTADO PREGÃO 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 046/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização e execução de show nacional em comemoração ao aniversário de Palhoça, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01 e 04, totalizando R\$ 60.360,00 (sessenta mil trezentos e sessentas reais).

MDR PRODUÇÃO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no lote 03, totalizando R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).

RENATO HENRIQUE ME ficou classificada em 1º lugar no lote 02, totalizando R\$ 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais).

Palhoça, 16 de abril de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2015.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº92/2015.

VENCIMENTOS. Reposição de perdas salariais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos efetivos reposição salarial de 6,40 % (seis vírgula quarenta por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de março de 2015, de conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 1º refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2014) e deverá ser aplicado aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010;

§ 2º A reposição de que trata este dispositivo será aplicado no mês de abril de 2015.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos do magistério, reposição salarial de 6,40 % (seis vírgula quarenta por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de janeiro de 2015, de conformidade com o que dispõe o § 3º do art. 118 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 2º refere-se Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2014), e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos servidores contratados e aos professores que recebem acima do piso nacional do magistério;

§ 2º Aos professores que recebem abaixo do piso nacional do magistério, não será aplicado reajuste, porquanto já adequado por legislação própria, onde o índice de 13,01% do MEC já foi embutido na remuneração;

§ 3º A reposição de que trata este dispositivo será aplicado no mês de janeiro de 2015, autorizada a complementação salarial, se necessária.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o índice de 1,38% (um vírgula trinta e oito por cento) de aumento real a todos os servidores do Poder Executivo Municipal, incluindo o magistério público, a partir de 1º de agosto de 2015.

Art. 4º Aplica-se o disposto nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei Complementar aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas previdenciários e aos professores contratados por tempo determinado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

IPCA/IBGE - ACUMULADO

ês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2014	0,78	6,4076	6,4076	1.046,2758
Nov/2014	0,51	5,5841	6,5554	1.038,1780
Out/2014	0,42	5,0483	6,5872	1.032,9101
Set/2014	0,57	4,6090	6,7465	1.028,5901
Ago/2014	0,25	4,0161	6,5129	1.022,7603
Jul/2014	0,01	3,7567	6,5023	1.020,2098
Jun/2014	0,40	3,7463	6,5236	1.020,1078
Mai/2014	0,46	3,3330	6,3751	1.016,0436

Abr/2014	0,67	2,8598	6,2798	1.011,3912
Mar/2014	0,92	2,1752	6,1531	1.004,6600
Fev/2014	0,69	1,2438	5,6798	995,5014
Jan/2014	0,55	0,5500	5,5853	988,6795

PROJETO DE LEI Nº 504/2015.

PROJETO DE LEI Nº 504/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. RUA MANOEL CAMILO BARREIROS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada RUA MANOEL CAMILO BARREIROS, com extensão de 102 metros de comprimento e 5,5 metros de largura, com início na Rua 406. Via Pública localizada no bairro Passagem do Maciambú, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de março de 2015.

Nelson Martins Filho

Vereador

PROJETO DE LEI Nº 495/2015.

PROJETO DE LEI Nº 495/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA, Rua Jorge Machado Lopes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Jorge Machado Lopes, com extensão de 130 metros e largura de 5 metros, via pública, localizada no Bairro Caminho Novo, com início na Rua João Duarte Raimundo, no município de Palhoça.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que se trata o artigo anterior obedece o croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2015.

MARIA ROSANGELA PRATIS

PROJETO DE LEI Nº 498/2015

PROJETO DE LEI Nº 498/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Vereador João Euclides Pereira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Vereador João Euclides Pereira, com extensão de 400,00 metros e 5,00 metros de largura, via pública localizada no bairro Passagem do Maciambú.

Parágrafo único. A localização da Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 24 de fevereiro de 2015.

EDEMIR NIEHUES (Neném)

Vereador

PROJETO DE LEI Nº 499/2015

PROJETO DE LEI Nº 499/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA. RUA DAS ROSEIRAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada RUA DAS ROSEIRAS, com extensão de 264 metros de comprimento e 6 metros de largura, com início na Rodovia Eválio Paulo Broering. Via Pública localizada no bairro Praia do Sonho, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nelson Martins Filho

Vereador

PROJETO DE LEI Nº 534/2015.

PROJETO DE LEI Nº 534/2015.

REPOSIÇÃO SALARIAL. Autoriza o Legislativo Municipal a Rever Subsídio e Remuneração dos Servidores Municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder reposição salarial no percentual de 6,22 % (seis vírgula vinte e dois por cento), calculados sobre a remuneração de março/2015 dos servidores públicos efetivos (ativo/inativo) e do subsídio de que trata o §4º, do art. 39, da CF/88, de conformidade com o que dispõe o art. 37, X, da CF/88, obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A reposição salarial de que trata o "caput" deste artigo, é feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º As despesas com a execução desta lei, correm a conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2015.

Palhoça/SC, 13 de abril de 2015.

Ver. Otávio Marcelino Martins Filho Ver. Isnardo Luis Brant
Presidente Vice- Presidente

Ver. Maria Rosângela Pratis
1ª. Secretária

Ver. Edemir Nieuhes
2º. Secretário

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

PREGÃO 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica que a empresa RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA-ME, foi VENCEDORA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015, para aquisição e instalação 22 AR CONDICIONADO/Split DE 9.000 BTU/H, para a Câmara Municipal de Palhoça, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme descrição constante do ANEXO I do EDITAL. Maiores informações Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani - Palhoça e no Site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 32421501.

Palhoça, 16 de abril de 2015.

Cristiane Aparecida de Silva

Pregoeira

RESULTADO FASE DE HABILITAÇÃO TP Nº 02/2015

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO FASE DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica aos interessados que as empresas REPLAY PRODUÇÕES E PUBLICIDADES LTDA - ME; UNIVERSAL FILMES LTDA - ME; DECK COMUNICAÇÃO LTDA - ME E DIGILAB S.A, foram HABILITADAS para a próxima fase das PROPOSTAS - Processo Licitatório nº 03/2015, na modalidade Tomada de Preços nº 002/2015. Maiores informações Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani - Palhoça e no Site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 32421501.

Palhoça, 15 de abril de 2015.

Cristiane Aparecida de Silva

Presidente da CPL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 014/2015

PORTARIA Nº 014/ 2015.

Retifica as Portarias nº 5860/2001 e 6055/2001 e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam retificadas as Portarias nº 5860/2001 e 6055/2001, no tocante a aposentadoria por invalidez PROPORCIONAL do servidor Mauro Bento Dutra, matrícula 500175, que passará a ser aposentadoria por invalidez INTEGRAL, conforme decisão exarada nos autos da apelação civil n. 2013.004878-7.

Art. 2º As demais disposições contidas nas Portarias nº 5860/2001 e 6055/2001 permanecem inalteradas, ressalvado a nova forma de cálculo do provento do servidor, que passará a ter o fator de proporcionalidade fixado em 100,00% da remuneração de contribuição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/11.

Palhoça (SC), em 07 de abril de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann

Assistente Administrativo

Matrícula 300169

PORTARIA Nº 015/2015

PORTARIA Nº 015/2015.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor Carlos Antonio de Freitas.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve,

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor Carlos Antonio de Freitas, detentor da matrícula funcional nº 500147-01, inscrito no CPF sob o 342.383.799-34 e no PIS/PASEP sob o nº 105.812.806-33, lotado no Fundo Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de abril de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola

Presidente da Autarquia

Ariana Vera da Rosa Tavares

Técnico Previdenciário

Matrícula 900048

PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIA Nº 016/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Janet Maria Martins Lamarque.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

,
Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Janet Maria Martins Lamarque, detentora da matrícula funcional nº 400036-01, inscrita no CPF sob o nº 488.897.689-91 e no PIS/PASEP sob o nº 121.089.737-39, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de abril de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA Nº 017/2015

PORTARIA Nº 017/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor João Francelino da Silva.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve,

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor João Francelino da Silva, detentor da matrícula funcional nº 500161-01, inscrito no CPF sob o nº 495.278.609-97 e no PIS/PASEP sob o nº 107.642.117-11, lotado na Secretaria de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de abril de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 018/2015

PORTARIA Nº 018/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Nelci Terezinha da Silva de Souza.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

,
Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Nelci Terezinha da Silva de Souza, detentora da matrícula funcional nº 800084-01, inscrita no CPF sob o 534.611.009-78 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.828.977-5, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora da Educação Infantil, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de abril de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

Papanduva

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015. Objeto: Registro de preços para a contratação de serviços de transporte escolar e linha socorro, destinados aos alunos da educação básica do município. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 30 de abril de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 30/04/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 16 de abril de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 028/2013, de 18/02/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 028/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 030/2013; Considerando que a Lei Municipal 2037/2014 contempla recursos para cobertura desse tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade dessa locação; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2015. Contratado: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PAPANDUVA.

Papanduva, 18 de dezembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 029/2015.

Objeto: Aquisição de oito conjuntos de equipamentos permanentes - Academias ao ar livre. Tipo: Menor preço unitário; Entrega dos envelopes: Até o dia 04/05/2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: Dia 04/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de abril de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passos Maia**PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO Nº 0028/2015**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0028//2015

PREGÃO ELETRÔNICO N. 0019/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 0019/2015 - Objeto - Tem por objeto o presente Edital de Pregão a aquisição de um trator agrícola, uma ensiladeira e uma grade arradora, oriundo do contrato de repasse n. 805984/2014/Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e aquisição de um trator agrícola, oriundo do contrato de repasse n. 804751/2014/ Ministério Desenvolvimento Agrário, conforme descrito no anexo 01 deste edital. As propostas deverão ser anexadas no sistema das 08:30 h/min do dia 17/04/2015, até as 08:30 do dia 04/05/2015. Abertura das propostas: será às 09:00 h/min do dia 04/05/2015. Início da sessão de disputa de preços: 09:10 h/min do dia 04/05/2015. Retirada do Edital pelo site www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações". Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 16 de abril de 2015

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO Nº 11/2015**

DECRETO Nº11/2015

Decreta Ponto Facultativo no Município.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 20 de abril de 2015 segunda-feira em virtude do feriado do dia 21 de abril (Tiradentes). Tal atitude se toma com o objetivo de gerar economia da despesa pública.

Art. 2º - Ficam os Secretários Municipais, no dia declarado como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de abril de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - EMPREGO PÚBLICO Nº01/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Concurso Público - Emprego Público nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/04/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hs às 17:30hs, conforme cláusula 8 do Edital do Concurso Público 01/2013 - ESF.

Cargo: ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO	CPF	NOME
18º.	033.792.359-03	DANIELI BERGES PEREIRA
19º.	039.715.649-92	JOICE DOS SANTOS

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;

t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

EDITAL CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - EMPREGO PÚBLICO Nº01/2014 - ESF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/04/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital do Concurso Público - Emprego Público nº 01/2014 - ESF.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO SÃO CRISTOVÃO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
5º	0000002	EDNA IGLIKOSKI DOS SANTOS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;

- n) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- t) Fotocópia Comprovante de residência no bairro que vai atuar, conforme inscrição, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, conforme item 1.3 do edital.
- u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público - Emprego Público e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - EMPREGO PÚBLICO Nº01/2014 - ESF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/04/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital do Concurso Público - Emprego Público nº 01/2014 - ESF.

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	0000109	CRISTIANE MINGOTTI
2º	0000003	JESIANI MARIA CAL-DEIRA
3º	0000008	RENATA PEREIRA
4º	0000122	HERONILDE LUIZA ANTONIO

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- i) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- j) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- k) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- l) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- m) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- q) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- r) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- s) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público - Emprego Público e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 112/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 112/2015

TORNA SEM EFEITO: a pedido, a Portaria nº 28/2015, da professora Sra. CAMYLLA EMANUELLY PRINCIPE DE MORAIS. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/04/2015.

Penha/SC, 15 de abril de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

PP07/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA SER INSTALADO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NAM, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 04/05/2015

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/05/2015

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido somente o Termo Aditivo nº286/2015 ao Contrato nº 90/2015, correspondente a 20 horas semanais - PMP, firmado entre a Sra. DANIELA COELHO FERREIRA DA ROSA e esta PREFEITURA, em 10 de março de 2015, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 16 de abril 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 137/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 137/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de Serviços de DESINSETIZAÇÃO GERAL (INTERNA E EXTERNA) NO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 066/2015.

EMPRESA CONTRATADA: DEDETIZAÇÃO OSVALDIR LTDA-ME.

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de Desinsetização no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 15 DE ABRIL DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

PORTARIA N.154 DE 16 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N.154 DE 16 DE ABRIL DE 2015

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA THAIS MARIANI BEE APTO (A) PARA EXERCER O CARGO DE NUTRICIONISTA, CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional e declarar apto para o trabalho o(a) candidato(a) THAIS MARIANI BEE, para exercer o cargo de NUTRICIONISTA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de abril de 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº155 DE 16 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº155 DE 16 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA AGENTE PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 187, de 21 de maio de 2013, e tendo em vista o disposto na Lei complementar nº 209/15,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KARINA CHIARANI FACCIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n. 033.597.389-26, para o cargo de provimento em comissão de "COORDENADOR ADMINISTRATIVO ESCOLAR", nível DAS-01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 16 de abril de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008/2015 CREDENCIAMENTO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008/2015
CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo n.º 017/2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.

Dispensa de Licitação n.º 003/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciada: COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES - COOMAPEIXE.

Objeto: Contratação de Agricultor Familiar pessoa física, Cooperativas de agricultura familiar, fornecedores de alimentos (verduras, legumes, frutas, hortaliças, geléias entre outros), interessadas em participar, de forma a complementar a merenda das Escolas e Creches da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, para o Município de Pomerode/SC, conforme edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.

Gêneros alimentícios que pretende fornecer: Item 22 - Filé de Tilápia congelado sem espinhas.

Valor total estimado da contratação: R\$74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais).

Prazo de Vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 30 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006/2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
006/2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 105/2012.

Pregão Presencial n.º 034/2012.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA CELULAR E PACOTE DE DADOS COM MINI MODEM PLANO 3G, PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE.

Prorrogação - 24 meses - prazo final - 28/01/2017.

Reajuste com base nas regulamentações da ANATEL e Resolução n.º 420, de 25/11/2005 pelo índice IST ou aqueles que o substituir. Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 006/2012 e artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

1.ºTERMOADITIVOAOCONTRATOADMINISTRATIVO N.º 054/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
054/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 081/2014.

Convite para Compras e Serviços n.º 022/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMMEL, ANDREANI, SCHUSTER & MARCHIORI AD-
VOGADOS ASSOCIADOS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSUL-
TORIA, PARA ELABORAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBU-
TÁRIO MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E
DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS CONSTANTES NO PROJETO BÁ-
SICO, NO CONVITE E SEUS ANEXOS.

Prorrogação contratual de mais 180 (cento e oitenta) dias - prazo
final - 03/10/2015.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade
com a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n.º 054/2014,
em virtude da impossibilidade de finalização dos trabalhos execu-
tados em conjunto com a Comissão fiscalizadora no prazo inicial-
mente contratado, no que concerne às oficinas de trabalho (quarta
etapa do contrato).

Pomerode/SC, 20 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

2.ºTERMOADITIVOAOCONTRATOADMINISTRATIVO N.º 030/2013 PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º
030/2013
PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 055/2013.

Inexigibilidade de Licitação n.º 006/2013.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA EPP.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DOS
ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE NA REDE MUN-
DIAL DE COMPUTADORES.

Prorrogação - 12 meses - prazo final - 30/04/2016.

Reajuste pelo índice do INPC.

Valor unitário mensal - R\$1.573,62 (um mil, quinhentos e setenta
e três reais e sessenta e dois centavos).

Valor total - 12 meses - R\$18.883,44 (dezoito mil, oitocentos e
oitenta e três reais e quarenta quatro centavos).

Justificativa: Prorrogação de execução contratual e reajuste pelo

índice do INPC, em conformidade com as Cláusulas Quinta e Sexta
do Contrato Administrativo n.º 030/2013 e artigo 57, inciso IV da
Lei n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 08 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 032/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA CO-
MUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO
DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MU-
NICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO
DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO
EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 05/05/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/
SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 05/05/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Po-
merode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no se-
guinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da
Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525,
Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira,
das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail:
licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 16 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006/2015 CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006/2015
CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo n.º 013/2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 003/2015.

Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciada: ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para PAVIMENTAÇÃO
ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES, PA-
VIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS OU PAVIMENTAÇÃO
INTERTRAVADA DE VIAS PÚBLICAS, EM REGIME DE MUTIRÃO,
em conformidade com as especificações constantes no edital de
Credenciamento n.º 003/2015.

Serviços que pretende executar no Credenciamento: Lote I

- Pavimentação asfáltica; Lote IV - Pavimentação com paver 08cm; e Lote V - Pavimentação com paver 06cm.

Prazo de Vigência: 12 meses - Término 31/03/2016.

Pomerode/SC, 23 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007/2015 CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007/2015
CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo n.º 013/2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 003/2015.

Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS OU PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA DE VIAS PÚBLICAS, EM REGIME DE MUTIRÃO, em conformidade com as especificações constantes no edital de Credenciamento n.º 003/2015.

Serviços que pretende executar no Credenciamento: Lote I - Pavimentação asfáltica.

Prazo de Vigência: 12 meses - Término 31/03/2016.

Pomerode/SC, 26 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009/2015

Processo Administrativo n.º 019/2015.

Pregão Presencial n.º 008/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: JARDEL FRARE ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO MISS POMERODE 2015, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS ATIVIDADES DO CONCURSO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$14.970,00 (catorze mil e novecentos e setenta reais).

Prazo de vigência: 60 dias - Término do prazo 31/05/2015.

Pomerode/SC, 30 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010/2015

Processo Administrativo n.º 021/2015.

Inexigibilidade de Licitação n.º 006/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CURSO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PLANEJADA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE TEMÁTICAS DE INTERESSE DA GESTÃO, QUALIFICANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA E PROPICIANDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO UM TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PARA A MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO.

Valor total contratado: R\$139.160,00 (cento e trinta e nove mil e cento e sessenta reais).

Prazo de vigência: 09 meses - Término: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 31 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2015

Processo Administrativo n.º 022/2015.

Inexigibilidade de Licitação n.º 007/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMANN LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.337/2011.

Valor total contratado: R\$493.907,50 (quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e sete reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 02 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012/2015 CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012/2015

CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo n.º 017/2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.
Dispensa de Licitação n.º 003/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciado: VENDELIN VOIGTLAENDER.

Objeto: Contratação de Agricultor Familiar pessoa física, Cooperativas de agricultura familiar, fornecedores de alimentos (verduras, legumes, frutas, hortaliças, geléias entre outros), interessadas em participar, de forma a complementar a merenda das Escolas e Creches da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, para o Município de Pomerode/SC, conforme edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.

Gêneros alimentícios que pretende fornecer: Item 04 - Aipim cru, descascado e congelado.

Valor total estimado da contratação: R\$6.623,00 (seis mil e seiscentos e vinte e três reais).

Prazo de Vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 08 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013/2015 CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013/2015 CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo n.º 017/2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.
Dispensa de Licitação n.º 003/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciado: MARIO VOIGT.

Objeto: Contratação de Agricultor Familiar pessoa física, Cooperativas de agricultura familiar, fornecedores de alimentos (verduras, legumes, frutas, hortaliças, geléias entre outros), interessadas em participar, de forma a complementar a merenda das Escolas e Creches da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, para o Município de Pomerode/SC, conforme edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.

Gêneros alimentícios que pretende fornecer: Item 28 - Ovos de galinha vermelhos classificados como grandes ou especiais.

Valor total estimado da contratação: R\$15.320,00 (quinze mil e trezentos e vinte reais).

Prazo de Vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 08 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014/2015 CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014/2015 CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo n.º 017/2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.
Dispensa de Licitação n.º 003/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciada: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS.

Objeto: Contratação de Agricultor Familiar pessoa física, Cooperativas de agricultura familiar, fornecedores de alimentos (verduras, legumes, frutas, hortaliças, geléias entre outros), interessadas em participar, de forma a complementar a merenda das Escolas e Creches da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, para o Município de Pomerode/SC, conforme edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 004/2015.

Gêneros alimentícios que pretende fornecer: Item 02 - Abóbora seca ou paulista; Item 03 - Abobrinha verde; Item 06 - Arroz branco Tipo 01; Item 07 - Arroz parbolizado Tipo 01; Item 08 - Banana branca orgânica, tipo especial; Item 09 - Banana caturra orgânica, tipo especial; Item 10 - Batata doce; Item 11 - Batata inglesa escovada; Item 12 - Berinjela; Item 13 - Beterraba; Item 14 - Brócolis; Item 16 - Cenoura; Item 18 - Couve-flor; Item 19 - Doce ou "Muss" de fruta; Item 24 - Leite integral de vaca; Item 26 - Melado de caldo de cana; Item 27 - Nabo (couve rábano ou popularmente conhecido com "Nabo de sopa"); Item 29 - Pepino salada; Item 30 - Repolho roxo; Item 31 - Repolho verde; Item 32 - Suco de uva tinto integral - concentrado; Item 33 - Tangerina montenegrina ou poça; Item 34 - Tomate; e Item 35 - Vegem.

Valor total estimado da contratação: R\$357.475,00 (trezentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e setenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 09 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015/2015 CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015/2015 CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo n.º 013/2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 003/2015.
Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciada: TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL EIRELI.

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS OU PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA DE VIAS PÚBLICAS, EM REGIME DE MUTIRÃO, em conformidade com as especificações constantes no edital de Credenciamento n.º 003/2015.

Serviços que pretende executar no Credenciamento: Lote II - Pavimentação com lajotas retangulares; Lote III - Pavimentação com lajotas sextavadas; Lote IV - Pavimentação com paver 08cm; e Lote V - Pavimentação com paver 06cm.

Prazo de Vigência: 12 meses - Término 09/04/2016.

Pomerode/SC, 10 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 044/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0044/2015 TOMADA DE PREÇO N.º 003/2015

O Município de Ponte Serrada torna publico que realizara licitação na modalidade Tomada de Preços Objetivando Contratação de empresa especializada para construção/conclusão de obra de uma quadra escolar coberta com vestiário padrão FNDE, conforme projeto executivo anexo, relativa ao termo de compromisso PAC207490/2013/FNDE, localizada na Rua Adão Tobias, Vila Pouso dos Tropeiros, Ponte Serrada/SC. Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 20/05/2015. Abertura: às 08h00min horas do dia 20/05/2015. Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

PONTE SERRADA, 16 DE ABRIL DE 2015
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE SUSPENSÃO

Por interesse público, COMUNICAMOS que está SUSPENSO por prazo indeterminado o Pregão nº 007/2015 (objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a instalação e manutenção integral de servidores, computadores, câmaras de segurança, ativos de rede, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças, sistema de gestão de inventário dinâmico e desenvolvimento de aplicativos e software do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I e II deste Edital.) - Proc. 069/2015.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de abril de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

TIPO: MENOR PREÇO - representado maior percentual de desconto sobre o volume de vendas, sobre os bilhetes de passagens aéreas.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES - HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS: até o dia 05/05/2015 às 16h00 (dezesesseis horas), na Câmara Municipal de Porto Belo, sito Rua Capitão Gualberto Leal Nunes, nº 330, Centro - Porto Belo (SC)

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 05/05/2015 às 16h00 (dezesesseis horas)

MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site: www.camarapb.sc.gov.br, ou pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4510.

Porto Belo (SC), 09 de abril de 2015.
Laureci Maurino Cabral
Presidente da Comissão de Licitação

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 005/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 005/2015 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e S.O.S Sul Resgate - Comércio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.
Valor Total: R\$ 37.480,00 (trinta e sete mil quatrocentos e oitenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 004/2015- FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 09 de abril de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

S.O.S Sul Resgate - Comércio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda - EPP.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 001/2015 - AMASPU

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União - AMASPU
Processo Licitatório 002/2015 - AMASPU
Pregão Eletrônico 001/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda, Phodent Comércio e Representações de Produtos Hospitalares e Dentários Ltda, Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda e Medis Comercial Odonto Médica Ltda.

Porto União, 08 de abril de 2015.
Margareth Flissak
Presidente AMASPU

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 004/2015- FUNREBOM
Pregão Presencial 004/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa S.O.S Sul Resgate-Comércio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda - EPP.

Porto União SC, 09 de abril de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 2596

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina
LEI Nº 2.596/2015, de 15/04/2015.
CRIA O PROGRAMA RURAL DE INCÊNTIVO, MELHORIAS E ACESSO A PROPRIEDADE ADENTRO - PRIMAPA - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica criado o PROGRAMA RURAL DE INCÊNTIVO, MELHORIAS E ACESSO A PROPRIEDADE ADENTRO - PRIMAPA, com intuito de melhorar e regulamentar incentivos no âmbito rural do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º - Enquadra-se como pequeno produtor rural, para efeitos desta Lei, os proprietários de terras, localizadas dentro do território do Município de Pouso Redondo e que exerçam atividade rural sob a forma de agricultura familiar.

§ 1º - Durante os primeiros doze meses da criação do PRIMAPA, serão beneficiados exclusivamente produtores que exerçam atividade LEITEIRA, e que emitam nota fiscal de venda do produto rural.

§ 2 - Finalizado o período de doze meses todos os produtores rurais emitentes de nota fiscal de produtor rural serão beneficiados com o programa, incluindo os produtores de leite já beneficiados anteriormente.

Art. 3º - Para fazer jus aos benefícios do programa o agricultor deve estar enquadrado nos seguintes critérios:

I - Ter gleba de terras localizadas nos limites geográficos do Município de Pouso Redondo;

II - Estar cadastrado no SIS-NFPP - Sistema de Controle de Notas Fiscais de Produtor Primário;

III - Ter emitido Nota Fiscal de Produtor de todos os produtos vendidos, dentro do período dos últimos doze meses;

IV - Não estar em débito com o Departamento de Tributos do Município de Pouso Redondo;

V - Se tiver filhos na faixa etária entre seis e dezessete anos de idade, estes devem estar frequentando a escola regularmente;

VI - Roçadas nos meses de abril ou maio e novembro ou dezembro as testadas dos terrenos que confrontam com o sistema viário municipal;

VII - Não causar dano ao patrimônio público, dentre ele ao sistema viário municipal;

VIII - Não desmatar em áreas de preservação permanente e da reserva legal;

§ 1º - As condições previstas nos incisos deste artigo são restritivas à participação no programa até a sua superação, exceto quanto ao inciso VII, que perdurará pelo prazo de 1 (um) ano da data que causar dano ao patrimônio público ou ao sistema viário municipal e quanto ao inciso VIII, que perdurará pelo prazo de 5 (cinco) anos da data do desmatamento.

Art. 4º - O programa obedecerá aos seguintes limites:

I - A aplicação de recursos públicos fica limitada ao valor fixado no orçamento, tanto para ações realizadas com equipamentos próprios como contratados junto a terceiros ou subsidiados;

II - A cada início de mês será beneficiado no mínimo de 10 (dez) agricultores, podendo ser beneficiado até 20 agricultores, por ordem de inscrição que deverá ser feita na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;

III - Sendo que o agricultor será atendido de acordo com a ordem de chegada da inscrição;

IV - Cada produtor inscrito no cadastro de produtor rural poderá ser beneficiado somente uma vez, exceto onde houver dois cadastros para uma mesma área de terras, com duas inscrições distintas;

V - O atendimento ao agricultor será efetuado dentro do mês de vigência da inscrição, não podendo ser cumulativo ou repassado ao outro produtor, mesmo que o ganhador autorize o repasse;

Art. 5º - Do tipo de benefício a ser concedido:

I - A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, beneficiará mensalmente 10 produtores, que receberam duas cargas de pedra (cascalho), para serem utilizadas onde melhor convir ao agricultor dentro da propriedade;

II - O benefício será idêntico e a inscrição será feita através do número de cadastro de Produtor Rural;

III - Cada produtor rural poderá receber exclusivamente uma vez por inscrição, tendo direito a receber 02 (duas) cargas de pedra (cascalho) e sendo seu nome excluído da lista até o atendimento integral de todos os participantes, exceto no caso do produtor de leite que voltara a lista ao final dos primeiros dozes meses do programa;

IV - A inscrição será realizada na Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, sendo os inscritos divulgados no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, Mural Oficial e através da imprensa local;

V - Fica a cargo da Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente o cronograma de entrega de acordo com o serviço a prestado em cada local beneficiado.

Parágrafo Único. Para melhor execução do programa, independentemente da ordem de agendamento dos serviços, os agricultores beneficiários pelos subsídios de uma mesma localidade poderão ser atendidos sequencialmente nas ações que envolvam o mesmo equipamento ou em que fatores administrativos recomendem tal procedimento.

Art. 6º - Dentro do PRIMAPA, sempre que uma comunidade esta sendo atendida sequencialmente, o Produtor Rural emitente de Nota Fiscal de Produtor Rural, poderá solicitar, sem necessidade de inscrição que o trator de lâmina da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, realize a manutenção para o escoamento da produção.

Parágrafo Único: A manutenção de que trata o artigo 6º, será efetuada na forma de aparelhamento da via por lâmina de trator e será realizada somente para o escoamento de produção agrícola, indiferente ao tipo de safra ou produto a ser escoado.

Art. 7º - Fica o Município de Pouso Redondo autorizado a dobrar o número de distribuição de cargas de pedras (cascalho) quando houver disponibilidade do material, podendo chegar ao limite de

40 (quarenta) agricultores dentro de um mesmo mês.

Art. 8º - Fica a cargo do beneficiado a responsabilidade para espalhar as pedras dentro de sua propriedade, a Prefeitura entrega o material dentro do limite da propriedade em condições de acesso para a realização da descarga.

Art. 9º - A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, poderá criar resoluções para implementar o programa, normatizando as datas de entrega, formas de entrega e melhor forma de atendimento.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PROCESSO 14 2015 PR 10 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que dia 30/04/2015 às 09:00horas, julgará o Edital com objeto: Contratação de empresa do ramo, com fornecimento de materiais e mão de obra, para conserto devido ao super aquecimento do motor e retifica de cabeçote bloco camisa, do veículo Scania R112 NA 4/2 1986, PLACA MGE-6817, de uso do Batalhão de Corpo de Bombeiros do Município. Maiores informações e o Edital Completo com posteriores retificações serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 16 de Abril de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 16/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 16/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.
DECLARA PONTO FACULTATIVO, COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO

Art.1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO no dia 20 de Abril de 2015 em todas as Repartições Públicas Municipais.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de abril de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 17/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 17/2015, de 14 Abril de 2015.
NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU COMO ESPECIFICA:

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Municipal Nº 1389/2013, de 05 de junho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu como segue:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1 - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
CLAUDELICE BELEGANTE - Titular
MARLENE KRAUS - Suplente

2 - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
LEUZA MARIA MATE VIEIRA - Titular
VILIANE PRANGE VIEIRA- Suplente

3 - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
VALDEMAR PETRI - Titular
CARINE MARIA DELA BENETA - Suplente

4 - Representantes do Setor de Planejamento:
RODRIGO REIS SILVEIRA - Titular
JAQUELINE CONHAQUE - Suplente

5 - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:
JAISON JOSÉ COMANDOLI - Titular
ALINE MOREIRA - suplente

6 - Representantes do Setor de Habitação:
SÔNIA CORREIA - Titular
MARLI FARIAS HAMM - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1 - Usuários/as do Cadastro Único - Grupo
ELIANE HEINZ - Titular
ELZENIR JUNGKLAUS CAPISTRANO - Suplente

2 - Usuários/as do Cadastro Único - Grupo
ROZE CLER LESKE - Titular
LUCIANA DE FÁTIMA FARIAS DE MOURA- Suplente

3 - Usuários/as do Grupo da Terceira Idade Vida Nova
JULASCA GORGES JUNGKLAUS - titular
LUZIA HOFFMANN HANG- suplente

4 - Usuários/as do Grupo da Terceira Idade Vida Nova
EGÍDIO ANTÔNIO RODRIGUES - titular
ANÉLIO HANG - suplente

5- Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor
IZALENE THEISS DA ROSA - Titular
JANETE KNISS - Suplente

6- Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor
MARLETE HEINZ - Titular
CASSIA FERNANDA BONAMINI - Suplente

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 14 Abril de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 18/2015, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 18/2015 DE 16 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA AURINO PIU VENTURA JÚNIOR, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE COMO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, de acordo com o inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.080/90 e o inciso VII do artigo 3º da Lei Municipal nº 760/93;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr.º AURINO PIU VENTURA JÚNIOR, Secretário Municipal de Saúde, GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu em, 16 de Abril de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 24/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 04/06/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item visando aquisição de materiais de construção, com entrega fracionada conforme especificações e quantidades determinadas no

editais para o Município de Presidente Nereu. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

Presidente Nereu, 16 de abril de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº24/2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 004/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 24/2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E MATERIAIS ELETRICOS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DETERMINADAS NO ANEXO III DESTE EDITAL (TERMO DE REFERENCIA)

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 04 de maio de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 04/05/2015 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 24/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 04 de maio de 2015 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor de Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo

ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo 90 dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2015 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único - Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pela pregoeira, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII - DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa

de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances

verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos

participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município link diário oficial e disponibilizado na íntegra no DOM (Diário Oficial dos Municípios).

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que a pregoeira negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura

Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e

prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III - Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidente-neru.sc.gov.br.

23.7 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.8 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, na internet página do município no link Diário Oficial e disponibilizado na íntegra na internet no DOM (Diário Oficial dos Municípios).

PRESIDENTE NEREU-SC, 14 de abril de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____
e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), de
..... de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E MATERIAIS ELETRICOS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DETERMINADAS NO ANEXO III DESTE EDITAL (TERMO DE REFERENCIA)

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO PARCELADO CONFORME DEMANDA E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a

administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 24/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO

FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ..
..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º
..... com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E MATERIAIS ELETRICOS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DETERMINADAS NO ANEXO III DESTE EDITAL (TERMO DE REFERENCIA)

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO PARCELADO CONFORME DEMANDA E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso

V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 24/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E MATERIAIS E LETRICOS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DETERMINADAS NO ANEXO III DESTE EDITAL (TERMO DE REFERENCIA) da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS	QTDADE	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX
1	100,00	MT	FIO DE COBRE 6 MM	260,0000
2	100,00	UN	INTERRUPTOR DE LUZ	550,0000
3	100,00	UN	TOMADA PADRAO 10A	380,0000
4	100,00	UN	LAMPADA FLUORESENTE DE 40	450,0000
5	100,00	MT	FIO DE COBRE 25 MM	110,0000
6	100,00	MT	FIO DE COBRE 10 MM	410,0000
7	100,00	UN	BLOCO DE CONCRETO PARA CONSTRUCAO 19X40X15	155,0000
8	100,00	UN	TRELICA 8L	2.760,0000
9	100,00	UN	FECHADURA EXTERNA	2.900,0000
10	100,00	UN	CAL P/ PINTURA 8 KG	700,0000
11	100,00	M3	BRITA N 2	7.800,0000
12	100,00	M3	AREIA MEDIA	7.800,0000
13	100,00	M3	AREIA FINA DE REBOCO	8.800,0000
14	100,00	M3	PO DE BRITA EM METROS CUBICO	7.800,0000
15	100,00	M3	ARAME RECOZIDO EM ROLO	750,0000
16	100,00	UN	ARAME Nº12 EM ROLO	1.000,0000
17	100,00	UN	FERRO DE ESTREVO BARRA COM 12 METROS	620,0000
18	100,00	UN	FERRO 5/16 BR 12 MT	2.280,0000
19	100,00	UN	FERRO 3/8 12 MT	3.200,0000
20	100,00	UN	CAL PARA CONSTRUÇÃO E REBOCO DE 20 KG	980,0000
21	100,00	UN	CIMENTO CP II SACA 50KG	2.690,0000
22	100,00	KG	PREGO 17X27	720,0000
23	100,00	KG	PREGO 16X24	790,0000
24	10,00	KG	PREGO 25X72	95,0000
25	100,00	MT	TELA PRATICA 5X15 FIO 2,40MM C/ 1,02 DE ALTURA	1.200,0000
26	100,00	UN	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24	52,0000

27	100,00	UN	MEIO TIJOLO 6 FUROS	52,0000
28	100,00	UN	TIJOLO 6 FUROS 11,5-19-24 GRANDE	82,0000
29	100,00	UN	MEIO TIJOLO GRANDE 11,5X19X24	82,0000
30	100,00	M3	BRITA N 1	7.800,0000
31	100,00	M3	BRITA Nº 0	7.800,0000
32	100,00	KG	PREGO 23X60	970,0000
33	100,00	KG	PREGO 26X84	1.130,0000
34	100,00	KG	PREGO 20 X 48	760,0000
35	100,00	KG	PREGO 23X60	970,0000
36	100,00	KG	PREGO 18X30	720,0000
37	100,00	KG	PREGO 19X36	750,0000
38	100,00	UN	FERRO 1/4 BR 12 MT	1.480,0000
39	100,00	UN	FERRO 5/8 BARRAS 12 MT	7.200,0000
40	100,00	UN	FERRO 1/2 BARRA DE MT	6.200,0000
41	100,00	UN	ARGA MASSA	850,0000
42	100,00	UN	ARGA MASSA AC II 20KG	1.650,0000
43	100,00	MT	FIO 4MM SOLIDO	175,0000
44	100,00	UN	FIO 15MM SOLIDO E FLEXIVEL	70,0000
45	100,00	MT	TELA MALHA GALV. 7	550,0000
46	100,00	UN	SELADOR ACRILICO 18 LITRO	6.200,0000
47	100,00	UN	OSMOCOLOR NATURAL 3,6 LT	13.000,0000
48	100,00	MT	CABO DUPLEX 2X10 NOVO	290,0000
49	100,00	MT	FIO ADSL INTERNET	120,0000
50	100,00	MT	TUBO 50MM ESGOTO	525,0000
51	100,00	MT	TUBO 100MM	695,0000
52	100,00	UN	PEDRA PARA FUNDAMENTO 49X20X12	230,0000
53	100,00	UN	CHAPA DE COBERTURA 4MM 2,44	1.140,0000
54	100,00	MT	SARRAFO DE TELHA	180,0000
55	100,00	MT	CAIBRO 6X12 DE MADEIRA DE EUCALIPTO	480,0000
56	100,00	UN	TELHA FRANCESA	95,0000
57	100,00	UN	TELHA PORTUGUESA	98,0000
58	100,00	MT	FERRO 5MM BR DE 12 MT	650,0000
59	100,00	UN	FITA ISOLANTE 20MT	500,0000
60	100,00	UN	BUCHA 6MM	35,0000
61	100,00	UN	PARAFUSO 4,2X20	10,0000
62	100,00	UN	LAMPADA COMPACTA 30W	1.450,0000
63	100,00	UN	PARAFUSO 4,0X40	12,0000
64	100,00	MT	FIO SOLIDO 4MM	175,0000
65	100,00	MT	FIO 2,5MM SOLIDO E FLEXIVEL	110,0000
66	100,00	UN	CANAleta DUPLA FACE COR BRANCA 3MT	650,0000

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

-----, em ----- de ----- 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

-----, em ----- de ----- 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. /20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa ----- (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ nº. -----, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 Lei Complementar Federal nº. 147/2014, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa -----, CNPJ nº. -----, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Federal nº. 147/2014 de 07 de agosto de 2014, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20.... Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

LEI 1463/2015, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº. 1463/2015, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, NA FORMA DO QUE DISPÕE O LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar Municipal 16/2012 de 05 de abril de 2012 e Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. - Fica reajustado, a partir de 01 de abril de 2015, a título de revisão anual, em 13,01% o vencimento Base dos Servidores do Magistério Público da Educação Básica Municipal, conforme Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º - Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 3º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal à efetuar a compensação de valores aos servidores municipais com a atualização do Piso Nacional do Magistério, tendo como base os meses de referência a partir de janeiro de 2015

Art.4.º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de recursos orçamentários consignados no orçamento municipal.

Art.5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 15 de abril de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Rio do Sul**PREFEITURA****DECRETO Nº 4631, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4631, de 06 de abril de 2015.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 031/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o processo licitatório representado pela Carta Convite Nº 031/2015 de 20.03.2015

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá por não haver licitante interessado em participar do certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDUARDO RINNERT SCHULEZE

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 4647, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4647, de 09 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 028/2015, de 18.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

ERENO MARCHI
Secretário Municipal de Agricultura

ANEXO AO DECRETO Nº 4647/2015

Pregão Presencial nº 028/2015, de 18.03.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALÇÁRIO DA CIDADE DE BOTUVERÁ ATÉ O PÁTIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Participantes:

- MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

DECRETO Nº 4654, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4654, de 10 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 036/2015, de 26.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

ANEXO AO DECRETO Nº 4654/2015

Pregão Presencial nº 036/2015, de 26.03.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA NO CENTRO DE EVENTOS HERMANN HINRICH PURNHAGEN NOS DIAS 14 A 19 DE ABRIL. MOTOSUL 2015.

Participante:

- - MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

DECRETO Nº 4655, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4655, de 10 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 032/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2015, de 23.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- COMPASA DO BRASIL DIST. DE DERIV. DE PETRÓLEO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4655/2015

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 032/2015 de 23.03.2015.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RM 1C PARA REPAROS EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Participante:

- COMPASA DO BRASIL DIST. DE DERIV. DE PETRÓLEO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- COMPASA DO BRASIL DIST. DE DERIV. DE PETRÓLEO LTDA.

DECRETO Nº 4656, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4656, de 13 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 033/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 033/2015, de 26.03.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante: - CASULO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDUARDO RINNERT SCHULZE

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 4596/2015

CARTA CONVITE Nº 0332015, de 26.03.15.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA NA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS (EGP).

Empresas Convidadas:

- CASULO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME;
- ECOPORA CONSULTORIA EM PROJETOS GESTÃO EM TECNOLOGIA;
- RONNAG GESTÃO E NEGÓCIOS LTDA ME.

Empresas Presentes no ato da Abertura:

- CASULO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CASULO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME.

PORTARIA N. 0248/RH

PORTARIA Nº. 0248/2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 01/04/2015, o servidor ROBERTO MAFLI, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Manutenção da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Nomear, o servidor ROBERTO MAFLI, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, para a partir de 02/04/2015, exercer as atribuições do cargo de Chefe de Divisão de Programa Extra Curricular da Escola Modelo, com opção de 20% do cargo

comissionado, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA N. 0249/RH

PORTARIA Nº. 0249/2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 01/04/2015, a servidora LINDAMIR LUCIANA SCHNEIDER DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Nomear, a servidora LINDAMIR LUCIANA SCHNEIDER DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, para a partir de 02/04/2015, exercer as atribuições do cargo de Chefe de Divisão de Ensino Fundamental, com opção de 20% do cargo comissionado, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA N. 0250/RH

PORTARIA Nº. 0250/2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 01/04/2015, a servidora MARISTELA LUIZA FRONZA MARCONSINI, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Ensino Fundamental - Séries Iniciais da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Nomear, a servidora MARISTELA LUIZA FRONZA MARCONSINI, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, para a partir de 02/04/2015, exercer as atribuições do cargo de Chefe de Parcerias da Escola Modelo, com opção de 20% do cargo comissionado, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº

207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de fevereiro de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA N. 0251/RH

PORTARIA Nº. 0251/2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 01/04/2015, a servidora ANGELA CRISTINA HAMMAN SCUSSEL, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Parcerias da Escola Modelo da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Nomear, a servidora ANGELA CRISTINA HAMMAN SCUSSEL, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, para a partir de 02/04/2015, exercer as atribuições do cargo de Chefe de Divisão de Educação Especial, com opção de 20% do cargo comissionado, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de fevereiro de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA N. 0260/RH

PORTARIA Nº. 0260/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a SONIA MARIA PEREIRA, nomeado pela Portaria nº 0121/RH de 23 de fevereiro de 2014, publicada em 03 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo Cozinheiro, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

TOMADA DE PREÇOS 046/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2015

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para construção do mercado público de Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 07 de maio de 2015, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 07 de maio de 2015, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 16 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 08/2015

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, por determinação do Sr. Jeferson Alexandre Vieira, Presidente da Câmara, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará CHAMAMENTO PÚBLICO, a partir do dia 16 de abril até 30 de abril do ano de 2015, no horário das 7:30h às 13:30h, de interessados em prestar os serviços de transmissão institucional da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, por meio de imprensa televisiva. Demais informações diariamente, das 07h30min às 13h30min no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariodosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, 16 de abril de 2015.
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente

EDITAL Nº 1/2015 - CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Legislação, Constituição, Justiça, Ética e Decoro Parlamentar e Redação Final, no uso de suas atribuições regimentais:

CONSIDERANDO que tramita no Poder Legislativo o Projeto de Lei Complementar nº 29/2014, que altera e acrescenta artigos na Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul;

CONSIDERANDO que as alterações do Plano Diretor, em virtude do impacto social, necessitam de ciência da comunidade;

CONSIDERANDO que a Audiência Pública é um instituto de participação administrativa, aberta a toda população, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, por meio da qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual. (art. 75 da LC nº 163/2006);

CONSIDERANDO que a Audiência Pública deve ser utilizada, necessariamente, para aprovar grandes revisões na legislação urbanística, como condição prévia da sua alteração, em especial desta revisão, e será precedida por Conferências Públicas. (art. 78 da LC nº 163/2006)

CONSIDERANDO que a Comissão de Legislação, Justiça, Ética e Decoro Parlamentar e Redação Final deliberou na reunião de 2 de abril de 2015, pela necessidade de Audiência Pública para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 29/2014.

RESOLVE:

CONVOCAR Audiência Pública, destinada a apresentação e discussão, com toda comunidade rio-sulense, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2014, que altera e acrescenta artigos na Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul, a ser realizada no dia 27 de abril de 2015, às 16 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, nº 01, bairro centro.

Rio do Sul, 16 de abril de 2015.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Rio dos Cedros**PREFEITURA****CT. Nº052/ 2015**

CT. Nº052/ 2015

DATA: 07/04/2015

CONTRATO: BAULER IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULO.

INÍCIO: 07/04/2015

TÉRMINO: 06 (seis meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 14/2015

DECRETO Nº 2.701, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 2.701, DE 13 de ABRIL DE 2015.

DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, e, artigo 70, inciso I, letra "n" da Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990;

DECRETA:

Art.1º. Decreta PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais no dia 20 DE ABRIL DE 2015.

Art.2º. Durante o ponto facultativo os serviços essenciais serão prestados normalmente:

§1º. Os agentes públicos cujas atividades envolvam a prestação de serviços essenciais deverão trabalhar em horário normal de atendimento, ou de acordo com escala padronizada, conforme instruções da Chefia Imediata, sem qualquer direito à indenização ou qualquer outra forma de remuneração extraordinária em virtude do labor no período mencionado no caput do artigo primeiro.

§2º. Especificamente quanto aos serviços de saúde, observadas as disposições do parágrafo anterior, a Secretaria de Saúde estabelecerá escala para plantão médico.

§3º. A Comissão de Licitações, durante o período de que trata o caput do artigo primeiro, deverá manter expediente normal no dia em que houver procedimento ou fase de licitação bem como nos imediatamente que antecederem as mesmas.

§4º. O ponto facultativo poderá ser interrompido ou suspenso em caso de convocação de servidor para exercício das atribuições de seu cargo aplicando-se o que dispõe o §1º deste artigo.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 13 de abril de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 13 de abril de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº2.700, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº2.700, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DOS IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros em Exercício, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 50, inciso V, e, artigo 70, inciso I, letra "a" da Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990, e, em conformidade com a Lei Ordinária nº 1.853, de 25 de fevereiro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Constitui o novo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e do Fundo Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, instituído pela Lei Ordinária nº 1.853 de 25 de fevereiro de 2015:

I. Representantes do Poder Público Municipal:**a. Da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:**

Titular: Marineusa Hoffmann

Suplente: Fábio Eduardo Castelain

b. Da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Silmara da Silva

Suplente: Plauto Mercy Camargo Mendes

c. Da Secretaria Municipal da Fazenda:

Titular: Dílson Dalpiaz

Suplente: Edson lenzi

d. Da Diretoria Municipal da Cultura:

Titular: Doralice Panini

Suplente: Lusimar Busarello Ropelatto

e. Da Diretoria Municipal de Esportes:

Titular: Morgana Morgana Raquel Bertelli Schlup

Suplente: Antônio Carlos Facchini

II. Representantes de Entidades não Governamentais:

☐ Representantes de Sindicato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Arno Depin

Suplente: Mauro Nardelli

☐ Representantes de Grupo de Idosos Alegria de Viver

Titular: Gilberto Busarello

Suplente: Olívio Iazzarini

☐ Representantes da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição

Titular: Neusa Lenzi

Suplente: Venicio Demarchi

☐ Representantes da Pastoral da Saúde:

Titular: Isaura Maria Dalmonico

Suplente: Josete Dalabrida

☐ Representantes da Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros:

Titular: Dariane Kelly Franco Lima

Suplente: Marlise Sautner Correa

Art.2º. Os membros do Conselho terão um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

Art.3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 09 de abril de 2015.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros em Exercício

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, em 09 de abril de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 260, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 260, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 005, DE 24 DE MARÇO DE 1994, COM REDAÇÃO DADA PELAS LEI COMPLEMENTAR Nº 019, DE 30 DE MARÇO DE 2001 E LEI COMPLEMENTAR Nº 022, DE 22 DE MARÇO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, em exercício, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º - Fica criada uma (01) vaga para o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE COMPUTADOR, mantidas as demais disposições constantes do Quadro de Carreira Geral dos Funcionários do Executivo (ANEXO II), da Lei Complementar nº 005, de 24 de março de 1994, com redação dada pelas Lei Complementar nº 019, de 30 de março de 2001 e Lei Complementar nº 022, de 22 de março de 2002.

Art.2º. A despesa decorrente da aplicação desta Lei Complementar correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art.3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 08 de Abril de 2015.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros

Em Exercício

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 08 de Abril de 2015.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 261, DE 08 ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 261, DE 08 ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DESTA MUNICIPALIDADE AO CLUBE DE CAÇA E TIRO RIO DOS CEDROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, em exercício, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, sem ônus, para CLUBE DE CAÇA E TIRO RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº

10.398.280/0001-91, e estabelecida na Estrada Geral Rio Ada, s/nº, em Rio dos Cedros, a concessão de direito real de uso do imóvel das instalações da antiga E.M. Maximiliano Mengarda situado na localidade de Rio Ada, neste Município de Rio dos Cedros.

Art.2º. O imóvel objeto da presente concessão destina-se exclusivamente para o desenvolvimento das atividades previstas no estatuto do clube bem como ao fomento de ações correlatas que podem existir, mediante aviso e autorização do concedente.

Art.3º. A concessão de direito real de uso é feita pelo prazo de 05(cinco) anos, nos termos do despacho da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico de Rio dos Cedros.

Art.4º. É vedada a subconcessão do direito real de uso, sendo o mesmo impenhorável e intransmissível para todos os fins.

Art.5º. Em caso de dissolução da concessionária antes do transcurso do prazo estabelecido no art.3º, considera-se extinta a presente concessão, sem qualquer direito à indenização de quaisquer das partes, retornando o imóvel a posse plena do Município de Rio dos Cedros.

§1º. Também acarretará extinção antecipada da presente concessão, na forma do caput, a alteração das atividades sociais da concessionária que provoquem a modificação de seu objeto social.

§2º. No caso de extinção da concessão, todas as benfeitorias, construções e ou melhoramentos havidos no imóvel reverterão, sem quaisquer ônus, à municipalidade.

§3º. Todas as construções e benfeitorias que se pretender realizar no imóvel dependerão de prévia anuência da Prefeitura.

Art.6º. Constituem obrigações da concessionária, dentre outras:

I- responder por todos os gastos de água, luz, tributação, previdenciário, infelizmente e tantos outros quantos decorram das atividades a serem exercidas, não respondendo a Prefeitura subsidiária ou solidariamente por quaisquer obrigações assumidas pela concessionária.

II - responder por todos os danos, quer materiais, estéticos, morais, pessoais, e outros tantos que seus responsáveis, agentes e/ou prepostos causarem tanto ao patrimônio da Prefeitura quanto a terceiros, não respondendo o Município subsidiária ou solidariamente, por quaisquer atos praticados por aquele;

III - responder pelos atos de depredação do patrimônio praticados pelas pessoas que participarem dos eventos realizados no bem objeto desta concessão;

IV - responder pela retirada de todas as licenças exigidas, quer por órgãos públicos, privados e/ou de economia mista, necessárias ao regular desenvolvimento das atividades que serão realizadas no bem concedido.

V - responder, por si, seus prepostos e funcionários, participantes, a, durante o período em que ocorrerá a concessão de direito real de uso do bem público, a portar-se com bons modos, apresentar-se trajados de acordo com as normas de moral e postura e tratar com todos com urbanidade e respeito.

§1º. O Município de Rio dos Cedros não responde na esfera trabalhista, civil, previdenciária, infelizmente, penal, ambiental e quaisquer outras, pelos atos praticados pelos funcionários, prepostos e/ou responsáveis e/ou participantes de eventos realizados no bem concedido.

§2º. - Em caso de condenação fica assegurado ao Município de Rio dos Cedros o direito de regresso contra a concessionária, por todos os atos causados dolosa ou culposamente por seus funcionários, prepostos, responsáveis, ou participantes do evento realizado no imóvel cedido.

Art.7º. O Município poderá, a qualquer tempo, verificar a fiel observância das obrigações aqui assumidas, podendo, para tanto, vistoriar o imóvel sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único - Cometendo a concessionária qualquer infração ao disposto nesta lei, considera-se cassada a presente concessão, independentemente de qualquer aviso ou notificação, não cabendo a concessionária qualquer indenização.

Art.8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e convalidados os atos até então praticados.

Rio dos Cedros, 08 de Abril de 2015.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros

Em Exercício

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 08 de Abril de 2015.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº262, DE 08 ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº262, DE 08 ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DESTA MUNICIPALIDADE À ASSOCIAÇÃO DOS TRILHEIROS CURVA DO RIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, em exercício, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, sem ônus, para ASSOCIAÇÃO DOS TRILHEIROS CURVA DO RIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.216.774/0001-24, estabelecida na Rua São Bernardo, s/nº., em Rio dos Cedros, a concessão de direito real de uso do imóvel situado na localidade de São Bernardo, neste Município de Rio dos Cedros, contendo 770,00m², fazendo frente, ao sul, 22,00, com o lado par da Estrada Geral; fundos, ao norte, em igual metragem, com terras dos outorgantes doadores; extremando pelo lado direito, a Oeste, em 35,00 metros, com terras dos outorgantes doadores e pelo lado esquerdo, a Leste, e de igual metragem, com terras de Honório Zoboli (estrada particular), sendo parcela do título registrado no 1º Ofício do registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº2536, fls.173, livro3A do Ofício.

Art.2º. O imóvel objeto da presente concessão destina-se exclusivamente para o desenvolvimento das atividades previstas no estatuto da associação bem como ao fomento de ações correlatas que podem existir, mediante aviso e autorização do concedente.

Art.3º. A concessão de direito real de uso é feita pelo prazo de 05(cinco) anos, nos termos do despacho da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico de Rio dos Cedros.

Art.4º. É vedada a subconcessão do direito real de uso, sendo o

mesmo impenhorável e intransmissível para todos os fins.

Art.5º. Em caso de dissolução da concessionária antes do transcurso do prazo estabelecido no art.3º, considera-se extinta a presente concessão, sem qualquer direito à indenização de quaisquer das partes, retornando o imóvel a posse plena do Município de Rio dos Cedros.

§1º. Também acarretará extinção antecipada da presente concessão, na forma do caput, a alteração das atividades sociais da concessionária que provoquem a modificação de seu objeto social.

§2º. No caso de extinção da concessão, todas as benfeitorias, construções e ou melhoramentos havidos no imóvel reverterão, sem quaisquer ônus, à municipalidade.

§3º. Todas as construções e benfeitorias que se pretender realizar no imóvel dependerão de prévia anuência da Prefeitura.

Art.6º. Constituem obrigações da concessionária, dentre outras:

I- responder por todos os gastos de água, luz, tributação, previdenciário, infortunistica e tantos outros quantos decorram das atividades a serem exercidas, não respondendo a Prefeitura subsidiária ou solidariamente por quaisquer obrigações assumidas pela concessionária.

II - responder por todos os danos, quer materiais, estéticos, morais, pessoais, e outros tantos que seus responsáveis, agentes e/ou prepostos causarem tanto ao patrimônio da Prefeitura quanto a terceiros, não respondendo o Município subsidiária ou solidariamente, por quaisquer atos praticados por aquele;

III - responder pelos atos de depredação do patrimônio praticados pelas pessoas que participarem dos eventos realizados no bem objeto desta concessão;

IV - responder pela retirada de todas as licenças exigidas, quer por órgãos públicos, privados e/ou de economia mista, necessárias ao regular desenvolvimento das atividades que serão realizadas no bem concedido.

V - responder, por si, seus prepostos e funcionários, participantes, a, durante o período em que ocorrerá a concessão de direito real de uso do bem público, a portar-se com bons modos, apresentar-se trajados de acordo com as normas de moral e postura e tratar-se a todos com urbanidade e respeito.

§1º. O Município de Rio dos Cedros não responde na esfera trabalhista, civil, previdenciária, infortunistica, penal, ambiental e quaisquer outras, pelos atos praticados pelos funcionários, prepostos e/ou responsáveis e/ou participantes de eventos realizados no bem concedido.

§2º. - Em caso de condenação fica assegurado ao Município de Rio dos Cedros o direito de regresso contra a concessionária, por todos os atos causados dolosa ou culposamente por seus funcionários, prepostos, responsáveis, ou participantes do evento realizado no imóvel cedido.

Art.7º. O Município poderá, a qualquer tempo, verificar a fiel observância das obrigações aqui assumidas, podendo, para tanto, vistoriar o imóvel sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único - Cometendo a concessionária qualquer infração ao disposto nesta lei, considera-se cassada a presente concessão, independentemente de qualquer aviso ou notificação, não cabendo a concessionária qualquer indenização.

Art.8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e convalidados os atos até então praticados.

Rio dos Cedros, 08 de Abril de 2015.

Marildo Domingos Felippi
Prefeito de Rio dos Cedros
Em Exercício

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 08 de Abril de 2015.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.855, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.855, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente, as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03.002 - Diretoria da Fazenda

004.122.0015.2054 - Informatização dos Serviços Administrativos
44900000000000 - Aplicações Diretas (1.000.000 - Rec. Ordinários) 52.500,00

04.001 - Serviços Urbanos

017.512.0030.1012 - Ampliação da Rede de Esg. Sanit. Pluv. Área Urbana

44900000000000 - Aplicações Diretas (1.000.000 - Rec. Ordinários) 126.000,00

04.002 - Setor Rodoviário Municipal

026.782.0020.2015 - Aquis. Equip. Máq. e Veíc. Setor Obras

44900000000000 - Aplicações Diretas (1.000.000 - Rec. Ordinários) 119.500,00

05.007 - Apoio ao Desporto Amador

027.812.0100.1005 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos

44900000000000 - Aplicações Diretas (1.000.000 - Rec. Ordinários) 105.000,00

TOTAL403.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03.001 - Diretoria de Administração

004.122.0015.2004 - Manutenção das Atividades Administrativas

31900000000000 - Aplicações Diretas (1.000.000 - Rec. Ordinários) 403.000,00

TOTAL403.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 15 de Abril de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 15 de Abril de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

Salto Veloso

PREFEITURA

ERRATA - PORTARIA Nº 200/2015

Errata - Portaria Nº 200/2015

ERRATA

Informamos que a "PORTARIA N.º 200/2015", foi publicada com erro na edição 1724, veiculada em 15 de Abril de 2015, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº. 200/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. CRISTINE GISELA OHLWEILER CESCA, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 16, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Fica ressalvada a possibilidade de anulação/revogação desta portaria, em caso de considerada inaptidão para exercício da função atestado por Laudo Médico Oficial.

Artigo. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de Abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 005/2015

PORTARIA N. 005, DE 16 de abril de 2015.

INSTITUI A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NOMEIA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal n. 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, comissão de licitação, designando para compô-la os seguintes membros:

I. JOÃO CARNEIRO, brasileiro, casado, servidor público municipal, inscrito no CPF n. 521.837.189-00, residente e domiciliado na Rua Rodolfo Utemberger, Bairro do Salto, Salto Veloso-SC, a qual presidirá a comissão.

II. JOÃO CARLOS DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor,

inscrito no CPF n. 543.345.949- 72, residente e domiciliado na Rua Luiz Rossi, Bairro Industrial, Salto Veloso -SC.

III. DANILO TOMAZI, brasileiro, casado, servidor público municipal, inscrito no CPF n. 552.100.319-34, residente e domiciliado na Rua Bela Vista, Bairro do Salto, Salto Veloso, SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI
Presidente da Mesa Diretora

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO TOMADA DE PREÇO 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de TOMADA DE PREÇO, no dia 04 de Maio de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a contratação de mão de obra e fornecimento de materiais de empresa especializada para substituição do piso da quadra poliesportiva de madeira por piso de concreto impermeabilizado com pintura final em tinta PU, com área total de 697,36m² do Ginásio Municipal Aristeu Fernandes. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto a Prefeitura Municipal, mediante recolhimento de taxa.

Santa Cecília, 16 de abril de 2015.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 045/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 045/2015 - PR Nº 045/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Tubos de concreto, Meio- fio e tampas para boca de lobo, para manutenção do setor de Viação, Obras e Serviços Públicos, durante o exercício 2015, Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 08:45 horas do dia 30 de Abril de 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 16 de abril de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 44/2015-DL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 44/2015 - Dispensa de Licitação nº 44/2015

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO PREGÃO Nº. 01/2014/CIS-AMESC, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015, conforme relação anexa.

Do fornecedor: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC.

Do valor e do pagamento: O valor global previsto dos produtos adquiridos importa em R\$ 34.331,20(trinta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e vinte centavos), que serão pagos mensalmente até o dia 15º dia do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos.

Da dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta das seguintes dotações:

05 - SEC. DE SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL;

01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

2.016 - MANUT. DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE;

3.3.90.00.00.00.00.0002 - APLICAÇÕES DIRETAS.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Santa Rosa do Sul/SC, 15 de Abril de 2015.

Joelson Farias Pereira

Presidente da Comissão de Licitações

ANEXO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Relação dos itens e quantidades do objeto

ITENS	MEDICAMENTOS	APRESENT.	QUANT.	P.UNIT	TOTAL
1	Agua destilada 10ml	Ampolas	1.000	0,1450	R\$ 145,00
2	Água Destilada 5ml	Ampolas	1.000	0,1300	R\$ 130,00
3	Carbamazepina 200 mg	comprimidos	12.000	0,0759	R\$ 910,80
4	Carbonato de Cálcio 500 mg + Vitamina D 400ui	comprimido	40.000	0,5180	R\$ 20.720,00
5	Carbonato de Lítio 300 mg	comprimido	5.000	0,0880	R\$ 440,00
6	Clomipramina 10 mg	comprimido	1.000	0,4000	R\$ 400,00
7	Clomipramina 25 mg	comprimido	1.000	0,4469	R\$ 446,90

8	Clomipramina 75 mg	comprimido	1.000	0,9620	R\$ 962,00
9	Clopidogrel 75 mg	comprimido	5.000	0,3150	R\$ 1.575,00
10	Imipramina 25 mg	comprimido	7.000	0,1430	R\$ 1.001,00
11	Levodopa + benserazida 100/25 HBS	capsula	3.000	1,2300	R\$ 3.690,00
12	levodopa + benserazida 100/25mg BD cp biranhurado	comprimido	3.000	0,8335	R\$ 2.500,50
13	Levodopa + Benserazida 200/50 mg cp biranhurado	comprimido	3.000	0,4700	R\$ 1.410,00
Valor Total: R\$ 34.331,20(trinta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e vinte centavos)					

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO**RATIFICAÇÃO**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo e ratifico a realização da despesa, independente de licitação.

Santa Rosa do Sul, 15 de Abril de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº 981, DE 15 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 981, DE 15 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Concessão de Uso de equipamentos pertencente ao Município para uso da Paróquia Santa Rosa de Lima e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do Município de Santa Rosa do Sul/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 ÔNIBUS M. BENZ/OF 1318, ano/modelo 1992, Placas LYC 3039, RENAVAL 555625648, cor amarela, Diesel, 41 Lugares.

LOTE 02: 01 ÔNIBUS VOLVO/B58, ano/modelo 1984, Placas AGJ 6494, RENAVAL 512555893, cor branca, Diesel, 46 Lugares.

LOTE 03: 01 PATROLA HUBER WACO 130, ano 1980.

LOTE 04: 01 PATROLA HUBER WACO 140, ano 1986.

LOTE 05: 01 PRENSA DE LIXO com motor.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no Art. 1º, serão fixados pela Comissão de Avaliação, designada pelo Prefeito Municipal, pelo Decreto nº 010, de 10 de março de 2015, e conforme Termo de Inservibilidade 001/2015, que será anexado a Licitação e que fará parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 15 de março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO PL Nº. 46/2015

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 46/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 28/2015, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO ATE O CEDUP DE CAMPO ERE Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:15 horas do dia 07/05/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001. Santa Terezinha do Progresso (SC), 16/04/2015. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 069/2015 LEANDRO DE PAULA

PORTARIA Nº 069/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida a prorrogação da licença para tratamento de saúde, até 20/05/2015 ao Servidor Municipal, Senhor Leandro de Paula, matrícula nº 1270/01, ocupante da função de Chefe de Setor, conforme Comunicação de Decisão da Previdência Social. Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 06/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 07/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 06/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos municípios de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 05 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 05 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 15 de abril de 2015.
TADEU PAULO TOAZZA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Bento do Sul

PREFEITURA

ATO JUSTIFICADOR DE OUTORGA DE PERMISSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

ATO JUSTIFICADOR OUTORGA DE PERMISSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Considerando o disposto no art. 30, inciso V, da Constituição Federal, segundo o qual compete aos Municípios "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído os serviços funerários, que tem caráter essencial;

Considerando que o Município de São Bento do Sul mantém por mais de 3 décadas em forma de permissão os serviços objeto do presente ato justificador;

Considerando atualmente estarem constituídas e com permissão para os serviços funerários, em forma contratação precária, 3 empresas, que tem prestado serviços com regularidade;

Considerando que o município não tem condições de prestar os serviços de forma direta, já que não conta com estrutura física e de pessoal para suprir a demanda;

O Prefeito de São Bento do Sul, no exercício das suas atribuições constitucionais e legais, e em observância ao disposto no art. 5º, da Lei Federal n. 8.987, de 1995, torna público o presente ato justificador.

1 - OBJETO: Outorga de Permissão para Prestação dos Serviços Funerários, mediante cobrança de tarifas, os quais compreenderão obrigatoriamente: i) a venda de ataúdes (urnas); ii) transporte de cadáveres; iii) higienização do corpo; iv) serviço de preparação do cadáver para o velório; v) fornecimento de, no mínimo, 4 velas por funeral; vi) ornamentação da urna com flor natural da época ou flor artificial, a critério do usuário; vii) véu para cobrir o corpo; viii) edredon (ou similar) na urna; ix) empréstimo de câmara ardente de acordo com o credo; x) empréstimo, a critério dos familiares do de cujus, de castiçais, mesas, banquetas, pedestal com crucifixo, porta coroas, e paramentos afins para utilização durante o velório e homenagem final; xi) disponibilização de espaço adequado e de fácil acesso para a realização do velório; xii) encaminhamento de certidão de óbito e documentos para funerais; xiii) transporte de cadáveres humanos exumados.

2 - ÁREA: Todo o perímetro do município de São Bento do Sul, nos termos da legislação vigente, especialmente o artigo 4º da lei municipal 817/2003.

3 - PRAZO: A presente Permissão terá vigência por um período de 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura do competente instrumento contratual, sendo vedada a sub-permissão ou transferência dos serviços sob qualquer forma, nos termos do artigo 2º da lei municipal 281/1994.

4 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE REALIZAÇÃO DO CERTAME: O certame será realizado em forma de concorrência pública, tipo, melhor técnica e preço, nos termos da lei federal 8.987/95, e 8.666/93, observando as exigências da legislação municipal que regulamenta a matéria, especialmente das disposições específicas da lei municipal nº 288, de 07 de abril de 1981 (com alterações conferidas pela lei municipal nº 204, de 27 de julho de 1987), lei municipal nº 281, de 07 de outubro de 1994, lei municipal nº 817, de 29 de dezembro de 2003, decreto municipal nº 1225, de 03 de setembro de 2012 e decreto municipal nº 0354, de 22 de novembro de 2013.

5 - REGIME DE EXECUÇÃO: A concessão será regida por normas de direito público, especialmente as leis editadas pelo Município de São Bento do Sul, quanto as atividades integrantes do serviço, obrigações, direitos, deveres e competências das permissionárias

e do poder concedente, direitos e deveres do usuário, penalidades, multas e recursos, política tarifária, bem como pelas cláusulas contratuais, pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado. A concessão será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, através do departamento competente, e pelo PROCON com relação aos direitos dos usuários.

6 - DA JUSTIFICATIVA E CONVENIÊNCIA DA OUTORGA: Trata-se de medida necessária para viabilizar o funcionamento dos serviços funerários no município, mantendo condições físicas, técnicas e operacionais de qualidade aos munícipes. Entre as vias técnico-jurídicas da ação administrativa, assim entendidas os meios de que se serve a Administração para realizar suas atribuições e alcançar os seus fins, ocupa o contrato de permissão um lugar de importância destacada, no sentido de que, mais e mais a ele recorrem pessoas jurídicas de direito público para estabelecer com os particulares um laço de colaboração ou mútua contraprestação. O quadro a muitos anos estabelecido no município por si só se justifica, já que tem se demonstrado suficiente e tem atendido suficientemente as necessidades da população, com tarifas módicas, e suficientes para o pagamento das empresas permissionárias estabelecidas. Ademais, o valor arrecadado com a proposta de preços, a ser ofertada pelas futuras permissionárias, poderá ser utilizado pelo município para melhorar a infraestrutura dos serviços funerários do município, com investimento na melhoria de cemitérios, construção de locais para realização de velórios nos bairros e outros investimentos imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida da população.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 118/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 118/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 21 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DE RESTAURAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SERRA ALTA, CONFORME PROCESSO 1.012.587-47/13 - PROGRAMA APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA, TERMO DE COMPROMISSO Nº 799559/2013/MTUR/CAIXA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME ANEXOS.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 117/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 04 de maio 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRADUÇÃO SIMULTÂNEA DE PALESTRA DURANTE A TERCEIRA EDIÇÃO DO EVENTO "CONVERSA ABERTA SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR", ENTRE OS DIAS 21 E 23 DE MAIO DE 2015, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 33/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 12 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO LABORATORIAL PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 06 de abril de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

CONVÊNIO Nº 013/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DOS TRIATLETAS E CORREDORES DE RUA - ATRICOR

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS TRIATLETAS E CORREDORES DE RUA - ATRICOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.243.153/0001-13, estabelecida à Rua Ilka Ohde, nº 26, Bairro Rio Negro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente JOÃO SOARES MOTA, brasileiro, casado, colorista, portador da Carteira de Identidade nº 6153074, CPF/MF nº 042.242.838-83, residente e domiciliado à Rua Ilka Ohde, 26, Bairro Rio Negro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3505 de 13 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação dos Triatletas e Corredores de Rua - ATRICOR com o custeio de despesas referentes à taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, transporte, premiação, plotagens, adesivos, uniformes, materiais esportivos e serviços contábeis manutenção da associação, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1570/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 04 parcelas, conforme plano de trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica, Agência 0628, Conta Corrente nº 002802-8 a favor da Associação dos Triatletas e Corredores de Rua - ATRICOR.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/

- TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
 - g) Conciliação bancária, quando for o caso;
 - h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
 - i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
 - j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 15 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

JOÃO SOARES MOTA

Presidente da Associação dos Triatletas e Corredores de Rua - ATRICOR

TESTEMUNHAS

LUIZ NERI PEREIRA
CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA
CPF 791.399.579-34

CONVÊNIO Nº 008/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede e foro à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, FERNANDO TURECK, residente e domiciliado em São Bento do Sul/SC, CPF nº 033.667.519-40, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de São Bento do Sul, com sede na Rua Henrique Schwarz, nº 294, Centro, CNPJ nº 83.172.478/0001-26, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Harriet Hackbarth, residente e domiciliado na Rua Ernesto Pfau, nº 31, Apto 21, Bairro Schramm, CPF nº 034.912.139-75, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3497 de 08 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas

no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção com despesas da APAE no ano de 2015 e aquisição de uniformes escolares, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 893/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Segunda serão repassados pelo CONCEDENTE, em 09 (nove) parcelas, sendo: (1) uma de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e 08 (oito) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira em abril de 2015.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco do Brasil, Agência 5223-x, Conta Corrente nº 6281-2 a favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0.049 - Auxílio Financeiro para Associações de Moradores e outras Entidades

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 - Subvenções Sociais

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos

contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas

e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 14 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

HARRIET HACKBARTH

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul

TESTEMUNHAS:

Pedro Ivo Diener
Chefe de Gabinete

Cleusa Piccoli Vieira
Assessora de Gabinete

CONVÊNIO Nº 012/2015
TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS CONJOPAN

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS CONJOPAN, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.186/0001-50, estabelecida à Rua Tereza Conrad, 687, Bairro Oxford, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente Sergio Verissimo da Rocha Filho, brasileiro, casado, controlador de produção, portadora da Carteira de Identidade nº 3.870.878-1, CPF/MF nº 717.978.319-68, residente e domiciliado à Rua Alzira Fleith Fendrich, 213, Bairro Oxford, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3504 de 13 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Conjopan com o custeio de despesas referentes à manutenção da associação, taxas bancárias, administrativas e contábeis, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1492/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 09 parcelas, conforme plano de trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 3885, Conta Corrente nº 179-7 a favor da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Conjopan.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

O CONVENENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
 - II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
 - III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.
- CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**
- O CONVENENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:
- a) Ofício de encaminhamento;
 - b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
 - c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
 - d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
 - e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das

despesas efetuadas;
f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
g) Conciliação bancária, quando for o caso;
h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 15 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

SERGIO VERISSIMO DA ROCHA FILHO

Presidente da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Conjopan

TESTEMUNHAS:

LUIZ NERI PEREIRA
CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA
CPF 791.399.579-34

DECRETO Nº 928/2015

DECRETO Nº 0928, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNADO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3508, 15 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON

3.3.90.33.00.00.00 300 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 0100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 929/2015

DECRETO Nº 0929, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNADO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3508, 15 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.030 - Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre (497) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(123) 3.3.90.18.00.00.00 100 - Aux. Financeiro a Estudantes R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2015 EMHAB

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de locação de imóvel, que entre si celebram, a Empresa Municipal de Habitação - EMHAB e a Sra. Andréia Martins.

DO OBJETO: Termo de Contrato de aluguel em caráter de emergência para abrigar a família da Sra. Gírlene Wais de Jesus, em virtude de alagamento em sua residência, situada na Rua Bertha Donbenck, nº 386, Bairro Serra Alta, Loteamento Boa Esperança, conforme Relatório de Atendimento Social nº 07/2013, e de acordo com a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social,

que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública e de acordo com Autos do Processo judicial nº 058.13.004337-8, o qual obriga a EMHAB fornecer moradia em favor da autora e sua família, semelhante à residência interditada.

DO VALOR: R\$ 5.760,00 - Valor Total

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 06 de abril de 2015 e com término em 05 de abril de 2016.

São Bento do Sul, 06 de abril de 2015.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

ADREIA MARTINS, como Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 097/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 097/2015

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 353/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, em 08 de NOVEMBRO de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 286/2013.

Considerando o objeto do presente Contrato que consiste na contratação de empresa para serviços de software de Operação e Gestão da Política de Assistência Social sendo licença de uso, período de novembro a março/14, conforme descrição e exigências anexa, conforme Pregão Presencial nº 286/2013.

Considerando a existência de dúvidas dos usuários do programa, bem como a capacitação de novos profissionais da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial que ainda não conhecem o funcionamento do software de Operação e Gestão Pública de Assistência Social, faz-se necessário contratar treinamento de dois dias conforme proposta da Contratada em anexo; Para tanto, faz-se necessário aditar o item 2 do referido Contrato, de acordo com Art. 65, parágrafo 1, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no item 2, referentes a dois dias de treinamento a serem definidos, para pagamentos conforme contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, como Contratado.

LEI Nº 3507/2015

LEI Nº 3507, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder contribuição no valor de R\$ 360.656,28 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art. 2º A Contribuição referida no Artigo 1º desta Lei, será

repassada em 09 (nove) parcelas no valor de R\$ 40.072,92 (quarenta mil, setenta e dois reais e noventa e dois centavos) mensais e consecutivas relativas aos meses de abril a dezembro de 2015.

Art. 3º A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à cota de Participação do Município de São Bento do Sul/SC, aprovada na 9ª Assembléia Geral Ordinária da AMUNESC, realizada no dia 27 de novembro de 2014.

Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Órgão 02 - Gabinete do Prefeito, Unidade 01 - Gabinete do Prefeito, Atividade 0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e Outras Entidades, Despesa 3.3.50.41.00.00.00.0100 - Contribuições.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3508/2015

LEI Nº 3508, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor

Atividade: 2.087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON

3.3.90.33.00.00.00 300 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 2.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.030 - Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre (497) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(123) 3.3.90.18.00.00.00 100 - Aux. Financeiro a Estudantes R\$

1.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3509/2015

LEI Nº 3509, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE PUNHOBOL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE PUNHOBOL, CNPJ/MF 07.206.871/0001-05 no valor total de até R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), objetivando a manutenção da modalidade de punhobol durante o ano de 2015.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Punhobol.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Punhobol.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE PUNHOBOL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE PUNHOBOL, Associação Civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.206.871-0001-05, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, nº 723, Bairro Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente JOÃO DUMS NETTO, brasileiro, divorciado, industrial, portador da Carteira de Identidade nº 780.046, CPF/MF nº 311.382.689-68, residente e domiciliado à Rua Wigando Diener, 102, Bairro 15 de Julho, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Punhobol com o custeio de despesas referentes à participação em competições esportivas, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1111/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 7 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco HSBC, Agência 1051, Conta Corrente nº 00544-28 a favor da Associação São Bentense de Punhobol.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão

à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor),

preenchidos com clareza e sem rasuras;

- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/ TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

JOÃO DUMS NETTO

Presidente da Associação São Bentense de Punhobol

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8731, de 15 de abril de 2015. Concede Gratificação de Função FG-3 de Agente de Serviços de Contabilidade, a partir de 01 de abril de 2015. Simone Grein, Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 8732, de 15 de abril de 2015. Concede Retorno às Atividades, a partir de 14 de abril de 2015, e Revoga Portaria nº 8205/15. Célia do Rozário de Souza. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 8734, de 15 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de abril de 2015. Pamela dos Santos Lima. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8735, de 15 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de abril de 2015. Rosani Aparecida Artner Thiem. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A,

40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 8736, de 15 de abril de 2015. Revoga a Portaria nº 8663/2015 que nomeou Ricardo do Rosário Auxiliar Administrativo, por desistência espontânea em 13 de abril de 2015.

Portaria nº 8737, de 15 de abril de 2015. Prorroga Prazo para Posse, Concurso Público nº 009/2011, conforme Processo nº 2465/15. Cizete Lobermeyer. Farmacêutico.

Portaria nº 8738, de 15 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, período de 14/04/2015 a 13/05/2015, triênio 2010/2013. Alice Droszczaka. Contador. SECAD.

Portaria nº 8739, de 15 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, período de 10/08/2015 a 24/08/2015, triênio 1996/1999. Paulo Roberto Schuhmacher. SEPLU.

Portaria nº 8743, de 15 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, Adilson Linzmeyer. Pedreiro. Grupo Ocupacional 02, Nível I, da Classe F para Classe G. SEMED.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 8729/2015

PORTARIA Nº 8729, DE 15 DE ABRIL DE 2015
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 09 de abril de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LUCIA MARIA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe H, matrícula nº 11000, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1431/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8730/2015

PORTARIA Nº 8730, DE 15 DE ABRIL DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor DIRCEU ANTONIO BOBATO, ocupante do cargo de Mecânico, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

FORD/Courier, placas MDS 2627
Pick-up Corsa, placas MAU 5782
FIAT/Uno, placas MIK 3335
FORD/ Ranger, placas MBE 3327
Toyota, placas LZT 0941
FIAT/Pampa, placas LZB 3357
Toyota, placas LZW 2572
FORD/ Ranger, placas MBX 9437

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8733/2015

PORTARIA Nº 8733, DE 15 DE ABRIL DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora MARIA LUISA KEISER GROSSL, ocupante do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placa LZS 2583
- GM/Corsa, placa MBI 0423
- GM/Corsa, placa MHW 3336
- GM/Celta, placa MMK 1823
- GM/Celta, placa MMJ 8823
- Fiat/Doblo, placa MFF 1106
- Fiat/Doblo, placa MFN 6248
- Ford/Fiesta, placa OKF 3715
- Ford/Fiesta, placa OKF 3645
- VW/Gol, placa MBL 6765
- VW/Gol, placa MFQ 9645
- VW/Gol, placa MFT 3739
- VW/Gol, placa MJS 2989
- GM/Montana, placa MJC 4066
- Fiat/Palio, placa MGX 5834
- Peugeot, placa MJZ 8342
- Fiat/Uno, placa MCG 4284
- Fiat/Uno, placa MFN 8302

- Fiat/Uno, placa MFN 8322

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8740/2015

PORTARIA Nº 8740, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Consolida Portaria nº 14034/2012

FERNANDO TURECK,

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 14034, de 03 de dezembro de 2012, que concedeu aposentadoria por invalidez proporcional à PAULO REGODZINSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, nº APE-13/00111183 através da Decisão GAC/HJN nº 225/2015, de 26 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8741/2015

PORTARIA Nº 8741, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Consolida Portaria nº 14035/2012

FERNANDO TURECK,

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 14035, de 03 de dezembro de 2012, que concedeu aposentadoria por invalidez proporcional à MARIA DE LOURDES MIRANDA DOS SANTOS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, nº APE-13/00111000 através da Decisão GAC/HJN nº 224/2015, de 26 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8742/2015

PORTARIA Nº 8742, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Consolida Portaria nº 6708/2014

FERNANDO TURECK,

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Consolidar a Portaria nº 6708, de 23 de outubro de 2014, que concedeu pensão por morte a JOSÉ NILO LEVANDOSKI, na condição de cônjuge, da ex-servidora ativa SECLIDES RUTH MEY LEVANDOSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-15/00019914, através da Decisão GAC/HJN - 236/2015, de 27/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIAS/SEMED Nº 1576 A 1605/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1576, de 31 de março de 2015. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Josiane de Fátima Leandro Santos Rank. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1577, de 31 de março de 2015. Concede Licença Maternidade, por Adoção. Deisy Cristiane Rudnick Lisboa da Silva. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1578, de 31 de março de 2015. Concede Licença Maternidade. Juliane Fernandes. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1579, de 31 de março de 2015. Concede Licença Maternidade. Luciana Regina Pesati. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1580, de 31 de março de 2015. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Luciana Regina Pesati. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1581, de 31 de março de 2015. Concede Licença Maternidade. Lucimara de Souza Pereira. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1582, de 31 de março de 2015. Concede Licença Maternidade. Regicler Drechsler Paszeuk. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1583, de 31 de março de 2015. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Regicler Drechsler Paszeuk. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1584, de 31 de março de 2015. Concede Licença Maternidade. Rute Lipreri da Rosa. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1585, de 31 de março de 2015. Concede

Prorrogação de Licença Maternidade. Rute Lipreri da Rosa. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1586, de 31 de março de 2015. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Regina Celia Rego de Moura Belo. Atendente de Berçário.

Portaria/SEMED nº 1587, de 31 de março de 2015. Regova Portaria/SEMED nº 3815, de 06 de setembro de 2010, que concedeu Readaptação Funcional à servidora Cintia Flaviane Pruess Rank. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1588, de 31 de março de 2015. Concede Readaptação Funcional. Mari Teresinha Pickocz Campolino. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1589, de 31 de março de 2015. Concede Licença Prêmio. Daniela Aparecida Petreça. Professor Educação Infantil. Portaria/SEMED nº 1590, de 31 de março de 2015. Concede Gozo de Férias. Ana Suffez. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1591, de 31 de março de 2015. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Marineide Bordim. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1592, de 31 de março de 2015. Concede Licença Prêmio. Juliana Zator. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1593, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Daiane Gonsalves Batista Tamanini. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1594, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Karoline Orben. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1595, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Ana Paula Kunicki. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1596, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Crislaine Kiem Costa. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 1597, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Rosangela Martins de Oliveira Maffioletti. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1598, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Edina Portes Rucinski. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1599, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Jeanete Soares Bueno Fragozo. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1600, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Igor Elias Telma. Auxiliar de Biblioteca. Portaria/SEMED nº 1601, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Stefani Zulmira Hinke. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1602, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Sirlei Stascheck Liebl. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1603, de 10 de abril de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Solange de Fátima Alexi. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1604, de 14 de abril de 2015. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Roberta da Silva Martins. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 1605, de 14 de abril de 2015. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. José Olinto da Silva de Castro. Professor Anos Finais.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 098/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 098/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 072/2015, à servidora MARIANNE MARTINS GOMES DA SILVA AUBURGER ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/04/2015, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/04/2015.

São Bento do Sul, 15/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 099/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 099/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 024/2015, à servidora MICHELE ALEXI DAUDT LOURES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/04/2015, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/04/2015.

São Bento do Sul, 15/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 100/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 100/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/04/2015 a 31/07/2015, concedido a servidora OLGA CRISTINA ROCHA PESSINI ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 006/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº

1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2015.

São Bento do Sul, 16/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 101/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 101/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/04/2015 a 13/05/2015, a servidora VANESSA DE ANDRADE ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/04/2015 a 12/04/2015 e 14/04/2015 a 22/04/2015, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/04/2015.

São Bento do Sul, 16/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 102/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 102/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/04/2015 a 24/04/2015, concedido a servidora ELIANE APARECIDA DA ROCHA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 048/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/04/2015.

São Bento do Sul, 16/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 103/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 103/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 28/04/2015 a 12/05/2015, a servidora LUCIANE BRUNEL SERAFIM ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/04/2015 a 27/04/2015 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/04/2015.

São Bento do Sul, 16/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 31/2015

Pregão Presencial nº 31/2015

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 31/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 05 de maio de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS UTILIZADOS NOS DIVERSOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(32) 3.3.90.30.00.00 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO DE
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL
Nº 001/2015**

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

**PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 001/2015**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, homologa e torna pública a lista preliminar de candidatos classificados no Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 001/2015.

Informa ainda que o prazo para recursos será de dois dias úteis a partir da publicação.

Classi- fi- ca- ção	Insc.	Candidato	Cargo	Pontua- ção
001	001	ADRIAN JAN SCRENSKI	Engenheiro Sanitarista	23 pts
002	003	HENRIQUE DIAS DE ANDRADE	Engenheiro Sanitarista	05 pts
003	002	LUAN ARIEL FREISLEBEN	Engenheiro Sanitarista	05 pts

São Bento do Sul, 16 de abril de 2015.

Oswalcir Peters

Diretor Presidente SAMAE

**HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS DO
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2015**

**HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS
DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2015**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna pública a lista das inscrições deferidas referente ao Edital nº 001/2015 de Processo Seletivo para contratação temporária ao cargo de Engenheiro Sanitarista, conforme segue:

Inscrição	Candidato
001	ADRIAN JAN SCRENSKI
002	LUAN ARIEL FREISLEBEN
003	HENRIQUE DIAS DE ANDRADE

O resultado preliminar será divulgado em até 05(cinco) dias úteis após a divulgação da homologação das inscrições.

São Bento do Sul, 09 de abril de 2015.

Oswalcir Peters

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 112, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 112, de 02 de abril de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOÃO RODRIGUES MADEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 06/04/2015 a 25/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 113, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 113, de 02 de abril de 2015.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GERALDO POKRYWIEKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 06/04/2015 a 25/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 114, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 114, de 16 de abril de 2015.

"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela

Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor WALTER CARLOS BUTTELBRUN, Motorista, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de março de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

ATA REG DE PREÇOS -02-03-04-05-06-07

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T.Comp. Nº.:02/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AMBULATÓRIO
Valor :R\$17.270,10
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 8/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,15 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T.Comp. Nº.:03/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AMBULATÓRIO
Valor :R\$27.901,67
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 8/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,15 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T.Comp. Nº.:04/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:DENTAL OESTE EIRELE
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AMBULATÓRIO
Valor :16.476,47(dezesseis mil quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 8/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,15 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T.Comp. Nº.:07/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELE ME
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AMBULATÓRIO
Valor :R\$20.803,52(vinte mil oitocentos e três reais e cinquenta e dois centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.

8/2015

Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,15 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T.Comp. Nº.:06/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSP
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AMBULATÓRIO
Valor :R\$22.946,65(vinte e dois mil novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 8/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,15 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T.Comp. Nº.:05/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:MEGHA EQUIPAMENTOS MAT MEDICOS LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AMBULATÓRIO
Valor :R\$17.546,16(dezessete mil quinhentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos).
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 8/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,15 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N.46/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:046/2015
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERV ENG Nº.:046/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: CONSTRUÇÃO 1ª ETAPA DO GINASIO DO BAIRRO OLARIA
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 04 de maio de 2015
Abertura dos Envelopes :09:00 horas do dia 04 de maio de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, em horário de expediente ou pelo fone 014 49 3325 3000 .

SAO CARLOS, 14 de abril de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.47/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:047/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL - Nº.:047/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM/
Entrega dos Envelopes : 10:00 horas do dia 06 de maio de 2015
Abertura dos Envelopes :10:00 horas do dia 06 de maio de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, em horário de expediente ou pelo fone 014 49 3325 3000 .
SAO CARLOS, 16 de abril de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N12 E 13/2015 -FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.13/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 13/2015
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS -CAPS
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas -dia 06 de maio de 2015
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 06 de maio de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800
SAO CARLOS, 16 de abril de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.12/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS P/ODONTOLOGICO
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas -dia 05 de maio de 2015
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 05 de maio de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800
SAO CARLOS, 16 de abril de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

NA PROC N37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 -São Carlos -SC

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 37/2015 -PR

Processo Administrativo: 37/2015

Processo de Licitação: 37/2015

Data do Processo:26/03/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECANICA NA RECUPERAÇÃO

DE RETROESCAVADEIRA N.66 CFME ANEXO Motivo:

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 7 / 2015

EMPRESA -ÚNICA PARTICIPANTE -DESCCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR

DOCUMENTO DE REGISTRO NO CREA São Carlos, 16 de Abril de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos**PREFEITURA****ATA 009/2015**

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 037/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 013/2015. Objeto: AQUISIÇÕES PARCELADAS DE NITROGÊNIO, BAINHA FRANCESA E LUVAS DE POLIETILENO, PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL BOVINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Fornecedor Registrado: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, CNPJ n. 85.093.524/0001-27

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	Aquisições parceladas de nitrogênio, balsa francesa e luvas de polietileno, para utilização no programa de inseminação artificial bovina da Secretaria Municipal de Agricultura.	31.350,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 14/04/2015 a 14/04/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

ATA 009/2015 - LUCINEIA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 037/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 013/2015. Objeto: AQUISIÇÕES PARCELADAS DE NITROGÊNIO, BAINHA FRANCESA E LUVAS DE POLIETILENO, PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL BOVINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Fornecedor Registrado: LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI ME, CNPJ n. 21.587.815/0001-99

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
02	Aquisições parceladas de nitrogênio, balsa francesa e luvas de polietileno, para utilização no programa de inseminação artificial bovina da Secretaria Municipal de Agricultura.	26.725,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 14/04/2015 a 14/04/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

DEC 1934 DE 02 04 15 DISPENSA A PEDIDO PROFESSORA ADMITIDA E CARATER TEMPORÁRIO ACT FRANCIELI CORREA DE MELLO

DECRETO Nº 1934, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei 1.132/1998, pelas Leis Complementares Municipais nº 0017 de 21/12/07; nº 0018 de 28/01/08 atualizada, nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, nº 0043, de 26/07/12 e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando que a servidora encontrava-se em licença para

tratamento de saúde, permanecendo afastada até a data de 28/03/2015.

- Considerando que a servidora apresentou no setor de pessoal a comunicação de decisão da Previdência Social na data de 02 de abril de 2015.

- Considerando requerimento apresentado no setor de pessoal de nº 367 de 12 de fevereiro de 2015, solicitando a dispensa;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora Francieli Correa de Mello ocupante do cargo de Professor PD/C-III, 40 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 28 de março de 2015.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 002/2015 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Francieli Correa de Mello, admitida em caráter temporário (ACT) a partir do dia 28 de março de 2015.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 28 de março de 2015.

São Domingos (SC), 02 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1935 DE 07 04 15 TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FRANCIELI REGINA SARACA DA SILVA

DECRETO Nº 1935 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1877, de 26 de fevereiro de 2015, o qual nomeou candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando a comunicação do Setor de Pessoal, informando que a candidata não tomou posse do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no prazo final 16 de março de 2015;

- Considerando que o art. 13A da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12, assim estabelece:

" § 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento".

" § 6º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo".

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1877, de 26 de fevereiro de 2015, que nomeou Francieli Regina Saraca da Silva, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1936 DE 09 04 15 TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO PARA O CARGO DE VIGIA EDILSON JOSE GARCIA

DECRETO Nº 1936 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1881, de 02 de março de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando a comunicação do Setor de Pessoal, informando que o candidato não tomou posse do cargo de vigia, no prazo final 66 de abril de 2015;

- Considerando que o art. 13A da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12, assim estabelece:

" § 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento".

" § 6º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo".

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1881, de 02 de março de 2015, que nomeou Edilson José Garcia, para exercer o cargo de Vigia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1937 DE 09 04 15 NOMEIA VALDECIR BRUM PARA O CARGO DE ASSESSOR DE SECRETARIA

DECRETO Nº 1937, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Valdeci José Brum, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 09 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1938 DE 13 04 15 ADMITE PROFESSORA ACT MARGARETE FRANCISCA CARVALHO ANGELI

DECRETO Nº 1938, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;
3. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada;
4. Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;
5. Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada;
6. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012;
7. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/2012 atualizada;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;

- Considerando o Edital n. 008, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 001/2014;

- Considerando o Quinto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

- Considerando a necessidade da contratação de servidores para atender às demandas existentes em caráter temporário, uma vez que o Concurso Público vigente é de caráter efetivo e em diversas situações não contempla as necessidades;

- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;

- Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;

- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Margarete Francisca Carvalho Angeli, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2015, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de abril de 2015.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1939 DE 13 04 15 ADMITE PROFESSORA ACT GLEISA BINI MARMENTINI

DECRETO Nº 1939, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;
3. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada;
4. Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;
5. Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada;
6. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012;
7. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/2012 atualizada;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;

- Considerando o Edital n. 008, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 001/2014;

- Considerando o Quinto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

- Considerando a necessidade da contratação de servidores para atender às demandas existentes em caráter temporário, uma vez que o Concurso Público vigente é de caráter efetivo e em diversas situações não contempla as necessidades;

- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;

- Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;

- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Gleisa Bini Marmentini, para exercer o cargo de Professor PD/A-I (Educação Infantil), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2015, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de abril de 2015.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1940 DE 13 04 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO JAISSON WALENDORFF PARA O CARGO DE VIGIA

DECRETO Nº 1940, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia servidor aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Jaisson Walendorff, para exercer o cargo de Vigia, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 11.03, Grupo 1 (Serviços Gerais SEGER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1941 DE 15 04 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1923 DE 30 03 15 A NOMEAÇÃO MICHELE CRISTINA ALVES DA SILVA NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DECRETO Nº 1941, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1923, de 30 de março de 2015, o qual nomeou candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que a candidata nomeada pelo Decreto nº 1923, de 30 de março de 2015, apresentou pedido de desistência conforme protocolo nº 785/2015, de 07/04/2015;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1923, de 30 de março de 2015, que nomeou Michele Cristina Alves da Silva, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pela razão acima exposta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1942 DE 15 04 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1932 DE 02 04 15 A NOMEAÇÃO MARLI MELANIA ROVANI NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DECRETO Nº 1942, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1932, de 02 de abril de 2015, o qual nomeou candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042, de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que a candidata nomeada pelo Decreto nº 1932, de 02 de abril de 2015, apresentou pedido de desistência conforme protocolo nº 793/2015, de 08/04/2015;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1932, de 02 de abril de 2015, que nomeou Marli Melania Rovani, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pela razão acima exposta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1943 DE 15 04 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1912 DE 24 03 15 A NOMEAÇÃO DE ANGELO MARCANTE PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 1943, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1912, de 24 de março de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que o candidato nomeado pelo Decreto nº 1912, de 24 de março de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 756 /2015, de 06/04/2015;

- Considerando que caso o candidato não deseje assumir a vaga a

que foi nomeado de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que no ato da posse o candidato preenchia os requisitos exigidos para assumir o cargo;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1912, de 24 de março de 2015, que nomeou Angelo Marcante, para exercer o cargo de Motorista, ficando o candidato reclassificado para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1944 15 04 15 ADMITE ELIZETE DE OLIVEIRA PARA O EMPREGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

DECRETO Nº 1944, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Admite empregada aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando o Edital 007/2015 de 30/01/2015, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), que demanda de profissionais Agentes Comunitário de Saúde, para a sua execução neste município de São Domingos (SC);

- Pela necessidade de adequação da estrutura administrativa as normas impostas pela Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/07;

- Pela necessidade de preencher micro áreas existentes que estão desprovidas de profissionais, para atender a população das comunidades do interior e cidade;

- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a senhora Elizete de Oliveira, para exercer o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde - Equipe 002 - Micro Área 004, Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período da admissão da referida empregada, está compreendido entre a data deste decreto e a data de trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 060.08.001274-4, caso a mesma seja julgada improcedente, ou a data de homologação de concurso público que vier a ser realizado, caso àqueles concursos discutidos na Ação Civil Pública referida, sejam declarados nulos.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1945 16 04 15 ADMITE ODETE ZAREMBSKI GRANZOTTO PARA O EMPREGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

DECRETO Nº 1945, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Admite empregada aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando o Edital 007/2015 de 30/01/2015, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), que demanda de profissionais Agentes Comunitário de Saúde, para a sua execução neste município de São Domingos (SC);

- Pela necessidade de adequação da estrutura administrativa as normas impostas pela Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/07;

- Pela necessidade de preencher micro áreas existentes que estão desprovidas de profissionais, para atender a população das comunidades do interior e cidade;

- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a senhora Odete Zarembski Granzotto, para exercer o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde - Equipe 004 - Micro Área 003, Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período da admissão da referida empregada, está compreendido entre a data deste decreto e a data de trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 060.08.001274-4, caso a mesma seja julgada improcedente, ou a data de homologação de concurso público que vier a ser realizado, caso àqueles concursos discutidos na Ação Civil Pública referida, sejam declarados nulos.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1946 16 04 15 ADMITE ABEL FERREIRA CAMPOS PARA O EMPREGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

DECRETO Nº 1946, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Admite empregado aprovado em Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando o Edital 007/2015 de 30/01/2015, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), que demanda de profissionais Agentes Comunitário de Saúde, para a sua execução neste município de São Domingos (SC);

- Pela necessidade de adequação da estrutura administrativa as normas impostas pela Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/07;

- Pela necessidade de preencher micro áreas existentes que estão desprovidas de profissionais, para atender a população das comunidades do interior e cidade;

- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o senhor Abel Goes Ferreira Campos, para exercer o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde - Equipe 004 - Micro Área 004, Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período da admissão do referido empregado, está compreendido entre a data deste decreto e a data de trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 060.08.001274-4, caso a mesma seja julgada improcedente, ou a data de homologação de concurso público que vier a ser realizado, caso àqueles concursos discutidos na Ação Civil Pública referida, sejam declarados nulos.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1948 DE 16 04 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO ANTONINHO CAPELARO PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 1948, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Antoninho Capelaro, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2015
OBJETO: Aquisição de gêneros Alimentícios para manutenção dos grupos de terceira idade do município de São João do Oeste.
VALOR: R\$ 1.589,68
VIGÊNCIA: 16.04.2015 até 30.08.2015
São João do Oeste - 16 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp- Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2015
OBJETO: Aquisição de gêneros Alimentícios para manutenção dos grupos de terceira idade do município de São João do Oeste.
VALOR: R\$ 8.560,00
VIGÊNCIA: 16.04.2015 até 30.08.2015
São João do Oeste - 16 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Ilaine Rasch Oberger-Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2015
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção dos grupos de terceira idade do município de São João do Oeste.
VALOR: R\$ 13.232,80
VIGÊNCIA: 16.04.2015 até 30.08.2015
São João do Oeste - 16 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Venezia- Ltda- Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2015
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção dos grupos de terceira idade do município de São João do Oeste.
VALOR: R\$ 1.968,70
VIGÊNCIA: 16.04.2015 até 30.08.2015
São João do Oeste - 16 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Padaria e Confeitaria Reinehr- Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 09/2015
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção dos grupos de terceira idade do município de São João do Oeste.
VALOR: R\$ 885,00
VIGÊNCIA: 16.04.2015 até 30.08.2015
São João do Oeste - 16 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e J.J.S Desenvolvimento Humano.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 11/2015
OBJETO: Contratação de empresa para ministrar duas palestras com os temas "A Família hoje" e "O sintoma nas relações familiares" para os municípios participantes do CRAS.
VALOR: R\$ 2.700,00
VIGÊNCIA: 16.04.2015 até 31.12.2015
São João do Oeste - 16 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e LMV- Informática Tecnol. de Impressão Ltda- Me.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 24/2015
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para as diversas empresas secretarias do Município de São João do Oeste.
VALOR: R\$ 2.725,00
VIGÊNCIA: 14.04.2015 até 31.12.2015
São João do Oeste - 14 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Teletrônica Pinhal-LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial nº 24/2015
OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para as diversas empresas secretarias do Município de São João do Oeste.
VALOR: R\$ 1.751,00
VIGÊNCIA: 14.04.2015 até 31.12.2015
São João do Oeste - 14 de abril de 2015
Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- Itech Informática Tecnol. Impressão Ltda- ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 24/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para as diversas empresas secretarias do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 6.515,38

VIGÊNCIA: 14.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 14 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e LW. Eventos Esportivos Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 25/2015

OBJETO: Contratação de empresa para efetuar serviços de arbitragem e coordenação de jogos promovidos pela CME do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 11.760,00

VIGÊNCIA: 14.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 14 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Veneza Ltda- EPP Filial 02

ORIGEM: Pregão Presencial nº 26/2015

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o programa municipal de alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 6.727,39

VIGÊNCIA: 11.04.2015 até 30.07.2015

São João do Oeste - 14 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp

ORIGEM: Pregão Presencial nº 26/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o programa Municipal de Alimentação escolar e mais educação do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 6.817,84

VIGÊNCIA: 11.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 11 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Leni Lourdes Schneider- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 26/2015

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o programa municipal de alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 6.817,84

VIGÊNCIA: 11.04.2015 até 30.07.2015

São João do Oeste - 14 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 26/2015

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o programa municipal de alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 13.438,64

VIGÊNCIA: 11.04.2015 até 30.07.2015

São João do Oeste - 14 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Ariel Felipe Comércio e Transporte Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 26/2015

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o programa municipal de alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 3.253,82

VIGÊNCIA: 11.04.2015 até 30.07.2015

São João do Oeste - 14 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 117/2015

DECRETO Nº 117/2015

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Nº 4.305/2015; Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(65)3.3.93.00.00.00.00.2.058-0160- Aplic. Dir. Dec. de Op. Entre Órgãos 6.960,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(66)3.3.93.00.00.00.00.2.059-0160- Aplic. Dir. Dec. de Op. Entre Órgãos 9.840,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 16.800,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(9)4.4.71.00.00.00.00.2.058-0160- Transferências a Consórcios Públicos 654,00

(5)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0160- Aplicações Diretas 360,00

(7)3.1.71.00.00.00.00.2.058-0160- Transferências a Consórcios Públicos 3.924,00

(8)3.3.71.00.00.00.00.2.058-0160- Transferências a Consórcios Públicos 2.022,00

03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA

(12)3.3.90.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas 540,00

(17)4.4.71.00.00.00.00.2.059-0160- Transferências a Consórcios Públicos 465,00

(15)3.1.71.00.00.00.00.2.059-0160- Transferências a Consórcios Públicos 4.185,00

(16)3.3.71.00.00.00.00.2.059-0160- Transferências a Consórcios Públicos 4.650,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 16.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 118/2015

DECRETO Nº 118/2015

"QUE REGULAMETA O ARTIGO 211 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.562/2003 E ESTABELECE O VALOR DA UFRM"

O Prefeito Municipal de São Joaquim Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado o Artigo 211 da Lei Municipal Nº 2.562/2003 "Institui o Código Tributário do Município de São Joaquim", de 30/12/2003 e estabelece o valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal que corresponderá a R\$ 2,61 (dois reais e sessenta e um centavos), que será atualizado anualmente no primeiro dia útil do exercício, com base no INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulados nos últimos 12 (doze) meses da primeira quinzena de dezembro do exercício anterior.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais a partir de 01 de Janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 119/2015

DECRET O Nº 119/2015

"QUE AUTORIZA UNIFICAÇÃO URBANA DE TERRAS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 124, datado de 25/03/2015; Fica autorizado a UNIFICAÇÃO URBANA DE TERRAS nos termos em que foi requerido por JOSÉ RICARDO MOMO, de um imóvel urbano de terras medindo 858,00m², situado na Rua Ivo Silveira, Bairro Jardim Minuano, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Terreno Urbano

Proprietário: José Ricardo Momo

Endereço: Av. Ivo Silveira - Loteamento Jardim Minuano

Município: São Joaquim SC

Matrícula: Nº 13.107/13.108

Área da Matrícula: 858,00 m²

Memorial descritivo de dois lotes referente às matrículas Nº 13.107 e 13.108, para fins de unificação, conforme descrição a seguir:

LOTE 60

429,00 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 05, situado no limite com o lote Nº 59 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti e a Av. Ivo Silveira.

Do vértice 05 segue confrontando com a Av. Ivo Silveira com rumo de 73°20'00"SE e distância de 13,00 m até o vértice 06.

Do vértice 06 segue confrontando com o lote Nº 61 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti com rumo de 16°40'00"SO e distância de 33,00 m até o vértice 15.

Do vértice 15 segue confrontando com o lote Nº 80 de Hélio Antunes de Carvalho com rumo de 73°20'00"NO e distância de 13,00

m até o vértice 16.

Do vértice 16 segue confrontando com o lote Nº 59 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti com rumo de 16°40'00"NE e distância de 33,00 m até o vértice 05, ponto final da descrição deste perímetro.

LOTE 61
429,00 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 06, situado no limite com o lote Nº 60 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti e a Av. Ivo Silveira.

Do vértice 06 segue confrontando com a Av. Ivo Silveira com rumo de 73°20'00"SE e distância de 13,00 m até o vértice 07.

Do vértice 07 segue confrontando com o lote Nº 62 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti com rumo de 16°40'00"SO e distância de 33,00 m até o vértice 14.

Do vértice 14 segue confrontando com o lote Nº 79 de Marilda Dutra Hasckel Indicati com rumo de 73°20'00"NO e distância de 13,00 m até o vértice 15.

Do vértice 15 segue confrontando com o lote Nº 60 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti com rumo de 16°40'00"NE e distância de 33,00 m até o vértice 06, ponto final da descrição deste perímetro.

LOTE UNIFICADO
858,00 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com o lote Nº 60 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti e a Av. Ivo Silveira.

Do vértice 1 segue confrontando com a Av. Ivo Silveira com rumo de 73°20'00"SE e distância de 26,00 m até o vértice 2.

Do vértice 2 segue confrontando com o lote Nº 62 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti com rumo de 16°40'00"SO e distância de 33,00 m até o vértice 3.

Do vértice 3 segue confrontando com o lote Nº 79 de Marilda Dutra Hasckel Indicati com rumo de 73°20'00"NO e distância de 13,00 m até o vértice 4.

Do vértice 3 segue confrontando com o lote Nº 80 de Hélio Antunes de Carvalho com rumo de 73°20'00"NO e distância de 13,00 m até o vértice 4.

Do vértice 4 segue confrontando com o lote Nº 59 de Nilto de Bona e Gilson Cesca Vitoreti com rumo de 16°40'00"NE e distância de 33,00 m até o vértice 1, ponto final da descrição deste perímetro com 858,00 m², terreno localizado no lado ímpar da Av. Ivo Silveira e distando 39,00 m da esquina da Rua Flares Inácio de Melo.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 120/2015

DECRETO Nº 120/2015

"QUE NOMEIA TEMPORARIAMENTE NOVO MEMBRO PARA O CONSELHO TUTELAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.783/2007, de 29/06/2007; Fica Nomeada Temporariamente para compor o Conselho Tutelar do Município de São Joaquim - SC., a senhora - DANIELA CRISTINA MEDEIROS, para ocupar o Cargo de Conselheira Tutelar, em substituição a conselheira JUCELDA GONÇALVES TANNINO, que encontra-se em gozo de férias, no período de 06/04/2015 à 05/05/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

TERMO DE POSSE

Sr^a.: DANIELA CRISTINA MEDEIROS

Cargo Eletivo: CONSELHEIRA TUTELAR

Aos 06 (seis) dias do mês de Abril do ano de 2015, nesta cidade de São Joaquim - SC., na Sala de Despachos do Sr. Prefeito Municipal, compareceu a Senhora DANIELA CRISTINA MEDEIROS, para tomar posse no Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, para o qual foi nomeada através do Decreto Nº 120/2015, de 06/04/2015.

Depois de apresentar os documentos a que se refere às Leis Municipais, proferiu em voz alta as seguintes palavras, prestando seu compromisso:

- "PROMETO CUMPRIR FIELMENTE OS DEVERES DO MEU CARGO".

Em seguida o Sr. Prefeito Municipal declarou empossada a referida Conselheira, mandando que fosse lavrado o presente Termo de Posse.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI DANIELA CRISTINA MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL CONSELHEIRA TUTELAR

DECRETO Nº 121/2015

DECRET O Nº 121/2015

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO o senhor AGNELO OLIVEIRA PINTO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Turismo, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 067/2014, de 20/03/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 122/2015

DECRET O Nº 122/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor IBERÊ AGUIAR JAQUES, para
ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 123/2015

DECRETO Nº 123/2015

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - SC., no uso de suas atribui-
ções que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.292/2014, de
17/12/14; Ficam NOMEADOS os Membros para comporem o Con-
selho Municipal de Cultura:

- CONSELHEIRO DO PATRIMÔNIO, MATERIALEIMATERIAL CUL-
TURAL:
TITULAR: TONI DONIZETE DOS SANTOS.

- CONSELHEIRO DE DANÇA:
TITULAR: CASSIANO SUHRE DA ROSA;
SUPLENTE: SUELEN AMARAL.

- CONSELHEIRO DE MÚSICA:
TITULAR: JEFERSON DA ROSA SEIFERT;
SUPLENTE: TATIANE SOUZA CARDOSO;

Parágrafo Primeiro - O mandato dos membros do Conselho será
de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por períodos iguais
e sucessivos.

Parágrafo Segundo - As funções dos membros do Conselho não
serão remuneradas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 124/2015

DECRET O Nº 124/2015

"QUE AUTORIZA UNIFICAÇÃO URBANA DE TERRAS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº
121, datado de 23/03/2015; Fica autorizado a UNIFICAÇÃO UR-
BANA DE TERRAS nos termos em que foi requerido por VOLNEY
FRANCISCO BECKHAUSER JUNIOR, de um imóvel urbano de ter-
ras medindo 720,00m², situado na esquina das ruas Anaide Souza
Sá e Alcides Manoel Schlischtig, Loteamento Parque das Araucá-
rias, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Lote Urbano - Lote 17 / Quadra 03
Proprietário: Volney Francisco Beckhauser Junior
Thais Helena Marioti Beckhauser
Município: São Joaquim - SC
Comarca: São Joaquim
Área de Matrícula (m²): 360,00

Memorial Descritivo referente à área da Matrícula: Nº 12.530.

Lote situa-se a 36,89m da esquina da Rua Anaide Souza Sá e com
a Rua Alcides Manoel Schlischtig.
Um terreno urbano (lote) nº 17 da quadra 03, situado nesta cida-
de de São Joaquim - SC, no Loteamento Parque das Araucárias,
Bairro Monte Carlo, medindo a área superficial de 360,00m² (tre-
zentos e sessenta metros quadrados), sendo: Norte: 15,48m com
a Rua Anaide Souza Sá; Leste: 23,25m com o Lote 19 de Maria
Angela Schilischtig; Sul: 15,48m com os Lotes 18 e 16 de Santa
Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda; Oeste: 23,25m com o
Lote 15 de Maria Angela Schilischtig.

Imóvel: Lote Urbano - Lote 19 / Quadra 03
Proprietário: Volney Francisco Beckhauser Junior
Thais Helena Marioti Beckhauser
Município: São Joaquim - SC
Comarca: São Joaquim
Área de Matrícula (m²): 360,00

Memorial Descritivo referente à área da Matrícula: Nº 12.531.

Lote situa-se na esquina da Rua Anaide Souza Sá e com a Rua
Alcides Manoel Schlischtig

Um terreno urbano (lote) nº 19 da quadra 03, situado nesta cida-
de de São Joaquim - SC, no Loteamento Parque das Araucárias,
Bairro Monte Carlo, medindo a área superficial de 360,00m² (tre-
zentos e sessenta metros quadrados), sendo: Norte 21,41m com
a Rua Anaide Souza Sá; Leste: 16,82m com a Rua Alcides Manoel
Schilischtig; Sul: 13,57m com o lote 18 de Santa Clara Empreen-
dimentos Imobiliários Ltda; Oeste: 23,25m com o lote 17 de Maria
Angela Schilischtig.

Imóvel: Lote Urbano
Proprietário: Volney Francisco Beckhauser Junior
Thais Helena Marioti Beckhauser
Município: São Joaquim - SC
Comarca: São Joaquim
Área de Matrícula (m²): 720,00

Memorial Descritivo referente as Matrículas: Nº 12.530 e Nº
12.531, que serão unificadas conforme memorial descritivo e
mapa em anexo.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Começa no ponto P1, com coordenadas E= 603.843,74 e N= 6.869.708,25, confrontando com o lote 15 e com a rua Anaide Souza Sá; deste segue confrontando com a rua Anaide Souza Sá com os seguintes azimutes e distancias: 121°58'18" e 15,48m, até o ponto P2; 121°58'18" e 11,41m, até o ponto P3; 123°05'24" e 0,50m, até o ponto P4; 130°59'39" e 0,76m, até o ponto P5; 136°31'01" e 0,42m, até o ponto P6; 141°44'22" e 0,43m, até o ponto P7; 146°10'25" e 0,44m, até o ponto P8; 149°46'01" e 0,35m, até o ponto P9; 154°15'30" e 0,44m, até o ponto P10; 160°11'29" e 0,85m, até o ponto P11; 167°23'50" e 0,57m, até o ponto P12; 172°32'07" e 0,44m, até o ponto P13; 176°18'11" e 0,40m, até o ponto P14; 181°20'13" e 0,41m, até o ponto P15; 185°05'41" e 0,43m, até o ponto P16; 188°49'51" e 0,31m, até o ponto P17; 190°41'02" e 0,29m, até o ponto P18; 196°15'37" e 0,40m, até o ponto P19; 198°57'15" e 0,30m, até o ponto P20; 201°20'33" e 0,17m, até o ponto P21; 203°16'32" e 0,21m, até o ponto P22; 205°36'26" e 0,25m, até o ponto P23; 209°52'11" e 0,59m, até o ponto P24; 214°56'25" e 0,41m, até o ponto P25; 219°52'42" e 0,57m, até o ponto P26, confrontando com a rua Anaide Souza Sá e com a rua Alcides Manoel Schlischtting; deste segue confrontando com a rua Alcides Manoel Schlischtting com os seguintes azimutes e distancias 223°31'14" e 0,07m, até o ponto P27; 223°31'09" e 16,82m, até o ponto P28; confrontando com a rua Alcides Manoel Schlischtting e com o lote 18; deste segue confrontando com o lote 18 com os seguinte azimutes e distancias; 301°58'22" e 0,13,57m, até o ponto P29; 301°58'02" e 5,39m, até o ponto P30; confrontando com o lote 18 e com o lote 16; deste segue confrontando com o lote 16 com azimute de 301°58'27", por um distancia de 10,09m até o ponto P31, confrontando com o lote 18 e o lote 15; deste segue confrontando com o lote 15 com azimute de 31°58'18", por uma distancia de 23,25m, até o ponto P1; onde teve inicio essa descrição.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 125/2015

DECRET O Nº 125/2015

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À
FUNCIONÁRIA SOFIA MARTORANO VIEIRA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora SOFIA MARTORANO VIEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - CC-1, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 334/2013, de 17/10/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 126/2015

DECRET O Nº 126/2015

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO o senhor: - FABIANO BORGES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor do Gabinete do Prefeito - CC-3, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 044/2015, de 03/02/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 127/2015

DECRET O Nº 127/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor FABIANO BORGES DE SOUZA, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe do Britador - CC-2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 128/2015

DECRETO Nº 128/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
CONFERIDAS, ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014."

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(66)3.3.93.00.00.00.00.2.060-0670- Aplic. Direta Decor. de Op.
Entre Órgãos 45.199,80

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 45.199,80

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso: Estado - média e alta complexidade - Lei Nº 16.159/2013, de 07 de Novembro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 129/2015

DECRETO Nº 129/2015

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 089/2015, DE 04/03/2015 ”

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, integrada pelos seguintes MEMBROS, com competência a partir de 03 de Março de 2015:

01 - ADRIANA BAESSO - PREGOEIRA,
02 - ADRIANA BAESSO - PRESIDENTE,
03 - FERNANDO ZANETTE - SECRETÁRIO,
04 - JULIO RENI PEREIRA - MEMBRO,
05 - JAMILE Mª DE ANDRADE SANTOS - MEMBRO,
06 - BENTA DE FATIMA FURTADO - MEMBRO,
07 - JOAQUIM TADEU DO AMARAL - SUPLENTE,
08 - ANDRÉ MORAIS DA ROSA - SUPLENTE.

Parágrafo Único - A servidora ADRIANA BAESSO exercerá, cumulativamente, as funções de PREGOEIRA.

Art. 2º - Fica determinado que o secretário substituirá a Presidente e Pregoeira em suas funções, no caso de ausências e impedimentos legais da mesma.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 089/2015, de 04/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 130/2015

DECRETO Nº 130/2015

“QUE PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 128/2010, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS, REQUERIDO POR LETÍCIA ALMEIDA MEDEIROS DE BRIDA e TARCÍSIO MEDEIROS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam PRORROGADOS os efeitos do Decreto nº 128/2010, de 24 de Novembro de 2010, que autorizou o DESMEMBRAMENTO

URBANO DE TERRAS, requerido por LETÍCIA ALMEIDA MEDEIROS DE BRIDA e TARCÍSIO MEDEIROS, situado no Bairro Martorano.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.310/2015

LEI Nº 4.310/2015

“QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 2.301/99 “QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, ACRESCENTANDO NÚMERO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada Vaga para Cargo já existente na Estrutura Administrativa do Município, de provimento efetivo, com habilitação necessária para a posse, carga horária semanal e vencimento inicial conforme especificações no quadro abaixo:

QTDE	CARGO	HABILITAÇÃO NECESSÁRIA	CARGA HORÁRIA	NÍVEL E/OU VENCIMENTO INICIAL
01	Farmacêutico/Bioquímico	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	40 HORAS	3.130,71

Art. 2º - Fica alterada a descrição do cargo de Farmacêutico/Bioquímico, no anexo III - Atividades específicas, grupo I- Atividades de Nível Superior - ANS, que passa a ser a seguinte:

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Farmacêutico/ Bioquímico	Fazer análise clínica de sangue, urina, fezes e outros, valendo técnicas específicas; Interpretar, avaliar e liberar os resultados dos exames para fins de diagnóstico clínico; Prestar assistência ao técnico supervisionando as atividades deste; Proceder a análise legal de amostras suspeitas de estarem altamente infectadas, mantendo sigilo; 5. Elaborar relatórios e laudos técnicos; Verificar sistematicamente os aparelhos a serem utilizados nas análises, ajustando-os e calibrando-os, quando necessário, a fim de garantir seu perfeito funcionamento e a qualidade dos resultados; Proceder à manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender à produção de remédios e outros preparados; Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparos semelhantes, a análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias-primas e do produto acabado, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos; outras atividades inerentes ao cargo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.311/2015

LEI Nº 4.311/2015

“PROÍBE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS PÚBLICAS E DEMAIS ESPAÇOS ABERTOS AO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas vias públicas, praças públicas e demais espaços cujo uso seja aberto ao público.

§ único - Ficam excetuadas da proibição do caput deste artigo, as situações em que estes espaços sejam usados para abrigarem eventos especiais, entendidos como tais, aqueles que não se enquadrem na finalidade normal de cada logradouro, como festas, shows, espetáculos, amostras, desfiles, solenidades e outras realizações cuja disciplina referente ao consumo de bebidas alcoólicas esteja sob controle dos organizadores.

Art. 2º - A presente Lei não se aplica aos empreendimentos de natureza privada que comercializem bebidas alcoólicas, ou de qualquer forma, permitam o consumo de bebidas alcoólicas dentro do espaço em que o exercício de suas atividades seja legalmente permitido.

Art. 3º - O descumprimento do disposto no caput do art. 1º sujeita os infratores a multas que variam entre 10 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) a 100 UFRM (Unidade Fiscal de

Referência Municipal).

§ único - Além da multa, estará sujeita a apreensão da bebida que estiver sendo consumida.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.312/2015

LEI Nº 4.312/2015

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR VALOR A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DE SÃO JOAQUIM - ADEVE”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar para a Associação de Deficientes Visuais de São Joaquim - ADEVE, a Título de Contribuição a ser empregada no pagamento de Aluguel da referida entidade, nesta cidade, a referida contribuição será no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º - A despesa decorrente desta Lei dar-se-á por conta da dotação orçamentária nº (2) 03.10.2.014.3.350.00.00.00.00.0 024, do Fundo Municipal de Assistência Social - transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.313/2015

LEI Nº 4.313/2015

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR VALOR A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DE ALTITUDE - ACAVITIS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar para a Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude - ACAVITIS, a Título de Contribuição a ser empregada na celebração da colheita da uva com um evento enogastrônomico e cultural - 2ª Vindima de Altitude de Santa Catarina, nesta cidade, a referida contribuição será no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art. 2º - A despesa decorrente desta Lei dar-se-á por conta da dotação orçamentária da unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Turismo (55) 03.07.2.011.3.3.50.00.00.00.00.00.

Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.314/2015

LEI Nº 4.314/2015

“QUE INCLUI NO PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL - ESTRADA SITUADA NAS LOCALIDADES DE CHAPADA BONITA E TRÊS PEDRINHAS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a incluir no Plano Rodoviário Municipal a estrada situada nas Localidades de Chapada Bonita e Três Pedrinhas, com início na Estrada Municipal SJM - São Joaquim/ Estancia do Meio, propriedade da senhora Maritania Rama Nunes e passando pelas propriedades do Senhores(as): Célia Nunes, João Tomaz Nunes, Adélia Waltrick Nunes, Zélia Zanette Nunes Matos, André Nunes Matos, Benta Gorete Borges Waltrick, Jeferson Carlo Waltrick, Ana Paula Waltrick Koller, Joana Nunes Goulart, Sucessores de Terezinha Arlete Guimarães Pereira, Liceu Omar da Silva Borges, Lindomar José Grillo, Antonio Nunes Flores e com término na propriedade do senhor João Batista Flores Filho na SC-114 Rodovia Caminhos da Neve, extensão a ser municipalizada é de aproximadamente 9,0 Km.

Parágrafo Único - A referida estrada passará a denominar-se ESTRADA MUNICIPAL TOMAZ NUNES.

Art. 2º - O trecho a ser municipalizado deverá obedecer os termos da Lei Nº 2.729/2006.

Art. 3º - Faz parte integrante desta Lei, abaixo assinado da comunidade, este, autorizando o Poder Público Municipal adotar as medidas legais pertinentes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 148/2015

PORTARIANº 148/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ADRIANA

MATIAS DO AMARAL MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Serie Iniciais, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - CLEUMARA DA ROSA, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Anos Iniciais, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015, em substituição a professora MONICA Velho de Souza que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. - GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de AEE, Profª. Normalista, com 10 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - GRAZIELI CRISTINI DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no Centro de Música, Bairro Centro, Profª. Normalista, com 40 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - PATRICIA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, na área de Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015. - ROSANE APARECIDA BRUCH, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, com 40 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015, em substituição a Neura Candida de Lima Borges que encontra-se readaptada.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 149/2015

PORTARIANº 149/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - GLAUCIA APARECIDA BRILLINGER RODRIGUES ALMEIDA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 150/2015

PORTARIANº 150/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - AMELIA MACHADO VIEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de 2º Professora, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015. - EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015. - ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Inglês, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015. - ELIANA OLIVEIRA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, na área de Educação infantil, Profª. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015, em substituição a professora Joseane Maria Sprada Mendes da Silva que encontra-se em licença gestação. - ELIANE OLIVEIRA NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Artes, Profª. Plena, com 10 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 151/2015

PORTARIANº 151/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - EVANIR CEQUINEL DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de 2º Professor, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015. - MARCIO DONIZETE BORGES, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de História, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015. - MARICRIS TEREZINHA VELHO A. MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Inglês, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015. - MIRNA

PEREIRA MATTOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Educação Física, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015. -

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 152/2015

PORTARIANº 152/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor HELISON PEREIRA GUIMARÃES, para exercer a função de Operador de Máquina e Equipamentos, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, Bairro Hercílio Vieira do Amaral, com 40 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 153/2015

PORTARIANº 153/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 141/2015, de 30/03/2015, na parte onde se lê LARA APARECIDA SCHIMIDT, ocupante da Função de Contadora na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, leia-se na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 154/2015

PORTARIANº 154/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária: - THAIZ
CORDOVA DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora, referente ao
exercício de 2014/2015, a contar do dia 30/03/2015 à 28/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Março de 2015 ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 155/2015

PORTARIANº 155/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário LUIZ CAR-
LOS BERNARDO, ocupante do Cargo de Operador de Máquina,
referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 31/03/2015
à 29/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de Março de 2015 ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 156/2015

PORTARIANº 156/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº
001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIG-
NAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora INGRID ARRUDA DA ROSA, para
exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema
Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, com 10 horas semanais e na
E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, com

10 horas semanais, na área de AEE, Profª. 2º Grau, com 20 horas
semanais, a contar do dia 31/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo
Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qual-
quer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 157/2015

PORTARIANº 157/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº
001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DE-
SIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - FRANCISCA
ROBERTA GUIMARÃES SILVA, para exercer a função de Professora
Substituta na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa
Isabel, na área de Anos Iniciais, Prof. Plena, com 20 horas sema-
nais, a contar do dia 01/04/2015. - SAMARA GARCIA PEREIRA,
para exercer a função de Professora Substituta no Centro de Músi-
ca, Bairro Centro, na área de Música, Prof. 2º Grau, com 40 horas
semanais, a contar do dia 01/04/2015. - SUELEN LUCIANO DA
SILVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta na Área
de Projetos Educacionais (Ginásio de Esportes), Bairro Centro, na
área de Educação Física, Prof. Plena, com 40 horas semanais, a
contar do dia 01/04/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regi-
das pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas
em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem
técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 158/2015

PORTARIANº 158/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- GISELE PAUL, ocupante do Cargo de Técnica em Informática,
referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 01/04/2015
à 30/04/2015. - GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do Cargo
de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2011/2012,
a contar do dia 01/04/2015 à 30/04/2015. - IRONI DE OLIVEIRA,

ocupante da Função de Motorista Socorrista (SAMU), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/04/2015 à 30/04/2015. - JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/04/2015 à 30/04/2015. - OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 01/04/2015 à 30/04/2015. - ZÉLIO VERÔNICA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 01/04/2015 à 30/04/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 159/2015

PORTARIANº 159/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - HENRIQUE ANDRADE ZABOT, ocupante da Função de Médico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 06/04/2015 à 05/05/2015. - JOSÉ LUIZ ANTUNES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 06/04/2015 à 05/05/2015. - LAYSE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 06/04/2015 à 05/05/2015. - LUIZ GONZAGA BORGES, ocupante do Cargo de Pedreiro, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 06/04/2015 à 05/05/2015. - MOISES LEMOS PADILHA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 06/04/2015 à 05/05/2015. - JUCELDA GOLÇALVES TANNO, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 06/04/2015 à 05/05/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 160/2015

PORTARIANº 160/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ELAYNI MARCHI FRANÇA, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, na área de Educação Infantil, Prof. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/04/2015. - MARCIANA DAS GRAÇAS HASCKEL, para exercer a função de Orientadora de Curso no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Oficina de Costura, com 30 horas semanais, a contar do dia 06/04/2015. - LARISSA ALVES MATOS, para exercer a função de Professora Substituta no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de 2º Professor, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/04/2015. - SANDRO KRAUZER ALANO, para exercer a função de Professor Substituto na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/04/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 161/2015

PORTARIANº 161/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - KELLY GUIMARÃES DUTRA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de seu esposo, a contar do dia 30/03/2015. - ADRIANA APARECIDA MACEDO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 30/03/2015. - IVONE DO AMARAL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 30/03/2015. - ELUZA REGINA ARRUDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 31/03/2015. - FERNANDA PEREIRA MATTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 31/03/2015, para tratamento de saúde de seu filho. - ELIANE APARECIDA OLIVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde - PSF, por 03 (três) dias, a contar do dia 31/03/2015. - MARILEI DAS GRAÇAS GOULART ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 31/03/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - WALNIRA SOUZA GÓSS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 31/03/2015. - MARCIA APARECIDA LAURINDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais,

por 05 (cinco) dias, a contar do dia 31/03/2015. - GLAUCIA APARECIDA BRILLINGER RODRIGUES ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 02/04/2015. - JOSEANE LEHNKUHL, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 162/2015

PORTARIANº 162/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - FRANCIELI MACHADO DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Ciências, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 08/04/2015, em substituição a professora Maria Isabel de Sena Farias, que encontra-se em licença gestação. - LUCIA DENISE ROSA RODRIGUES, para exercer a função de Professora Substituta na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Artes, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 08/04/2015. - SUELEN APARECIDA DA ROSA SOUZA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente) na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, com 40 horas semanais, a contar do dia 08/04/2015, em substituição a agente Suziane da Rosa Souza, que encontra-se em licença gestação.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 163/2015

PORTARIANº 163/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES,

para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 08/04/2015, em substituição a professora Sandra Apª. Artismo Goulart, que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 164/2015

PORTARIANº 164/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 137/2015, de 25/03/2015, onde se refere a Designação de NERIZE COSTA GUEDES, na parte onde se lê no Telecentro, leia-se na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 25 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 165/2015

PORTARIANº 165/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora JANAINA APARECIDA RIBEIRO COSTA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Educação Infantil, Prof. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 07/04/2015, em substituição a professora Sandra S. Nunes Gil, que está exercendo Cargo de Direção.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 07 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 166/2015

PORTARIANº 166/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora GISELA MENDONÇA GOULART, para exercer a função de Professora Substituta na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Geografia, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 167/2015

PORTARIANº 167/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015, na parte da designação de EMILIA MARCIA RODRIGUES, onde se lê C.E.I. CAIC, leia-se CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, na parte da designação de ENOEMIA DE LOURDES LOURENÇO DE MEDEIROS, onde se lê Professora Substituta, 2º Grau, leia-se Orientadora de Tecelagem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 168/2015

PORTARIANº 168/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica REVOGADOS os efeitos da Portaria Nº 143/2015, de 31/03/2015, na parte onde se refere as Designações de ROSIMERE DA CRUZ PEREIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, por ter saído com incorreções.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 169/2015

PORTARIANº 169/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina e no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de AEE, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 31/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 170/2015

PORTARIANº 170/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 165/2015, de 08/04/2015, onde se lê Janaina Aparecida Ribeiro Costa, leia-se Janaina Aparecida Ribeiro Rosa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

e os seus efeitos retroagem ao dia 07 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 171/2015

PORTARIANº 171/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário ALCERI CHIODELLI, ocupante da Função de Contador, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 06/04/2015 à 05/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 172/2015

PORTARIANº 172/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ANA PAULA PEREIRA MARTINS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 08/04/2015 à 07/05/2015. - LEONARDO JOSÉ BATHKE, ocupante do Cargo de Médico, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 08/04/2015 à 07/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 173/2015

PORTARIANº 173/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário JOAQUIM GUEDES, ocupante do Cargo de Operador de Maquina,

referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 09/04/2015 à 08/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 174/2015

PORTARIANº 174/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS aos seguintes funcionários: - MARCIO DOS SANTOS GUEDES, ocupante do Cargo de Operador de Maquina, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 13/04/2015 à 12/05/2015. - JULIANA GOULART ROSA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (SAMU), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 13/04/2015 à 12/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 175/2015

PORTARIANº 175/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - MARIA APARECIDA PEREIRA CARDOSO, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a contar do dia 06/04/2015. - LUCIANA LOCATELLI, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/04/2015. - CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/04/2015. - MARIA TEREZA MENDES, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 08/04/2015. - ELIANE APARECIDA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 09/04/2015. - LUCIA DE FATIMA FURTADO DOS SANTOS MATOS, ocupante do Cargo de Professora, por 18 (dezoito) dias, a contar do dia 09/04/2015. - RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 09/04/2015. - JURACI DE FATIMA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 10/04/2015. - RAFAELA OLIVEIRA NUNES, ocupante do Cargo de Pedagoga, por 01 (um) dia, no dia 10/04/2015. - CECILIA DA ROSA QUIRINO MATOS, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez) dias, a contar do dia 13/04/2015. - LOURDES APARECIDA DE SOUZA LIZ, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 13/04/2015. - RAFAELA SAMARA

FARIAS DA SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 03 (três) dias, a contar do dia 13/04/2015. - MARIA ELIZABETE C. DE OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 13/04/2015. - MARTA SILVEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 13/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 176/2015

PORTARIANº 176/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - FERNANDO ZANETTE, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 15/04/2015 à 14/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 177/2015

PORTARIANº 177/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, na área de Anos Iniciais, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 15/04/2015, em substituição a professora Claudete Fernandes, que encontra-se em licença pelo INSS. - ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, na área de Educação Infantil, Prof. Normalista, com 30 horas semanais, a contar do dia 15/04/2015, em substituição a professora Claudete Fernandes, que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem

técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 178/2015

PORTARIANº 178/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica a senhora FABIANA PORTO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 141/2015, de 30/03/2015, sendo que a mesma não compareceu no local de trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 179/2015

PORTARIANº 179/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - CLEUMARA DA ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 148/2015, de 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 14 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PROCESSO 49/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

PROCESSO Nº 49/2015

PREGÃO PRESENCIAL : 20/2015 - Registro de Preço- Multientidade

NOVA DATA DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de São Joaquim juntamente com o Fundo Municipal de Educação de São Joaquim COMUNICA que a NOVA DATA de Abertura da Licitação para Contratação de empresa para serviços de sonorização, iluminação, gerador de energia, palco coberto e tendas para eventos. foi transferida para às 9h30 do dia 30/04/2015. O motivo da mudança de data são alterações feitas nos itens a serem licitados, interessados poderão obter a cópia do novo edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411. São Joaquim, 15 de abril de 2015 -Humberto Luiz Brighenti - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015 - CMSJ**

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015 - CMSJ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 04/2015 para a Celebração de Contrato com a Empresa ILLIMITATO ENGENHARIA DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 89.508.071/0001-03 sito na Rua Carlos Demoliner, nº 49, Erechim - RS, no valor de R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais), a ser pago em parcela única, para elaboração de Projeto Arquitetônico relativo a sede da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim.

Publique-se,

São Joaquim, 03 de março de 2015.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José**PREFEITURA****CONTRATO/CT: Nº 048/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 048/2015 - PR 006/2015 - Processo 025/2015 - Contratado: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA-EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e mão de obra para manutenção mecânica dos veículos leves, veículos pesados e equipamentos rodoviários da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Percentual de desconto: Lote I - 30% (trinta por cento); e Lote II - 02,00% (dois por cento). Valor Máximo (mão de obra/peças): Lote I - R\$120.145,74 (cento e vinte mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)/ R\$190.000,00 (cento e noventa reais); e Lote II - R\$149.983,68 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos)/ R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 30 de março de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 054/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 054/2015 - DL 090/2015 - Processo 5436/2015 - Contratado: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Objeto: Locação de imóvel localizado na Avenida Altamiro Di Bernardi, nº 108, Campinas, São José/SC, destinado ao funcionamento da vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de execução e vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e do termo de vistoria do imóvel. Valor: R\$240.000,00 - duzentos e quarenta mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 06 de abril de 2015.

DECRETO Nº 4301/2015

DECRETO Nº 4301/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado PEDRO INÁCIO DA SILVA para exercer o cargo de Assessor II - Administrativo - CCM 2, com lotação na Procuradoria Geral, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4322/2015

DECRETO Nº 4322/2015

REAJUSTA AS TARIFAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, combinado com o artigo 21, inciso XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal e o artigo 23, inciso IV da Lei Nº 4.609, de 07 de fevereiro de 2008, com a redação repositada pela Lei N.º 5.479 de 13 de abril de 2015;
CONSIDERANDO que as tarifas do transporte coletivo urbano de São José não foram reajustadas desde janeiro de 2010;
CONSIDERANDO a notificação extrajudicial apresentada pelas empresas de transporte coletivo ao Município de São José na qual é solicitado o reajuste da tarifa sob pena de interrupção do serviço de transporte coletivo urbano;
CONSIDERANDO a defasagem tarifária apresentada na planilha de custos, a necessidade de continuidade, melhorias nos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico/financeiro do sistema de transportes coletivo,

DECRETA:

Art.1º - Fica reajustado o valor da tarifa para os usuários do sistema do Transporte Coletivo Urbano de São José conforme segue planilha anexa.

PATAMARES	TARIFA EM DINHEIRO	TARIFA NO CARTÃO MAGNÉTICO OU VALE TRANSPORTE
PATAMAR I	R\$ 2,30	R\$ 2,20
PATAMAR II	R\$ 2,65	R\$ 2,55
PATAMAR III	R\$ 2,85	R\$ 2,73
PATAMAR IV	R\$ 3,00	R\$ 2,88

Art. 2º - Dê-se ciência às empresas concessionárias.

Art. 3º - As novas tarifas entrarão em vigor a partir da zero hora do dia 26 de abril de 2015, sendo obrigatória a afixação destas no interior dos ônibus e demais locais previstos na legislação a partir da assinatura deste decreto.

Art. 4º - Ficam as empresas concessionárias obrigadas a atender as melhorias previstas no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito
---	---

ANEXO ÚNICO

MELHORIAS DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL

LINHA: DIRETÃO

EMPRESAS: BIGUAÇU, JOTUR, ESTRELA

MELHORIAS:

- Adicionar 06 (seis) ônibus;
- Em dias úteis serão 03 ônibus convencionais com 03 horários pela manhã, 03 em horário de almoço e 03 no final da tarde;
- Prolongamento do itinerário até Serraria.

LINHA: BARREIROS/SEDE

EMPRESAS: BIGUAÇU, JOTUR, ESTRELA

MELHORIAS:

- Adicionar mais dois horários aos sábados no período da manhã;
- Alteração do ponto final da Linha Barreiros/Sede, em Barreiros, após melhorias da via.

LINHA: CIRCULAR/BARREIROS

EMPRESAS: BIGUAÇU, JOTUR, ESTRELA

MELHORIAS:

- Introdução de mais um ônibus pela manhã para atender os horários de pico.

LINHA: SERRARIA/FORQUILHINHA

EMPRESAS: BIGUAÇU, JOTUR, ESTRELA

MELHORIAS:

- Ampliação de horários com maior demanda

LINHA: ÁREA INDUSTRIAL/KOBRASOL

EMPRESAS: BIGUAÇU, JOTUR, ESTRELA

MELHORIAS:

- Prolongamento do itinerário para contemplar a Rua Senador Carlos de Oliveira/Área Industrial.

PORTARIA Nº 282/2015/SMA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 282/2015/SMA

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelos artigos 62, II e 66, II da Lei Orgânica do Município de São José e a Lei Municipal nº 4.671/2008, alterada pelas Leis Municipais nº 4.823/2009 e nº 5.322/2013,

RESOLVE:

I- **HOMOLOGAR** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado – Edital N.º 001/2015/SMA destinado à contratação de pessoal, em caráter temporário, para funções temporárias de excepcional interesse público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TERAPEUTA OCUPACIONAL, FONOAUDIÓLOGO, TELEFONISTA, MÉDICO DA FAMÍLIA, MÉDICO REUMATOLOGISTA, MÉDICO MASTOLOGISTA, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA, MÉDICO DERMATOLOGISTA, MÉDICO UROLOGISTA, MÉDICO NEUROLOGISTA PEDIÁTRICO, MÉDICO PEDIATRA ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL, MÉDICO PSIQUIATRA INFANTIL e MÉDICO PSIQUIATRA, bem como a formação de cadastro reserva para essas funções, de acordo com a Lei Municipal nº 4.671/2008, alterada pelas Leis Municipais nº 4.823/2009 e nº 5.322/2013, após decorrido o respectivo prazo para os recursos, conforme listagem anexa.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de abril de 2015.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de São José

Processo Seletivo 001/2015/SMA

Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Fonoaudiólogo

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
1	2046	AMANDA DAL PIVA GRESELE	07271857990	26/04/1990	12	8	5	25	4,20	2,80	1,25	Classificado
2	1873	LARISSA NUNES SCAPINI	06893047908	05/03/1993	14	8	2	24	4,90	2,80	0,50	Classificado
3	1470	AMANDA SOARES DA SILVEIRA	06201833900	14/04/1992	13	7	4	24	4,55	2,45	1,00	Classificado
4	2184	CINTYA MENEZES DE SOUZA	08005449941	15/03/1993	11	8	4	23	3,85	2,80	1,00	Classificado
5	2102	FABIANI RODRIGUES DA SILVEIRA	06805283930	15/03/1987	13	5	4	22	4,55	1,75	1,00	Classificado
6	2292	LUCIANA PORTELLA SCHIAVO	01458684008	01/06/1989	10	7	5	22	3,50	2,45	1,25	Classificado
7	2054	BARBARA MORGANA MARAN ROSSONI	08623146905	12/09/1992	11	5	5	21	3,85	1,75	1,25	Classificado
8	2124	MARINA MEDEIROS TEIXEIRA	07221038910	30/04/1991	13	4	3	20	4,55	1,40	0,75	Classificado
9	2016	BRUNA PAIVA NAPPI	08535007970	22/06/1990	12	4	4	20	4,20	1,40	1,00	Classificado
10	1620	TATIANA RODRIGUES	37240787818	05/09/1988	13	5	1	19	4,55	1,75	0,25	Classificado
11	2315	MARILEN DE OLIVEIRA	07573015925	20/09/1991	12	5	2	19	4,20	1,75	0,50	Classificado
12	2344	CYNTHIA COLOMBI ZAPPELINI	00793097983	24/08/1981	11	5	3	19	3,85	1,75	0,75	Classificado
13	2133	MANOELLA DUARTE DA GAMA	62636782249	29/09/1979	10	6	3	19	3,50	2,10	0,75	Classificado
14	2090	ALINE MARI FREITAS	03682708901	06/04/1982	9	6	4	19	3,15	2,10	1,00	Classificado
15	1490	THAMY FERNANDES SCHMITT	06418375939	13/02/1989	12	5	1	18	4,20	1,75	0,25	Classificado
16	2222	LUCIANE STECANELLA DE OLIVEIRA KUHNE	99986957915	08/02/1976	10	7	1	18	3,50	2,45	0,25	Classificado
17	1671	GABRIELA SILVA DE FREITAS	06101772900	15/10/1988	10	6	2	18	3,50	2,10	0,50	Classificado
18	2039	BARBARAH WINNIE HENKELS	07796264941	28/01/1991	10	6	2	18	3,50	2,10	0,50	Classificado
19	2122	ANA CLÁUDIA FALCHETTI	07993581931	07/03/1991	11	4	3	18	3,85	1,40	0,75	Classificado
20	1443	JOANNA CALLADO	07029203984	20/08/1991	11	4	3	18	3,85	1,40	0,75	Classificado
21	2185	CAMILA DE CARVALHO DANTAS	01020936959	11/01/1989	10	5	3	18	3,50	1,75	0,75	Classificado
22	1886	ANA PAULA CARNEIRO DO NASCIMENTO	08078638906	21/04/1991	11	3	2	16	3,85	1,05	0,50	Classificado
23	1648	FRANCINE VARLETE LEOPOLDINA BARCELO	07332871904	02/12/1988	10	4	2	16	3,50	1,40	0,50	Classificado
24	2000	THAMYRES LUZ DA SILVA	07304079932	12/06/1990	10	4	2	16	3,50	1,40	0,50	Classificado
25	2199	JÉSSICA CHAGAS QUJUNTINO	08787306999	14/11/1991	9	4	3	16	3,15	1,40	0,75	Classificado
26	1922	ANELISE NUNES DOS SANTOS	00799630055	13/03/1986	10	4	1	15	3,50	1,40	0,25	Classificado
27	1434	CIBELLE NATALLY AMORIM DE OLIVEIRA	04502617946	25/12/1985	8	6	1	15	2,80	2,10	0,25	Classificado
9999	1979	CAMILA DA ROCHA BORBA	08721207917	08/03/1992	8	4	3	15	2,80	1,40	0,75	Nota inferior a 5,0
9999	1883	CAROLINA DOS SANTOS ALBUQUERQUE	98518828287	15/09/1988	8	5	1	14	2,80	1,75	0,25	Nota inferior a 5,0
9999	2280	MICHEL MACHADO	08787609975	30/05/1993	8	3	3	14	2,80	1,05	0,75	Nota inferior a 5,0
9999	1947	LIMARA RAMACK FEIJÓ MARTINS	04843006955	26/05/1987	8	3	3	14	2,80	1,05	0,75	Nota inferior a 5,0
9999	2032	SARA CRISTINA MAGALHÃES ESTRELLA SILVA	13671806788	24/09/1990	7	3	4	14	2,45	1,05	1,00	Nota inferior a 5,0
9999	1695	PRISCILA VERISSIMO GOMES	00863694900	12/04/1983	7	4	2	13	2,45	1,40	0,50	Nota inferior a 5,0

9999	1446	NATHALIA ANTONIN TORRES DE ALMEIDA	05102001922	20/09/1984	5	6	1	12	1,75	2,10	0,25	4,10Nota inferior a 5,0
9999	1990	NICOLLI LUIZA DE LIMA	06706412945	22/08/1993	6	3	3	12	2,10	1,05	0,75	3,90Nota inferior a 5,0
9999	1903	VANESSA GOMES REHDER	35912895823	13/11/1986	0	0	0	0				Faltante
9999	1916	RAFAELA AMORIM	07451096912	07/09/1989	0	0	0	0				Faltante
9999	2072	BÁRBARA SANDRIN ABARZÚA	01838072004	01/03/1989	0	0	0	0				Faltante
9999	1706	LILIANE DILMA FERREIRA	98404873968	28/07/1977	0	0	0	0				Faltante
9999	2190	NATHALIA MUND FERREIRA DIAS	08132189930	20/12/1990	0	0	0	0				Faltante
9999	1722	KATHE DOS SANTOS TOMAZ	01040091954	24/10/1987	0	0	0	0				Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 2 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Médico da Família

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Gerais	C. Esp.	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
1	2198	EMANOEL FELIPE BELLI	00360965989	09/06/1984	15	7	4	5,25	2,45	1,00	8,70	Classificado
2	1537	EMILIO FACIN	00873811097	21/01/1986	13	7	4	4,55	2,45	1,00	8,00	Classificado
3	1459	DIOGENES MOREIRA HEERDT	05680122910	10/11/1985	15	5	3	5,25	1,75	0,75	7,75	Classificado
4	2252	THAIS FAVARETTO GARBIN	06101219950	23/06/1987	14	6	3	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
5	2205	IVANA DE OLIVEIRA TABALIPA	06614932969	26/06/1988	14	7	1	4,90	2,45	0,25	7,60	Classificado
6	1406	PRISCILA DE BASTOS BRAGA	05626835938	08/09/1983	14	6	1	4,90	2,10	0,25	7,25	Classificado
7	1700	AMANDA TERRA DE SÁ	04745045905	15/12/1990	12	6	3	4,20	2,10	0,75	7,05	Classificado
8	2177	DANIELLI ALINE GIACOMINI	05041199906	03/07/1989	12	5	4	4,20	1,75	1,00	6,95	Classificado
9	2136	RAFAEL DIAS DE OLIVEIRA ALCANTARA	72429909049	29/11/1973	12	5	3	4,20	1,75	0,75	6,70	Classificado
10	1630	JOSE HUDSON LAMEGO DA SILVA	40670104272	04/01/1972	12	4	4	4,20	1,40	1,00	6,60	Classificado
11	2363	DEBORA FERREIRA BRAGA	07945161901	20/07/1991	14	4	1	4,90	1,40	0,25	6,55	Classificado
12	2089	LEANDRO ROBERTO BENDER	68892268015	06/01/1977	11	6	0	3,85	2,10	0,00	5,95	Classificado
13	1967	PAULO ROBERTO BRAME	03960412720	23/12/1944	10	3	2	3,50	1,05	0,50	5,05	Classificado
9999	2114	EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO	74494589187	16/03/1978	0	0	0					Faltante
9999	2174	MARCOS DE MORAES LOURENÇO	05041025673	28/08/1980	0	0	0					Faltante
9999	1417	FERNANDA DAL BEM KRAVCHYCHYN	06912872956	19/09/1990	0	0	0					Faltante
9999	1897	FERNANDO SIQUEIRA KEL	02853794962	26/10/1979	0	0	0					Faltante
9999	2276	JULIANA COUTINHO CAVALIERI	06606184940	30/12/1988	0	0	0					Faltante
9999	1588	CHARLES MORGAN FERNANDES CARDOSO	00469824930	10/08/1978	0	0	0					Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 3 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Médico Dermatologista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
1	2064	LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO	22174005840	03/05/1982	15	8	27	5,25	2,80	1,00	9,05	Classificado
2	2275	OSCAR CARDOSO DIMATOS	04497455971	09/04/1986	15	7	26	5,25	2,45	1,00	8,70	Classificado
3	1404	TATIANE WATANABE	04787274961	23/12/1985	14	8	26	4,90	2,80	1,00	8,70	Classificado
4	2031	VINICIUS POLO PIRES	04075313948	06/04/1985	15	7	25	5,25	2,45	0,75	8,45	Classificado
5	1869	CAMILA NEMOTO DE MENDONÇA	04740080966	06/09/1982	14	8	24	4,90	2,80	0,50	8,20	Classificado
6	2283	JOANA ORLE COUTINHO DE AZEVEDO	04085118935	15/03/1982	14	6	23	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
7	1605	ANDRÉA SANTOS SOARES	03993074947	08/02/1987	13	7	23	4,55	2,45	0,75	7,75	Classificado
8	2271	BRUNA CLAUWMAN GOULART	91034981900	30/10/1984	15	4	22	5,25	1,40	0,75	7,40	Classificado
9	1540	SOLANGE EMANUELLE VOLPATO	04889385975	22/05/1985	13	4	21	4,55	1,40	1,00	6,95	Classificado
10	2006	ELISANGELA DOS SANTOS BOENO	91612551068	05/07/1976	13	5	20	4,55	1,75	0,50	6,80	Classificado
11	1730	THAIS CHRISTINA NOBRE DE ALMEIDA PRAT	96950889100	29/01/1982	10	5	19	3,50	1,75	1,00	6,25	Classificado
9999	1978	GABRIELA BLATT PEREIRA CAPELETTI	00576273988	27/02/1982	0	0	0					Faltante
9999	1572	ELISA RODRIGUES MARANHA	01488399670	12/05/1985	0	0	0					Faltante
9999	1618	MARCOS TAKEYOSHI HAYASHIDA	05866298902	28/06/1986	0	0	0					Faltante
9999	2290	TATIANA ALINE BERGER SCHMITT	00417981040	25/09/1984	0	0	0					Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 4 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Médico Gastroenterologista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			L. Nac.	Nota Final	Situação
					C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.			

1	2125	ELEONORA GONZALES BORGES FORTES	68686773087	01/01/1973	12	5	3	20	4,20	1,75	0,75	6,70	Classificado
---	------	---------------------------------	-------------	------------	----	---	---	----	------	------	------	------	--------------

[quarta-feira, 1 de abril de 2015](#)

[Página 5 de 22](#)

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Médico Mastologista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			L. Nac.	Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.			
1	1481	JOSUE LOPES DE SOUZA	0309236066	16/12/1980	11	4	2	17	3,85	1,40	0,50	5,75	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 6 de 22

[quarta-feira, 1 de abril de 2015](#)

[Página 6 de 22](#)

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Médico Psiquiatra

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
1	1877	JOÃO ARTHUR LANGE DE LINS NEVES	02626282952	16/04/1978	11	5	20	3,85	1,75	1,00	6,60	Classificado
2	1455	RAFAEL PORTO COSTA	71060529149	16/04/1981	9	7	19	3,15	2,45	0,75	6,35	Classificado
3	2235	RÉGIS CHACHAMOVICH	93526792020	12/12/1977	10	4	18	3,50	1,40	1,00	5,90	Classificado
4	1621	BIANCA SCHWAB	01472242092	11/07/1987	10	6	17	3,50	2,10	0,25	5,85	Classificado
5	1991	DEISY MENDES PORTO	05043080922	01/12/1987	10	4	17	3,50	1,40	0,75	5,65	Classificado
9999	1965	NEUSA RODRIGUES SERGIO	55258883604	04/05/1966	0	0	0					Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 7 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Médico Reumatologista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			L. Nac.	Nota Final	Situação	
					C. Gerais	C. Esp.	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.			Classificado	Classificado
1	1890	ROBERTO HAENDCHEN BENTO	05323161930	12/10/1985	8	13	4	4,55	2,80	1,00	8,35			
2	1643	FERNANDA VICENTE DA COSTA MORESCO	00799594903	06/09/1981	8	13	3	4,55	2,80	0,75	8,10			

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 8 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Técnico em Enfermagem

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
1	1987	DANIELE OLIVEIRA DA CRUZ LOPES	01646927036	05/05/1987	13	8	4	25	4,55	2,80	1,00	Classificado
2	1953	MARLENE BATISTA ABREU	54017289991	10/05/1965	14	6	4	24	4,90	2,10	1,00	Classificado
3	2348	MARI SELMA MACHADO PEREIRA COELHO	04136370938	12/03/1977	14	6	4	24	4,90	2,10	1,00	Classificado
4	2270	JOICE TERESINHA MEIRA DE SOUZA	03978887916	18/09/1983	15	7	1	23	5,25	2,45	0,25	Classificado
5	1568	ELIANE DE SOUZA DA SILVA	75308290920	20/03/1970	13	8	2	23	4,55	2,80	0,50	Classificado
6	1544	GISELE DAMÁSIO	03738249982	02/05/1981	12	8	3	23	4,20	2,80	0,75	Classificado
7	1768	ANNA PAULA VEBER LOPES	60758171072	08/05/1970	14	6	2	22	4,90	2,10	0,50	Classificado
8	1735	ROBERTA CARDOSO BOPPRE ROCHA	03289004945	15/10/1982	14	6	2	22	4,90	2,10	0,50	Classificado
9	1491	KRISNA DAIANE DOS SANTOS SOUSA	03438342359	24/03/1990	13	7	2	22	4,55	2,45	0,50	Classificado
10	1482	MAYARA PORTELA SAIBRO	01951986970	29/07/1977	13	6	3	22	4,55	2,10	0,75	Classificado
11	1955	GISELE GERHARDT	00080592090	26/01/1981	12	7	3	22	4,20	2,45	0,75	Classificado
12	1711	GABRIEL DA SILVA GULARTE	82755906049	05/07/1983	13	5	4	22	4,55	1,75	1,00	Classificado
13	1510	JANE MACIEL FERREIRA	02700679903	14/12/1980	12	6	4	22	4,20	2,10	1,00	Classificado
14	1782	MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA	01479117960	13/07/1973	13	5	3	21	4,55	1,75	0,75	Classificado
15	2159	RENATA DA SILVA CASTRO	01897511930	11/09/1976	13	5	3	21	4,55	1,75	0,75	Classificado
16	1803	VIVIVAN CRISTINA SCHLEMPER	03645931996	13/11/1980	13	5	3	21	4,55	1,75	0,75	Classificado
17	1607	DIRLEI ZIMMERMANN	09830581993	28/10/1993	13	5	3	21	4,55	1,75	0,75	Classificado
18	1659	SUEDI ANA DA ROSA	95210261972	08/02/1958	14	6	0	20	4,90	2,10	0,00	Classificado
19	1898	MARIA ISABEL CARDOSO	04123259936	06/04/1986	13	5	2	20	4,55	1,75	0,50	Classificado
20	1833	FABIANA VIEIRA DO NASCIMENTO	00006429912	20/01/1975	12	6	2	20	4,20	2,10	0,50	Classificado
21	1952	ADRIANA FERREIRA	89637089934	21/04/1975	11	7	2	20	3,85	2,45	0,50	Classificado
22	2023	ADRIANA TRINDADE DA CONCEICAO	82347450930	08/01/1974	13	4	3	20	4,55	1,40	0,75	Classificado
23	1541	CINTIA TAMYRIS HULLER	05510291966	14/06/1987	12	5	3	20	4,20	1,75	0,75	Classificado
24	1697	ADRIANA ANTONIA LAPA DE SOUZA	73296848991	18/10/1972	11	6	3	20	3,85	2,10	0,75	Classificado
25	1889	AMANDA FERNANDES DA SILVA	08970503986	08/08/1993	11	6	3	20	3,85	2,10	0,75	Classificado
26	1558	ESTER AZEVEDO RAZZOLINI DE ALMEIDA	00974098043	25/12/1993	11	6	3	20	3,85	2,10	0,75	Classificado
27	1511	JAQUELINE GOETTMANN FERNANDES DA SILVA	06741474994	21/11/1987	14	5	0	19	4,90	1,75	0,00	Classificado
28	1715	GÉSSICA SIMÃO LANGE	0806058985	17/09/1991	11	5	4	20	3,85	1,75	1,00	Classificado
29	1638	PATRICIA SUELI MANOEL	58655271934	07/04/1969	12	5	2	19	4,20	1,75	0,50	Classificado
30	1882	KETELIN JACKLINE TEIXEIRA	06185077957	22/10/1988	12	5	2	19	4,20	1,75	0,50	Classificado
31	2050	SCHEYLLA SILVA	04291958935	18/02/1978	11	6	2	19	3,85	2,10	0,50	Classificado
32	1570	SCHEILA STUART	04215137993	23/07/1982	11	6	2	19	3,85	2,10	0,50	Classificado
33	2211	IRACEMA SANTIAGO FAUSTINO TAPIA	02126120937	18/04/1976	11	5	3	19	3,85	1,75	0,75	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 9 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Técnico em Enfermagem

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
34	1690	EDINEIA LEAL MORAIS	74145428072	19/10/1975	10	6	3	3,50	2,10	0,75	6,35	Classificado
35	2186	DEBORA SOUSA ALVES	06891052904	04/12/1991	13	5	0	4,55	1,75	0,00	6,30	Classificado
36	2106	BRUNA DE SOUZA	07604810918	24/01/1991	10	5	4	3,50	1,75	1,00	6,25	Classificado
37	2338	GABRIELA ASSUNCAO	07166786914	02/10/1990	9	6	4	3,15	2,10	1,00	6,25	Classificado
38	1414	HENRIQUE JOSE KONS	46216189972	10/04/1960	13	4	1	4,55	1,40	0,25	6,20	Classificado
39	1745	LUCIANE STEINBACH	02054638943	03/07/1977	13	4	1	4,55	1,40	0,25	6,20	Classificado
40	1679	SERGIO MAURO VARGAS OLIVEIRA	50611763087	25/07/1971	12	5	1	4,20	1,75	0,25	6,20	Classificado
41	2273	IARA ROZALI DE FARIAS	02455221903	01/01/1979	12	5	1	4,20	1,75	0,25	6,20	Classificado
42	1938	ELIARA FERNANDES YATES	01073949010	07/01/1985	12	5	1	4,20	1,75	0,25	6,20	Classificado
43	2142	MURIEL DE OLIVEIRA	04852539928	07/03/1984	13	3	2	4,55	1,05	0,50	6,10	Classificado
44	2268	JANAÍNA CAETANO DUARTE KINCHESKI	02876786958	20/03/1981	12	4	2	4,20	1,40	0,50	6,10	Classificado
45	1893	SAMARA SOUZA CHIELLA	03742138952	19/01/1982	12	4	2	4,20	1,40	0,50	6,10	Classificado
46	2130	FRANCIELLE DOS SANTOS	066762226910	02/04/1989	12	4	2	4,20	1,40	0,50	6,10	Classificado
47	1564	EWERSON DAMAZIO	02115571967	26/08/1977	11	5	2	3,85	1,75	0,50	6,10	Classificado
48	1816	JOSIANE BARBOSA OLIVEIRA	06656949975	14/02/1989	11	5	2	3,85	1,75	0,50	6,10	Classificado
49	1527	ANA PAULA BELLO RAFAEL	00517435900	21/08/1981	10	6	2	3,50	2,10	0,50	6,10	Classificado
50	1908	NEIDE MARIA DE SOUZA	523364468972	13/03/1960	9	7	2	3,15	2,45	0,50	6,10	Classificado
51	2047	ANDRÉ VILSON FRANCISCO	02904882901	12/09/1981	13	2	3	4,55	0,70	0,75	6,00	Classificado
52	1781	VALDORI JOSÉ MARTINS	37673564904	28/04/1959	11	4	3	3,85	1,40	0,75	6,00	Classificado
53	1430	REGINA FATIMA MACHADO	66262364900	18/10/1970	10	5	3	3,50	1,75	0,75	6,00	Classificado
54	2365	JOELMA MENDES PAIM	00369036980	01/05/1975	10	5	3	3,50	1,75	0,75	6,00	Classificado
55	1644	JOSIANE MARGARETE DE AMORIM	02364268931	18/01/1980	10	5	3	3,50	1,75	0,75	6,00	Classificado
56	2244	ANDREZZA DE FREITAS	00531981908	18/11/1981	13	4	0	4,55	1,40	0,00	5,95	Classificado
57	1502	FABIANA CRISTINA DA SILVA	65570650920	08/04/1968	11	6	0	3,85	2,10	0,00	5,95	Classificado
58	2333	LEANDRO GESSER	04415964958	19/04/1983	10	4	4	3,50	1,40	1,00	5,90	Classificado
59	2231	THIAGO HINCKEL	04832104985	28/07/1986	10	4	4	3,50	1,40	1,00	5,90	Classificado
60	2077	KAROLINE PORTILHO	09917265961	01/05/1994	9	5	4	3,15	1,75	1,00	5,90	Classificado
61	1410	DAILIA CASUSINHO DE OLIVEIRA	04172544908	08/07/1985	8	6	4	2,80	2,10	1,00	5,90	Classificado
62	1628	ANGELA MACHADO BORGES SUPP	56149298949	13/10/1966	11	5	1	3,85	1,75	0,25	5,85	Classificado
63	1640	LAURECINA MAURILIA DA SILVA	62525794915	10/06/1969	11	5	1	3,85	1,75	0,25	5,85	Classificado
64	1419	JANAÍNA AMANCIO SOARES	89384466115	29/11/1975	11	5	1	3,85	1,75	0,25	5,85	Classificado
65	2195	ADRIANO JOSÉ SILVEIRA	02937744982	25/08/1979	11	5	1	3,85	1,75	0,25	5,85	Classificado
66	1529	ALEXANDRE NERIS DOS SANTOS	89531558000	01/07/1976	10	6	1	3,50	2,10	0,25	5,85	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 10 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Técnico em Enfermagem

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
67	2002	GABRIEL WERLICH COELHO	03366775963	01/11/1981	10	6	17	3,50	2,10	0,25	5,85	Classificado
68	2080	ELAINE DELA JUSTINA	04061984977	09/08/1983	10	6	17	3,50	2,10	0,25	5,85	Classificado
69	1999	SOLANGE AMARA DOS SANTOS	05998136950	02/04/1990	10	6	17	3,50	2,10	0,25	5,85	Classificado
70	1503	MAGDIELE TREBIEN	09019544977	13/09/1993	10	6	17	3,50	2,10	0,25	5,85	Classificado
71	1507	SCHAIANY PEDROZO	08330827950	05/08/1991	9	4	18	3,15	1,40	1,25	5,80	Classificado
72	2239	CARLA LUANA DE AZEVEDO	05515911962	06/11/1985	13	2	17	4,55	0,70	0,50	5,75	Classificado
73	2145	LUCIA BATISTI DA COSTA	43064914987	19/12/1961	11	4	17	3,85	1,40	0,50	5,75	Classificado
74	1422	VANUSA DOS SANTOS FLORES	00411145908	30/10/1979	11	4	17	3,85	1,40	0,50	5,75	Classificado
75	1416	FERNANDA SALUM CORREA	00620295929	17/01/1980	11	4	17	3,85	1,40	0,50	5,75	Classificado
76	2084	FELIPE DE FREITAS MACEDO	00374349002	17/01/1983	11	4	17	3,85	1,40	0,50	5,75	Classificado
77	2139	JANAIVA LURDES PEDRO	08283058975	20/04/1991	11	4	17	3,85	1,40	0,50	5,75	Classificado
78	2138	MANUELLA DAGOSTIM	04678507981	29/12/1995	11	4	17	3,85	1,40	0,50	5,75	Classificado
79	1647	JULIO CESAR DE OLIVEIRA	95009515920	26/07/1970	10	5	17	3,50	1,75	0,50	5,75	Classificado
80	1838	GISELY ELIZA MACHADO	00022332901	20/03/1977	10	5	17	3,50	1,75	0,50	5,75	Classificado
81	2183	JULIA VITAL SAGÁS	10189597933	18/08/1995	10	5	17	3,50	1,75	0,50	5,75	Classificado
82	1815	WANESSA SANTOS	02057304930	22/07/1978	10	4	17	3,50	1,40	0,75	5,65	Classificado
83	1894	IVONETE GALVINO LIMA	38233312304	05/09/1970	10	3	17	3,50	1,05	1,00	5,55	Classificado
84	1549	IVANETE MARIA DE LIMA SCHMITZ	53331494968	25/02/1966	12	3	16	4,20	1,05	0,25	5,50	Classificado
85	2215	ANA CRISTINA DA SILVA MARTINS	62099922934	28/12/1967	12	3	16	4,20	1,05	0,25	5,50	Classificado
86	2257	ELAINE TORRES LIMAS	00448288966	01/04/1979	10	5	16	3,50	1,75	0,25	5,50	Classificado
87	1433	ROSILENE VITORIA	03171761963	04/02/1980	10	5	16	3,50	1,75	0,25	5,50	Classificado
88	1494	GISELE MARIA FERREIRA	03671885971	14/01/1983	10	5	16	3,50	1,75	0,25	5,50	Classificado
89	1989	ROBERTA KELLY DE SOUZA	04448962954	20/08/1984	9	6	16	3,15	2,10	0,25	5,50	Classificado
90	1467	MARCILÉIA PEREIRA DOS ANJOS	63056160944	06/02/1967	8	7	16	2,80	2,45	0,25	5,50	Classificado
91	2093	VANESSA VICENTE	05194927908	14/04/1986	12	2	16	4,20	0,70	0,50	5,40	Classificado
92	1988	MARIA ELZA CUNHA SANTOS	44606850353	25/11/1968	11	3	16	3,85	1,05	0,50	5,40	Classificado
93	2101	HUDSON ROBERTO MACHADO	00021359903	30/07/1976	10	4	16	3,50	1,40	0,50	5,40	Classificado
94	2178	LILIANE MACHADO	90948009934	17/01/1976	9	5	16	3,15	1,75	0,50	5,40	Classificado
95	1597	CLAUDINE DA SILVA NASCIMENTO	02765967903	05/07/1978	9	5	16	3,15	1,75	0,50	5,40	Classificado
96	1528	JACQUELINE MACHADO DE AVILA	94053847087	12/11/1978	9	5	16	3,15	1,75	0,50	5,40	Classificado
97	1555	LUCILENE SARAIVA	95406638149	18/07/1979	9	5	16	3,15	1,75	0,50	5,40	Classificado
98	1763	JULIANE GONZAGA FLORES	09153699904	02/08/1993	9	5	16	3,15	1,75	0,50	5,40	Classificado
99	1936	ANDREIA APARECIDA ANDRE	81810040949	18/05/1974	11	2	16	3,85	0,70	0,75	5,30	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 11 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Técnico em Enfermagem

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
100	2328	DAYANA SOFIA ERICO ESTEVÃO	048961389961	20/11/1985	11	2	3	16	3,85	0,70	0,75	Classificado
101	1445	FRANCINE REGINA FERNANDES	05405314994	25/01/1986	10	3	3	16	3,50	1,05	0,75	Classificado
102	2335	PRISCILA TEREZINHA GOULARTE DE OLIVEIR	05220071980	31/10/1986	10	3	3	16	3,50	1,05	0,75	Classificado
103	1477	SANDRA REGINA SILVA	62281003604	30/05/1968	9	4	3	16	3,15	1,40	0,75	Classificado
104	2092	CLAUDETE MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES	76776077991	14/05/1962	12	3	0	15	4,20	1,05	0,00	Classificado
105	1584	JUCÉLIO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR	02952663920	24/01/1982	11	4	0	15	3,85	1,40	0,00	Classificado
106	2284	AMILTON VALDELINO SILVA	53911644949	25/04/1965	9	6	0	15	3,15	2,10	0,00	Classificado
107	1508	TATIANE KESSLER	02562487966	25/06/1979	9	3	4	16	3,15	1,05	1,00	Classificado
108	1808	THAYS FERNANDA OGG	08392887948	09/04/1992	12	2	1	15	4,20	0,70	0,25	Classificado
109	2170	ISABEL CRISTINA MENEZES DA SILVA	74610414015	04/07/1973	11	3	1	15	3,85	1,05	0,25	Classificado
110	1501	GISELLY DE MELLO MARTINS	02739463901	13/03/1979	11	3	1	15	3,85	1,05	0,25	Classificado
111	2302	ADILEISI MAIDA	04106803976	15/12/1982	11	3	1	15	3,85	1,05	0,25	Classificado
112	2311	KARLA CARDOSO LUDVIG	02662763930	12/12/1979	10	4	1	15	3,50	1,40	0,25	Classificado
113	2238	GABRIELE LOCCATTO	06485982922	23/12/1989	9	5	1	15	3,15	1,75	0,25	Classificado
114	1765	ALBERTINA SOUZA VERMOHLEN	59428686972	13/09/1969	11	2	2	15	3,85	0,70	0,50	Classificado
115	1525	LILIAN LIMONI ANTUNES	02459092148	28/02/1988	11	2	2	15	3,85	0,70	0,50	Classificado
116	1795	LEANDRO ALFEU CARLOS	03031995988	04/06/1979	10	3	2	15	3,50	1,05	0,50	Classificado
117	2351	MICHELLI MACHADO DA SILVA	03758722993	30/08/1983	10	3	2	15	3,50	1,05	0,50	Classificado
118	1917	CARLA REGINA NASCIMENTO	78522404968	15/12/1973	9	4	2	15	3,15	1,40	0,50	Classificado
119	1591	CLEIDE MARIA DA SILVA DE SOUZA	02173493906	28/09/1977	9	4	2	15	3,15	1,40	0,50	Classificado
120	1968	MARIANA PETRY LOHN	10457694955	09/06/1996	9	4	2	15	3,15	1,40	0,50	Classificado
121	1678	CAROLINE GONZAGA	09505238959	10/02/1995	8	5	2	15	2,80	1,75	0,50	Classificado
9999	2210	VILMAR MARTINS JUNIOR	00582926912	29/04/1983	11	1	3	15	3,85	0,35	0,75	Nota inferior a 5,0
9999	1675	LUCIANE MARIA DE SOUZA	00715909940	28/05/1980	7	5	3	15	2,45	1,75	0,75	Nota inferior a 5,0
9999	2188	OTAVINO DA SILVA JUNIOR	93258356904	10/06/1976	10	4	0	14	3,50	1,40	0,00	Nota inferior a 5,0
9999	2038	CRISTIANE NASCIMENTO	95199748904	15/01/1976	10	4	0	14	3,50	1,40	0,00	Nota inferior a 5,0
9999	1778	RAQUEL RODRIGUES DA SILVA KOENIG	82322430900	23/08/1974	10	3	1	14	3,50	1,05	0,25	Nota inferior a 5,0
9999	1806	NÁDIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA	02282592905	05/07/1974	10	3	1	14	3,50	1,05	0,25	Nota inferior a 5,0
9999	2330	ANA PAULA DA SILVA	01579018904	06/01/1974	8	5	1	14	2,80	1,75	0,25	Nota inferior a 5,0
9999	2116	MARCOS DA SILVA	02832599907	17/08/1981	9	4	1	14	3,15	1,40	0,25	Nota inferior a 5,0
9999	1846	NEIDI ANA GABIATTI DESENGRINI	44329814900	25/07/1959	9	3	2	14	3,15	1,05	0,50	Nota inferior a 5,0
9999	2204	PRISCILA PEREIRA MENDES	06509999919	07/04/1989	8	4	2	14	2,80	1,40	0,50	Nota inferior a 5,0
9999	1790	ISABELA MOREIRA	03963523913	06/03/1982	8	4	2	14	2,80	1,40	0,50	Nota inferior a 5,0

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 12 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Técnico em Enfermagem

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
9999	1801	ALESSANDRA DOS SANTOS AMARAL	05387209993	01/04/1986	9	3	2	3,15	1,05	0,50	4,70	Nota inferior a 5,0
9999	1974	ROSELI CORRÊA DE MACEDO	01644851989	04/11/1965	11	2	0	3,85	0,70	0,00	4,55	Nota inferior a 5,0
9999	2223	SILVANA MERI DUARTE HEICHSEN	57283206949	24/07/1965	8	4	1	2,80	1,40	0,25	4,45	Nota inferior a 5,0
9999	2240	PATRICIA BERNARDINI SCHWEITZER KOENIG	01984805983	30/09/1976	10	2	1	3,50	0,70	0,25	4,45	Nota inferior a 5,0
9999	1851	GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO	02971981908	04/07/1980	8	4	1	2,80	1,40	0,25	4,45	Nota inferior a 5,0
9999	1859	LIANE CAMPOS DA ROSA	00633616044	28/04/1983	8	3	2	2,80	1,05	0,50	4,35	Nota inferior a 5,0
9999	2288	LEONOR DE LIMA ALVES	93255748968	28/01/1972	8	3	2	2,80	1,05	0,50	4,35	Nota inferior a 5,0
9999	1456	CANDIDA SANTOS MARQUES	05645227409	26/10/1984	10	1	2	3,50	0,35	0,50	4,35	Nota inferior a 5,0
9999	1610	FERNANDA MACHADO	04246243973	09/01/1984	7	3	3	2,45	1,05	0,75	4,25	Nota inferior a 5,0
9999	2079	PATRICIA ASSUNÇÃO PEREIRA	03402286955	03/05/1983	10	2	0	3,50	0,70	0,00	4,20	Nota inferior a 5,0
9999	1850	ANDRE LUCHTEMBERG	00401227944	23/06/1981	9	3	0	3,15	1,05	0,00	4,20	Nota inferior a 5,0
9999	2220	TEREZA MARIA PEREIRA SANTOS	39809595115	14/04/1964	10	1	1	3,50	0,35	0,25	4,10	Nota inferior a 5,0
9999	1611	REGINA PASLA WEBER DE SOUZA	08397849963	17/03/1991	8	3	1	2,80	1,05	0,25	4,10	Nota inferior a 5,0
9999	2127	ANDRÉA ALEXANDRA DE SOUZA	01726718921	27/12/1974	7	4	1	2,45	1,40	0,25	4,10	Nota inferior a 5,0
9999	2206	DENISE ESPINDOLA	06604440974	17/06/1988	6	4	2	2,10	1,40	0,50	4,00	Nota inferior a 5,0
9999	2149	IRIA MARIA SAUSEN	53759230920	22/02/1959	8	3	0	2,80	1,05	0,00	3,85	Nota inferior a 5,0
9999	1442	ROSANGELA DE LIMA FARIAS	59166550963	12/08/1967	7	4	0	2,45	1,40	0,00	3,85	Nota inferior a 5,0
9999	2352	ELIZANGELA BARBOSA DE JESUS	31825046816	20/04/1982	9	2	0	3,15	0,70	0,00	3,85	Nota inferior a 5,0
9999	1653	ROSICLEI KORPALKSI	03118408928	12/10/1977	6	3	2	2,10	1,05	0,50	3,65	Nota inferior a 5,0
9999	1657	MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA DA SILVA	01923841980	19/12/1962	8	1	2	2,80	0,35	0,50	3,65	Nota inferior a 5,0
9999	2033	MARIA TEREZA DOS SANTOS BARRETO	02601040947	25/08/1962	4	4	2	1,40	1,40	0,50	3,30	Nota inferior a 5,0
9999	1694	KARLA MURARO ROSA	04085363905	23/10/1984	6	2	1	2,10	0,70	0,25	3,05	Nota inferior a 5,0
9999	2325	CYNTHIA CONCEIÇÃO DA ROSA	77682742968	08/12/1971	6	1	2	2,10	0,35	0,50	2,95	Nota inferior a 5,0
9999	2194	LEANE CRISTINA DOS PASSOS	03320479970	25/02/1981	0	0	0				Faltante	
9999	1497	JOYCE MARIA DA SILVA	04215123933	24/08/1984	0	0	0				Faltante	
9999	2361	KAMILA PAMPLONA FRECH	00732981905	21/07/1982	0	0	0				Faltante	
9999	2082	RITA DE CÁSSIA SAIBERT	63105195904	13/09/1968	0	0	0				Faltante	
9999	1714	MAYARA ALBINO MEDEIROS	06187519981	15/02/1988	0	0	0				Faltante	
9999	1493	ISABELA VANDERLINDE	07241857984	05/07/1990	0	0	0				Faltante	
9999	1920	WENDER OLIVEIRA SOARES	00297774107	27/05/1985	0	0	0				Faltante	
9999	2318	DORALICE MARIANO DE OLIVEIRA BORDINH	48689696920	08/04/1963	0	0	0				Faltante	
9999	1573	IVANA MIRANDA DA SILVA	33071012268	16/12/1968	0	0	0				Faltante	
9999	1496	MARIA APARECIDA NILDA REBELO DE SOUZ	07192038997	15/05/1990	0	0	0				Faltante	

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 13 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Técnico em Enfermagem

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais	
9999	1857	SARA HELENA PORTO	03833606924	15/03/1982	0	0	0	0			Faltante
9999	1775	TAIARA NASCIMENTO	07293244940	13/02/1990	0	0	0	0			Faltante
9999	2042	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA	05430376906	13/06/1985	0	0	0	0			Faltante
9999	2137	ANA PAULA CABRAL LUIZ	02142642977	06/05/1977	0	0	0	0			Faltante
9999	2100	CIRLEY SILVA	48648248949	21/01/1963	0	0	0	0			Faltante
9999	2247	ANDREIA AGOSTINHO	02497768986	09/10/1977	0	0	0	0			Faltante
9999	1557	GJEAN SHERLO SOUZA JUTTEL	02120171955	13/01/1978	0	0	0	0			Faltante
9999	2009	TATIANA MACIEL FERNANDES	02747895904	19/10/1976	0	0	0	0			Faltante
9999	2061	CAMILLA ZETTERMANN MACHADO	00926368966	25/06/1983	0	0	0	0			Faltante
9999	2103	ELAINE CRISTINA SOUZA DE OLIVEIRA	00646086979	15/06/1981	0	0	0	0			Faltante
9999	2266	JOCIANE PRATES PEREIRA	00912917040	05/07/1986	0	0	0	0			Faltante
9999	2135	ANDREZA REGINA CARDOSO	03334954978	30/12/1980	0	0	0	0			Faltante
9999	2322	ANDREIA MARIA DE SOUZA	56031300915	15/02/1970	0	0	0	0			Faltante
9999	2128	SUIJAN SILVEIRA	06831136907	17/03/1989	0	0	0	0			Faltante
9999	1966	GIZELLI SOARES	00364157909	27/01/1979	0	0	0	0			Faltante
9999	2340	TAISE NEIS	07562695989	30/11/1988	0	0	0	0			Faltante
9999	2071	MAGDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	30043141854	28/06/1977	0	0	0	0			Faltante
9999	1812	TATIANA DE SOUSA CARDOSO	02769246909	19/12/1977	0	0	0	0			Faltante
9999	1499	JÉSSICA GUERRILHA SVENSON	08307100941	04/03/1992	0	0	0	0			Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 14 de 22

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 14 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Telefonista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
1	2219	ISMAEL AMORIM DUARTE	06857306974	01/01/1988	15	10	4	29	5,25	3,50	1,00	Classificado
2	1661	GABRIEL DA CUNHA RAMOS	07930180999	14/12/1990	15	9	5	29	5,25	3,15	1,25	Classificado
3	1401	MARCILIA FAGUNDES DE SOUZA	71322744904	02/07/1970	15	9	4	28	5,25	3,15	1,00	Classificado
4	1915	JÚLIA GONÇALVES PERES	06845176981	07/04/1989	15	9	4	28	5,25	3,15	1,00	Classificado
5	1451	FATIMA DOS SANTOS GELESKI	03769378903	06/04/1983	15	9	3	27	5,25	3,15	0,75	Classificado
6	2285	DANUZA MARA FAVERSANI	65844564987	16/01/1969	14	9	4	27	4,90	3,15	1,00	Classificado
7	2013	SERGIO DE SOUZA DUTRA	88974022915	24/01/1973	14	9	4	27	4,90	3,15	1,00	Classificado
8	2066	CINTIA VALLANDRO AUSTIN	03757045904	13/10/1982	14	8	5	27	4,90	2,80	1,25	Classificado
9	2088	LILIANA DO AMARAL	78085845920	22/05/1970	15	8	3	26	5,25	2,80	0,75	Classificado
10	1500	SELMA RAMALHO DE PAULA	87623153900	16/03/1973	15	8	3	26	5,25	2,80	0,75	Classificado
11	2218	PRISCILA MORAIS DOS SANTOS	04406242902	06/08/1982	15	8	3	26	5,25	2,80	0,75	Classificado
12	1587	JOAO PAULO PEREIRA PHILIPPI	04119523900	29/12/1983	15	8	3	26	5,25	2,80	0,75	Classificado
13	1738	LETICIA COLLE	02433795010	08/01/1991	15	8	3	26	5,25	2,80	0,75	Classificado
14	1585	THIAGO ANDRÉ SILVA DE SOUZA	01544472005	12/10/1988	13	10	3	26	4,55	3,50	0,75	Classificado
15	1504	SELMA SENA ZANGARINI DE CAMPOS	03216138801	05/04/1964	14	8	4	26	4,90	2,80	1,00	Classificado
16	1634	IGOR SECCHES GHELFI	21755125844	12/03/1980	14	8	4	26	4,90	2,80	1,00	Classificado
17	2187	ELISA DE SAO THIAGO CUNHA	00589112945	07/05/1980	13	9	4	26	4,55	3,15	1,00	Classificado
18	2117	MELANNI CABRAL	10360350933	27/05/1996	13	9	4	26	4,55	3,15	1,00	Classificado
19	2152	PATRICIA SALIM HORN	00679449906	11/05/1983	15	6	5	26	5,25	2,10	1,25	Classificado
20	1973	ROSI ABREU BRAZ	03280048982	28/03/1981	12	9	5	26	4,20	3,15	1,25	Classificado
21	2316	RICARDO ELLER DA CUNHA	03367548928	18/05/1979	15	7	3	25	5,25	2,45	0,75	Classificado
22	1701	JANETE APARECIDA DA SILVEIRA FERREIRA	66819040920	05/05/1968	13	9	3	25	4,55	3,15	0,75	Classificado
23	2075	ADRIANA BATISTA DE OLIVEIRA	03028907933	05/07/1978	13	9	3	25	4,55	3,15	0,75	Classificado
24	2225	KATIA LUCIANA DOS SANTOS	04746611998	09/01/1984	15	6	4	25	5,25	2,10	1,00	Classificado
25	1951	ALICE CRISTINA DE ANDRADE	03581067960	24/08/1981	14	7	4	25	4,90	2,45	1,00	Classificado
26	1849	FRANCINE RENGEL GOES LUIZ	04902007967	08/07/1984	14	7	4	25	4,90	2,45	1,00	Classificado
27	1954	PRISCILA SILVA DE FARIAS	08298985907	25/08/1993	14	7	4	25	4,90	2,45	1,00	Classificado
28	1432	MAYARA ANTUNES	09673281955	11/05/1994	14	7	4	25	4,90	2,45	1,00	Classificado
29	1425	CLEIA DALVIRA JOAQUIM	57327920900	26/02/1965	13	8	4	25	4,55	2,80	1,00	Classificado
30	1655	ANA PAULA PEREIRA	02879381908	15/11/1979	13	8	4	25	4,55	2,80	1,00	Classificado
31	2342	LUIZA OLIVO FURTADO	03410142908	27/11/1982	13	8	4	25	4,55	2,80	1,00	Classificado
32	1514	ALESSANDRA CRISTINA MARTINS	05119417906	19/12/1988	14	6	5	25	4,90	2,10	1,25	Classificado
33	1522	MONIQUE MEDEIROS	04392239977	22/05/1985	13	7	5	25	4,55	2,45	1,25	Classificado
34	2021	AMANDA SIQUEIRA DOS PASSOS SCHWEITZ	04407719940	30/05/1985	11	9	5	25	3,85	3,15	1,25	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 15 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Telefonista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação	
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais			L. Nac.
35	1431	ALAIDE SILVA FLOR	43723195849	11/04/1953	14	7	3	24	4,90	2,45	0,75	8,10	Classificado
36	1734	SCHEILA CRISTINE AMARAL ROSA	77735897987	14/04/1968	15	6	3	24	5,25	2,10	0,75	8,10	Classificado
37	1396	GABRIELA MENDES DA SILVA	01669840000	15/09/1987	15	6	3	24	5,25	2,10	0,75	8,10	Classificado
38	2057	ALESSANDRA MIRANDA NEVES	00606947930	21/11/1978	14	7	3	24	4,90	2,45	0,75	8,10	Classificado
39	2353	LUCIANE ANVERSA LOPES	80949177091	11/06/1981	14	7	3	24	4,90	2,45	0,75	8,10	Classificado
40	1523	MARIANE MEDEIROS	08272295938	06/03/1990	14	7	3	24	4,90	2,45	0,75	8,10	Classificado
41	2055	MARINA DAGOSTIM	05762155978	16/04/1994	14	7	3	24	4,90	2,45	0,75	8,10	Classificado
42	1802	LIDIA SAVICKI SILVA	10448699923	09/10/1997	14	7	3	24	4,90	2,45	0,75	8,10	Classificado
43	2354	RODRIGO DEODATO ALVES	06763696930	05/07/1989	13	8	3	24	4,55	2,80	0,75	8,10	Classificado
44	2262	AMANDA SARDÁ SILVA	09342424961	27/12/1994	13	8	3	24	4,55	2,80	0,75	8,10	Classificado
45	2233	LUANA ABBADE GONÇALVES	05411943990	14/09/1984	14	6	4	24	4,90	2,10	1,00	8,00	Classificado
46	2362	SUELLEN CRISTIANE FAGUNDES RODRIGUES	01643015001	04/12/1988	14	6	4	24	4,90	2,10	1,00	8,00	Classificado
47	2074	CLARICE COSTA GUILHERME	08439234902	04/01/1993	14	6	4	24	4,90	2,10	1,00	8,00	Classificado
48	2014	PATRICIA BORGES FURTADO	01913918912	19/02/1977	13	7	4	24	4,55	2,45	1,00	8,00	Classificado
49	1534	WILLIAM HABYEUTTER KALESKI	04145781988	02/02/1984	13	7	4	24	4,55	2,45	1,00	8,00	Classificado
50	1829	CINTHIA RODRIGUES DE CARVALHO KUNTZ	08236606996	31/10/1990	13	7	4	24	4,55	2,45	1,00	8,00	Classificado
51	1942	ILZA GABRIELA FOLSTER	10177813970	03/11/1995	13	7	4	24	4,55	2,45	1,00	8,00	Classificado
52	2309	DANIELE EBBRES	81134940068	18/08/1983	12	8	4	24	4,20	2,80	1,00	8,00	Classificado
53	1556	SHAIANE ROSSI DE SOUZA	07550795908	04/09/1993	14	5	5	24	4,90	1,75	1,25	7,90	Classificado
54	1696	MANUELLA R DE M VICENTINI	08970085963	29/07/1994	15	5	3	23	5,25	1,75	0,75	7,75	Classificado
55	1843	ANDRESSA REGINA DOS SANTOS	26279863840	30/12/1977	14	6	3	23	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
56	2347	JOYCE HELENA LIMA	04010640936	22/04/1982	14	6	3	23	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
57	2180	MARIA APARECIDA MARQUES	04622656960	13/11/1984	14	6	3	23	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
58	1577	CAROLINA COSTA GARCEZ	05636845936	10/07/1987	14	6	3	23	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
59	1919	CINTIA ANGIOLETT DE PAIVA NASCIMENTO	04154210980	01/02/1989	14	6	3	23	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
60	1571	PAOLA SINTLINGER WEISS	08640806977	01/06/1993	14	6	3	23	4,90	2,10	0,75	7,75	Classificado
61	2157	LEDA REGINA RIBEIRO	91242002987	23/09/1975	13	7	3	23	4,55	2,45	0,75	7,75	Classificado
62	1840	CIBELI STELLA	80161375049	25/10/1975	13	7	3	23	4,55	2,45	0,75	7,75	Classificado
63	1660	ROBERTA DAMINELLI CARDOSO	04014568970	31/10/1981	13	7	3	23	4,55	2,45	0,75	7,75	Classificado
64	1693	EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS	04686219973	11/05/1984	13	7	3	23	4,55	2,45	0,75	7,75	Classificado
65	2327	ELISABETE LEAL BARBOSA	05128140903	02/06/1985	13	7	3	23	4,55	2,45	0,75	7,75	Classificado
66	2119	LETICIA FERRARI LAUS	06236262926	20/05/1996	13	7	3	23	4,55	2,45	0,75	7,75	Classificado
67	1598	PATRICIA CRISTINA DA SILVA	04590500957	20/05/1980	12	8	3	23	4,20	2,80	0,75	7,75	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 16 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Telefonista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
68	1601	MARIA DA CONCEIÇÃO VIEIRA	29023688953	09/12/1954	12	7	4	23	4,20	2,45	1,00	Classificado
69	1878	TATIANA MAGDALENA VENÉRIO	02283347998	21/05/1979	12	7	4	23	4,20	2,45	1,00	Classificado
70	2067	SUELEN CONRADO SOUZA	05826555955	21/02/1988	12	7	4	23	4,20	2,45	1,00	Classificado
71	2175	MARIA GORETE ANDRADA PEREIRA DE MAC	65025091268	30/07/1969	11	8	4	23	3,85	2,80	1,00	Classificado
72	2070	PRICILA SILVEIRA	04445939935	03/11/1986	10	8	5	23	3,50	2,80	1,25	Classificado
73	2027	FÁTIMA AZEVEDO AGUIAR	12890517802	11/12/1972	13	7	2	22	4,55	2,45	0,50	Classificado
74	1891	LEONIDAS FERREIRA DE FREITAS SOARES CA	28972283851	02/12/1981	14	5	3	22	4,90	1,75	0,75	Classificado
75	2314	DANIELI JEMPIERRE DE LIMA	04160520960	15/07/1985	14	5	3	22	4,90	1,75	0,75	Classificado
76	1787	MARINEIA DOS SANTOS MOUREIRA	83136991087	17/04/1987	13	6	3	22	4,55	2,10	0,75	Classificado
77	2250	ELEUZA DE SOUZA	71582878900	19/03/1969	13	5	4	22	4,55	1,75	1,00	Classificado
78	1405	ALINE JOELIA GOMES SPANENBERG ANDIRA	00482657057	20/07/1984	13	5	4	22	4,55	1,75	1,00	Classificado
79	2251	LARISSA GRANGEIA DA SILVA	09842965902	26/03/1996	13	5	4	22	4,55	1,75	1,00	Classificado
80	1992	TEREZINHA MAZZUCCO VINTER	45469440982	18/12/1962	12	6	4	22	4,20	2,10	1,00	Classificado
81	2337	CLAUDIA MARINEZ DA CRUZ	44792565049	29/04/1964	12	6	4	22	4,20	2,10	1,00	Classificado
82	2343	KARLA REGINA SILVA	00727688944	29/10/1977	12	6	4	22	4,20	2,10	1,00	Classificado
83	1398	SABRINA FORMEHL	07408303928	19/11/1990	12	6	4	22	4,20	2,10	1,00	Classificado
84	2350	INDIA NARA DA CONCEIÇÃO	00569175976	05/12/1976	11	7	4	22	3,85	2,45	1,00	Classificado
85	1554	ELENA MENDES DA SILVA	82234485053	25/03/1982	11	7	4	22	3,85	2,45	1,00	Classificado
86	2085	LOIZE CORREA XAVIER	00991666909	27/03/1988	12	5	5	22	4,20	1,75	1,25	Classificado
87	1576	MARIA CAROLINA FOLSTER	09819612900	22/09/1994	10	7	5	22	3,50	2,45	1,25	Classificado
88	1758	ÁGATHA DE ÁVILA ROLDAN	06745791943	17/04/1989	13	5	3	21	4,55	1,75	0,75	Classificado
89	1589	ELAINE DE SOUZA MENEGETTI	05384198818	04/12/1962	12	6	3	21	4,20	2,10	0,75	Classificado
90	2317	RAQUEL DE ALMEIDA DIAS	72374616053	25/03/1975	12	6	3	21	4,20	2,10	0,75	Classificado
91	2298	MANUELA FLOR GUESSE	00912582944	26/10/1991	12	6	3	21	4,20	2,10	0,75	Classificado
92	2052	THASSIA BORGES TOLEDO	03082137008	19/05/1993	11	7	3	21	3,85	2,45	0,75	Classificado
93	2167	FLAVIA GODOY SILVA	06358880926	12/02/1990	13	4	4	21	4,55	1,40	1,00	Classificado
94	1575	SABRINA GUEDES	04805154926	24/09/1987	12	5	4	21	4,20	1,75	1,00	Classificado
95	1861	THAYSE GRANGEIA DA SILVA	07141913963	08/08/1989	12	5	4	21	4,20	1,75	1,00	Classificado
96	1716	PATRICIA CARVALHO ATAIDE LOPES	00781375940	01/04/2015	12	5	4	21	4,20	1,75	1,00	Classificado
97	2076	ILDA INOCÊNCIA TEREZA COUTINHO	29018722987	21/02/1957	11	6	4	21	3,85	2,10	1,00	Classificado
98	1441	VANESSA ESTACIO ANDRADE	05121327986	02/03/1980	11	6	4	21	3,85	2,10	1,00	Classificado
99	1712	KARINA DUARTE SILVA	01563369958	15/04/1976	10	7	4	21	3,50	2,45	1,00	Classificado
100	2355	LISIANE ANVERSA LOPES	00931066026	04/09/1977	10	7	4	21	3,50	2,45	1,00	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 17 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Telefonista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
101	1506	GABRIELA CORDEIRO PETRY	00638634997	04/04/1982	14	4	2	4,90	1,40	0,50	6,80	Classificado
102	1756	HANNAH LOUISE FAVERO SILVA	11421129930	27/02/1996	12	5	3	4,20	1,75	0,75	6,70	Classificado
103	1813	MARIANE DE ASSUNCAO	07457528962	15/05/1990	12	4	4	4,20	1,40	1,00	6,60	Classificado
104	2217	DAYANA KAROLINE DA CONCEIÇÃO	07530997998	25/08/1988	13	4	2	4,55	1,40	0,50	6,45	Classificado
105	1424	MARCIA RODRIGUES DA CRUZ PEREIRA	02726878717	24/11/1973	13	3	3	4,55	1,05	0,75	6,35	Classificado
106	1603	EDIVANE MELLO ESPINDOLA	003711411980	07/07/1981	12	4	3	4,20	1,40	0,75	6,35	Classificado
107	1512	MARILENE DE SOUZA OLIVEIRA	47354704091	02/08/1969	10	6	3	3,50	2,10	0,75	6,35	Classificado
108	2310	LIZANE MONTEIRO JOAQUIM	03905218925	25/07/1981	10	6	3	3,50	2,10	0,75	6,35	Classificado
109	2230	MILENA LIMA DE SOUZA	34522230869	07/12/1985	10	6	3	3,50	2,10	0,75	6,35	Classificado
110	2258	LILIANE ALVES GOMES	06837177400	10/11/1989	12	3	4	4,20	1,05	1,00	6,25	Classificado
111	1972	MARIELLE LAZZARON MUNIZ	07360060958	25/11/1989	10	5	4	3,50	1,75	1,00	6,25	Classificado
112	2026	FLÁVIO GUILHERME PANSERA DE CHAVES	10396627900	03/09/1997	9	6	4	3,15	2,10	1,00	6,25	Classificado
113	2357	ROSANA CATARINA DE MELO	05412313914	23/10/1985	11	4	3	3,85	1,40	0,75	6,00	Classificado
114	1960	JAQUELINE LEHMKUHL	07954889980	07/07/1995	11	4	3	3,85	1,40	0,75	6,00	Classificado
115	2227	ROSANGELA FAGUNDES	74794019904	21/09/1970	10	5	3	3,50	1,75	0,75	6,00	Classificado
116	2029	CRISTINA TEREZINHA DE ANDRADE	06112346966	08/08/1986	10	5	3	3,50	1,75	0,75	6,00	Classificado
117	1797	VERA LUCIA VIEIRA	63672286915	20/07/1963	9	6	3	3,15	2,10	0,75	6,00	Classificado
118	2097	MARIA DE LOURDES MENDES DE MELO	29552591953	11/02/1958	8	7	3	2,80	2,45	0,75	6,00	Classificado
119	1760	TATIELI CORASSA	04970277982	16/09/1985	10	4	4	3,50	1,40	1,00	5,90	Classificado
120	1980	LUCIANA LIMA DE SOUZA	35812890838	18/09/1985	10	4	4	3,50	1,40	1,00	5,90	Classificado
121	2263	VALQUIRIA CASTOR VIEIRA	04381075943	08/03/1983	8	5	5	2,80	1,75	1,25	5,80	Classificado
122	1608	GRAZIELLE LUCYSZYN	08306563913	15/11/1991	10	5	2	3,50	1,75	0,50	5,75	Classificado
123	2015	LETICIA SANGALETTI DE MELO	09794094978	20/12/1994	10	4	3	3,50	1,40	0,75	5,65	Classificado
124	1546	NATHALYA FLAVIA MACHADO DA ROCHA	06426503908	12/08/1996	9	4	4	3,15	1,40	1,00	5,55	Classificado
125	1689	ANA PAULA ALVES DE SOUZA	07411981931	09/09/1990	8	5	4	2,80	1,75	1,00	5,55	Classificado
126	2319	ELENIR DOS SANTOS	02308152940	04/11/1969	11	4	1	3,85	1,40	0,25	5,50	Classificado
127	2291	CICERA MARIA DOS SANTOS	04175575901	22/05/1978	9	5	2	3,15	1,75	0,50	5,40	Classificado
128	1896	FABIANA RIBEIRO DA COSTA	02382810947	05/01/1980	10	3	3	3,50	1,05	0,75	5,30	Classificado
129	1864	RENILDA GRANGEIA DA SILVA	52091546968	10/05/1963	9	4	3	3,15	1,40	0,75	5,30	Classificado
130	2051	FERNANDA DA ROSA	02871142955	13/09/1978	9	4	3	3,15	1,40	0,75	5,30	Classificado
131	2299	THAIS OURO WEBER AMARAL	04563546976	06/12/1982	9	4	3	3,15	1,40	0,75	5,30	Classificado
132	1436	ADIRLENE TORQUATO MACHADO CORREA	08013327965	10/04/1991	9	4	3	3,15	1,40	0,75	5,30	Classificado

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 18 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Telefonista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
133	1676	FERNANDA REGINA DA SILVA	05046454980	27/03/1983	8	4	4	2,80	1,40	1,00	5,20	Classificado
134	1888	THAINE APARECIDA SILVA MACHADO	07014117912	15/02/1987	8	5	2	2,80	1,75	0,50	5,05	Classificado
135	1614	IVONE APARECIDA PEREIRA DA LUZ	02154962998	29/05/1977	7	6	2	2,45	2,10	0,50	5,05	Classificado
9999	1884	ADRIANA RAMOS DA SILVA	03591040703	19/11/1973	7	5	3	2,45	1,75	0,75	4,95	Nota inferior a 5,0
9999	2213	FABIOLA MARIANO	04009566914	29/07/1983	8	4	3	2,80	1,40	0,75	4,95	Nota inferior a 5,0
9999	2091	VALDIRA MACEDO SOARES	91545714991	15/05/1958	7	5	3	2,45	1,75	0,75	4,95	Nota inferior a 5,0
9999	1599	JOSEANE FELIPE GONÇALVES	74368559991	10/08/1966	8	4	2	2,80	1,40	0,50	4,70	Nota inferior a 5,0
9999	2296	APARECIDA DE FATIMA DE SILVA	69308969934	20/02/1969	6	5	3	2,10	1,75	0,75	4,60	Nota inferior a 5,0
9999	1757	LOINHA FAVERO SILVA	17831660100	15/09/1948	5	5	4	1,75	1,75	1,00	4,50	Nota inferior a 5,0
9999	1685	SILVANA CRISTHINA SILVA	90916190900	15/12/1971	5	5	2	1,75	1,75	0,50	4,00	Nota inferior a 5,0
9999	2182	ANDREIA DE JESUS PERES	03652818911	26/01/1979	6	3	3	2,10	1,05	0,75	3,90	Nota inferior a 5,0
9999	2260	APARECIDA DA CONCEICAO VIEIRA FERRARI	37978431860	01/10/1984	7	2	2	2,45	0,70	0,50	3,65	Nota inferior a 5,0
9999	2339	SIMONE DE FATIMA DOS SANTOS	05057632906	16/03/1981	4	3	3	1,40	1,05	0,75	3,20	Nota inferior a 5,0
9999	1742	JESSICA APARECIDA GARCIA GONÇALVES	07273121975	07/11/1990	0	0	0					Faltante
9999	1825	CLOVIS MARIANO DA COSTA FILHO	09298295901	04/02/1997	0	0	0					Faltante
9999	1921	JOÃO GABRIEL MARTINS CAVALHEIRO	00961074990	17/11/1987	0	0	0					Faltante
9999	2078	JOÃO MAYCON DA SILVA LIMA	55172750282	22/06/1995	0	0	0					Faltante
9999	1824	CLOVIS MARIANO DA COSTA	00405793952	14/07/1977	0	0	0					Faltante
9999	1681	JEAN TEIXEIRA MANOEL	07912283986	18/12/1993	0	0	0					Faltante
9999	1983	CRISTIANE FERREIRA	88888746900	25/07/1969	0	0	0					Faltante
9999	2160	DIONISIO DA SILVEIRA SCHUTZ	04283842931	29/01/1984	0	0	0					Faltante
9999	2022	FERNANDA VIEIRA DE SOUZA	07461180908	04/07/1990	0	0	0					Faltante
9999	1454	MARCELO LOPES DA SILVA	02406507947	30/06/1979	0	0	0					Faltante
9999	1637	FABIOLA MEYER	04718864917	06/06/1987	0	0	0					Faltante
9999	2242	CLAUDIA CRISTIANE RIBEIRO SABIO	89652142034	27/03/1976	0	0	0					Faltante
9999	2143	SUELI CORREIA	84899263953	12/12/1974	0	0	0					Faltante
9999	2303	TANIA RAMOS DE MELLO	08499986897	01/08/1966	0	0	0					Faltante
9999	1632	FRANCINE SILVANO MAXIMO	05415366997	21/05/1986	0	0	0					Faltante
9999	2234	ISS KATIA BUSTAMANTE ABBADE	73703290978	03/10/1968	0	0	0					Faltante
9999	2096	LUAN GABRIEL FERREIRA PIONER	06795622908	16/02/1997	0	0	0					Faltante
9999	1962	MARCIA LUNKES	00876459980	06/07/1983	0	0	0					Faltante
9999	1578	LORENI DE FATIMA POLONIO	47930039072	13/02/1961	0	0	0					Faltante
9999	1461	ISABELLE MATTOS	07424105957	08/08/1990	0	0	0					Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 19 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Telefonista

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	
9999	2336	TAIANA NATASHA ROSAS DE MIRANADA SA	52975436220	15/09/1987	0	0	0	0				Faltante
9999	2049	GÉSSICA CRISTIANE CORRÊA	07129751959	17/06/1994	0	0	0	0				Faltante
9999	1471	SARA STÉFANY LINDOSO DOS SANTOS	00239276230	19/03/1994	0	0	0	0				Faltante
9999	1551	DAYANA METZKER SILVA LOPES	00873520955	11/10/1983	0	0	0	0				Faltante
9999	2364	JULIA SCHERER PEREIRA	00403812933	18/10/1979	0	0	0	0				Faltante
9999	2334	JUCELIANI DA SILVA	00351647945	19/08/1979	0	0	0	0				Faltante
9999	1677	MARIA EDUARDA REIS DOS SANTOS	06796678907	16/09/1986	0	0	0	0				Faltante
9999	2253	GISELE BEATRIZ PAIVA	88294919004	21/04/1979	0	0	0	0				Faltante
9999	2203	GLÁUCIA PFEGER	04882360969	27/04/1985	0	0	0	0				Faltante
9999	2056	GUILHERME CIDADE DOS SANTOS	09479522926	14/07/1994	0	0	0	0				Faltante
9999	1880	PRISCILA MACEDO	09348040952	22/09/1992	0	0	0	0				Faltante
9999	2008	ROSILENE FERREIRA KUHN DA ROCHA	82884510982	24/07/1970	0	0	0	0				Faltante
9999	1574	PATRICIA CRISTINA LIMA MELO	00794348270	06/09/1987	0	0	0	0				Faltante
9999	2254	ADRIANA DE SOUSA CARVALHO	03102435998	28/09/1979	0	0	0	0				Faltante
9999	2287	ALREANNE MAYRA DE JESUS CALDAS	01269979264	12/11/1994	0	0	0	0				Faltante
9999	1941	AMANDHA CAROLINA DA SILVA	04513358998	24/03/1994	0	0	0	0				Faltante
9999	1853	MARLIZE DA SILVA SCHEIDT	05554295983	22/01/1985	0	0	0	0				Faltante
9999	1480	CAROLINE HINCKEL	06015090995	25/09/1985	0	0	0	0				Faltante
9999	1498	ANGELITA DALILA DA ROSA	03919941900	17/06/1981	0	0	0	0				Faltante
9999	1998	UALISSON DO NASCIMENTO SOUSA	44319666844	05/01/1995	0	0	0	0				Faltante
9999	1699	RECELENE DA SILVA CUNHA	94045798900	25/10/1966	0	0	0	0				Faltante
9999	2358	SHAIANE MENDES CHAGAS	05840316962	11/07/1985	0	0	0	0				Faltante
9999	2192	BRUNA MARTINS KIRCHNER	08718376924	25/01/1994	0	0	0	0				Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 20 de 22

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 001/2015/SMA
Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Terapeuta Ocupacional

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			Nota Final	Situação
					C. Gerais	L. Nac.	Total	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.		
1	2111	ELENICE MOREIRA ARRUE	01450320007	07/02/1986	13	5	3	21	4,55	1,75	0,75	Classificado
2	1421	SABRINA DOS SANTOS MACIEL	05075353916	12/07/1984	13	3	2	18	4,55	1,05	0,50	Classificado
3	2212	MARILIA TORRES RIBEIRO	00690394020	14/05/1985	9	6	3	18	3,15	2,10	0,75	Classificado
4	1399	ANTONIO MARCOS NUNES PASSINHO	52927954372	21/02/1973	10	3	4	17	3,50	1,05	1,00	Classificado
9999	1521	BRUNA BRUM ROTT	02735663000	18/08/1991	8	3	2	13	2,80	1,05	0,50	Nota inferior a 5,0
9999	2166	TIAGO FERREIRA DUARTE	05630515900	25/07/1985	0	0	0	0				Faltante

quarta-feira, 1 de abril de 2015

Página 21

PORTARIA Nº 283/2015/SMA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 283/2015/SMA

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelos artigos 62, II e 66, II da Lei Orgânica do Município de São José e a Lei Municipal nº 4.671/2008, alterada pelas Leis Municipais nº 4.823/2009 e nº 5.322/2013,

RESOLVE:

I- **HOMOLOGAR** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado – Edital N.º 002/2015/SMA destinado à contratação de pessoal, em caráter temporário, para função temporária de excepcional interesse público de **TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL**, bem como a formação de cadastro reserva para essas funções, de acordo com a Lei Municipal nº 4.671/2008, alterada pelas Leis Municipais nº 4.823/2009 e nº 5.322/2013, após decorrido o respectivo prazo para os recursos, conforme listagem anexa.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de abril de 2015.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de São José
Processo Seletivo 002/2015/SMA

A Superintendente da Fundesj – Fundação Municipal Educacional no uso de suas atribuições resolve divulgar o resultado da Classificação Final dos candidatos no Edital Processo Seletivo 002/2015/SMA.

Lista de ponto dos candidatos ao cargo de: Técnico em Saúde Bucal

Pos.	Inscrição	Nome	CPF	Data Nasc.	Acertos			Notas			L. Nac.	Nota Final	Situação
					C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.	C. Esp.	C. Gerais	L. Nac.			
1	2120	FRANCIELE SIQUEIRA DOS SANTOS	83831487049	28/09/1987	12	7	2	21	4,20	2,45	0,50	7,15	Classificado
2	2245	MIRIAM MATTOS DE LIMA	08686311911	21/10/1992	9	8	3	20	3,15	2,80	0,75	6,70	Classificado
3	2123	MARIA REGINA COELHO	81705727972	19/03/1971	11	6	1	18	3,85	2,10	0,25	6,20	Classificado
4	2349	DALVA APARECIDA LOPES DA CUNHA	79592007934	18/03/1973	11	5	2	18	3,85	1,75	0,50	6,10	Classificado
5	2216	MAICON RIBEIRO	06517550933	07/05/1987	9	7	2	18	3,15	2,45	0,50	6,10	Classificado
6	2373	FLÁVIA PRZYWITOWSKI DA CRUZ	06136638967	22/07/1988	10	5	2	17	3,50	1,75	0,50	5,75	Classificado
7	2148	JESSICA DOS PASSOS	08945614990	25/05/1992	9	5	3	17	3,15	1,75	0,75	5,65	Classificado
8	1847	ELIZETE MARCIA LEHMKUHL MATTOS	02027789910	26/02/1970	9	5	2	16	3,15	1,75	0,50	5,40	Classificado
9	2179	MARCIA LUCIANA DA ROSA NEVES	89338782972	16/02/1973	8	6	2	16	2,80	2,10	0,50	5,40	Classificado
10	2073	ALANA MARA LOPES DE SOUZA	01846771900	14/11/1976	8	5	3	16	2,80	1,75	0,75	5,30	Classificado
11	2019	LUANA DE ALMEIDA	09631876942	19/11/1993	9	5	1	15	3,15	1,75	0,25	5,15	Classificado
12	1848	MIRELLY KATYANY MELLO	05781714901	01/08/1988	8	6	1	15	2,80	2,10	0,25	5,15	Classificado
13	2375	ANELISE LOPES DE ALMEIDA	01100995080	31/12/1987	8	5	2	15	2,80	1,75	0,50	5,05	Classificado
14	1698	LUANA DE MELO	04127444908	29/11/1981	7	6	2	15	2,45	2,10	0,50	5,05	Classificado
9999	2154	VALERIA TERESINHA DE ALMEIDA COELHO	73282162987	16/02/1965	6	6	3	15	2,10	2,10	0,75	4,95	Nota inferior a 5,0
9999	2011	JOICE VERARDI	07525202966	07/11/1992	7	5	3	15	2,45	1,75	0,75	4,95	Nota inferior a 5,0

9999	2020	BRUNA DE LIZ HILLESHEIM	06332475960	26/07/1990	7	7	0	14	2,45	2,45	0,00	4,90	Nota inferior a 5,0
9999	2098	NARCELI STEFFENS DA ROCHA CARDOSO	05400701906	18/03/1985	7	6	1	14	2,45	2,10	0,25	4,80	Nota inferior a 5,0
9999	2305	CHARLENE VIEIRA ALVES	05204502998	03/09/1984	8	3	3	14	2,80	1,05	0,75	4,60	Nota inferior a 5,0
9999	1944	ELAINE CRISTINA FELIPE	04720838995	07/09/1984	7	5	1	13	2,45	1,75	0,25	4,45	Nota inferior a 5,0
9999	2107	DÉBORA VARGAS DE OLIVEIRA	00099725010	08/07/1979	8	3	2	13	2,80	1,05	0,50	4,35	Nota inferior a 5,0
9999	2146	CRISTINA CARMOSINA VIEIRA	06472268983	15/11/1988	6	4	3	13	2,10	1,40	0,75	4,25	Nota inferior a 5,0
9999	2017	ELANIA DA COSTA MORAES	05380876927	17/04/1987	6	5	1	12	2,10	1,75	0,25	4,10	Nota inferior a 5,0
9999	1771	VERA LUCIA VON GUILSA	04554411974	19/09/1981	5	6	1	12	1,75	2,10	0,25	4,10	Nota inferior a 5,0
9999	1958	REGIANE CARVALHO LUIZ	04474486927	08/01/1979	7	4	1	12	2,45	1,40	0,25	4,10	Nota inferior a 5,0
9999	1923	ANA LÚCIA DE SOUZA	05425842988	18/04/1985	6	3	2	11	2,10	1,05	0,50	3,65	Nota inferior a 5,0
9999	1762	GRAZIELA SOARES	04063668967	17/11/1983	3	5	3	11	1,05	1,75	0,75	3,55	Nota inferior a 5,0
9999	2110	JOSIANE XAVIER PIRES DA SILVA	03203588951	24/11/1980	8	1	1	10	2,80	0,35	0,25	3,40	Nota inferior a 5,0
9999	1900	FABIANA MARTINS	06223677901	13/06/1988	5	4	1	10	1,75	1,40	0,25	3,40	Nota inferior a 5,0
9999	2169	RAFAELA BASTOS	09541060919	24/11/1994	3	2	2	7	1,05	0,70	0,50	2,25	Nota inferior a 5,0
9999	1804	THATIANY RODOLFO DOS SANTOS	06217547902	18/05/1988	0	0	0	0					Faltante

RESOLUÇÃO Nº. 001/2015

RESOLUÇÃO Nº. 001/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE SÃO JOSÉ CMJ/SJ.

O Conselho Municipal da Juventude, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº. 5250/12, e nos termos das Leis Federais nº. 8.842/1994 e 12852/2013, e conforme aprovado na Reunião Ordinária do dia 12 de março de 2015.

Considerando a Lei Municipal nº. 5250/12 que trata do Conselho Municipal da Juventude do Município de São José;
Considerando o Decreto Municipal nº. 3507/14 que nomeia os membros para comporem o Conselho Municipal da Juventude do Município de São José;
Resolve:

Art.1º. Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de São José - CMJ - SJ.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 12 de março de 2015.

VINICIUS FRANÇA DE FREITAS

Presidente do CMJ/SJ

São José do Cedro**PREFEITURA****DECRETO Nº 5.572, DE 16 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 5.572, DE 16 DE ABRIL DE 2015

"ISENTA CONTRIBUINTES DO PAGAMENTO DO IPTU DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de Junho de 1990 e Artigo 139 da Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de Setembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, durante o exercício de 2015, por se enquadrarem no Artigo 139 da Lei Complementar nº 009/05, os seguintes contribuintes:

Ademar Kunzler
Alberto Serafim Von Dentz
Alceno Niederauer
Angelina Boniatti Basei
Antonio Aleniro Enderle
Armando Zimmer
Arnildo Antonio Lorscheiter
Biagio Girelli
Carmem Rizzotto Caron
Catharina Tessaro Fanton
Cirio Guarnieri
Ciro Antonio Moraes
Danilo Bonatto
Dante Maragno
Doli Farias
Dovilio Simonetti
Edvino Justen
Elia Cristofoli e Valmir José Freo
Elma Wolfart
Elson Schultz
Ernesto Piloni
Espólio de Ulisses Zini
Fernando Marék
Florentino Isidoro Stocco
Glaci Iracema Klein
Haidi Welter De Souza
Ildo Augusto Marques
Inês Lemos
Ivanilde Spironello Dallavechia
Jacintha T. Lebens Kaibers
João Alcido Klein
João Antonio Berté

José Francisco Olegario
Laura Klauch Lebens
Lauro Otto Lunkes
Lorency Vicari
Lucia Markus
Maria De Jesus Zanardi
Maria Ramos Rodrigues
Marineusa Mota Leal
Nelly Teresinha Tonezer
Nelson Chelepa
Norma Westenhofen

Olimpio Putrick
Oralino Ribeiro Barbosa
Orlando José Reimann
Ramildo Valentin Bonatto
Roco Christani
Silvério Francisco Schauben
Terezinha Sevald
Valdemar José Schultz
Valdir Bellan
Valma Salete Bueno

Art. 2º. Ficam Indeferidos, por não se enquadrarem na Lei Complementar nº009/05, em seu Artigo 139, os processos a seguir relacionados:

Adroaldo Calheiro
Bandolino Dutra
Clélia Maria Bertollo
Dorvalino Arminio Biazoli
Elias Matias Rauber
Gomercindo Valgoi
Lauro Pedroso
Neli Teresinha de Pellegrin
Silvino Edvino Kraemer

Art. 3º. É parte integrante deste Decreto a Ata nº 001/2015 de 15 de Abril de 2015, com o Parecer da Comissão Especial criada através do Decreto nº 5.176/2013 de 13 de Fevereiro de 2015, que analisou a documentação dos processos que deram entrada na Prefeitura Municipal requerendo a isenção do IPTU.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 16 de abril de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

TELEFONISTA

PIERINA LIBERA SALVI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2015 - PR Nº 036/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/05/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO EM DIVERSOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DO PROCESSO ELEITORAL Nº 001/2015 - CONSELHO TUTELAR

EDITAL DO PROCESSO ELEITORAL Nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Lourenço do Oeste - SC, para o quadriênio 2016-2019, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA de São Lourenço do Oeste - SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Municipal 1.827/2009, na Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e, com base nas Resoluções CMDCA nº 004 de 09 de abril de 2015 e nº 005 de 15 de abril de 2015, torna público que estão abertas as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

1 Das Disposições Preliminares

1.1 Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste - CMDCA, por meio de Comissão Especial, de caráter temporário, estabelecida exclusivamente para este processo, conforme disposto na Resolução nº 004, de 09 de abril de 2015.

1.2 A escolha dos Conselheiros Tutelares será realizada em 02 (duas) etapas, de acordo com o cronograma (Anexo I):

a) Primeira Etapa: inscrição dos candidatos;

b) Segunda Etapa: eleição dos candidatos, por meio de voto direto, secreto e facultativo.

1.3 A participação no processo de escolha está condicionada à comprovação, pelo candidato, dos requisitos constantes neste edital.

1.4 Este edital estará disponível no site da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste www.saolourenco.sc.gov.br, em jornal de circulação local e será afixado no Mural da Prefeitura Municipal, da

Câmara de Vereadores, e no Fórum desta comarca.

2 Do Cargo e das Vagas

2.1 O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, estando abertas cinco vagas para conselheiros tutelares titulares.

2.2 As atribuições do Conselheiro Tutelar constam na Lei Municipal nº 1.827/2009, em consonância com a Lei Federal nº 8.069/1990 e com Resolução nº 170/2014 do CONANDA.

2.3 No município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros titulares, ficando os demais candidatos como seus suplentes naturais, escolhidos pela população local, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.4 A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com o disposto pelo CONANDA.

2.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.6 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

3 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

3.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada e, conforme Lei Municipal nº 1.827/2009 (anexo II), é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.171,72 (um mil, cento e setenta e um reais e setenta e dois centavos), acrescido de R\$ 280,66 (duzentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) referente ao vale alimentação, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença à gestante;

V - licença adoção ou paternidade;

VI - gratificação natalina.

3.1.1 Fica assegurado aos conselheiros tutelares o direito à licença não remunerada para tratar de assuntos particulares, por prazo não superior a um ano no respectivo mandato.

§ 1º A licença prevista no caput deste artigo poderá ser concedida por prazo inferior ao máximo permitido; contudo, não poderá ser usufruída de forma fracionada.

§ 2º Os direitos, de que trata o caput, terão aplicabilidade de acordo com as disposições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Lourenço do Oeste.

3.1.2 Desejando candidatar-se a outro cargo eletivo, o Conselheiro, no exercício de seu mandato não necessita renunciar ao cargo ocupado, devendo observar as regras de desincompatibilização aplicáveis aos servidores públicos, na forma da legislação federal eleitoral.

3.2 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

3.3 Os conselheiros tutelares são detentores de cargo eletivo, não pertencente ao quadro único de pessoal do Poder Executivo Municipal, porém, terão remuneração fixada pelo Chefe do Poder Executivo, aplicando-lhes, no que couber, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

3.4 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 07h30min às 11h30min e das 13h30min

às 17h30min.

3.4.1 Plantão noturno das 17h30min às 07h30min do dia seguinte.

3.4.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

3.4.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

Parágrafo único: A atuação do Conselho Tutelar, porém, será permanente, mantendo plantão para atender os casos urgentes em qualquer dia e horário, inclusive noturno, na forma das resoluções do CMDCA e do Regimento Interno Conselho Tutelar, sendo que, as atividades desempenhadas em regime de plantão estão incluso na jornada de 40 horas semanais.

4 Do Processo de Escolha

4.1 Das Inscrições

4.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar se dará mediante a apresentação de ficha de inscrição (Anexo III) junto aos documentos exigidos neste edital, no período 27 de abril a 19 de junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC.

4.1.1.1 A ficha de inscrição deste Edital, poderá ser retirada na Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste/SC, ou impressa através de acesso ao site oficial do Município - <http://www.saoulourenco.sc.gov.br/>, em que o edital estará disponível.

4.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição, critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução Conanda nº. 170/2014, e pela Lei Municipal nº 1.827/2009:

I - idade superior a vinte e um anos;

II - reconhecida idoneidade moral (certidões dos Cartórios Judiciais das Comarcas nas quais tenha o pretendente a candidato residido nos últimos 05 (cinco) anos, que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo processo criminal ou demandar, na área cível, contra incapazes, tanto no pólo passivo quanto no ativo, excetuadas as ações nas quais requer adoção e guarda de menor, sob pena de indeferimento do pedido de registro de candidatura);

III - residir neste município há mais de 2 (dois) anos;

IV - conclusão de ensino médio;

V - estar em gozo dos direitos políticos;

VI - ter noção básica de informática;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação - categoria B no mínimo, em situação regular;

VIII - não ocupar cargo comissionado na Administração Pública Municipal;

IX - não ocupar cargo eletivo, de natureza político-partidária; e
X - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único: Não poderão se candidatar as pessoas que tiverem seus direitos políticos suspensos ou cassados, nos termos do Art. 15, da Constituição Federal, bem como os inelegíveis, nos termos do § 4º, do Art. 14, da Constituição Federal.

4.1.3 Será exigida para a comprovação dos requisitos a seguinte documentação:

I - Fotocópia do RG (autenticada);

II - Fotocópia do CPF (autenticada);

III - Certidão negativa de antecedentes criminais (conforme item 4.1.2 - II);

IV - Fotocópia do comprovante do domicílio civil (residência ou local de trabalho) em São Lourenço do Oeste - recibo de água, luz ou telefone (caso não tenha tais comprovantes em seu nome, tais recibos deverão estar acompanhados por declaração do proprietário com firma reconhecida em cartório e contrato de locação caso exista também com registro em cartório), que comprove que o

candidato reside no município há mais de 02 (dois) anos;

V - Certificado de conclusão de formação mínima no Ensino Médio (autenticado);

VI - Certidão negativa de quitação eleitoral ou fotocópia (autenticada) de votação nas últimas eleições (2014);

VII - Fotocópia de Certificado que comprove conhecimento em noções básicas de informática (autenticado);

VIII - Fotocópia Carteira Nacional de Habilitação Categoria B, no mínimo, em situação regular (autenticado);

IX - Declaração de que não ocupa cargo comissionado, conforme Anexo IV;

X - Declaração de que não ocupa cargo eletivo, de natureza político-partidária, conforme Anexo V.

XI - Comprovação de experiência que trata o item 4.1.2 - X, mediante os seguintes documentos:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente.

4.1.3.1 Na entrega dos documentos no ato da inscrição, os mesmos poderão ser autenticados pela pessoa responsável pelo recebimento das inscrições, caso o candidato tiver em mãos os documentos originais solicitados.

4.1.3.2 Na falta de qualquer documento acima, não será aceita a inscrição do candidato não sendo permitido que o receptor designado para inscrição mantenha em seu poder inscrição com documentos faltantes.

4.1.3.3 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4.1.4 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

4.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4.2 Dos impedimentos

4.2.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.2.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado (art. 140 do ECA).

§ 1º Em razão das disposições constantes do caput deste artigo, será permitido o registro das candidaturas das pessoas que possuírem o grau de parentesco mencionado, porém, em caso de restarem eleitos mais de um candidato, somente tomará posse o mais votado.

§ 2º Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

4.3 Da Publicação das Candidaturas

4.3.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 29 de junho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, bem como no site da Prefeitura Municipal para ciência pública.

4.3.2 Publicada a lista, qualquer cidadão maior de 18 anos de idade e legalmente capaz, poderá requerer a impugnação da candidatura, mediante prova da alegação, no período 30 de junho a 06 de julho de 2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal

de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC.

4.3.2.1 A impugnação da candidatura ocorrerá diante de uma das seguintes hipóteses:

I - abuso de poder econômico no processo eleitoral para escolha dos conselheiros tutelares considerando-se tal os casos previstos pela Lei Federal nº 9.504/1997;

II - a mobilização de recursos físicos ou financeiros pertencentes a organizações não governamentais, partidos políticos ou entidades religiosas em benefício de candidatura dos conselheiros tutelares;

III - a promessa de vantagem ou recompensa a qualquer eleitor a fim de motivá-lo a participar do processo, sendo vedada, inclusive, a oferta de transporte no dia em que ocorrer a eleição; e

IV - a vinculação político-partidária ou ideológica de candidatura.

4.3.3 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC.

4.3.3.1 Decorrido o prazo legal com ou sem impugnação, a Comissão Especial encaminhará os pedidos de registro ao Ministério Público para apreciação e eventual impugnação no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo a Comissão Especial, em igual prazo, por voto da maioria simples.

4.3.3.2 Das decisões relativas à impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo através do voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes na sessão.

4.3.4 O edital com a homologação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14 de agosto de 2015, Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, bem como no site da Prefeitura Municipal para ciência pública, com cópia ao Ministério Público.

4.3.5 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

4.3.6 Os prazos a que se referem às instruções deste edital são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, nunca iniciando-se em finais de semana ou feriados. Caso o prazo final recaia em finais de semana ou feriados se postergará ao primeiro dia útil subsequente.

4.4 Da Propaganda Eleitoral

4.4.1 Somente será permitida a veiculação de propaganda eleitoral dos candidatos a partir do edital de publicação da relação das candidaturas definitivas, observando-se o seguinte:

Parágrafo Único: É vedada a propaganda eleitoral nos bens públicos ou de uso comum, admitindo-se propaganda em veículos de comunicação social, e desde que observada a igualdade de condições entre os candidatos.

4.4.2 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

4.4.3 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

4.4.4 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos ou através de curriculum vitae.

4.4.4.1 Todo material impresso deverá conter o número de inscrição do CNPJ ou o CPF do responsável pela confecção (quem vai receber o pagamento), bem como de quem a contratou (quem vai pagar), e a respectiva tiragem.

4.4.5 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

4.4.6 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

4.4.6.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

4.4.6.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

4.4.6.2.1 É vedado, portanto a confecção, utilização e distribuição por candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

4.4.6.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

4.4.7 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

4.4.8 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

4.4.8.1 O transporte de eleitores no dia da eleição, ressalvados o serviço em veículos coletivos de linhas regulares e não fretados, o uso exclusivo de veículo por seu proprietário e seus familiares, o serviço normal, sem finalidade eleitoral, de veículos de aluguel e a disponibilização à Comissão Especial de veículos públicos ou particulares, que não poderão ostentar propaganda de qualquer candidato e deverão ser por aquela identificados com a indicação: "à disposição do CMDCA".

4.4.9 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

4.4.10 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Especial, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

4.4.11 O candidato envolvido será notificado das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.4.12 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

4.4.13 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

4.4.14 É vedada a vinculação política, inclusive partidária, das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

4.4.15 A desobediência às regras estabelecidas na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e no presente edital durante o período que anteceder à eleição, e na data da realização desta, implicará ao candidato pena de inelegibilidade, se apuradas antes do pleito, e em perda do mandato, se apuradas posteriormente. Parágrafo único. A caracterização da violação será apurada em procedimento judicial por provocação do Ministério Público.

4.5 Da Eleição

4.5.1 Participarão das eleições os candidatos que obtiverem a

inscrição devidamente homologada.

4.5.2 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 08h00 às 17h00. Os locais serão divulgados por edital específico até a data de 04 de setembro de 2015.

4.5.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

4.5.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto, e título de eleitor.

4.5.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

4.5.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

4.5.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

4.5.6 O eleitor votará uma única vez em somente um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

4.6 Do Voto

4.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no neste Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

4.6.1.1 Poderão votar os cidadãos com mais de 16 anos de idade inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

4.6.2 O voto é sigiloso, por urna eletrônica ou, em caso de cédula, esta será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

4.6.2.1 O eleitor deverá digitar na urna eletrônica o número do candidato ou, em caso de cédula, assinalar o nome/número do candidato escolhido.

4.6.2.2 Em caso de votação por cédula, esta será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato, de acordo com as orientações do CONANDA.

4.6.2.3 No caso de uso da Urna Eletrônica serão cumpridas todas as exigências e orientações da Justiça Eleitoral para utilização das Urnas Eletrônicas no respectivo pleito.

4.6.3 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

4.6.4 O número do candidato será definido pela Comissão Especial de acordo com a Resolução do CONANDA e do Superior Tribunal Eleitoral.

4.6.5 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

4.7 Das Mesas Receptoras

4.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Especial.

4.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, dois Mesários e um Secretário, escolhidos pela Comissão Especial.

4.7.2.1 O Primeiro Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

4.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento à Comissão Especial pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, aos Mesários

ou Secretário se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

4.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Primeiro Mesário e na sua falta ou impedimento, o Segundo Mesário ou ainda o Secretário.

4.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial.

4.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

III - Contar os votos referentes à votação;

IV - Elaborar a ata e o relatório dos votos referentes à votação.

4.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

4.7.5.1 O denunciado terá o prazo de até às 12 (doze) horas a contar do primeiro dia útil a partir do término do pleito para apresentar sua defesa junto à Comissão Especial na Secretaria Municipal de Assistência Social situada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC.

4.7.6 Não podem ser nomeados para compor a Mesa Receptora de Votos:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

4.8 Da Apuração

4.8.1 A apuração dar-se-á na Secretaria do Comitê Desportivo Municipal - CDM, anexa ao Ginásio de Esportes Adilso Rogério da Croce, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 759 - Centro deste município, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial.

4.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Especial, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

4.8.3 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares titulares.

4.8.3.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

4.8.3.2 A atuação do Conselheiro Tutelar Suplente acontecerá apenas pelo tempo de afastamento do Conselheiro Tutelar Titular com direito a remuneração pertinente ao período de atuação.

4.8.3.3 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato de mais idade.

5 Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

5.1 O resultado da eleição será publicado oficialmente no dia 05 de outubro de 2015, em edital afixado no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, bem como no site da Prefeitura Municipal, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

5.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.2.1 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

5.3 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da convocação.

5.4 Os candidatos eleitos e suplentes deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com data prevista para novembro e dezembro de 2015.

6 Disposições Finais

6.1 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

6.2 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

6.3 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital.

6.4 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

6.5 Os casos omissos quanto à eleição dos conselheiros tutelares serão regulados subsidiariamente, pelas disposições do Código Eleitoral Federal (Lei Federal nº 9.504/1997).

6.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

6.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

6.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça.

6.10 Fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

6.11 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 17 de abril de 2015.

Claita Cristina Malossi Iecker
Presidente do CMDCA

Demais membros da Comissão Especial:

Anilson Spricigo

Diego Morés Romanini

Liane Volkemer

Magda Lorenzon Lazon

Viviane do Nascimento Erbes da Maia

ANEXO I - CRONOGRAMA

Eventos	Datas
Publicação do Edital	17/04/2015
Inscrições	27/04/2015 a 19/06/2015
Análise das inscrições	22/06/2015 a 26/06/2015
Publicação da relação dos candidatos inscritos	29/06/2015
Impugnação de candidatura	30/06/2015 a 06/07/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	07/07/2015 a 08/07/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	09/07/2015 a 13/07/2015
Análise e decisão das impugnações	14/07/2015 a 20/07/2015

Interposição de recurso	21/07/2015 a 27/07/2015
Publicação final dos candidatos aptos à eleição	14/08/2015
Período de campanha eleitoral	14/08/2015 a 03/10/2015
Operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; reunião com a equipe; e solicitação de apoio a polícia).	22/04/2015 a 02/10/2015
Divulgação dos locais de votação	Até de 04/09/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	05/10/2015
Capacitação dos candidatos eleitos – titulares e suplentes	Novembro e Dezembro/2015 – a confirmar
Posse dos eleitos	10/01/2016

ANEXO II - LEI MUNICIPAL Nº 1.827 DE 25 DE SETEMBRO DE 2009**ANEXO III - FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE GESTÃO 2016/2019**

INSCRIÇÃO Nº _____

Nome do Candidato: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Estado Civil: _____

Carteira de Identidade (RG) _____ CPF: _____

Estado Civil: _____ Ocupação: _____

Telefone Residencial: _____ Celular: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____

Estuda: () Sim () Não

Terá disponibilidade de tempo para exercer a função de Conselheiro Tutelar?

() Sim () Não

Conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA? () Sim () Não

Qual sua opinião a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA?

Conhece a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?

() Sim () Não

Sabe as atribuições do Conselho Tutelar?

() Sim () Não

Tem conhecimento do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente?

() Sim () Não

O candidato entregou a seguinte documentação: (deve ser preenchido pelo responsável pela inscrição)

() Fotocópia do RG

() Fotocópia do CPF

() Certidão negativa de antecedentes criminais

() Fotocópia de comprovante de domicílio civil (residência ou local de trabalho)

() Fotocópia de Certificado de conclusão de formação mínima no Ensino Médio
() Fotocópia Certificado que comprove conhecimento em noções básicas de Informática
() Fotocópia Carteira Nacional de Habilitação Categoria B, no mínimo, em situação regular
() Certidão negativa de quitação eleitoral ou fotocópia (autenticada) de votação nas últimas Eleições
() Fotocópia do título de eleitor
() Declaração de que não ocupa cargo comissionado
() Declaração de que não ocupa cargo eletivo, de natureza político-partidária
() Declaração que comprova experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Por ser verdade, o acima exposto confirmo minha inscrição:

Assinatura: _____

São Lourenço do Oeste, SC, ____ de ____ de 2015.

Comprovante de Inscrição Realizada sob nº _____

São Lourenço do Oeste, SC, ____ de ____ de 2015.

Responsável pelo recebimento dos documentos

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO OCUPAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Eu, _____, Portador(a) do RG nº _____, Órgão Expedidor _____, CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei e para fins de Candidatar-se ao Cargo de Conselheiro Tutelar, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, e em face do que dispõe a legislação vigente, que não ocupo CARGO COMISSIONADO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Ficando ressalvado que a Comissão Especial, bem como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderão a qualquer tempo realizar diligência específica para fins de comprovação. Para clareza, firmo a presente, para que surta todos os efeitos legais.

São Lourenço do Oeste, SC, ____ de ____ de 2015.

Declarante

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO OCUPAÇÃO EM CARGO ELETIVO DE NATUREZA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Eu, _____, Portador(a) do RG nº _____, Órgão Expedidor _____, CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei e para fins de Candidatar-se ao Cargo de Conselheiro Tutelar, no município de São Lourenço do Oeste - SC, e em face do que dispõe a legislação vigente, que não ocupo CARGO ELETIVO DE NATUREZA POLÍTICO-PARTIDÁRIA. Ficando ressalvado que a Comissão Especial, bem como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderão a qualquer tempo realizar diligência específica para fins de comprovação. Para clareza, firmo a presente, para que surta todos os efeitos legais.

São Lourenço do Oeste, SC, ____ de ____ de 2015.

Declarante

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.302/2015- FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 14, COM ÁREA INICIAL DE 485,65m², SITO NA RUA MARCÍLIO DIAS, BAIRRO JARDIM PEPERI, LOTEAMENTO JARDIM PEPERI, PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE GESSEÉL BALDUINO ALVES, INSCRITO NA

DECRETO Nº 8.302/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, de parte do Lote Urbano nº 14, com área inicial de 485,65m², sito na Rua Marcílio Dias, Bairro Jardim Peperi, Loteamento Jardim Peperi, perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade Gesseél Balduino Alves, Inscrito na matrícula nº 10.413, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

LOTE 14-A: Área final: 286,65m², sendo 60,00m² não edificável e 226,65m² edificável. Linhas e confrontações: NORTE: com parte do Lote Urbano número 15, por linha seca, medindo 17,44 metros; OESTE: com parte do Lote Urbano número 10, por linha seca, medindo 13,00 metros; SUL: com Lote Urbano número 13, por linha seca, medindo 37,43 metros; LESTE: com a Rua Marcílio Dias, por linha seca, medindo 3,00 metros; Novamente ao Norte com o Lote Urbano número 14-B, por linha seca, medindo 20,00 metros; Novamente ao Leste com o Lote Urbano número 14-B, por linha seca, medindo 10,00 metros;

LOTE 14-B: Área Final: 200,00m². Linhas e confrontações: NORTE: com parte do Lote Urbano número 15, por linha seca, medindo 20,00 metros; OESTE: com parte do Lote Urbano número 14-A, por linha seca, medindo 10,00 metros; SUL: com parte do Lote Urbano número 14-A, por linha seca, medindo 20,00 metros; LESTE: com a Rua Marcílio Dias, por linha seca, medindo 10,00 metros;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 14 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.303/2015 1º FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 (UMA) ÁRVORE, DA ESPÉCIE LEGUSTRO E UMA ÁRVORE DA ESPÉCIE EXTREMOSA, LOCALIZADA NA RUA RUI BARBOSA, Nº 40, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO,

DECRETO Nº 8.303/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Legustro e uma árvore da espécie Extremosa, localizada na Rua Rui Barbosa, nº 40, Centro, neste Município, devido ao fato do Legustro estar danificando o passeio público com crescimento exagerado das raízes, e pelo fato da Extremosa estar locada onde será construída uma garagem para dois veículos.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão poderão ser substituída no local, por outro exemplar, sem ônus a municipalidade, as espécies a serem plantadas deverão ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima de 1 (um) metro, sendo sugeridas de Quaresmeira, Canela, Ipê, ou outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 15 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015-FAS

PROCESSO Nº. 07/2015-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de armários (guarda volume) para a Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de maio de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 07 de maio de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2011-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. TIAGO AUGUSTO MEURER MULLER, inscrito no CPF sob nº. 088.161.819-58, aprovado em 5º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 30 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 16 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2013

Convocação Concurso Público nº. 002/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições DENORILDA APARECIDA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 049.369.399-86, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 002/2013, para o cargo de PROFESSORA B - ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 29 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 15 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2013

Convocação Concurso Público nº. 002/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições EDINA PICCOLI CEZARIO, inscrita no CPF sob nº. 024.283.839-14, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 002/2013, para o cargo de PROFESSORA B - ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 30 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 16 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 30/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 30/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 10/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.531.725/0001-20, estabelecida na Avenida Ary Miguel da Silveira, nº 391, Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.133-531.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Tira reagente para determinação de glicemia que aceite amostra capilar, venosa, arterial e neonatal. Faixa de medição de 10 a 600mg/dl; que não reaja com po2 (oxigeno terapia) metodos de glicose desidrogenase, principio de medição por fotometria ou amperometria, tamanho máximo de amostra de 2 microlitos, calibrando para plasma, tempo de leitura entre 05 e 10 segundos; a apresentar CBPF - certificado de boas praticas de fabricação emitido pela ANVISA e registro; a embalagem das fitas deve ter identificação do produto, data de fabricação, validade e lote. A validade da tira deve ser a mesma impressa no frasco, independente da data de abertura da embalagem. Obs: a obrigatoriedade de fornecimento pela empresa vencedora, de 01 (um) monitor por paciente/ano, não implica na aquisição, pela administração de qualquer quantidade de fita reagente, não elide o compromisso da empresa de fornecer tantos monitores quanto solicitado pelas unidades contratantes, observada a quantidade máxima global estimada de 500 (quinhentos) monitores, e quando solicitado, baterias novas compatíveis com o aparelho fornecido.	55000	UNIDADE	0,50	27.500,00
02	Seringa descartavel, esteril de plastico, atoxica capacidade de 50 ui, sem espaço morto, incolor com resistencia mecanica, corpo cilindrico, escala em gravação indelevel de 0 a 50ui com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodermica acoplada no corpo da seringa fixa, de 8mm de comprimento por 0,30mm de diametro (30g 5/15) extremidade proximal de embolo com pisão de vedação em borracha atoxicam apirogenica, confeccionada em aço inoxidavel, siliconizada, nivelada, polida, cilindricam reta, oca, biseltrifacatado, afiada, com canhão translucido provida de protetor que permita a perfeita adaptação ao canhão, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asseptica fabricação nacional.	15000	UNIDADE	0,38	5.700,00
TOTAL R\$					33.200,00

Valor do contrato: R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 16/04/2015 - Vigência: 16/04/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº.31/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº.31/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 28/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 15/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de bandagem elástica bota de unha com óxido de zinco tamanho: 10,2 cm x 9,14m para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bandagem elástica de bota unha com óxido de zinco tamanho: 10,2 cm x 9,14m	08	Unid.	38,30	306,37
VALOR R\$ TOTAL					306,37

Valor do contrato: R\$ 306,37 (trezentos e seis reais e trinta e sete centavos)

Data da Assinatura: 16/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015-FMS

PROCESSO Nº. 24/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e inclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial nº.12/2015-FMS, visando a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leiam-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 08 de maio de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura das propostas: 08 de maio de 2015 às 09h.

e) Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 08 de maio de 2015 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

3.1.4 No dia 08 de maio de 2015 as 09h serão abertas as propostas comerciais, sendo encaminhadas para a Secretária de Saúde e Assistência Social, para parecer técnico, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014.

3.1.5 A etapa de lances e habilitação será marcada após parecer técnico da Secretaria de Saúde e Assistência Social, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014.

Incluem-se:

XX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

20.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado com data de validade de 1 (um) ano após o ano vigente do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado com data de validade de 1 (um) ano após o ano vigente do contrato.

Schroeder, 16 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA NO 01/2015-FMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 01/2015-FMS

Processo nº. 19/2015-FMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento para contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS:

- CLÍNICA NEUROLOGIA ICTUS SS LTDA., inscrita no CNPJ nº 19.103.672/0001-50.

Objeto: contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO
15	Consulta especializada em NEUROLOGIA	80,00

Schroeder, 16 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA NO 01/2015-FMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 01/2015-FMS

Processo nº. 19/2015-FMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento para contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS:

- HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.264.088/0001-47.

Objeto: contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO
01	Consulta especializada em OFTALMOLOGIA (incluso na consulta: fundoscopia, tonometria, acuidade visual*). * Potencial de acuidade visual a parte, se necessário.	80,00
02	Gonioscopia	80,00
03	Mapeamento de retina	65,00
04	Ceratometria	80,00

05	Retinografia colorida binocular	70,00
06	Retinografia fluorescente binocular	220,00
07	Biometria Ultrassônica (monocular)	80,00
08	Microscopia especular de córnea	150,00
09	Ultrassonografia de globo ocular / órbita (monocular)	80,00
10	Campimetria computadorizada ou manual com gráfico	45,00
11	Paquimetria ultrassônica	80,00
12	Potencial de acuidade visual (a parte da consulta, quando necessário somente este exame).	40,00
13	Tonometria (a parte da consulta, quando necessário somente este exame).	5,00
14	Fundoscopia (a parte da consulta, quando necessário somente este exame).	25,00

Schroeder, 16 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA CHAMADA PÚBLICA 01/2015-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2015 - OU
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 19/2015 Data do Processo: 18/03/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 15/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para o ato de abertura do envelope da empresa CLÍNICA NEUROLOGIA ICTUS SS LTDA., para a contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC. Foi aberto o envelope de Habilitação da empresa CLÍNICA NEUROLOGIA ICTUS SS LTDA. cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada pública é um processo que vem formalizar um ato contratual com prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento dos senhores CLÍNICA NEUROLOGIA ICTUS SS LTDA. e que diante do fato das documentações apresentada estarem respeitando as exigências do edital, resulta assim habilitada. Será procedida a homologação dos pedidos de credenciamento da empresa CLÍNICA NEUROLOGIA ICTUS SS LTDA. O resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada a empresa participante.

Schroeder, 16 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Elair José Wendt	- - Membro Suplente

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 06/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 16/04/2015		Válido até: 16/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Tira reagente para determinação de glicemia que aceite amostra capilar, venosa, arterial e neonatal. Faixa de medição de 10 a 600mg/dl, que não reaja com po2 (oxigênio terapêutico) métodos de glicose desidrogenase, princípio de medição por fotometria ou amperometria, tamanho máximo de amostra de 2 microlitros, calibrando para plasma, tempo de leitura entre 05 e 10 segundos; a apresentar CBPF - certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA e registro; a embalagem das fitas deve ter identificação do produto, data de fabricação, validade e lote. A validade da tira deve ser a mesma impressa no frasco, independente da data de abertura da embalagem. Obs: a obrigatoriedade de fornecimento pela empresa vencedora, de 01 (um) monitor por paciente/ano, não implica na aquisição, pela administração de qualquer quantidade de tira reagente, não afete o compromisso da empresa de fornecer tantos monitores quanto solicitado pelas unidades contratantes, observada a quantidade máxima global estimada de 500 (quinhentos) monitores, e quando solicitado, baterias novas compatíveis com o aparelho fornecido.	UN	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)	ROCHE	0	0,5000	1
---	--	----	---	-------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 16/04/2015		Válido até: 16/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Seringa descartável, esteril de plástico, atóxica capacidade de 50 ui, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelevel de 0 a 50ui com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa fixa, de 8mm de comprimento por 0,30mm de diâmetro (30g 5/15) extremidade proximal de embolo com pino de vedação em borracha aloxcarim apirogenica, confeccionada em aço inoxidável, silicizada, nivelada, polida, cilíndrica reta, oca, bisultracada, afiada, com canhão translúcido provido de protetor que permita a perfeita adaptação ao canhão, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura aséptica fabricação nacional.	UN	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)	BD	0	0,3800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 16/04/2015		Válido até: 16/04/2016	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015
PROCESSO Nº 10/2015

(7471) - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

Schroeder, 16 de Abril de 2015.

ATA TOMADA DE PREÇOS 03/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2015 Data do Processo: 26/03/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 48/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de escritório e refeitório, para ampliação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, localizada a Rua Marechal Castelo Branco - Fundos da Prefeitura, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma área a construir 137,75 m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Jornal de Circulação Regional 'O Correio do Povo' e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 16 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Elbir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

DISPENSA 15/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 15/2015 - DL****Processo Nr.: 28/2015
Data: 16/04/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANCA, 3220
Cidade: Rio do Sul - SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02

Código: 6517

Inscrição Estadual: 253.148.995

Objeto da Compra: Aquisição de bandagem elástica bota de unha com óxido de zinco tamanho: 10,2 cm x 9,14m para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	8,00	bandagem elástica bota de unha com óxido de zinco tamanho: 10,2 cm x 9,14m	UN	38,30	306,40

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

FICOU DETERMINADO ATRAVÉS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA/PROC, AUTOS Nº 0900232-75.2014.8.24.0026 QUE O MUNICÍPIO DE SCHROEDER FORNEÇA COM URGÊNCIA EM FAVOS DE UMA PACIENTE IDOSA.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 16 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 15/2015 - DL**

Processo Nr.: 28/2015
Data: 16/04/2015

Folha: 2/2

16/04/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 306,40 (trezentos e seis reais e quarenta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta**PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - FMS
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Contratação de empresas especializadas na Prestação de Serviços de Plantão Médico Hospitalar 24 horas, para atendimentos de urgência e emergência e consultas médicas e cirurgias eletivas, objetivando oferecer sempre o melhor atendimento aos munícipes Serraltenses que necessitam de tratamento especializado, procurando atender de forma ágil a demanda oriunda da Unidade de Saúde Municipal.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 04 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 04 de maio de 2015.
O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 17 de abril de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de MATERIAIS DE USO AMBULATORIAL para uso no Pronto Atendimento e na Manutenção dos Serviços prestados na Unidade de Saúde Municipal aos munícipes Serraltenses.
Entrega dos Envelopes será: 08:30 horas do dia 06 de Maio de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de Maio de 2015.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 17 de Abril de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Siderópolis**PREFEITURA****01 2015 CHAMAMENTO AGRICULTURA FAMILIAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
ATO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

O Município de Siderópolis, através da Prefeitura Municipal, torna público que está realizando o CHAMAMENTO PÚBLICO, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação nos termos da Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, Resolução nº 25, de 04/07/2012 e Lei 8.666/93 em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 30/04/2015, às 10:00 horas. Informamos que o

Edital de Chamamento encontra-se disponível na Sede da Municipalidade a partir da data desta publicação no horário de atendimento da Prefeitura Municipal. Maiores informações poderão ser sanadas através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou telefone (48) 3435 3188.

Siderópolis, 16 de abril de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 062/2015

DECRETO Nº 062, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto, crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

12.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.034 - Gestão dos Serviços Administrativos do Samae
3.3.90.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 20.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 063/2015

DECRETO Nº 063, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar no valor de R\$ 72.153,30 (setenta e dois mil, cento e cinquenta e três reais e trinta centavos). na seguintes dotação orçamentária:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA
1.009 - Reforma e Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.3028 - Aplicações Diretas
R\$ 72.153,30

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 28 (pró-infância).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI Nº. 2210/2015

LEI Nº 2210 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1076, DE 13 DE MAIO DE 1996, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º a Lei nº 1076, de 13 de maio de 1996, que "Dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Sombrio, passa a vigor com as seguintes alterações:

I - O ARTIGO 2º, CAPÍTULO II - DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"Art. 2º- O Conselho Tutelar será composto de cinco Membros efetivos, eleitos para mandatos de quatro anos, permitida uma reeleição."

II - O ARTIGO 7º, CAPÍTULO III - DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"Art.7º - Os Conselheiros serão escolhidos pela população local, a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 1º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 2º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 14 de abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 026-2015**

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 026/2015 no com o CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA - CNPJ: 09.427.503/0001-12, no valor de R\$ 313,33 mensais, para Prestação de Serviços de Tecnologias da informação no âmbito do Programa de Gestão Tributária, durante o exercício de 2015.

TIGRINHOS/SC, em 16 de Abril de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbó**PREFEITURA****ATA CONVOCAÇÃO ENVELOPE PROPOSTA -
CONCORRÊNCIA N.º 171 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA Nº 171/2014 - PMT

Às dezesseis horas e trinta minutos do décimo sexto dia do mês de abril de dois mil e quinze, no Setor de Licitações da PREFEITURA DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações (designada pela Portaria 1451/2015, alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório - Concorrência nº 171/2014 - PMT (objeto: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para implantação do anel viário Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª Etapa, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-transporte do Ministério das Cidades, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, conforme autorizado pelo Ministro das Cidades através da Portaria nº 111, de 05 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União), apresenta a seguinte manifestação:

Tendo em vista a decisão acerca dos recursos administrativos interpostos pelas empresas Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda. e Engeplan Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda., exarada pelo Secretário de Obras e Serviços Urbanos e de conformidade com os itens 9.1.1, 9.1.3 e 9.2 do Edital, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 - Proposta de Preços das empresas habilitadas se realizará no dia 20 de abril às 08h15min na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Presidente encerra a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada juntamente com os demais membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ATA DECISÃO RECURSOS CONCORRÊNCIA N.º 171 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - CONCORRÊNCIA 171/2014 - PMT

Às quatorze horas do décimo sexto dia do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações (designada pela Portaria 1451/2015, alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, tendo em vista o recebimento dos pareceres técnico e jurídico acerca dos recursos administrativos e contrarrazões interpostos neste certame, passamos a seguinte manifestação:

Primeiramente, importante destacar que, a análise dos documentos da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA está prejudicada face a desistência de participação do certame. O envelope de proposta da empresa fica disponível para retirada junto ao Setor de Licitação.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil Sr. Moacyr Cristofolini Junior se conclui que as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA e ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, cumpriram as exigências editalícias.

O parecer jurídico opinou pela improcedência dos recursos e manutenção da decisão da Comissão de Licitação.

Nesse sentido, tendo em vista o parecer técnico e parecer jurídico e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitações CONHECE dos recursos administrativos interpostos pelas empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, para no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo na íntegra a decisão de habilitação das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA e ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA no certame licitatório.

Encaminhe os autos ao Secretário de Obras e Serviços Urbanos, nos termos dos itens 17.6 e 18.11 do Edital e §4º do art. 109 da Lei 8.666/93, para julgamento em última instância administrativa,

Nada mais havendo a Presidente encerra a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada juntamente com os demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 042 DE 15 DE ABRIL DE 2015

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 042 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "MARCO FERRARI", situado no lado ímpar da rua Belém, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 70,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua São Paulo, com a área de 546,13m2 (Quinhentos e quarenta e seis metros e treze décimos quadrados), processo D-006/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente MARCO FERRARI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 2.578, datado de 14 de abril de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 25.015, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.002.0084.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote e uma área remanescente, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 92,11m2 (Noventa e dois metros e onze décimos quadrados), situado nos fundos do lado ímpar da rua Belém, distando pelo ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, em segmentos de 2,92 metros e em 23,01 metros até o lado ímpar da rua Belém, que deste dista 85,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua São Paulo; estremando na frente em 13,22 metros com terras de Tupy Moser, Raquel Jaqueline Moser e Kelly Chrystine Moser, matrícula nº 2.179, livro 2; fundos estrema em 12,41 metros com terras de Giovanni Frontino de Aguiar Geremias, matrícula nº 11.257, livro 2; lado direito estrema em 7,41 metros, sendo em 1,66 metros com terras de Carrocerias Linshalm Ltda, transcrição nº 5.466, folha 115, livro 3-C e em 5,75 metros com terras de Libera Zanella, matrícula nº 7.570, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 7,05 metros com a área remanescente. Este lote deverá ser anexado ao imóvel confrontante sob matrícula nº 11.257, livro 2 de propriedade de Giovanni Frontino de Aguiar Geremias;

Área Remanescente - com área de 454,02m2 (Quatrocentos e cinquenta e quatro metros e dois décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua Belém, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 70,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua São Paulo; estremando na frente em 15,00 metros com lado ímpar da rua Belém; fundos estrema em 17,15 metros, sendo em 11,15 metros com terras de Giovanni Frontino de Aguiar Geremias, matrícula nº 11.257, livro 2 e em 6,00 metros com terras de Amarilde Cristine Dalpiaz, matrícula nº 23.562, livro 2; lado direito estrema em 23,01 metros e em 2,92 metros com terras de Tupy Moser, Raquel Jaqueline Moser e Kelly Chrystine Moser, matrícula nº 2.179, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 28,89 metros com terras de Valdemar Dallarosa,
Continuação da Certidão n.º 042/2015, fls. 02.

matrícula nº 4.034, livro 2. Edificado com uma casa residencial de alvenaria, um pavimento, com área de 163,35m2, sob nº 487, mais um anexo residencial de alvenaria, um pavimento, com área de 22,75m2;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013,

dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 15 de abril de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO - CONCORRÊNCIA N.º 1712014

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

LICITAÇÃO Nº 171/2014

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para implantação do anel viário Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª Etapa, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-transporte do Ministério das Cidades, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, conforme autorizado pelo Ministro das Cidades através da Portaria nº 111, de 05 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União.

RECORRENTES: ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

RECORRIDO: Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Timbó

CONTRARRAZÕES: ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA e PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

De acordo com o § 4º do art. 109 da Lei 8.666/1993 e na forma dos itens 17.6 e 18.11 do Edital, considerando a análise da Comissão de Licitação, o parecer técnico do Setor de Engenharia e parecer jurídico, RATIFICO a decisão proferida pela Comissão de Licitação e NEGO PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos pelas empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, mantendo HABILITADAS no certame as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA e ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

Homologo a desistência requerida pela Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda.

Desta forma, sejam os autos encaminhados à Comissão de Licitação para continuidade do feito.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 16 de abril de 2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

LEI Nº 2775, DE 17 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 2775, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Suplementar de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2015, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2747 de 09/12/2014):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.18300	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	300.000,00

	TOTAL	300.000,00
08.02.026.451.0052.1067.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1067.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1067.	PONTES E OBRAS DE ARTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13400	CONVENIO DA UNIÃO	560.000,00
	TOTAL	560.000,00
	RESUMO TOTAL	860.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no valor de até R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2747 de 09/12/2014):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

08.02.015.451.0052.1071.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.015.451.0052.1071.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.015.451.0052.1071.	ESPAÇOS PÚBLICOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.18300	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	300.000,00
0.13400	CONVENIO DA UNIÃO	560.000,00
	TOTAL	860.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2776, DE 17 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 2776, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Altera a Lei nº 709, de 29 de maio de 1978.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 709, de 29 de maio de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

SIGLA NOVA	TRECHO	EXTENSÃO (KM)	SIGLA ANTIGA
.....
TBO-449	Mulda Central/Heinig	1,00	RM-25
.....

Nº DE ORDEM	NOME TRADICIONAL	TRECHO DA RODOVIA MUNICIPAL	EXTENSÃO (KM)	SIGLA
....
27	Tifa Heinig	Da Estrada Geral da Mulda Central, a direita até o fim (antes da Tifa Schubert)	1,00	TBO 449
...

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

SEGUNDA ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 29 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2015 PMT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 29/2015, objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de comunicação multimídia, para implantação de serviço dedicado de conectividade à internet, e de interligação das unidades administrativas do município de Timbó, atendendo as necessidades da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, da Secretaria de Educação, e do SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Timbó/SC constou informação equivocada na página 01, onde lê-se:

“O Início da Sessão Pública e a abertura dos envelopes de propostas ocorrerão:

Data: 24/04/2015”

leia-se:

“O Início da Sessão Pública e a abertura dos envelopes de propostas ocorrerão:

Data: 28/04/2015”

TIMBÓ/SC, 16/04/2015
ROSE MERY DALCANALE
Central de Licitações

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 8/2015

Portaria Nº 8/2015

Designa pregoeiro e integrantes da equipe de apoio para conduzir as licitações na modalidade Pregão da Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições previstas no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520/2002, resolve:

Art. 1º Designar o servidor Ailton Bertoldi, investido no cargo efetivo de agente administrativo, para exercer as funções de pregoeiro. Parágrafo único. As atribuições do pregoeiro incluem:

I - o credenciamento dos interessados;

II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

V - a adjudicação da proposta de menor preço;

VI - a elaboração de ata;

VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e

IX - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 2º Designar os servidores Everton Bica Pedrozo, Ana Paula Manfrini e Ruben Parno para integrar a Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

Art. 3º A designação dos servidores efetuada por este ato é pelo período de um ano.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor dia 1º de abril de 2015.

Timbó, 15 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 31/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 31/2015 - Edital Pregão nº. 27/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 04 de maio de 2015, Propostas para "Registro de Preço de Materiais de Artesanato", destinados as Escolas Municipais, CMEI's, CRAS, CAPS, Melhor Idade e demais órgãos da Prefeitura Municipal.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 13 de abril de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 32/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 30/04/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

DECRETO 1999

DECRETO Nº 1.999.2015 de 16/04/2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS REALIZADA PELA EMPRESA TSC e COHAB DE SANTA CATARINA.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Treze Tílias/SC:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de acompanhamento de Regularização Fundiária no Município de Treze Tílias, conforme segue:

Ademar Gaedke - Secretaria de Assistência Social

Clarissa Anrain - Secretaria de Obras / Diretora de Planejamento

Karine Kandler - Secretaria de Administração / Diretora Org. e de Gestão

Rafael Hensel - Chefe de Gabinete

Soraya Ap. Boesing Juchem - Secretária de Assistência Social

Valéria Rosa Perondi Weschenfelder - Cartório de Serviços Registros e Notariais

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias aos 16 de abril de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o Presente Decreto no Diário Municipal dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e fazenda

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 16/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 16/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 16/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 29 de abril de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00h às 13:00 h, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 15 de abril de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 49/2015 DESERTA

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 1663/2014, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015, referente ao Processo administrativo 49/2015, cujo objeto é aquisição de PEÇAS GENUÍNAS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO TRATOR DE ESTEIRAS D51EX B11754, DO DMER. Ressalta-se que a data de abertura do dia 15 de ABRIL de 2015, as 10h30MIN não houve nenhum interessado para o certame em questão, motivo pelo qual o Presidente declara como LICITAÇÃO DESERTA.

Turvo**PREFEITURA****DECRETO 17/2015**

DECRETO Nº 017/15, de 16 de Abril de 2015.
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 20 de Abril de 2015 (segunda-feira).

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de Abril de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga**PREFEITURA****AVISO TP 13/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ
AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015/PMU

Objeto: material e serviços para revitalização da Praça Anita Garibaldi, no Centro Histórico de Urussanga/SC. TC nº 799269/2013/ MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA. PROCESSO Nº 2624.1013335-18/2013. Recebimento dos envelopes: até 14h do dia 04/05/2015, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 14h do dia 04/05/2015. Edital: estará a disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser retirado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência ou ainda solicitado pelo e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

EXTRATO CONTRATO 149/2015 150/2015 151/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ
Extrato do Contrato: 149/2015
Processo de Licitação: 23/2015/PMU
Data de Assinatura: 16/04/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DISTRIMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP
CNPJ: 03.317.788/0001-52
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico.
Valor Global: R\$ 9.784,79

Extrato do Contrato: 150/2015
Processo de Licitação: 23/2015/PMU
Data de Assinatura: 16/04/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ARMANDO LUCCA EPP
CNPJ: 10.428.739/0001-52
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico.
Valor Global: R\$ 259,00

Extrato do Contrato: 151/2015
Processo de Licitação: 23/2015/PMU
Data de Assinatura: 16/04/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP
CNPJ: 07.387.777/0001-08
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico.
Valor Global: R\$ 6.337,30

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 04 de maio de 2015 às 08h40min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de materiais e instrumentais odontológicos para uso no Posto de Saúde do Município de Vargeão; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 27/2015 - Fundo Municipal de Saúde.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 16 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.026/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 026/2015, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Regulamenta, no âmbito da Administração Municipal de Vargem Bonita - SC, o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e nos termos do disposto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Vargem Bonita - SC, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; e

IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art. 2º - Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 3º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade concorrência ou pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de

padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços e;

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 2º - O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório.

§ 3º - Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados; encaminhando posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4º - O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não

poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

Parágrafo Único - Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 5º - A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo Único - No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º - Na hipótese do primeiro colocado da licitação não ofertar quantitativo suficiente para atender à quantidade total estimada pela Administração, poderão ser registrados, por seus respectivos preços, tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, observando-se o seguinte:

I - os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

III - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Art. 7º - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º - O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - o prazo de validade do registro de preço;

VI - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

VIII - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

Parágrafo Único - O edital poderá admitir, como critério de classificação das propostas, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

Art. 9º - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

§ 1º - A ata de registro de preços consignará as seguintes informações:

I - qualificação do particular signatário da ata, que assume a obrigação perante a Administração;

II - indicação do objeto que está sendo licitado;

III - condições para a execução do objeto;

IV - preço por unidade oferecido na licitação;

V - prazo de validade da ata, correspondente ao já fixado no edital;

VI - procedimento para formalização dos futuros contratos decorrentes da ata.

§ 2º - A minuta da ata de registro de preços deve ser, antes de assinada, aprovada pela assessoria jurídica.

§ 3º - O extrato da ata de registro de preços será publicado na imprensa oficial do Município a cada três meses.

Art. 10 - A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º - Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar o licitante fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, hipótese em que o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da

elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

II - reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada.

§ 4º - As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

Art. 12 - O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma do artigo anterior, que está impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão;

Parágrafo Único - Ocorrendo a hipótese desse artigo, se a solicitação for efetuada antes da requisição de compra pela Administração, ficará o fornecedor exonerado da aplicação de penalidade.

Art. 13 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

Art. 14 - Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 15 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de Abril de 2015.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 17/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.909/15

DECRETO Nº 11.909/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
Nomeia Assessor para Atividades Pedagógicas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DERISNEI MENDES REIS, para exercer o cargo comissionado de Assessor para Atividades Pedagógicas, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.922/15

DECRETO Nº 11.922/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.
Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5778/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, JOÃO LUIZ MEZAROBBA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, admitido pela Portaria nº 1880/02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2015.

Videira, 10 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretária de Administração

DECRETO Nº 11.923/15

DECRETO Nº 11.923/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.
Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações, bem como no Processo Administrativo nº 5717/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 08 de abril de 2015, TATIANE DE-NARDI DA SILVA, Assessor Executivo, símbolo DAS-7, com exercício na Fundação Municipal de Esportes, admitida pela Portaria nº 0532/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2015.

Videira, 13 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.924/15

DECRETO Nº 11.924/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.056 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicações Diretas 35.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 35.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.925/15

DECRETO Nº 11.925/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5764/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MIRIANE DA SILVA SERAFINI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 11.684/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2015.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretária de Administração

DECRETO Nº 11.926/15

DECRETO Nº 11.926/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.708/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 5945/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11708/15, que nomeou MIRTES ASSUNTA BONETTI, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.927/15

DECRETO Nº 11.927/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRYSTIAN CORREIA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.928/15

DECRETO Nº 11.928/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Operador de Motoniveladora

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCELO DONISETE MACHADO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.929/15

DECRETO Nº 11.929/15, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Operador de Motoniveladora

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANO MORAIS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0060/15

Extrato do Contrato n. 0060/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVERLEI ALVES FERREIRA

CPF: 846.230.399-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2015 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 71/2015

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO PROJETO "SARAUS BRASILEIROS", PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: UNNICA AUDIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 15 de Abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0285/15

PORTARIA nº 0285/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5975/2015;

RESOLVE

Declarar estável a servidora FERNANDA MATTOS CENCI, Psicóloga, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2015.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0286/15

PORTARIA nº 0286/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5974/5015,

RESOLVE

Declarar estável a servidora CARLA SANTIN MANENTI, Profissional de Educação Física - Terceira Idade, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 26 de janeiro de 2015.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0287/15

PORTARIA nº 0287/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5973/2015;

RESOLVE

Declarar estável a servidora REJANE ZONTA, Técnica de Enfermagem, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2015.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0288/15

PORTARIA nº 0288/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5972/2015;

RESOLVE

Declarar estável a servidora GRACEMARY MEDEIROS, Analista de Nível Superior, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0289/15

PORTARIA nº 0289/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5971/2015;

RESOLVE

Declarar estável a servidora ROSANA DE FÁTIMA SOMENSI LOCATELLI, Assistente Social, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2015.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0290/15

PORTARIA nº 0290/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5297/2015 e 5811/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora SALETE GIULIANI, Professora, de 04 de maio de 2015 até 04 de agosto de 2015, referente ao quinquênio de 21 de fevereiro de 2010 até 20 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0291/15

PORTARIA nº 0291/15

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2021/2015,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a MICHELE PATRÍCIA ANDREIS DA MOTTA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 03 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de maio de 2015.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0292/15

PORTARIA nº 0292/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Secretário de Administração, datada de 06/04/15,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de abril de 2015 até 30 de abril de 2015, o gozo de férias da servidora MARCIA REGINA VANZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2014 até 06 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0293/15

PORTARIA nº 0293/15

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ARNALDO POSANSKE, VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS, VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, VOLNEI GRANETTO, RAQUEL BRUSCHI, NADIR BIZZOTTO e MAIZE CARLA CARLESSO DAICÃO para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia contratados pela Administração Municipal.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0136/2014.

Videira, 13 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0294/15

PORTARIA nº 0294/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5704/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Vinho - SICOOB, em parceria com a Polícia Militar de Videira, Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, Cooperativa Agropecuária Videirense - COOPERVIL, no dia 25 de abril de 2015, das 13h30min às 17h00min, a fim de realizar a Campanha do Agasalho 2015.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou

similares que possam danificar a o local;
c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
f. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TP Nº 06/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015 -PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da proposta da única empresa participante do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA TEREZINHA SCOPEL E PARTE DA RUA JOÃO N. ANTUNES, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE Nº 1007994-91-0/0, restando vencedora a empresa Rodrigues e da Silva Ltda - ME com o valor de R\$ 256.093,75 (duzentos e cinquenta e seis mil e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) por apresentar preço compatível. A representante legal da única empresa participante declara a desistência do prazo recursal.

Videira, 16 de Abril de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

RESULTADO DO JULGAMENTO DA TP Nº 02/2015-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014 - FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA UTILIZAÇÃO DO CRAS, COM ÁREA DE 29,78 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME

PROJETO BÁSICO. restando vencedora a empresa Palazzo Construtora Ltda com o valor de RS 39.211,05 (trinta e nove mil duzentos e onze reais e cinco centavos). O representante legal da única empresa participante declarou a desistência do prazo recursal.

Videira, 16 de Abril de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 04/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS IVO LANG, ARARAS E PARTE DAERNESTO FANTIN, OTTO A. MULHLBRANDT, FINAL DA RUA PREFEITO CÉSAR AUGUSTO FILHO E FINAL DA RUA SERGIPE E DA RUA PARÁ. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando vencedora a empresa Rodrigues e da Silva Ltda - ME nos itens 01, 02 e 03 e a empresa Concretos Farroupilha Ltda - EPP vencedora no item 04 por apresentarem o menores preços. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 16 de Abril de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 010/2015

PORTARIA Nº 010/2015
Exonera ARIANE MICHELE MOSQUEIRA SOUTO BULOW do Cargo de Provimento Efetivo de Contador.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, ARIANE MICHELE MOSQUEIRA SOUTO BULOW do cargo de provimento efetivo de Contador, nível alfabético CE-4, código 004, com carga horária semanal de 10 (dez) horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 17 de abril de 2015.
CHRISTIANE ZIMMER
Presidente

JACSON DARCI LOCATELLI
Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1º Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 16 de Abril de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 9/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 16/04/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de SERVIÇOS DE ELETRECISTA PARA MANUTENÇÃO DE PREDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

11200.3 - LORIVAL FELICIANO 00342755927						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	Horas	SERVICO DE ELETRECISTA		700,00	20,00	14.000,00
00002	Km	DESLOCAMENTO		500,00	1,00	500,00
Total do Fornecedor: 14.500,00 (QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS)						
Total da Licitação: 14.500,00 (QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 9/2015 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A realização dos serviços será nos prédios da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles e será de acordo com pedido das Secretarias, sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida,

com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 16 de Abril de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

LORIVAL FELICIANO 00342755927

LORIVAL FELICIANO
Contratada

DECRETO Nº 014/2015

DECRETO Nº 014/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE AIRES MAIBERG

LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação do Imóvel de propriedade de AIRES MAIBERG com a seguinte Matrícula:

- Matriculado no livro 2-RG, sob o nº 5.798 de 27 de julho de 2010

de 25/09/2014, sendo avaliação de uma parte ideal de contendo a área de 2.373,70 m² (dois mil trezentos e setenta e três metros e setenta centímetros quadrados).

ODIRLEI GEREMIAS - Presidente

SANDRO LUNELLI - Secretário

MÁRCIO JOSE PAVANELLO - Advogado/OAB/SC 16.137

BRENO VILHALBA PAMPLONA - Eng. Civil/CREA-SC 132234-3

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 16 de abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

EDITAL INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

Homologa inscrições no Processo Seletivo nº 003/2015 de 02/04/2015, para Contratação de Servidores em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Senhor LOURIVAL LUNELLI, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de Processo Seletivo para Contratação de Servidores em Caráter Temporário nº 003/2015, homologa as inscrições dos candidatos:

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME
001	Iria Wilhelm

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 16 de abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2015

PORTARIANº 074/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TATIANE VELHO MOREIRA

Cargo: MÉDICO DA ESF - ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 112/2014, de 05 de junho de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 15 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos

a partir de 15 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 075/2015

PORTARIANº 075/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no CEI Chapeuzinho Vermelho, com o pré-escolar I, no período matutino, a partir do dia 17 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/2014

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 003/2014 - FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME.

Pelo presente termo, de um lado o Município de Vitor Meireles/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LOURIVAL LUNELLI, e de outro lado à empresa JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.678.299/0001-17 representada pelo Sr. JAIRO FERNANDES,

CONSIDERANDO alterações necessárias à execução da obra conforme permite a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, em seu Artigo nº 65, Inciso I, Alínea "a";

Resolvem entre si e na melhor forma de direito, firmar o presente Termo Aditivo, objetivando regularizar as Supressões e os Acréscimos qualitativos, relativos ao Contrato nº 003/2014 - FMS, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DAS SUPRESSÕES

Fica suprimido da Planilha Orçamentária e da execução os seguintes itens abaixo:

Item	Descrição	Um	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
8.5	Poste externo				
8.5.1	Poste de aço galvanizado cônico H=7,0m, para fixação de 3 luminárias (fornecimento e instalação) conforme projeto.	un	1,00	R\$ 882,14	R\$ 882,14
9.2	Reaproveitamento de águas pluviais				
9.2.6	Reservatório cilíndrico de polietileno de alta densidade - 3.000l (inclui acessórios)	un	1,00	R\$ 1.390,75	R\$ 1.390,75
9.2.7	Conjunto para cisterna (Filtro volumétrico modelo VF1, freio d'água, flutuante de sucção) fornecimento e instalação	un	1,00	R\$ 1.499,15	R\$ 1.499,15
10	PREPAÇÃO PARA SISTEMA DE AR SPLIT				
10.2	Tubulação Frigorífica (da unidade condensadora até a unidade evaporadora)	m	52,00	R\$ 45,67	R\$ 2.374,84
12.5	Porta de madeira compensada lisa para pintura, 1,20x2,10m, correr, incluso aduela 1a, alizar 1a, trilho e fechadura - completa (01 unidade)	m2	2,52	R\$ 527,22	R\$ 1.328,59
12.9	Portão de ferro com tudo de 1/2" (1,25x2,10) conf. Projeto	m2	2,63	R\$ 134,05	R\$ 352,55
13	COMPLEMENTAÇÕES				
13.3	Aquisição e plantio de grama	m2	20,72	R\$ 10,37	R\$ 214,87
13.4	Banco de concreto curvo em concreto armado				
13.4.1	Concreto Usinado (fornecimento, lançamento, adensamento e bombeado) FCK=25MPA	m3	0,70	R\$ 353,13	R\$ 247,19
13.4.2	Forma de madeira para concreto em fundação	M2	6,00	R\$ 18,45	R\$ 110,70
13.4.3	Armadura CA-50 fornecimento corta dobra e colocação	Kg	4,00	R\$ 6,60	R\$ 26,40
13.4.4	Armadura CA-60 fornecimento corta dobra e colocação	Kg	14,00	R\$ 7,03	R\$ 98,42

13.4.5	Tela soldada 15x15 3,4mm	Kg	6,00	R\$ 14,57	R\$ 87,42
14	PINTURA				
14.1	Pintura Epox (sala de vacina)	m2	19,60	R\$ 9,00	R\$ 176,40
	TOTAL				R\$ 8.789,12

Cláusula Segunda: DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido à Planilha Orçamentária e da execução os seguintes itens abaixo:

Item	Descrição	Um	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1.0	Poste de aço galvanizado reto altura 7,0m, para fixação com 3 luminárias (fornecimento e instalação)	Un	1,00	R\$ 882,14	R\$ 882,14
2.0	Muchetas e caixas de passagem de energia	Vb	1,00	R\$ 1.390,75	R\$ 1.390,75
3.0	Muro em alvenaria 8 x 2,10	m2	16,00	R\$ 63,63	R\$ 957,28
4.0	Cerca – guarda corpo	m2	8,42	R\$ 100,00	R\$ 842,00
5.0	Pintura Epox	m2	50,00	R\$ 9,00	R\$ 450,00
6.0	Portão de Alumínio (1,25x2,10)	m2	2,63	R\$ 134,05	R\$ 352,55
7.0	Colocação de Pedra de Jardim com lona plástica	m2	100,00	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
8.0	Bancos de PVC maciço 2m	Un	2,00	R\$ 461,95	R\$ 923,90
9.0	Execução da Laje no Hal de entrada	m2	16,00	R\$ 577,09	R\$ 1.154,18
	TOTAL				R\$ 7.952,80

Cláusula Terceira - DO VALOR

Considerando as supressões e acréscimos descritos na cláusula anterior, fica estabelecida uma redução no valor de R\$ 836,32 (oitocentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), a ser deduzido do valor geral licitado.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vitor Meireles (SC), 16 de Abril de 2015.

JAIRO FERNANDES JFF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME Contratado	LOURIVAL LUNELLI PREFEITO MUNICIPAL Contratante
--	---

Testemunhas:

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 008/2015

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 008/2015

MUNICIPIO DE XAXIM-SC

AVISO DE CREDENCIAMENTO

O Município de Xaxim-SC através de seu Prefeito comunica que estará realizando credenciamento sob o n. 008/2015, com protocolo dos documentos a partir desta data ficando aberto até 31 de dezembro de 2015. A presente chamada Pública tem por objeto credenciar prestadores de serviços para Lavagem dos Veículos da Frota Municipal, compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8200.

Xaxim - SC, 16 de abril de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decreto 163

DECRETO Nº. 163/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal INELI ATUATTI SILVEIRA, no cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 5833, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 16 de abril de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 15 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do município

Decreto 164

DECRETO Nº. 164/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria por invalidez e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 609.992.673-2.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria por invalidez, a partir da presente data, o servidor municipal CLEONOR GLANERT, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE DIREÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL, portador da matrícula 4583 com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 165

DECRETO Nº. 165/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria por invalidez e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 609.967.458-5.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria por invalidez, a partir da presente data, a servidora municipal DELCI MARIA RAMPAZZO, ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIA DE ESCOLA, portadora da matrícula 2923, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 167

DECRETO Nº 167/2015

NOMEIA OS MEMBROS DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL, e dá outras providências.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº 158/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Fórum Permanente de Educação do Município de Xaxim:

I - Secretaria Municipal de Educação:

Membro Titular: Paulo Roberto da Silva;

Membro Suplente: Alessandra Sorgatto Lorenzetti

II - Escola Especial Marlene Stieven - APAE

Membro Titular: Gilvane Toaldo Giachini

Membro Suplente: Noeli Martello

III - Casa da Cultura

Membro Titular: Daniela da Silva

Membro Suplente: Anderson Amaral

IV - Casa Familiar Rural

Membro Titular: Luiz Paulo Monteiro

Membro Suplente: Gibrair Xavier Simões

V - Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJAX

Membro Titular: Michele Cristina Moreira Imbes

Membro Suplente: Flavio dos Santos

VI - Centros de Educação Infantil Municipais - CEIMs

Membro Titular: Maria Luiz Granella

Membro Suplente: Carmem Maróstica

VII - Conselho Tutelar

Membro Titular: Camila Venturi

Membro Suplente: Silmara Dal Magro

VIII - E.B.M. Cecília Meireles

Membro Titular: Roseli Rossi Saquet

Membro Suplente: Marta Maria Salvadego Tedesco

IX - E.B.M. Dom Bosco

Membro Titular: Rosemeri Maria Arisi

Membro Suplente: Regina Galli

X - E.B.M. Dr. Ari Moacir Lunardi

Membro Titular: Jaci Kaffer Winderfeld

Membro Suplente: Fernanda Leites

XI - E.B.M. Santa Terezinha

Membro Titular: Marisa Bressan

Membro Suplente: Rodrigo Lêmes

XII - E.E.B. Prof. Custódio de Campos

Membro Titular: Sandra Baptista

Membro Suplente: Dinaura Reginatto

XIII - E.E.B. Luiz Lunardi

Membro Titular: Marcos Ribeiro

Membro Suplente: Daniela Fante Fernandes

XIV - E.E.B. Gomes Carneiro

Membro Titular: Moacir Nalin

Membro Suplente: Silvana Pereira

XV- E.E.B. Neusa Massolini
Membro Titular: Adriana Rosin
Membro Suplente: Celso Soccol

XVI - E.M Profª. DirceSaletteDall´Agnol
Membro Titular: Marcelo Luiz Volpatto
Membro Suplente: Eliane Alves Pereira

XVII - E.B.M. Cecília Meireles - Extensão
Membro Titular: Dulci Varnier
Membro Suplente: EnedirVergíniaZancanaro Orço

XVIII - E.B.M. Dom Bosco - Extensão
Membro Titular: Marcos Acácio Brisola
Membro Suplente: Ester Provensi
XIX - E.B.M. Dr. Ari Moacir Lunardi - Extensão
Membro Titular: Lenita Maria Foppa Mariani
Membro Suplente: Marli Maróstica

XX- E.M. Dirce Salete Dall´Agnol - Extensão
Membro Titular: Andressa VidalisSalvi
Membro Suplente: Tania Marisa PompermaierCunico

XXI - Representantes do Movimento das Mulheres Camponesas
Membro Titular: Neiva Maria Baccarin
Membro Suplente: Alessandra Geni Feltrin

XXII - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores doServiço Público -SITESPM
Membro Titular: Valdir Skrzypczak
Membro Suplente: Sonia Baccarin

XXIII - Representantes de Pais
Membro Titular: Rovair Dalla Riva
Membro Suplente: Claudio Zanetti

XXIV - Representantes de Alunos
Membro Titular: Angela Cristina Lauchzer
Membro Suplente: Rafael Chitolina

Art. 2º. Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 3º. A função dar-se-á de forma não remunerada.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 15 de abril de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

GildomarMichelon
Secretário de Educação

Associações

AMMVI

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA LICITAÇÃO 02-2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: CONVITE Nº 02/2015

OBJETO: Prestação de serviços de Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis na sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze (14/04/2015), às nove horas, na sala da assessoria jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura das propostas da Licitação nº 02/2015, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação, do Advogado da AMMVI, Dr. Alexandre Carvalho Brigido - OAB/SC 20.137, e de representante da empresa ERGO - MOBILE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que não houve a apresentação de recurso quanto à habilitação, sendo que 8 (oito) licitantes concorrem com os benefícios da LC nº 123/2006.

Deste modo, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, os quais foram submetidas à rubrica dos membros da Comissão de Licitações e do representante da empresa ERGO - MOBILE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

A seguir a Comissão de Licitações registrou os preços das propostas apresentadas, da seguinte forma:

Empresa	Lote 01	Lote 02	Lote 03
ESCOBRINQ LTDA EPP	20.179,50	Não apresentou proposta.	Não apresentou proposta.
TCHILY CADEIRAS E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA – ME	20.019,00	10.375,00	39.980,00
DUCA MO-VEIS LTDA – EPP	17.890,00	10.998,30	39.949,60
ONEDA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP	20.653,92	9.094,00	34.500,00
DISMA-CENTER INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI –EPP	16.908,00	8.063,00	43.740,00
AKON LTDA –EPP	14.820,00	7.990,00	35.100,00
3 A COMERCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA –ME	19.051,00	10.824,00	Não apresentou proposta.

ALA COMÉRCIO EPP - LTDA	18.320,00	7.325,00	38.050,00
ERGO – MOBILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Não apresentou proposta.	Não apresentou proposta.	34.629,00

Assim, informou o Presidente da Comissão de Licitações que as planilhas e documentação serão conferidas na forma exigida no Instrumento Convocatório e as propostas julgadas posteriormente, comunicando-se as empresas licitantes.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 14 de abril de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Buchinski Secretária	Ricardo Sorroche Membro
---	---------------------------------	----------------------------

AMOSC

EDITAL Nº 02/2015

EDITAL Nº 02/2015

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 11 e art. 26, inciso XI do Estatuto Social,

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados e os Secretários da Agricultura para a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC a realizar-se:

Data: 30 de abril de 2015 - quinta-feira
Local: Centro de Treinamento da EPAGRI - CETREC,
Distrito Marechal Bormann, Chapecó, SC
Horário: 9:30 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

- I. Apresentação das ações da EPAGRI para a agricultura;
- II. Apresentação dos projetos para reuso do óleo de cozinha residual e reaproveitamento de pneus inservíveis;
- III. Ações prioritárias da AMOSC para 2015;
- IV. Espaço fala Prefeitos;
- V. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 16 de abril de 2015.
JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
Prefeito de Chapecó
Presidente da AMOSC

AMREC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 001/2015 - 15/04/2015

Senhores Prefeitos,

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem da Assembleia Geral Ordinária, no dia 29/04/2015 (quarta-feira), às 16 horas, no Plenarinho da AMREC, atendendo o art. 21 inciso VII do Contrato de Consórcio, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Eleição e posse da Diretoria Executiva;
2. Eleição e posse do Conselho Fiscal;
3. Prestação de contas 2014;
4. Definição dos novos valores de rateio 2015;
5. Assuntos gerais.

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente,

Ademir Magagnin
Presidente do CIASAMREC

Felipe Bez Fontana Cambruzzi
Diretor Executivo do CIASAMREC

Consórcios

AGIR

RESOLUÇÃO Nº 005/2015 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 005/2015

Estabelece o dia 20 DE ABRIL DE 2015 como ponto facultativo de serviço público na AGIR e dá outras providências.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 002/2015 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando que no dia 20.04.2015, que antecede o feriado nacional de Tiradentes (21.04.15), a grande maioria dos órgãos públicos municipais, repartições públicas estaduais e federais da região, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando que os serviços da AGIR ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Agência Reguladora neste dia, sem prejuízo aos municípios consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar facultativo o expediente aos servidores da AGIR na data de 20 de abril de 2015 (segunda-feira que antecede o feriado nacional de Tiradentes).

Art. 2º O servidor que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o Artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AGIR, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 16 de abril de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 273 - PGT - PETROLÂNDIA

Extrato de Contrato nº 273/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Petrolândia

CONTRATANTE: Município de Petrolândia

CNPJ: 83.102.673/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 020/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN)

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo

24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 9 parcelas mensais de R\$ 373,33 (Trezentos e setenta e três reais e trinta e três centavos) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 07 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 274 - PGT - SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

Extrato de Contrato nº 274/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - São João do Itaperiú

CONTRATANTE: Município de São João do Itaperiú

CNPJ: 95.954.442/0001-83

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 285,00 (Duzentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA Nº 10/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Portaria nº 10/2015, de 14 de abril de 2015

Nomeia Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a homologação do Concurso Público CIGA Nº 02/2011 e a convocação para provimento de vaga referente ao respectivo Concurso, Resolve:

Art. 1º Nomear o Sr. Renato Furtado Goudel, CPF nº 344.396.689-68, para o emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 14 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

PORTARIA Nº 11/2015, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Portaria nº 11/2015, de 17 de abril de 2015

Concede provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Portaria nº 10/2015 de 14 de abril de 2015,

Resolve:

Art. 1º Conceder provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA ao Sr. Renato Furtado Goudel, CPF nº 344.396.689-68, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 17 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO 14 2015**

Resolução nº 14/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social c/c Art. 6 inciso VIII, c/c Cláusula 3ª do anexo I do Regimento Interno.

Considerando que prestadores de serviço credenciados localizam-se na sede administrativa do CISAMARP, bem como fora dela;
Considerando que por inúmeras vezes é necessária visita in-loco aos prestadores de serviços credenciados e a novos prestadores para reuniões, propostas de credenciamento e assinaturas de contratos;

Considerando que para os serviços externos do CISAMARP, necessita-se a utilização de transporte por veículo;

Considerando que o CISAMARP não possui veículo, e que a AMARP sede o veículo da Associação para uso, mas que por repetidas vezes, nos períodos em que há a necessidade de sua utilização esse veículo não está disponível;

Considerando que por inúmeras vezes os funcionários do CISAMARP, usam o veículo particular para realização de serviços do Consórcio;

Considerando as despesas com combustíveis, as depreciações, pagamentos de seguro e outras despesas habituais para se manter um veículo em condições de trafegabilidade;

Considerando que essas despesas podem ser divididas proporcionalmente a quilometragem utilizada para os serviços do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Serão ressarcidas aos servidores as despesas com utilização de veículo particular para serviços externos do CISAMARP, no valor de R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por quilometro rodado.

Art. 2º Deverá ser comprovado o deslocamento fora do município sede, através de nota fiscal ou cupom fiscal emitido no município para onde o servidor deslocou-se, podendo ser de combustível, almoço ou lanche. Em deslocamentos inferiores a 40 quilômetros a comprovação do deslocamento se dará somente pelo Roteiro de

Serviço.

Art. 3º Para todos os deslocamentos deverá ser preenchida a planilha denominada Roteiro de Serviço, anexa a essa resolução.

Art. 4º Quando em serviço o servidor tiver gastos com Hotel e alimentação, os mesmos serão ressarcidos, no valor da nota ou cupom fiscal apresentados, os quais deverão estar em nome do CISAMARP.

Art. 5º Os comprovantes com gastos de combustível, servem apenas para comprovar o deslocamento, não serão reembolsados, pois o valor do gasto com combustível já está incluso no valor de R\$ 0,80 reais por quilometro rodado.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Videira, 06 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

ANEXO I

ROTEIRO DE SERVIÇO

NOME:

CARGO:

Destino/município:

Data de Saída:

Hora de Saída:

Data de Chegada:

Hora de Chegada:

Km Inicial:

Placa Veículo:

Km Final:

Km percorrida:

Valor do Ressarcimento (Km x R\$0,80): _____.

RELATÓRIO DA VIAGEM/SERVIÇO

Descrição dos locais e serviços realizados:

AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO

_____, Diretor Executivo do CIS-AMARP, autoriza o pagamento do

valor da despesa acima especificada.

Videira, ____ de _____ de ____.

Diretor Executivo CIS-AMARP

CIS/AMREC**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2015

Senhores Prefeitos.

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem da Assembléia Geral Ordinária, no dia 29/04/2015 (quarta-feira), às 16 horas, no Plenarinho da AMREC, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Prestação de contas 2014
2. Eleição e posse do Conselho Executivo:
 - Presidente
 - Vice-Presidente
 - Secretário
3. Eleição e posse do Conselho Fiscal (três membros)
4. Apreciação e votação da Proposta Orçamentária para 2015, e
5. Assuntos Gerais

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião.

Atenciosamente

JOÃO RÉUS ROSSI
Presidente

DANIRIA N. S. ROCHA
Diretora Executiva

CPIMMOC**RESPOSTA PARECER DO RECURSO EDITAL PNEUS**

Joaçaba, 2 de abril de 2015

Sr. Vitor João Faccin
Presidente do CPIMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA BELLENZIER PNEUS LTDA. EM FACE DA DECISÃO DO PREGOEIRO QUE HABILITOU A EMPRESA JK PNEUS LTDA.

1 - DOS FATOS

No dia 23 de março de 2015, às 13h30min, tendo como local a sede do CPIMMOC a Comissão de Licitação designada para conduzir os trabalhos relativos ao Pregão Presencial nº 001/2015, sob a coordenação do Pregoeiro, iniciou os trabalhos procedendo ao credenciamento dos representantes das empresas presentes.

Durante análise dos documentos o representante da empresa Bellenzier entendeu que a empresa JK Pneus Ltda. apresentou o documento exigido no item n. 4.1.1 do edital em desacordo com as exigências editalícias. Argumentou que o contrato social apresentado não é válido, em virtude do prazo de validade do protocolo de certidão emitido pela Junta Comercial com data vencida e solicitou a desclassificação da empresa JK Pneus Ltda.

Por sua vez, o Pregoeiro não acatou a solicitação do representante da empresa Bellenzier justificando que o item 4.1.1 do edital exige no caso de representante legal a apresentação do o Estatuto

Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e não estabelece qualquer outra exigência. Os procedimentos licitatórios deram continuidade e no momento da verificação dos documentos de habilitação, mais uma vez, o representante da empresa Bellenzier solicitou a desclassificação da empresa JK Pneus Ltda., argumentando que a empresa apresentou contrato social com data expirada, em desacordo com o item 7.1.1 "b" do edital. Novamente, o Pregoeiro não acatou a solicitação e esclareceu que o item mencionado dispõe sobre a exigência da apresentação do Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, e não da apresentação de certidão de validade de contrato social. Inconformado com a decisão do Pregoeiro e dos integrantes da Comissão de Licitação o representante da empresa Bellenzier manifestou interesse de interpor recurso, nos termos previstos do Edital de Pregão Presencial nº 1/2015, sendo o pedido registrado em ata.

2 - DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA BELLENZIER

No dia 24 de março a empresa Bellenzier Pneus Ltda. protocolou o recurso conforme manifestação do seu representante, dentro do prazo legal estabelecido no Edital.

Na manifestação, além da alegação da tempestividade do recurso, a empresa Bellenzier apresenta as razões que entende de direito, argumentando que empresa JK Pneus Ltda. apresentou autenticação vencida do contrato social, não atendendo o disposto no item 4.1.1 do Edital. Também reclama desconformidade com o item 7.1.1 alínea "b" apontando que não restou comprovado que o Estatuto ou Contrato Social está em vigor. Atribui violação aos princípios constitucionais e ofensa ao art. 3º da Lei 8.666/93, que trata da obrigatoriedade da observância do princípio constitucional da isonomia, os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Suscita descumprimento dos artigos 41, 44 e 45 da Lei 8.666/93, que tratam da vinculação estrita ao edital, da consideração dos critérios objetivos definidos no edital, previamente estabelecidos, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Alega, ainda, ofensa ao princípio da impessoalidade e igualdade, por considerar que o julgamento do pregoeiro não foi feito de forma igual ou impessoal, por ter desconsiderado que os demais licitantes se preocuparam em atender todos os requisitos do edital. Por fim, alega ofensa ao princípio da legalidade, pois, na opinião da requerente, o pregoeiro ao habilitar a empresa JK Pneus Ltda. afrontou o que determina a legislação pátria, que não o autoriza agir segundo suas próprias vontades.

Para fundamentar toda argumentação a empresa Bellenzier apresentou algumas decisões em Mandado De Segurança e Agravo de Instrumento, que tratam de matéria em processo licitatório, especialmente sobre inabilitação por não comprovação de regularidade fiscal, ausência de certidão de regularidade fiscal, vinculação ao instrumento convocatório como a falta de registro de do prazo de execução do serviço licitado na proposta.

3 - DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA JK PNEUS LTDA.

A empresa JK Pneus Ltda. também exerceu seu direito de defesa e apresentou contrarrazões ao recurso apresentado pela empresa Bellenzier.

Na defesa, a empresa JK Pneus Ltda. argumenta que inexistente razão ao recurso, pois não houve qualquer encerramento ou baixa do contrato social permanecendo seu registro na Junta Comercial, atendendo inteiramente o disposto no item 7.1.1, alínea "b", que apenas exige a apresentação do ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.

Esclarece que o imbróglgio se deu devido ao pedido de cópia através do site da Junta Comercial, constando no documento prazo para a retirada da cópia, o que não pode ser confundido com inexistindo prazo de validade do registro na Junta Comercial. Argumenta, na mesma linha da empresa impetrante, a necessidade de observância do princípio da vinculação ao instrumento editalício, podendo a administração exigir como requisito de classificação somente o que estiver previsto no Edital. No caso em questão, o edital exige tão somente cópia do Ato Constitutivo da Empresa. Por fim, solicita julgar improcedente o pedido de inabilitação da empresa JK Pneus Ltda.

4 - DA DECISÃO DO PREGOEIRO E DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Conforme disposto na exposição dos fatos, a negativa de admissibilidade pelo Pregoeiro da solicitação formulada pelo representante da empresa Bellenzier para desclassificação da empresa JK Pneus Ltda. ocorreu pelo entendimento que os documentos apresentados atendem ao estabelecido no edital nos itens 4.1.1 e 7.1.1 "b":

4.0 - DO CREDENCIAMENTO:

4.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 - Tratando-se de representante legal: o Estatuto Social; Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

[...]

b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

O Pregoeiro argumentou que em nenhum momento o edital solicita apresentação de documento nos termos observados pelo representante da empresa Bellenzier, não podendo, portanto, inovar nas exigências prescritas no instrumento convocatório.

4.1 DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DO PREGOEIRO E DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

4.1.1 O princípio da vinculação ao instrumento convocatório

Os documentos para credenciamento e habilitação jurídica e credenciamento estão dispostos nos itens 4 e 7 do Edital conforme antes referido. A empresa JK Pneus Ltda. cumpriu o solicitado e em nenhuma outra cláusula do instrumento convocatório exige prazo de validade de certidão de protocolo de pedido na Junta Comercial do Estado. As certidões exigidas para o certame dizem respeito a comprovação de regularidade fiscal e de qualificação econômica e financeira e estão descritas nos itens 7.1.2 e 7.1.3:

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

b) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

c) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Certidão unificada de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica;

b) Declaração de atendimento a Legislação Trabalhista do Menor e do Adolescente (ANEXO III);

c) Declaração de Fatos Impeditivos (ANEXO IV);

Denota-se, portanto, que inexistente a exigência evocada pela impetrante e, mais uma vez, observa-se que decisão do pregoeiro está correta, pois conforme o próprio argumento da impetrante [...] a administração está vinculada ao princípio constitucional da

vinculação ao instrumento convocatório e não pode descumprir normas e condições estabelecidas no edital, conforme ao disposto nos artigos 42, 44 e 45 da Lei 8.666/93. O desejo da impetrante é ampliar o sentido das cláusulas do Edital, o que fere o princípio constitucional da vinculação conforme já decidiu o STJ:

Contratação pública - Edital - cláusulas - ampliação do seu sentido ou conteúdo - ilegalidade - STJ

"A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei nº 8.666/93) sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto". (STJ, MS - AgR nº 24.555/DF, Rel. Min. Eros Graus, DJ de 31.03.2006)

Por outro lado, em relação a autenticação de documentos necessários à habilitação, a jurisprudência vem assinalando para que a vinculação ao instrumento convocatório não deve ser de justificativa para inabilitação ou desclassificação de licitante que tenha descumprido detalhe meramente formal. Novamente o Superior Tribunal de Justiça já proclamou decisão sobre a matéria:

1. A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restrita. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

2. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômica-financeira e da regularidade fiscal. (STJ. MS nº 5779/DF) - grifo nosso

Portanto, o Pregoeiro decidiu pelo não acolhimento do pedido do representante da impetrante no momento da abertura dos envelopes por que estava ciente de que a manifestação era descabida e contrária ao interesse público. Ater-se ao prazo de validade do protocolo que solicitou cópia do registro na Junta Comercial do Estado e vincular este prazo à validade do Contrato Social ou forçar o entendimento de que o vencimento do prazo do protocolo configura ausência de autenticação de documento é adotar medidas descabidas, formalismo inútil e medida sem nenhum amparo legal.

4.1.2 O princípio do bom senso e razoabilidade e a satisfação do interesse público

A jurisprudência brasileira já se firmou que existem exceções à regra, uma vez que o excesso de formalismo nas licitações não pode sobrepor aos princípios da razoabilidade e interesse público. A proceduralização das licitações, de regra, está vinculada ao formalismo de lei. Porém, o ato de julgar os documentos habilitatórios e propostas dos licitantes, se revestem, também, de bom senso e razoabilidade, significando isso ser formal sem ser formalista, não sobrepondo os meios aos fins.

Esse formalismo necessário e até imprescindível ao procedimento, sendo um valioso instrumento da igualdade e da moralidade na seriação dos atos administrativos. O que não se admite são decisões inúteis e rigorismos inconsequentes com a melhor exegese da Lei. Logo, o ato de julgar uma licitação, deve estar contido de razoabilidade, bom senso e proporcionalidade, evitando o rigor formal que pode até estar a apontar um velado direcionamento do julgamento.

Vale dizer, nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello, [...] que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas - e, portanto, juridicamente inválidas - as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei. Assim, desaconselha-se o apego desmesurado à literalidade miúda do dispositivo - que se constitui

no grau mais baixo da atividade interpretativa.

Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª edição, p. 642, assim se manifesta quanto a formalidade nas licitações:

[...]Do ponto de vista formal, deve-se verificar se a proposta atendeu ao modelo devido. Ou seja, examina-se se contém aquilo que é obrigatório e se omitiu aquilo que é proibido, adotando a forma adequada. O exame formal deve ser formulado à luz do princípio fundamental de que a norma não é um fim em si mesmo.

Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 29ª edição, p. 267:

[...]O princípio do procedimento formal, entretanto, não se confunde com formalismo, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.

O autor ainda acrescenta:

[...]o administrador público deve ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo.

Conforme destacado, os fins da conduta administrativa têm que ser dotados de razoabilidade e justiça e não necessariamente de rigor formalista tacanho e dispensável, pois a desrazão da conduta afasta-a da juridicidade obrigatória para a Administração Pública, sem falar na demora e postergação decorrentes que poderiam ser evitadas, no atendimento das reclamadas e urgentes demandas sociais e finalidades de interesse público - função e fim último do Estado.

Desta forma, persegue a Administração no Procedimento Licitatório a satisfação do interesse público, mediante escolha da proposta mais vantajosa, mas sem deixar de lado a necessária moralidade e o indispensável asseguramento da igualdade entre os participantes.

Se de fato o edital é a "lei interna" da licitação, deve-se abordá-lo frente ao caso concreto tal qual toda norma emanada do Poder Legislativo, interpretando-o à luz do bom senso e da razoabilidade, a fim de que seja alcançado o seu objetivo, nunca se esgotando na literalidade de suas prescrições.

Nesta linha, o Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, esclarece:

'Licitação: irregularidade formal na proposta vencedora que, por sua irrelevância não gera nulidade. [...] Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora a ela não trouxe vantagem, nem implicou em desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa à igualdade; se o vício apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta, e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa' (RMS n.º 23.714/DF, 1ª T., em 5/9/2000). Grifo nosso.

4.1.3 O princípio da boa-fé objetiva

O princípio da boa-fé objetiva, neste caso, faz presunção de veracidade dos documentos acostados pelo licitante no momento da aferição dos documentos de credenciamento e habilitação

jurídica. A administração pública não pode partir do princípio de que a empresa JK Pneus Ltda. apresentou documento inidôneo ou que o Contrato Social não está em vigor pelo simples motivo que a certidão do protocolo para sua retirada apresenta data vencida. Não pode concluir de plano que a empresa está com propósitos escusos, de fraudar a competição; deve, sim, acreditar no seu parceiro comercial, até que pare alguma dúvida justificada e fundamentada da não idoneidade do participante.

Neste caso a boa-fé da empresa JK Pneus Ltda. é referendada pela própria impetrante, quando diz em seu recurso [...] Quanto a isso, nada temos a nos opor, pois também conhecemos a boa reputação, comprometimento e excelente atuação no mercado da aludida empresa [...]. O Poder Judiciário, que tem a função precípua de dizer o direito e que, em conjunto com os juristas, exerce uma função hermenêutica de toda a estrutura legislativa, não exige autenticação de documentos que são juntados aos processos judiciais (a não ser quando haja dúvida), quicá a Administração Pública deve exigir quando desnecessário ou que a situação configure a possibilidade de tentativa de fraude à competição, que certamente não é o caso em questão.

4.1.4 Da decisão do pregoeiro da Comissão de Licitação em face do recurso apresentado pela empresa Bellenzier Pneus Ltda.

Ante o exposto, a Comissão de Licitação decide:

1. Pelo não acolhimento do pedido da impetrante para reformar a decisão que habilitou e credenciou o representante da Empresa JK Pneus Ltda. no certame licitatório - Pregão Presencial nº 001/2015 CPIMMOC;
2. Manter a decisão que declarou a empresa JK Pneus Ltda. vencedora dos itens para os quais apresentou o melhor preço;
3. Solicitar ao Presidente do CPIMMOC, em grau de recurso, negar provimento do pedido formulado pela impetrante pelos mesmos motivos apontados pela Comissão de Licitação;
4. Disponibilizar ao final do processo licitatório, cópia integral de todo o procedimento, para que a impetrante possa, querendo, recorrer a outras instâncias recursais.

VANDERLEI ROBERTO PICININI
Pregoeiro Designado

